

An aerial photograph of a public square with a grid pattern of dark lines on a light-colored pavement. In the center, there is graffiti that reads 'MEN+UMF', 'MULHER+Q', and 'AMEL'. To the right, there is a large tree and a striped umbrella. In the foreground, a person is sitting on a bench with a bright pink umbrella. The text is overlaid on the image in a white, sans-serif font.

Narrativas sobre
a materialidade do
espaço público
na cidade brasileira
contemporânea: o caso da
cidade de João Pessoa

Dayse Luckwü Martins



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Urbano - MDU

Dayse Luckwü Martins

Narrativas sobre a *materialidade* do espaço público na cidade brasileira contemporânea: o caso da cidade de João Pessoa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano.

Orientador(a): Profa. Dra. Lúcia Leitão Santos

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

M386n

Martins, Dayse Luckwü

Narrativas sobre a materialidade do espaço público na cidade brasileira contemporânea: o caso da cidade de João Pessoa / Dayse Luckwü Martins.
– Recife, 2018.

250 f.: il., fig.

Orientadora: Lúcia Leitão Santos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2018.

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Espaço público construído. 2. Materialidade híbrida. 3. Dispositivos construídos. 4. Disposições sociais. 5. Ativismo projetual. I. Leite, Lúcia Leitão (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2018-122)

Dayse Luckwü Martins

Narrativas sobre a materialidade do espaço público na cidade brasileira contemporânea: o caso da cidade de João Pessoa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 27/ 03/ 2018

Banca examinadora

Profa. Lúcia Leitão Santos (ORIENTADORA)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Maria de Jesus Britto Leite (EXAMINADORA INTERNA)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Julieta Maria Vasconcelos Leite (EXAMINADORA INTERNA)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Roberto Antônio Dantas de Araújo (EXAMINADOR EXTERNO)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Caio Augusto Amorim Maciel (EXAMINADOR EXTERNO)
Universidade Federal de Pernambuco

Para Tibério, Júlia e Mariana.
*Especialmente, a minha amada mãe. Sei que estás feliz por mim. Permanecerás em
minha vida sempre.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo do percurso do doutorado, muitos agradecimentos se fazem necessários:

Aos meus amores: Tibério, pela ajuda e companheirismo de todos os momentos, Júlia e Mariana por serem meu maior motivo para continuar.

A minha orientadora e querida amiga professora Dra. Lúcia Leitão, a quem agradeço não só as orientações, mas ter aceitado o desafio de um trabalho em andamento e principalmente, de ter estado ao meu lado por tantos percalços.

À amiga querida Andrea Storch, presente que o doutorado me deu, por toda ajuda e disponibilidade de sempre.

À professora Vera Mayrinch que iniciou esta trajetória comigo.

Aos professores que participaram da banca de qualificação Dra. Marcele Trigueiro, Dra. Maria de Jesus Brito e Dra. Julieta Leite pelas observações e contribuições que ajudaram a definir os rumos da investigação da presente tese.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, pelo conhecimento transmitido e a possibilidade de abrir-nos os horizontes.

Aos colegas de turma do doutorado MDU, especialmente Aliomar Ferreira, Andrea Storch, Danilo de Abreu, Edimilson da Silva, Paula Rocha Wanderley e Simone Torres, no compartilhamento de conhecimento, angústias e alegrias.

A todos os funcionários da secretaria do MDU, especialmente a Renata, pela disponibilidade, presteza e carinho sempre.

A todos os entrevistados que dispuseram o seu tempo para contribuir com esta tese.

Ao Dr. Edvaldo Carvalho Alves, professor da UFPB, pela disponibilidade em ajudar.

A meus pais Josete (*in memoriam*) e Auci e a minha irmã Denyse. Mesmo diante de tantas dificuldades nesse período de doutorado, é preciso agradecer sempre.

A minha tia Darcy, por estar presente em todos os momentos, apoiando, incentivando e não deixando desistir.

A meus sogros Diná e Expedito, e cunhados Luciana, Murilo e Rômulo, pela presença e ajuda sempre.

Aos amigos Patrícia Alonso e Ricardo Araújo pelo apoio, carinho e amizade que sempre pude contar.

A meu tio Ivaldo pela disponibilidade de tantas idas e vindas.

A professora Ms. Mirella Braga pelas valiosas observações na revisão desta tese.

A Paulo Roberto de Oliveira, aluno e hoje colega, pela ajuda na formatação e

diagramação da tese.

Ao professor Ms. Paulo Rossi pelas imagens cedidas para a capa da tese.

Aos amigos e colegas de trabalho que entenderam a necessidade desse momento.

Gratidão a Deus por tudo!

RESUMO

A crescente preocupação com os espaços públicos das cidades se reveste em ações por parte do planejamento urbano, representados por seus *fabricantes*, assim como, a ocupação cada vez maior desses espaços por parte da população em suas *disposições* sociais, nos remete à observação de um movimento de retorno aos espaços públicos urbanos na contemporaneidade. Dando continuidade às críticas feitas ao urbanismo modernista da década de 1960, vários autores têm se dedicado a discutir e mostrar projetualmente como estabelecer relações favoráveis ao bom desempenho dos espaços públicos. Por outro lado, as críticas à produção dos espaços públicos construídos na atualidade recaem sobre a lógica do espetáculo e da criação de cenários como marcas mercadológicas das cidades que tem seus espaços homogeneizados negando-se uma de suas principais características, o espaço público como lugar do dissenso e de encontro com o outro. Sob essa ótica, os objetos construídos, os *dispositivos* espaciais, ganham o protagonismo frente ao papel desempenhado pelos espaços públicos nas cidades. Partimos da hipótese de que há um movimento de retomada do espaço público que se dá em função dos *dispositivos* construídos, seguindo uma lógica espacial do projeto, deixando de lado muitas vezes, as *disposições* sociais. Estaríamos com isso, falando de um ativismo projetual que se presta ao discurso dos *fabricantes*, o que nos leva a questionar como se dá a apropriação e realização dos espaços públicos urbanos. Desta maneira, passamos a investigar a produção atual dos espaços públicos das cidades, especialmente no caso brasileiro, utilizando como aporte teórico o conceito de *materialidade híbrida* de Isaac Joseph (1999) que observa a natureza indissociável entre os *dispositivos* construídos e as *disposições* sociais dos espaços públicos construídos realizados em um momento de ação. Dialogando com o conceito de *materialidade híbrida*, buscamos observar como autores como Lefebvre (2000) analisa a produção do espaço e como Certeau (1994) discute a sua realização. Assim, refletimos sobre o movimento de retorno aos espaços públicos construídos no Brasil a partir do objeto empírico, e como se constitui a sua *materialidade híbrida* na contemporaneidade. Para tanto, a presente tese tomou como objeto empírico espaços públicos da cidade de João Pessoa, Paraíba, que passaram por intervenções urbanísticas no período das quatro últimas gestões municipais. Baseando-se na teoria “ator-rede” de Latour (2012), pautada em procedimentos metodológicos que buscam desenvolver *associações* entre *humanos* e *não-humanos*, entendidos aqui como as *disposições sociais* e os *dispositivos construídos do espaço*. Tais procedimentos guiaram a pesquisa possibilitando a produção de dados qualitativos. Os espaços públicos trabalhados foram analisados segundo categorias baseadas nos atributos das relações entre as referidas *disposições* sociais em sua relação com os *dispositivos* espaciais nos momentos de ação. Assim, são nessas interações que reside a materialização do espaço público atual das cidades.

Palavras-chave: Espaço público construído. Materialidade híbrida. Dispositivos construídos. Disposições sociais. Ativismo projetual.

ABSTRACT

The growing concern with the public spaces of cities is based on actions by urban planning, that is, on the part of the manufacturers, as well as, the increasing occupation of these spaces by the population, in their social dispositions, refers us to the observation of a movement of return to the urban public spaces in the contemporaneity. Continuing the criticism of modernist urbanism in the 1960s, several authors have devoted themselves to discussing and showing how to establish relations favorable to the good performance of public spaces. On the other hand, criticisms of the production of public spaces, built today, fall on the logic of spectacle and the creation of scenarios, as market brands of cities that have their homogenized spaces denying one of its main characteristics, the public space as a place of dissent and encounter with others. From this point of view, constructed objects and space devices gain the leading role in the role played by public spaces in cities. Therefore, we start with the hypothesis that there is a movement of resumption of the public space that occurs according to the constructed devices, following a spatial logic of the project and not the logic of the social dispositions. We would be talking about a project activism that lends itself to the manufacturers' discourse, which leads us to question whether there is in fact a real appropriation and realization of urban public spaces. In light of the inquiries, we began to investigate the current production of public spaces in cities, especially in the Brazilian case, taking as a theoretical contribution the concept of hybrid materiality of Isaac Joseph (1999), which observes the inseparable nature of constructed devices and social provisions of public space built, carried out in a moment of action. Dialoging with the concept of hybrid materiality, we seek to observe how Lefebvre (2000) analyzes the production of space and how Certeau (1994) discusses its realization. Thus, we aim to investigate the movement of return to the built public space of cities in Brazil, as it constitutes its hybrid materiality in contemporaneity. The research used, as an empirical object, public spaces from the city of João Pessoa - Paraíba, which underwent urban interventions during the last four municipal administrations. For this, the methodology used based its procedures on the "actor-network" theory of Latour (2012), which is aimed at tracking associations between humans and nonhumans, understood in this thesis as the social dispositions and devices constructed from space. The research is characterized as qualitative. The public spaces studied were analyzed according to categories based on the attributes of the relations between the mentioned social dispositions, in their relationship with the spatial devices, at the moments of action. Thus, in these interactions lies the materialization of the current public space of the cities.

Keywords: Public space built. Hybrid materiality. Constructed devices. Social provisions. Projective activism.

LISTA DE FIGURAS

Fotografia capa: Paulo Rossi	
Fotografia marcador de capítulos: Paulo Rossi	
Figura 1 - Foto tirada de pichação de autor desconhecido em portão no centro histórico de João Pessoa.	27
Figura 2 - Localização cidade de João Pessoa/ PB.	87
Figura 3 - Sobreposição da planta de João Pessoa de 1889 sobre planta atual.	88
Figura 4 -: Sobreposição da planta de João Pessoa de 1930 sobre planta atual.	88
Figura 05 - Sobreposição da planta de João Pessoa de 1940 sobre planta atual.	89
Figura 06 - Mapa atual de João Pessoa .	91
Figura 07 - Regiões orçamentárias de João Pessoa.	94
Figura 08 - Atividades nos espaços públicos de João Pessoa.	95
Figura 09 - Delimitação dos parques de João Pessoa segundo o SMAP.	96
Figura 10 - Mapa dos remanescentes da mata atlântica em João Pessoa.	96
Figura 11 - Mapa com localização do conjunto habitacional Gervásio Maia.	97
Figura 12 - Vista do conjunto habitacional Gervásio Maia.	97
Figura 13 - Mapa localizando as principais intervenções do governo Luciano Cartaxo.	98
Figura 14 - Praça da Juventude no Bairro das Indústrias.	98
Figura 15 - Praça do esporte situada no conjunto Gervásio Maia.	98
Figura 16 - Mapa situando os espaços públicos trabalhados nesta tese.	100
Figura 17 - Mapa holandês século XVII.	101
Figura 18 - Projeto de Saturnino de Brito para a Lagoa ou Parque Solón de Lucena.	101
Figura 19 - Vista aérea do Parque Lagoa antes da recente intervenção urbanística.	102
Figura 20 - Vista aérea do Parque Lagoa após a intervenção.	102
Figura 21 - Localização do Parque Solón de Lucena – Parque da Lagoa.	102
Figura 22 - Localização e vista da praça Ellen Lucy Mendes – Praça do Coqueiral.	103
Figura 23 - Localização e vista da praça da Paz.	104
Figura 24 - Avenida Beira Rio.	105
Figura 25 - Vista aérea do Parque da Lagoa.	110
Figura 26 - Vista do Parque da Lagoa vendo-se a distribuição perimetral	

dos dispositivos espaciais em torno da lagoa.	111
Figura 27 - Relações espaciais de proximidade e distância no Parque da Lagoa.	115
Figura 28 - Articulação entre os espaços construídos do Parque da Lagoa e seus acessos.	116
Figura 29 - <i>Dispositivos</i> espaciais e formas de apropriação.	117
Figura 30 - Dispositivos espaciais destinados ao abrigo de aves apropriados para piquenique.	118
Figura 31 - Encontro e copresença no Parque da Lagoa.	128
Figura 32: Vigia do Parque da Lagoa.	129
Figura 33 - Ronda policial no Parque da Lagoa.	129
Figura 34 - Vista dos coqueiros na Praça do Coqueiral.	130
Figura 35 - Vista aérea da Praça do Coqueiral.	131
Figura 36 - Topografia e barreiras visuais da Praça do Coqueiral.	132
Figura 37 - Vista da Praça do Coqueiral a partir da rua principal .	132
Figura 38 - Relações espaciais de proximidade e distância na Praça do Coqueiral.	136
Figura 39 - Articulação entre os espaços construídos da Praça do Coqueiral e seus acessos.	137
Figura 40 - Vista da Praça do Coqueiral com a edificação existente.	138
Figura 41 - Descontinuidade visual Praça do Coqueiral.	138
Figura 42 - <i>Dispositivos</i> espaciais e formas de apropriação na Praça do Coqueiral.	139
Figura 43 - <i>Disposições</i> sociais de encontro e copresença na Praça do Coqueiral.	148
Figura 44 - Civilidades e incivilidades na Praça do Coqueiral.	149
Figura 45 - Vista aérea da Praça da Paz.	151
Figura 46 - Relações espaciais de proximidade e distância na Praça da Paz.	155
Figura 47 - Articulação entre os espaços construídos da Praça da Paz e seus acessos.	156
Figura 48 - <i>Dispositivos</i> espaciais e formas de apropriação na Praça da Paz.	157
Figura 49 - <i>Disposições</i> sociais de encontro e copresença na Praça da Paz.	165
Figura 50 - Civilidades e incivilidades na Praça da Paz.	166
Figura 51 - Vale do rio Jaguaribe paralelo a avenida Beira Rio antes da requalificação.	167
Figura 52 - Vista aérea da Avenida Beira Rio.	168

Figura 53 - Subdivisões da Avenida Beira Rio segundo os tipos de uso e ocupação do seu entorno.	169
Figura 54 - Uso e ocupação trecho 1.	169
Figura 55 - Uso e ocupação trecho 1.	169
Figura 56 - Uso e ocupação trecho 2.	170
Figura 57 - Uso e ocupação trecho 2.	170
Figura 58 - Uso e ocupação trecho 3.	170
Figura 59 - Uso e ocupação trecho 3.	170
Figura 60 - Uso e ocupação trecho 4.	171
Figura 61 - Uso e ocupação trecho 4.	171
Figura 62 - Elementos morfológicos da Avenida Beira Rio.	171
Figura 63 - Registro das manifestações feitas em favor da permanência das árvores do canteiro central da avenida Beira Rio.	175
Figura 64 - Fotografia do Bairro Altiplano Cabo Branco vendo-se o vale do rio Jaguaribe.	176
Figura 65 - Relações espaciais de proximidade e distância na Avenida Beira Rio.	177
Figura 66 - Continuidades e discontinuidades da Avenida Beira Rio.	178
Figura 67 - Dispositivos espaciais e formas de apropriação na Avenida Beira Rio.	179
Figura 68 - Disposições sociais de encontro e copresença na Avenida Beira Rio.	179
Figura 69 - Incivilidades na Avenida Beira Rio.	180
Figura 70 - Orla de Tambaú, busto de Tamandaré.	201

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Resumo da materialidade híbrida.	61
Diagrama 2 - <i>Coletivo da materialidade híbrida</i> do espaço público.	78
Diagrama 3 - Coletivo espaço público construído.	79
Diagrama 4 - Coletivo espaço de circulação da cidade – acessibilidade.	80
Diagrama 5 - Coletivo dispositivos espaciais – formas de apropriação.	81
Diagrama 6 - Coletivo: proximidade-distanciamento no espaço público construído.	81
Diagrama 7 - Coletivo arranjos de interação - linguagens.	82
Diagrama 8 - Coletivo fabricantes – espaço público construído.	82
Diagrama 9 - Coletivo usuários – espaço público construído.	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos critérios de escolha dos coletivos analisados.	106
Quadro 2 - Registro de observação do parque da Lagoa - Resumo.	113
Quadro 3 - Parque da Lagoa – manhã, dia de semana.	120
Quadro 4 - Parque da Lagoa – tarde, dia de semana.	121
Quadro 5 - Parque da Lagoa – noite, dia de semana.	122
Quadro 6 - Parque da Lagoa – manhã, fim de semana.	124
Quadro 7 - Parque da Lagoa – tarde, fim de semana.	125
Quadro 8 - Parque da Lagoa – noite, fim de semana.	126
Quadro 9 - Registro de observação da Praça do Coqueiral - Resumo.	134
Quadro 10 - Praça do Coqueiral – manhã, dia de semana.	141
Quadro 11 - Praça do Coqueiral – tarde, dia de semana.	142
Quadro 12 - Praça do Coqueiral – noite, dia de semana.	143
Quadro 13 - Praça do Coqueiral – manhã, fim de semana.	145
Quadro 14 - Praça do Coqueiral – tarde, fim de semana.	146
Quadro 15 - Praça do Coqueiral – noite, fim de semana.	147
Quadro 16 - Registro de observação da Praça da Paz - Resumo.	153
Quadro 17 - Praça da Paz– manhã, dia de semana.	158
Quadro 18 - Praça da Paz – tarde, dia de semana.	159
Quadro 19 - Praça da Paz – noite, dia de semana.	160
Quadro 20 - da Paz – manhã, fim de semana.	162
Quadro 21 - Praça da Paz – tarde, fim de semana.	163
Quadro 22 - Praça da Paz – noite, fim de semana.	164
Quadro 23 - Registro de observação da Avenida Beira Rio – Resumo.	172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência dos usuários ao Parque da Lagoa.	182
Gráfico 2 - Frequência dos usuários à Praça do Coqueiral.	183
Gráfico 3 - Frequência dos usuários à Praça da Paz.	183
Gráfico 4 - Vivência com algum tipo de violência urbana no Parque da Lagoa.	186
Gráfico 5 - Vivência com algum tipo de violência urbana na Praça da Paz.	186
Gráfico 6 - Vivência com algum tipo de violência urbana na Praça do Coqueiral.	187

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O ESPAÇO PÚBLICO CONSTRUÍDO DAS CIDADES: problemas e constatações	25
2.1 Contraponto ou ativismo projetual?	34
2.2 Objeto, hipótese e objetivos	37
2.3 Marcos iniciais para pensar o espaço público	39
3 REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	51
3.1 A produção do espaço em Lefebvre	52
3.2 A materialidade híbrida do espaço público em Joseph	58
3.3 O espaço praticado e o ato caminhante em Certeau	66
3.4 Práticas de espaço: escalas de abordagens em Lefebvre, Joseph e Certeau	69
4 TEORIA E MÉTODO: como investigar a materialidade híbrida do espaço público	74
4.1 A teoria ator-rede	75
4.2 O método	77
4.3 Categorias analíticas	79
4.4 Os procedimentos	83
5 O OBJETO EMPÍRICO: a cidade e seus atores	85
5.1 O objeto empírico: a cidade como uma rede ou um grande coletivo	87
5.2 O recorte temporal: associações temporais e sua influência sobre o coletivo espaços públicos construídos	92
5.3 Coletivos espaciais: recortes para tradução	99
6 ANÁLISE DOS COLETIVOS: narrativas descritivas e traduções	107
6.1 Narrativa e tradução do coletivo Parque Solón de Lucena – Parque da Lagoa	109
6.2 Narrativa e tradução do coletivo Praça Ellen Lucy Mendes – Praça do Coqueiral	130
6.3 Narrativa e tradução do coletivo Praça da Paz	150
6.4 Narrativa e tradução do coletivo Avenida Beira Rio	167
6.5 Narrativas dos usuários	181

6.6 Narrativas dos fabricantes	188
7 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICES	219
APÊNDICE A - Registro de observação – Dispositivos	220
APÊNDICE B - Diário de Campo – Disposições	221
APÊNDICE C - Roteiro entrevista usuários	222
APÊNDICE D - Roteiro entrevista fabricantes	223
APÊNDICE E - Gráficos	224
ANEXOS	248
ANEXO A - Mapa de macrozoneamento de João Pessoa	249
ANEXO B - Mapa de zoneamento de João Pessoa	250



1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Antígona:

– Eu já o sabia... Chamei-te até aqui, fora do palácio, para que só tu possas ouvir o que tenho a te dizer.
(Sófocles 496 a.C – 406 a.C.)

Desde Sófocles e sua Antígona, as questões sobre o espaço público permeiam as discussões sobre a vida em sociedade. A peça, escrita entre 496 e 406 a.C., inicia-se tendo como palco, o espaço público da cidade grega de Tebas, “fora do palácio”, onde Antígona, filha de Édipo, conversa com sua irmã Ismênia. Em Antígona, já se evidencia diferentes esferas do espaço público, como passamos a tratar.

Inconformada com o edito público do rei, Creonte, seu tio, Antígona o desafia quando decide sepultar o corpo de seu irmão, Polinice, morto em combate, e com isso põe em debate o seu lugar enquanto mulher naquela sociedade, mesmo sabendo que tal atitude a condenaria à morte.

Creonte, usando do poder que lhe era atribuído, torna pública a sua ordem sobre os cidadãos tebanos de não dar o sepultamento a seu opositor, Polinice, firmando sua posição. Por sua vez, Antígona, subverte a ordem dada e consegue seu intento de sepultar o corpo de seu irmão. Longe do palácio, no espaço público de Tebas, tem lugar a ação de Antígona.

Toda a tragédia se desenvolve em torno da desobediência de Antígona¹, que como mulher, tem seu lugar diminuído na sociedade da época e da ordem pública dada por Creonte.

Antígona acabou sendo condenada à morte. E ao condená-la, Creonte, condena também seu filho Hémon, noivo de Antígona que não suporta a morte da noiva e termina por cometer suicídio. Creonte é avisado por um vidente ancião que tais desgraças cairiam sobre ele, caso não voltasse atrás da ordem que condenara Antígona. Este tornou-se o dilema maior de Creonte. Embora, arrependido ao final com a sentença de morte de Antígona, sua ordem alcançara a esfera pública.

¹ Ver artigo intitulado: “Antígona e a invenção da mulher”, Revista Veredas, ano 18/ 19, n. 16, 2012. No artigo, o autor Schüller discute a etimologia do nome Antígona. “Os nomes são significativos: Ismene (isos+meno) a que permanece sempre a mesma, Antígona, a que pertence à raça (gonê) dos que se levantam contra (anti), dos que protestam” (SCHÜLER, 2012, p. 43).

Trazemos a tragédia de Antígona, pois ela traduz a questão do espaço público, em suas diversas dimensões como um desafio para a vida em sociedade e demonstra a sua relevância para iniciarmos a discussão desta tese. Mais de dois mil anos separam a tragédia grega de Sófocles de um debate tão contemporâneo, a questão do espaço público. E, ainda assim, podemos nos reportar a Antígona para observar as várias esferas assumidas pelo espaço público.

O que faz tais debates ganharem a cena contemporânea, quando, na realidade, estamos discutindo uma problemática há muito já anunciada? Vimos que a questão do espaço público já estava presente quando Sófocles anunciou a tragédia de Antígona como relatado. Na peça, podemos observar o lugar ocupado pelos personagens, principalmente sua protagonista, Antígona, e o lugar da mulher no espaço público social, o espaço público construído da cidade de Tebas. A esfera pública da ordem dada por seu opositor, Creonte, determinando a morte de Antígona.

Observamos que o espaço público, assim pensado, pode assumir diversas interpretações que encontram rebatimento nas problemáticas contemporâneas sobre o espaço público social, da mulher, da criança, do idoso, o espaço público construído, o comunicacional. Essas apreciações ganham força quando Carrión (2004) afirma que a questão do espaço público se tornou uma das temáticas de maior confrontação social. Lugar na cidade, onde, efetivamente, os estranhos vão se encontrar (SENNETT, 2014).

O problema dos espaços públicos nas cidades parece ganhar força na contemporaneidade. Temática emergente e oriunda de diversas frentes, espaço de disputas, dos planejadores urbanos, dos movimentos espontâneos de ocupação, está diretamente atrelada à crise da cidade e parece despontar também como uma das perspectivas para tal questão. Notadamente, os espaços públicos construídos das cidades vêm ganhando a atenção por parte dos promotores do espaço público, bem como da Academia.

Para o planejamento urbano, muitas vezes, as ações sobre os espaços públicos das cidades se dão como criadoras de marcas do lugar. No Brasil, especificamente, as intervenções aparecem como marcas de gestões municipais, servindo também para legitimar ações de apaziguamento social. Já a Academia discute tais ações que visam a negação dos dissensos e dos conflitos (DELGADO, 2011; JACQUES, 2009) inerentes ao espaço público social que se rebatem sobre o espaço público construído, tratado sob a perspectiva do sistema econômico mundial. A falência das teorias urbanísticas modernistas, as críticas advindas da negação dos espaços públicos

alimentam, as discussões acerca da temática dentro da Academia desde os anos 1960 e na atualidade, e mesmo as críticas a essas teorias começam a passar também por uma revisão (SABOYA, NETTO e VARGAS, 2015).

Assim, diante dos problemas pontuados, abrem-se perspectivas para pensar o espaço público enquanto temática emergente na contemporaneidade. Passamos assim, a delimitar o universo de estudo da presente tese. Esta trata do “*movimento de retorno*” ao espaço público construído das cidades analisados sob a perspectiva de sua *materialidade híbrida* – conceito atribuído a Isaac Joseph (1999) – que conjuga o social e o espaço construído, realizando-se em um momento de ação.

Os espaços públicos construídos se inserem dentro de uma lógica de produção do espaço, o espaço dos planejadores urbanos, e uma lógica de apropriação, a dos usuários. Intrínseca à produção dos espaços públicos, está também, a questão de como políticas públicas diversas, por parte do planejamento urbano, deveriam se articular, como afirma Joseph (1999), aos sistemas de espaços públicos das cidades. Todavia, como discutiremos aqui, muitas vezes essa articulação é inexistente e os espaços públicos ganham a conotação de cenários como peças publicitárias das cidades na contemporaneidade.

Nesse contexto, a ação sobre os espaços públicos das cidades se dá tanto por parte dos agentes promotores da gestão das cidades, quanto por parte de seus usuários. Surge também, na atualidade, novos atores que reclamam seu papel nos espaços públicos da urbe. Dentro de um sistema econômico em que o espaço público pode ser visto como mercadoria, percebemos que, além daqueles atores citados, os equipamentos dos espaços construídos assumem um protagonismo como um novo ator que não pode ser desconsiderado. Sob esse prisma, nos encaminhamos para um repensar o ato de fazer e promover os espaços públicos.

Transpostas as problemáticas do espaço público das cidades para o cenário brasileiro, observamos ainda a carência de críticas sobre o tipo de espaço que está sendo produzido, principalmente no que tange ao planejamento urbano oficial. A importação de modelos de realidades distintas da realidade brasileira de crise urbana de violência, desigualdades e segregação socioespacial, distorce relações e práticas espaciais preexistentes, ou fazem com que seja necessário todo um aparato de segurança para que se sustentem.

Diante do exposto, buscamos refletir sobre o espaço público construído no Brasil, analisado a partir do conceito de *materialidade híbrida*, já anunciado, observando o

movimento de retorno ao espaço público das cidades a partir do objeto empírico desta tese, o caso da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

De partida, como marco inicial, elaboramos um estado da arte, como descrevemos mais adiante ao apresentarmos a estrutura da tese, buscando explorar autores referenciais e seu contributo à temática do espaço público (JOSEPH, 1988; ARENDT, 1999, HABERMAS, 1984, SIMMEL, 1979). Em seguida, delimitaremos o referencial teórico da tese, com base em três autores-chave para interlocução. Sendo eles: Lefebvre (1999, 2000, 2008) e sua discussão sobre a produção do espaço. Joseph (1986, 1988, 1992, 1999), cujo conceito de *materialidade híbrida* estrutura toda a investigação e norteia as categorias analíticas trabalhadas para o objeto empírico e De Certeau (1994), a partir das práticas socioespaciais significantes para pensar o espaço público construído.

Para a metodologia adotada, a pesquisa baseou-se na teoria *ator-rede*, ANT², desenvolvida por Bruno Latour (2012). A ANT, parte do princípio da possibilidade de associações entre os atores trabalhados e suas análises como aprofundaremos no capítulo 3. Assim, foi possível explorar as relações entre o construído e o social a partir de relatos descritivos pautados na observação em campo, bem como, estabelecer as relações com as narrativas do usuários e planejadores urbanos do objeto empírico trabalhado, a partir de entrevistas baseadas em roteiros prévios. As análises decorrentes, de cunho qualitativo, foram organizadas segundo categorias advindas do referencial teórico, agrupadas segundo a ANT. Para tanto, elegemos como objeto empírico a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. A escolha se justifica devido ao fato da cidade ser alvo de intervenções urbanísticas em seus espaços públicos durante as quatro últimas gestões municipais, recorte temporal trabalhado na tese. Para aplicação da metodologia em campo, foram analisados quatro espaços significativos, eleitos segundo critérios estabelecidos para a tese e que passaram por intervenções no período citado. Esperamos, com isso, atender aos objetivos propostos, tomando um recorte que espelha a realidade vivida no Brasil contemporâneo.

A tese encontra-se estruturada em seis capítulos, que se organizam de acordo com o exposto:

No **Capítulo 1**, buscamos explorar e aprofundar a problemática do espaço público construído das cidades. Partimos da observação de um *movimento de retorno*

² ANT – Actor-Network Theory (LATOURE, 2012, p. 28).

aos espaços públicos que parece se apresentar como um contraponto à crise da cidade. Movimento esse com duas vertentes, uma por parte do planejamento urbano, ou seja, por parte dos *fabricantes* da cidade e outra por parte de movimentos espontâneos da população que tem no espaço público o lugar de reivindicações. Ao passo que discutimos as problemáticas que permeiam a temática do espaço público das cidades, pontuamos questões acerca da sua produção na contemporaneidade, como a negação dos dissensos, a espetacularização dos espaços públicos construídos (DELGADO, 2011; JACQUES, 2009), dando margem para pensarmos em um ativismo projetual dentro de uma lógica de fabricação dos mesmos. Em paralelo, observa-se como a resposta aos problemas oriundos do planejamento urbano que privilegiou a escala do automóvel, negando a escala humana, acabou por assumir um caráter menos empírico e mais dedutivo na fala de autores como Jacobs (2007) e Gehl (2013). Diante do exposto, no presente capítulo, definimos as questões que nortearam o objeto da tese, a hipótese de trabalho e os objetivos. A partir de então, são apresentados alguns marcos iniciais imprescindíveis para a formação do pensamento acerca do espaço público.

O **Capítulo 2** consiste na base teórica da tese. Os três autores trabalhados, Lefebvre, Joseph e De Certeau, são chave para a argumentação que se pretende construir ao longo desta tese. Em Lefebvre (2000), observamos a produção do espaço como um produto social. Ao discutirmos os conceitos atribuídos pelo autor ao espaço – *concebido, vivido e percebido* – categoriza-se quem são os atores que o concebem, ou seja, os *fabricantes*, e quem os vivencia, os seus *usuários*. Pensado dessa maneira, a produção do espaço, segue a lógica de produção e reprodução do sistema capitalista, como passamos a observar. Fazendo o contraponto à categorização do espaço de Lefebvre, apresentamos o conceito de *materialidade híbrida* de Isaac Joseph (1999), para quem, a natureza do espaço público das cidades é indissociável dos *dispositivos* construídos e das *disposições* sociais e se realiza no momento de ação. Esse passou a ser um conceito-chave para esta tese, encaminhando-nos também para entendermos os *dispositivos* e as *disposições* como novos atores protagonistas no cenário contemporâneo dos espaços públicos das mesmas. O terceiro autor trabalhado foi De Certeau (1994). Ao descrever os modos de ação a partir das *estratégias* de quem detém o poder e das *táticas* do sujeito comum que as subvertem, o autor possibilitou-nos pensar nos modos, ou nas práticas socioespaciais que podem ser atribuídas ao espaço público, como buscamos investigar. Para finalizarmos o capítulo, procuramos observar as práticas espaciais nos referidos autores, suas escalas de abordagem, bem como, convergências e divergências nas respectivas teorias.

O método e os procedimentos para investigar a *materialidade híbrida* do espaço

público são explorados no **Capítulo 3**. Aqui apresentamos a teoria *Ator-Rede*, *ANT*, desenvolvida por Latour (2012) que passou a nortear os procedimentos metodológicos. A teoria *ANT* baseia-se em associações rastreáveis entre *humanos* e *não-humanos*, em nosso caso, entre as *disposições* sociais e os *dispositivos* espaciais entendidos como atores. Portanto, iniciamos com a apresentação da teoria e em seguida fazemos a descrição dos conceitos-chave utilizados nesta tese, para sua melhor compreensão, para em seguida, descrevermos os procedimentos metodológicos e teóricos adotados. Observamos também que, enquanto procedimento, a *ANT* estabelece que as *associações* são parte de uma *narrativa descritiva* e suas *traduções* são as análises que daí decorrem. Portanto, para as *traduções* adotamos categorias analíticas advindas da teoria trabalhada em Joseph. Tratadas como *coletivos*, ou *associações* que congregam as *disposições* e os *dispositivos*, as categorias analíticas foram norteadoras das análises.

No **Capítulo 4**, apresentamos o objeto empírico como parte de um cenário maior e que corresponde à realidade dos espaços públicos construídos no Brasil. A apresentação da cidade de João Pessoa – PB e seus atores, foi traduzida como um *coletivo* segundo a teoria *Ator-Rede*. Primeiramente, partimos de uma *narrativa descritiva* acerca das principais modificações urbanísticas vivida pela cidade que a configuram na atualidade. A partir de então, observamos *associações* temporais e sua influência sobre o *coletivo* espaços públicos construídos. Nesse ponto, indicamos o recorte temporal a ser trabalhado justificando sua escolha e pontuamos ações do planejamento urbano oficial que tiveram influência sobre a questão dos espaços públicos da cidade. Por fim, foram apresentados os *coletivos* espaciais, ou seja, os espaços públicos construídos eleitos como recortes para serem analisados, bem como, a justificativa e os critérios para tais escolhas.

O **Capítulo 5** consiste na aplicação da metodologia em campo, ou seja, diz respeito ao capítulo empírico da tese. O mesmo foi organizado, primeiramente, partindo de uma *narrativa descritiva* para cada espaço público trabalhado e, logo em seguida, cada espaço foi analisado, ou *traduzido*, segundo as associações das categorias analíticas estabelecidas no capítulo metodológico. Foram elaborados, para tanto, diários de campo tomando como referência a metodologia discutida a partir de Latour (2012), mapas comportamentais (DEL RIO, 1990), registros de observação de todos os espaços que serviram como documentos de referência para as análises que se sucederam. Na sequência, o capítulo traz a *narrativa* dos usuários, feitas a partir de entrevistas com os usuários dos espaços públicos analisados. Segue-se a *narrativa* dos fabricantes, onde buscamos observar a fala dos técnicos e gestores municipais que atuaram ou atuam dentro do recorte temporal estabelecido da presente tese.

Por fim, o **Capítulo 6** consiste nas reflexões quanto às questões teórico-conceituais levantadas pela tese e seu rebatimento sobre o trabalho empírico. Apresenta assim, as considerações finais da tese, bem como a sua contribuição frente a outras pesquisas e trabalhos acadêmicos.



**2 O ESPAÇO PÚBLICO CONSTRUÍDO
DAS CIDADES:
problemas e constatações**

2 O ESPAÇO PÚBLICO CONSTRUÍDO DAS CIDADES³: problemas e constatações

O notável destaque dado ao espaço público no meio acadêmico, bem como, nas discussões acerca do planejamento urbano, é o ponto de partida para tratarmos a problemática central desta tese que versa sobre o *movimento de retorno* ao espaço público construído das cidades e como esse movimento tem ocorrido no Brasil. O universo de estudo em tela enseja uma complexa abordagem para a sua delimitação. É disso que trata o presente capítulo, visando apresentar o objeto de estudo, a hipótese de trabalho, o problema e os objetivos propostos.

De início, constata-se uma crescente preocupação acerca dos espaços públicos das cidades e como estes espaços têm sido incorporados a um discurso atrelado à reativação da urbanidade⁴ dentro do planejamento urbano como nos confirma Delgado:

Aumenta su consideración en tanto que elemento inmanente de toda morfología urbana y como destino de todo tipo de intervenciones urbanizadoras, en el doble sentido de objeto de urbanismo y de urbanidade⁵. (DELGADO, 2011, p.15)

Em paralelo, a Academia mostra-se atenta a tal panorama. Diversas áreas do saber, como Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Geografia, Direito, Ciências Políticas têm procurado debater a importância do tema, abrindo caminho para novas abordagens e análises, traçando possibilidades de tangenciamentos e convergências entre as mesmas.

Ocupando um lugar central dentro do planejamento e do projeto urbano na atualidade, também encontramos o debate em torno do espaço público em textos

³ Nesta tese, tratamos do espaço público das cidades. Portanto, estaremos sempre enfatizando o termo construído junto à expressão “espaço público” para diferenciar de outras esferas ou dimensões que o espaço público contempla.

⁴ O *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, de Merlin e Choay, traz o seguinte conceito para “urbanidade”: “du latin urbanitas (la vie à Rome, puis, par extension, qualité morale de ce qui appartient à la ville, enfin bon ton, politesse)” (1988, p. 868). Le Goff também discute a urbanidade como um conceito que se origina a partir da vivência no espaço da cidade. Diz o autor: “Se remontamos à Antiguidade, é em Roma, sobretudo, que se cria, do ponto de vista cultural, do ponto de vista dos costumes, uma oposição muito forte entre cidade e campo. E é aí que começa a aparecer um vocabulário que vai ser reforçado precisamente na Idade Média. Os termos relacionados à cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância: urbanidade vem do latim urbs; polidez, da polis grega” (1998, p. 124).

⁵ Tradução da autora: “Aumenta sua consideração tanto como elemento imanente de toda morfologia urbana e como destino de todo tipo de intervenções urbanizadoras, no duplo sentido de objeto de urbanismo e de urbanidade” (DELGADO, 2011, p.15).

publicados, muitas vezes em colunas de jornais ou sites não especializados⁶. Esses textos observam uma retomada do espaço público por parte da população em várias partes do mundo. Movimentos reivindicatórios e de ocupação⁷ acenam para a importância dos espaços públicos nas cidades. Outras vezes, as notícias se dão face a ações oriundas do investimento por parte do planejamento urbano que favorecem a transformação dos espaços públicos construídos.

A crescente valorização do espaço público, seja sob aspectos teóricos conceituais, seja projetualmente, tem se dado não só no cenário internacional como também nacional. Carrión (2004) confirma esta percepção ao destacar que

Figura 1: Foto de pichação de autor desconhecido em portão no centro histórico de João Pessoa.



Fonte: Arquivo da autora, 2017

⁶ Ver Folha de São Paulo, Estadão, Carta Capital, Le Monde, para citar alguns, que têm publicado matérias abordando a temática do espaço público fora dos círculos acadêmicos.

⁷ Sobre os movimentos sociais ver Harvey (2014) na obra *Cidades Rebeldes*. Podemos citar ainda uma publicação nacional da editora Boitempo com uma coletânea de artigos sobre os movimentos de rua no Brasil de julho de 2013 intitulado *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013).

el espacio público ha adquirido un significativo peso em los debates sobre la ciudad y em la agenda de las políticas urbanas; lo cual no es casual que así ocurra, porque se ha convertido em uno de los temas de mayor confrontación social respecto de la ciudad⁸. (CARRIÓN, 2004, p. 55)

Carrión observa ainda que a confrontação com o tema se dá em meio a um cenário de crise urbana, devido a uma privatização crescente do espaço público e à perda da função social que esse desempenha nas cidades. Assim, se por um lado, a agenda do planejamento urbano contemporâneo tem trazido à tona a questão do espaço público, muitas vezes para legitimar um discurso de inclusão e coesão social a partir de projetos urbanísticos⁹ (MORAIS, 2012a), por outro lado, observa-se o contraponto, a partir de movimentos de ocupação espontâneos que, em alguns casos, tomam os espaços públicos das cidades com pautas reivindicatórias promovendo o embate direto com o planejamento urbano estabelecido (HARVEY, 2014). Evidencia-se assim, neste cenário, outros atores que reivindicam seu lugar no espaço público das cidades. Quem são esses atores? O que querem ou representam? Por que o espaço público das cidades, enquanto temática, tem chamado tanta atenção quando diversos autores (LEFEVBRE, 2008; CARRION, 2004; DELGADO, 2011), consideram que a cidade vive uma crise há muito já debatida?

A crise urbana também tem sido discutida sob diferentes facetas e contextos temporais e, nesse sentido, podemos trazer à tona alguns autores e momentos específicos para abordá-la e situá-la.

Sob a ótica de Lefebvre (2008) a crise urbana tem como marco o processo de industrialização da sociedade. A visão do autor situa esse processo, como um momento de ruptura entre campo e cidade cujas consequências se configuraram como uma verdadeira revolução¹⁰ para a história das cidades. O pensamento lefevbriano repousava sobre o entendimento da cidade como o objeto definido, enquanto que o urbano era algo virtual¹¹, configurava-se como processo, que abarcava a “*sociedade*

⁸ Tradução da autora: “o espaço público tem adquirido um significativo peso nos debates sobre a cidade e na agenda das políticas urbanas; o qual não é casual que assim ocorra, porque se tem convertido em um dos temas de maior confrontação social a respeito da cidade”. (CARRIÓN, 2004, p. 55)

⁹ Ver artigo “Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada” de Morais (2012a).

¹⁰ Sobre a “revolução urbana” Lefebvre cita: “designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano” (2008, p. 16 e 17) (grifo do autor).

¹¹ Por virtual entende-se: “Que existe como potência, mas não realmente. Com possibilidade de

urbana” (2008, p. 26).

A decorrência da crise da cidade industrial, palco do estabelecimento do capitalismo, é o ponto de partida inicial dos processos que modificaram a cidade enquanto objeto e impuseram, enquanto fenômeno, “a problemática urbana, à escala mundial” (2008, p. 24). A pertinência desse autor para debater a crise urbana, reside na discussão das questões conceituais que os processos de urbanização da sociedade acarretaram para a cidade e seu contributo à contemporaneidade. Com isso, Lefebvre apresenta-se como um dos autores-chave para a presente tese. Interessa-nos particularmente a visão do autor acerca da produção do espaço entendido a partir de suas dimensões, o espaço *concebido*, o *vivido* e o *percebido* como tratado mais adiante.

Embora, Lefebvre discuta a crise da cidade retomando o momento da Revolução Industrial, (o autor escreve sua obra na década de 1960) imerso em uma crise urbana de outra ordem: a crise do projeto de cidade sob a égide do Movimento Moderno.

A década de 1960 apresentou-se como um outro recorte temporal marcante para a temática da crise urbana, com os movimentos sociais que tomaram as ruas de cidades nos Estados Unidos e na Europa, contrapondo-se ao modelo de planejamento urbano baseado nos princípios do Movimento Moderno (JACOBS, 2007; ROSSI, 2001; ALEXANDER 2013)¹².

A “morte da rua”, como a literatura sobre o assunto passou a tratar, as grandes escalas dos projetos urbanísticos modernistas, o protagonismo urbanístico atribuído ao automóvel, foram alguns dos “jargões” presentes nos manifestos daquele período. Uma das grandes questões emergentes a partir de então foi a de que o urbanismo modernista mudou a escala de abordagem do fazer a cidade. A escala humana não era mais uma referência essencial ao processo de urbanização. A escala passou a ser a da produção, como resposta ao processo desencadeado pela Revolução Industrial que há dois séculos havia sido iniciado. Anterior a esse momento, a escala da cidade correspondia à escala do ser humano. Essa mudança de enfoque recai diretamente

realizar-se. Diz-se daquilo que, por meios eletrônicos, constitui representação ou simulação de algo real”. (Aurélio o dicionário da língua portuguesa).

Segundo Lefebvre: “*Denominaremos “sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real*” (LEFEVBRE, 2008, p. 13).

¹² Ressalta-se também o importante papel que teve o Team X nas críticas ao Movimento Moderno, cujos pontos de discussão dentro dos CIAMs já traziam uma série de questionamentos aos pressupostos modernistas. Sobre o assunto ver BARONE, Ana Cláudia Castilho. Team X: arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume, 2002.

sobre a produção física do espaço público das cidades.

Embora extensa literatura trate das problemáticas advindas do período, é importante destacar que os problemas do planejamento urbano modernista, apresentavam-se distintos para as diferentes realidades de Europa e Estados Unidos. Ressaltamos que naquele momento as críticas se davam sobre a percepção por parte dos autores sobre uma realidade urbana, não se pautando ainda sobre dados de base empírica que pudessem mensurar a realidade percebida.

No Brasil, a década de 1960 também assinala o marco de um momento de crise urbana ainda que de outra ordem, uma vez que o Movimento Moderno aqui representou uma linguagem de renovação da Arquitetura nacional. A crise urbana no Brasil recaía de fato sobre questões de ordem infraestrutural das cidades como o recrudescimento da problemática da questão da moradia, os reflexos de um processo migratório do campo para as cidades¹³ e a falta de infraestrutura das mesmas (MARICATO, 1987). O período também foi assinalado pelo início da ditadura militar e o tolhimento da liberdade individual dos cidadãos¹⁴.

Passados cinquenta anos, a crise urbana vivenciada no Brasil, apresenta-se com maior gravidade ainda. As questões atuais recaem sobre a mesma falta de infraestrutura urbana, a fragilidade institucional que acaba por privilegiar o privado em detrimento do público, os problemas relativos à mobilidade urbana, a insegurança nos espaços públicos que cada vez mais faz com que a população de mais alta renda busque se fechar em espaços de iguais¹⁵.

Desse modo, ampliar o debate para falar de crise urbana recai diretamente sobre a interlocução com a temática do espaço público das cidades. Arantes (2000) observa que o espaço público passou a permear o ideário de arquitetos e urbanistas a partir das críticas advindas dos anos 1960. Segundo a autora:

No intuito de devolver a cidade moderna à coletividade expropriada

¹³ Dados censitários do IBGE apontam que a população urbana brasileira na década de 1960 era de 70.992.3443 habitantes, na década de 1980 era de 121.150.573, em 2000, 169.590.693 e em 2010 de 190.755.799 habitantes.

¹⁴ O contraponto foi que esse período também foi marcado pelo Movimento de Reforma Urbana cuja pauta reivindicatória trazia como questões o direito à cidade e à cidadania, a função social da cidade e a gestão democrática da mesma (Ver: Estatuto da Cidade: comentado, 2010)

¹⁵ Embora, não se pode deixar de considerar que houve avanços em termos de política urbana com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001. (Ver: Fernandez, Edesio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: *Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010)

ao longo do processo de constituição das grandes aglomerações urbanas contemporâneas, arquitetos e urbanistas entregaram-se, particularmente a partir de meados dos anos 60, a uma verdadeira obsessão pelo lugar público, em princípio o antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional. (ARANTES, 2000, p. 98)

Nesse sentido, uma suspeita inicial recai sobre o fato de que o retorno ao espaço público se dá em função de uma ausência de projeto de cidade que a pós-modernidade e a contemporaneidade não conseguiram responder adequadamente. Harvey, de certa forma, corrobora com esta percepção ao fazer a seguinte observação:

No campo da arquitetura e do projeto urbano, considero o pós-modernismo no sentido amplo como uma ruptura com a ideia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (as superfícies “funcionalistas” austeras do modernismo de estilo internacional”). O pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito de tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros (HARVEY, 1992, p.69).

Embora o pós-modernismo tenha sido esboçado por alguns, a ideia de um novo urbanismo¹⁶ não veio a se tornar um ideário intelectual e político em comparação com o Movimento Moderno¹⁷. Sobre o pós-modernismo nas cidades, Harvey aponta que

ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de um sentido de efemeridade e caos, são, talvez, os temas que dominam as atuais práticas da arquitetura e do projeto urbano. (HARVEY, 1992 p. 96).

Essa assertiva de Harvey sobre o projeto urbano coaduna-se com o projeto do espaço público das cidades a partir daquele período. Foi, portanto, nesse cenário, que

¹⁶ O *New Urbanism* foi um movimento surgido originalmente nos Estados Unidos. A Carta do Novo Urbanismo, de 1996, estabelece vários princípios norteadores para o desenvolvimento do projeto de cidades (MACEDO, 2007).

¹⁷ Sobre o assunto ver Yves Chalas no artigo “O urbanismo: pensamento ‘fraco’ e pensamento prático”, onde o autor discute a ideia de um pensamento urbanístico contemporâneo que não se pauta por um corpo conceitual doutrinário, ou uma metanarrativa como observa acerca do ideário urbanístico Modernista. O referido artigo compõe a obra *Planejamento urbano no Brasil conceitos, diálogos e práticas* (2008).

o espaço público passou a ser o foco das atenções, como uma resposta à crise da cidade que o movimento moderno e o pós-modernismo não conseguiram responder.

Todavia, a despeito de uma crise urbana incontestada, principalmente se observamos o caso brasileiro, o que assistimos nos dias atuais é um movimento manifesto de retorno ao espaço público construído das cidades. Movimento esse que possui duas vertentes, uma por parte do planejamento urbano e outra por parte dos atores sociais, como Harvey discute em *Cidades Rebeldes*: “o que vem acontecendo nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, é muito mais importante” (2014, p.13). Poderíamos falar, diante desse cenário, de um retorno ao espaço público das cidades como uma possibilidade de contraponto à crise urbana? Essa questão abre o diálogo com problemas concretos que nortearam a construção do objeto de estudo desta tese.

Dentro desse contexto de crise urbana, o espaço público aparece como uma temática transversal, ou seja, que percorre os debates sobre a cidade a partir do pós-modernismo e na contemporaneidade, exatamente porque ele é o lugar onde os processos de coexistência tomam forma, como debatem Joseph (1988), Carrion (2004) e Delgado (2011). Retoma-se, assim, aquilo que Carrion (2004) apontou (por ser uma das temáticas de maior confrontação social) a ideia de que o espaço público participa do embate ao caráter privatizador da cidade que o mercado busca impor dentro do sistema capitalista, apresentando-se como o lugar do civismo, do encontro e da visibilidade. No caso do Brasil, o espaço público construído passou a se constituir, portanto, como o contraponto a uma cidade cada vez mais privatizada.

No entanto, se o espaço público desponta como uma temática que põe em debate os processos de coexistência social e o lugar dos conflitos, Delgado observa que o outro lado da moeda, seria a maneira como, no sistema capitalista, o espaço público passa a ser objeto de uma estratégia de pacificação e negação dos dissensos¹⁸. Portanto, para o autor, o espaço público contemporâneo acaba por adquirir uma acepção política mais forte enquanto instrumento da ação governamental (DELGADO, 2011, p.20). Delgado destaca esse ponto ao afirmar:

La noción de espacio público, en tanto que concreción física en que se dramatiza la ilusión ciudadanista, funcionaría como un mecanismo a través del cual la clase dominante consigue que no aparezcan como evidentes las contradicciones que la sostienen, al tiempo que

¹⁸ Ver Delgado (2011, p. 23 e 24)

obtiene también la aprobación de la clase dominada al valerse de un instrumento – el sistema político – capaz de convencer a los dominados de su neutralidad. Consiste igualmente en generar el espejismo de que se ha producido por fin la deseada unidad entre sociedad y Estado, en la medida en que los supuestos representantes de la primera han logrado un consenso superador de las diferencias de clase¹⁹. (DELGADO, 2011, p. 24).

Nos meios acadêmicos, o debate volta-se para a questão da espetacularização dos espaços públicos, a homogeneização, o esvaziamento dos mesmos e a consequente perda da urbanidade. Os espaços são projetados segundo uma lógica programática que favoreça a coesão social no discurso dos *fabricantes* como aponta Morais (2012). Sob a ótica do planejamento urbano, os *fabricantes*, seriam os técnicos e aqueles ligados à gestão pública, cuja prerrogativa, é a elaboração dos projetos para os espaços públicos. Utilizando uma linguagem lefevbriana (2008), o espaço *concebido* seria o que designa o espaço dos *fabricantes*. Os outros atores sociais seriam os usuários do espaço, aqueles que o vivenciam como discutimos mais adiante.

Sob esse aspecto, o espaço público contemporâneo se encontra imerso em uma crise a partir do momento em que passou a ser produzido com um caráter homogeneizante e midiático, ou seja, voltado para o espetáculo, deixando assim, de ser uma autêntica representação da diversidade. Para Jacques (2009) o processo de homogeneização nega os conflitos próprios do espaço público, se tomarmos uma concepção mais filosófica do termo²⁰. Para a autora:

Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizadora, espetacular e consensual. Estes projetos buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária²¹ (JACQUES, 2009)

¹⁹ Tradução da autora: “a noção de espaço público, como concretização física em que se dramatiza a ilusão cidadã, funcionaria como um mecanismo através do qual a classe dominante consegue que não apareçam como evidentes as contradições que a sustentam, ao tempo que obtém também a aprovação da classe dominada ao se valer de um instrumento – o sistema político – capaz de convencer os dominados de sua neutralidade. Consiste igualmente em gerar a ilusão de que se tem produzido por fim a desejada unidade entre sociedade e Estado, na medida em que os supostos representantes da primeira tenham logrado um consenso que supera das diferenças de classe”. (2011, p. 24)

²⁰ O que se entende por concepção filosófica do termo. Para Delgado: (...) tenemos otra línea de definiciones acerca del espacio público propia de la filosofía política y que remite a um determinado processo de constitución y organización del vínculo social” (DELGADO, 2011, p. 18). Ver também Joseph na obra *El Transeunte y el espacio urbano* (1988).

²¹ Texto disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>

Jacques (2009) corrobora o que Delgado (2011) aponta sobre os espaços públicos atuais quando esses também passam a ser concebidos segundo uma lógica de produção intrínseca ao capitalismo que visa a criação de marcas a partir de cenários destinados à competitividade das cidades.

O espaço público passou a ser, assim, objeto e mercadoria sob a ótica do mercado e do planejamento urbano como moeda de troca e apaziguamento principalmente, para as áreas menos favorecidas das cidades.

A partir da discussão exposta, observa-se que o debate sobre os espaços públicos construídos nas cidades ganham os holofotes da academia, assim como do planejamento urbano sob diversas facetas.

2.1 Contraponto ou ativismo projetual?

O contraponto às questões postas acima é que vários autores têm se dedicado a mostrar alternativas ao uso dos espaços públicos nas cidades apontando para soluções técnicas projetuais que favoreçam o encontro a partir da multiplicidade de usos relacionando-os à ativação e à animação da vida urbana.

Na década de 1960, autores já citados tratavam a questão da rua e do espaço público construído das cidades a partir de uma percepção de caráter mais subjetivo e dedutivo²², a exemplo das observações de Jacobs (2007) acerca da multiplicidade de usos e das fachadas ativas que criavam o que a autora chamava de “os olhos da rua”. Atualmente, observa-se a busca por mensurar parâmetros empíricos que venham a comprovar como soluções projetuais atuam para favorecer a dinamização do espaço público construído. As análises recaem sobre as relações entre forma da edificação e forma urbana, tendo aí o espaço público como protagonista. São exploradas as relações entre morfologia urbana, gabarito, recuos, densidade construtiva, tipologia das edificações, com outros fatores como mobilidade, graus de incomodidade²³ e

²² Saboya, Netto e Vargas (2015) comentam esta percepção no artigo intitulado “Fatores morfológicos da vitalidade urbana: Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos”. Os autores fazem a seguinte observação: “Jacobs, por exemplo, baseou todo um conjunto analítico e prescritivo acerca da vitalidade urbana sobre observações feitas em alguns bairros de Nova Iorque, indicando contrastes, buscando explicações e defendendo estratégias que considerava as mais adequadas para criar ‘vizinhanças bem sucedidas’. Contudo, essas observações não foram feitas de forma sistemática: não há, por exemplo, aleatoriedade da amostra, nem preocupação em torná-la representativa a partir de um número suficiente de bairros ou de uma distribuição proporcional à população” (SABOYA, NETTO e VARGAS, 2015). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554>.

²³ Por incomodidade urbana entende-se: parâmetro urbanístico relacionado ao controle dos tipos de usos do solo.

segurança urbana.

Nesse sentido, Jan Gehl (2013) tem se destacado na atualidade ao refletir sobre como os espaços públicos edificados nas cidades devem ser pensados e projetados voltados para a escala das pessoas. De certo modo, Gehl estabelece a continuidade da crítica surgida nos anos 1960 acerca da maneira como a forma dos espaços da cidade podem servir como um fator atrativo ou repulsivo para a permanência das pessoas nos espaços públicos.

Se Jacobs (2007), na década de 1960, cunhou a expressão “os olhos da rua” designando um ato de vigilância de caráter social, Gehl utiliza o conceito de “cidade ao nível dos olhos” (2013, p. 39 - 41), abordando uma escala projetual, para analisar o projeto do espaço urbano a partir do plano de visão que o olho humano é capaz de abarcar. O autor tece considerações quanto à perda da dimensão humana, algo que os projetos urbanísticos a partir do Movimento Moderno não conseguiram incorporar. A escala da cidade passou a ser em grande parte, a escala do automóvel com as implicações decorrentes de tal substituição. Assim, os contatos interpessoais no espaço público tornaram-se mais escassos e esses, conseqüentemente, tornaram-se mais inseguros.

Ao defender que a escala humana passou a ser negligenciada pelos planejadores urbanos a partir do Modernismo, o autor argumenta ainda sobre a ênfase do planejamento urbano de caráter mais pragmático, em função, principalmente, da resolução da questão do tráfego. A solução proposta, segundo Gehl, se dá com a diminuição dos automóveis nas ruas em prol do aumento do pedestrianismo (2013, p. 91). Tal atitude, reporta-se ao desenho urbano, com soluções projetuais para vias compartilhadas, e também à gestão pública, com a proibição de tráfego de veículos em determinadas áreas da cidade.

Após as constatações acerca das falhas do planejamento urbano e de como não se deve projetar as cidades, Gehl (2013, p. 6; 7) defende quatro princípios norteadores para o planejamento das mesmas, sendo eles: 1. *cidades cheias de vida*, 2. *cidades saudáveis*, 3. *cidades seguras* e 4. *cidades sustentáveis*. Tais pontos acabam por fornecer “um manual” aos planejadores urbanos, principalmente no que tange ao projeto dos espaços públicos das cidades.

Embora esses estudos tenham dado uma enorme contribuição para repensar a animação da vida urbana, principalmente, do cotidiano urbano, alguns aspectos precisam ser destacados. O primeiro deles é o fato apontado por Saboya, Netto e

Vargas (2015) quanto à falta, muitas vezes, de comprovação científica de tais estudos, ou seja, baseiam-se em apreensões e tornam-se verdades válidas enquanto suposição sem os dados empíricos que os comprovem.

Um segundo aspecto a destacar é o fato de que o planejamento urbano acaba por importar modelos de realidades, contextos e sociedades distintas, tomados como exemplos práticos e exitosos em determinados contextos, não se aplicando em realidades muito diferentes. Isso vem a reforçar, de certa maneira, o caráter homogeneizador dado ao espaço público das cidades na contemporaneidade, como já apontado. Segundo Saboya, Netto e Vargas:

É possível também que as conclusões sejam válidas para um contexto específico, mas não para outros, o que é especialmente problemático se considerarmos que esses autores clássicos raramente circunscrevem suas conclusões a contextos específicos, deixando implícito que seriam válidas para todos os lugares (SABOYA, NETTO E VARGAS, 2015)²⁴

Alguns desses estudos e publicações se prestam, portanto, muito mais como “manuais” destinados aos planejadores urbanos. Muitas vezes, esses “manuais”, são escritos sobre cidades cujas problemáticas estão muito distantes da realidade de extrema segregação socioespacial, em se tratando do cenário brasileiro. Assim, o que percebemos é uma “importação” de modelos transportados para a realidade de nossas cidades.

O terceiro ponto a se observar é a preponderância dada nesses estudos ao objeto construído ou aos *dispositivos técnicos*²⁵, como um reativador das *disposições sociais*²⁶. O espaço público passa a ser pensado atualmente guiado por uma lógica voltada para um ativismo projetual, atribuindo-se aos primeiros, aos *dispositivos técnicos*, a prerrogativa de mobilização da vida urbana. O que pode vir a contribuir para a criação de espaços públicos cenográficos e para o caráter homogeneizador do espaço. Observa-se que essa lógica serve ao projeto do espaço público segundo a ótica dos *fabricantes* dentro do planejamento urbano como já nos referimos.

²⁴ Texto disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554>

²⁵ Por “dispositivo técnico” entende-se os objetos construídos que equipam o espaço (JOSEPH, 1998).

²⁶ Por “disposição social” entende-se as formas ou maneiras de arranjos sociais em interação com os dispositivos técnicos (JOSEPH, 1998).

As relações que se estabelecem entre os *dispositivos técnicos*, ou os arranjos espaciais, e as *disposições sociais* que se conformam nesses espaços são a tônica do que configura a *materialidade híbrida* do espaço público, de acordo com Joseph (1998). Este talvez seja o ponto chave para compreendermos a realização do espaço público construído contemporâneo.

Em decorrência do que foi tratado até aqui, destacamos a importância que a temática do espaço público construído das cidades passou a assumir na atualidade. Ressaltamos a pertinência de investigarmos por que se dá o que passamos a designar nesta tese por *movimento de retorno ao espaço público* dada a importância e abrangência do tema. Particularmente, buscamos observar o espaço público construído nas cidades brasileiras na contemporaneidade face a toda problemática de crise urbana já apresentada. Entendemos que há um duplo movimento de retomada desses espaços que se faz por parte dos “*fabricantes*”²⁷ e por parte dos atores sociais a partir de um desejo latente de ocupá-los.

2.2 Objeto, hipótese e objetivos

Nesse sentido, a presente tese tem como objeto de estudo **reflexões sobre o espaço público construído no Brasil, analisado a partir de seus dispositivos técnicos e suas disposições sociais tidos como atores utilizados para favorecer o movimento de retorno ao espaço público das cidades.**

Esta tese coloca-se diante dos seguintes questionamentos: o que é, o espaço público contemporâneo? Que atributos o caracterizam? Será que não deveria ser a lógica das disposições sociais o *input*, ou a chave de entrada, para o debate em torno do projeto do espaço público? Se para a concepção do projeto do espaço público construído, as disposições sociais fossem colocadas em primeiro plano, não teríamos uma real apropriação do mesmo? Essas considerações podem servir como um contraponto ao espaço público contemporâneo.

²⁷ Assumiremos nesta tese o termo “fabricantes” utilizado por De Certeau para designar àqueles que detêm o poder, ou seja, que “fabricam” os espaços. O termo relaciona-se às estratégias como discutimos no capítulo II. Ver De Certeau (1994) em *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (1994). Morais também utiliza o termo para distinguir os coletivos trabalhados: os *fabricantes* e os *públicos urbanos* (2012, p.83). Aos *fabricantes* também podemos correlacionar a ideia de *espaço concebido* tratado por Lefebvre (2000).

A hipótese da tese é que existe um movimento de retomada do espaço público que se dá em função dos dispositivos técnicos, seguindo uma lógica espacial do projeto e não a lógica das disposições sociais. Se isso se confirma, estamos falando de um ativismo projetual que se presta ao discurso dos fabricantes, o que nos leva a questionar se haveria de fato uma real apropriação e realização dos espaços públicos das cidades. Ao considerarmos os *dispositivos técnicos* e as *disposições sociais*, nos reportamos àquilo que compõe a *materialidade híbrida* do espaço público, conceito elaborado por Joseph (1998), apresentado e discutido no capítulo 2. A realização do espaço público está imbricada nas relações estabelecidas entre os dispositivos e as disposições. Importa dizer que essas dimensões do espaço público não consistem em polarizações, mas em relações inerentes ao construído e ao social – cuja *materialidade híbrida* encontra-se na interseção – que tem no espaço público construído das cidades o lugar de sua realização. Nesse sentido, tal conceito passa a ser incorporado nesta tese para a investigação do espaço público.

Portanto, face ao exposto, como **objetivo geral**, esta tese se propôs a **investigar o movimento de retorno ao espaço público construído das cidades no Brasil e como se constitui a sua materialidade híbrida na contemporaneidade.**

Como objetivos específicos, primeiramente, **investigamos os *dispositivos espaciais* significativos que favorecem a retomada dos espaços públicos enquanto agentes da apropriação por parte dos atores sociais.** Em segundo lugar, **identificamos as disposições sociais a partir das novas configurações ou arranjos espaciais nos espaços públicos atuais do objeto empírico definindo quem são os novos atores que atuam no *movimento de retomada dos espaços públicos contemporâneos.*** E por fim, como terceiro objetivo específico, a presente tese buscou, **estabelecer as relações apreendidas no objeto empírico entre os dispositivos e as disposições que definem a *materialidade híbrida* do espaço público contemporâneo.**

Uma explicação se faz necessária. Não pretendemos esgotar um assunto de tamanha complexidade, mas analisar um momento no qual o espaço público construído das cidades brasileiras passa a ser um objeto de interesse de vários seguimentos emergindo dentro de um cenário urbano de intensas contradições. Busca-se entender como o espaço público passou a concebido segundo uma lógica de mercado que dita a produção dos espaços de vida coletiva das cidades e como esses espaços são vivenciados e apropriados. Desse modo, perguntamo-nos se, de fato, o que assistimos é uma retomada do espaço público das cidades ou um simulacro dessa ideia?

2.3 Marcos iniciais para pensar o espaço público

A literatura sobre o *espaço público* permeia distintos campos do saber, o que traz acepções diferenciadas para a abordagem da temática. Se por um lado, essa abrangência favorece múltiplos olhares, por outro, torna-se mais fácil incorrerem em equívocos conceituais. Nesse sentido, os autores aqui trabalhados são referenciais ao tratarmos da temática. Suas contribuições são significativas para a construção epistemológica do entendimento acerca do espaço público. Esses autores tratam de transformações sociais de diversas ordens que têm a cidade como o espaço onde essas se manifestam, ou abordam outras esferas do espaço público. A literatura sobre o assunto destaca a contribuição fundamental que tiveram para o desenvolvimento conceitual do tema espaço público.

De início, Carrion (2004) observa três concepções atribuídas ao espaço público, uma de ordem urbanística, uma de ordem jurídica e outra de cunho mais filosófico, como passamos a discutir. Ao discorrer sobre tais dimensões, o autor observa ainda a necessidade de uma ideia mais alternativa para o espaço público dada a sua condição urbana em relação com a cidade, ou seja, as condições relativas à vida em coletividade que o urbano propicia com o objeto construído que se materializa na cidade. Outro fator que não pode ser desconsiderado, conforme observa o autor, é que não é só a dimensão epistemológica que interfere no pensamento acerca do espaço público, mas a condição temporal que muda ao largo da história, como escreve: “significa que el espacio público cambia a lo largo de la historia y que em cada momento tiene una lógica distinta²⁸” (2004, p. 5).

É exatamente a condição urbana que tem por base as ligações estabelecidas entre o social e o construído do pensamento sobre o espaço público e a relação com a cidade como apontado em Carrion, um dos pontos-chaves de discussão da tese. Nosso aporte teórico está ancorado na busca por melhor compreender como se caracterizam os espaços públicos urbanos e como se apresentam na atualidade no Brasil. Nesse sentido, tomamos a percepção de Joseph acerca de sua natureza híbrida, que de dentro da sociologia lança luz sobre aquilo que queremos observar. Para o autor, “a materialidade dos espaços públicos urbanos é inevitavelmente híbrida” (1999, p. 34). São as implicações desta *materialidade híbrida* apontada por Joseph que abrem o leque para construirmos a ponte entre o espaço público em suas diferentes esferas e

²⁸ Tradução da autora: “significa que o espaço público muda ao longo da história e que em cada momento tem uma lógica distinta” (CARRION, 2004, p.5).

sua condição urbana.

Isaac Joseph se apresenta, pois, como autor de base para esta tese. Seus estudos sobre as relações sociológicas do espaço público e a cidade são uma importante referência sobre o assunto. Sua obra resgata as contribuições da *Escola de Chicago* para pensar o fenômeno urbano.

Em *El transeunte y el espacio urbano*, sem tradução em português, Joseph (1988) estabelece um elo entre a sociologia de Simmel, Tarde e Goffmann, propondo-se a discutir a dispersão do espaço público a partir do que chama de digressões através da obra dos três autores citados. Joseph centra sua análise no homem comum e nas ações cotidianas para tratar o espaço público e a sua dispersão na atualidade. Este é um dos pontos que nos chama a atenção no trabalho de Joseph. Ele estabelece as bases para pensarmos as relações de significância entre os *dispositivos técnicos* do espaço público e as *disposições sociais* que configuram a *materialidade híbrida* do mesmo (JOSEPH, 1988).

Joseph observa que as mudanças na cidade contribuíram de forma significativa para modificar as interações sociais produzindo, como consequência, profundas alterações sobre o pensamento acerca do espaço público. A grande cidade²⁹ inaugurou uma nova relação de contato entre as pessoas a partir dos meios de transporte, o metrô, o ônibus, privilegiando a visão como o sentido principal para este contato. A partir do desenvolvimento desses meios de transporte (e com isso nos reportamos às metrópoles de fins do século XIX), as pessoas passaram a se ver por longo tempo sem, no entanto, estabelecer o diálogo, ou usar outro sentido como a audição, o que contribuiu para reforçar o distanciamento entre os habitantes da cidade. Ou seja, foi exatamente a diminuição do sentido da audição, que, de certa forma, favoreceu a dispersão do espaço público. A partir dessa observação de Joseph, podemos fazer o elo com a concepção de Hanna Arendt (2007) para quem o espaço público – no sentido da esfera pública – se realiza a partir da ação³⁰ e da palavra, do discurso.

Para Joseph, o espaço público se realiza a partir do contato e dos processos de interação, como abordado ao longo desta tese. O autor afirma que “la fenomenología

²⁹ “A grande cidade” é a expressão usada por Simmel (1979) e Joseph (1988) se utiliza da mesma expressão.

³⁰ Arendt explica que a ação vem do verbo agir: “agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar a iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, começar, ser o primeiro e, em alguns casos, governar), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (2007, p. 190).

del espacio público no es la fenomenología del pudor; es la del tacto”³¹ (1988, p. 16). Essa percepção de Joseph sobre o espaço público diz respeito ao transeunte, a realização desse espaço se dá com aqueles que o percorrem, o atravessam.

Nesse ato caminhante, Joseph aponta a acessibilidade como um aspecto que tem sido negligenciado para o entendimento do espaço público. Assim, o autor vai apresentando elementos para a construção do entendimento de espaço público na contemporaneidade. Em termos conceituais, Joseph nos encaminha para a compreensão do espaço público como lugar do transeunte, assumindo assim, o caráter da dispersão das transformações urbanas induzidas pela grande cidade. Importante fazer essa observação, pois Joseph fala do espaço público da cidade. O espaço público assim pensado, difere de esfera pública, anunciada por Arendt, cuja prerrogativa, enquanto direito de participar, eram daqueles considerados cidadãos.

Sob um âmbito mais filosófico, uma das percussoras a tratar sobre o pensamento em torno do espaço público é Hannah Arendt em sua obra *A condição humana*, escrita em 1958. A autora situa o debate dentro de uma esfera mais ampla que seria a esfera pública³². Arendt não está tratando do espaço público em termos urbanísticos, mas de uma das esferas que polariza a condição humana. São elas: a privada, familiar, reservada, e a pública, onde se desempenha a ação política, o lugar onde se desenvolve a vida em público junto a coletividade, lugar da ação (práxis) e do discurso (lexis). Arendt observa o surgimento dessa esfera pública situando-a na antiguidade da polis grega e na república romana. Matizada no espaço da ágora, a esfera pública desenvolveu-se nesse espaço de vida comum onde os processos de encontro tinham o seu cenário.

Naquele momento, Arendt distinguia a vida pública da vida privada como duas partes condicionantes da vida humana. Mas, apenas o cidadão (homem livre e de posses) participava da vida pública através do discurso e da ação. Ressalta-se o fato de que podemos observar que o espaço público era acessível a todos os considerados cidadãos e só a estes era dado o direito de exercer a cidadania. Um direito não

³¹ Tradução da autora: “a fenomenologia do espaço público não é a fenomenologia do pudor; é a do tato” (JOSEPH, 1988, p. 16).

³² Discutiremos mais sobre o que é público, segundo Arendt, ao longo deste capítulo. Conceitualmente a autora afirma que: “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (1999, p.62) Apontamos também em Delgado, uma conceituação dada à esfera pública: “reunión de personas particulares que fiscalizan el ejercicio del poder y se pronuncian sobre asuntos concernientes a la vida em común” (2011, p.18).

atribuído àqueles não considerados cidadãos, as mulheres e os escravos³³. Nesse âmbito, coaduna-se com uma visão jurídica que permeia a condição da esfera pública apontada por Arendt.

Vale ressaltar que as relações estabelecidas entre a prática política e o espaço construído da cidade já estabelecia as bases da natureza do espaço público. Nesse sentido, os gregos antigos já tinham uma percepção muito clara acerca dos limites físicos da cidade para a prática do espaço público, enquanto esfera pública. Mumford apresenta este aspecto da sociedade grega segundo a visão aristotélica, em sua expressão política, quando relata: “Aristóteles apresenta muitas razões, práticas e metafísicas, para limitar o tamanho da cidade, mas o limite final é tomado da experiência política” (1998, p. 206). Experiência política que se confunde com a prática do espaço público.

Para Arendt, a esfera pública como uma das condições humanas, enseja os processos de visibilidade, ou seja, “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...]” (1999, p. 67). Este significado atribuído por Arendt à esfera pública é um dos grandes contributos à formação do pensamento sobre o espaço público que comporta também o reconhecimento do outro. Assinala a própria condição enquanto cidadão naquela sociedade. Assim, Arendt observa que o termo “público” apresenta dois fenômenos correlatos, mas não idênticos: “significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (1999, p. 59). Arendt completa seu raciocínio com o segundo aspecto: “em segundo lugar, o termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (1999, p. 62).

Para Arendt, o espaço público, segundo uma dimensão mais filosófica, nasceu com a cidade grega e nela encontrou a sua maior expressão no sentido político. Em confirmação a isso, Arendt observa que

isto se deve ao conceito grego de vida na polis que, para eles, denotava uma forma de organização política muito especial e livremente

³³ Mumford atribui ao fato desses habitantes da cidade, mulheres e escravos, não terem direitos políticos, um dos motivos do declínio da polis grega. Ao desconsiderar parcela importante da população da polis que foi deixada de lado por não pertencer a esse universo político. Destaca Mumford, “essa impossibilidade de uma larga parcela dos moradores da cidade alcançar a cidadania explica, em parte, a derrocada da cidade grega. Mantendo a maior parte dos seus habitantes fora da política, da área da plena cidadania, a polis dava-lhes licença para serem irresponsáveis” (1998, p. 206).

escolhida, bem mais que mera forma de ação necessária para manter os homens unidos e ordeiros. (ARENDR, 1997, p. 21)

Portanto, a polis pode ser vista como o espaço mediador e o articulador das relações que se estabeleceram desde então entre os homens e a vida pública, ou seja, dos homens em sociedade, para diferenciá-los da vida privada. Nesse sentido, Arendt fala sobre um dos significados que atribui ao termo “público” que seria o do “próprio mundo” (1997, p.62), como já citado, mas agora explicitamos, que isso se correlaciona com a vida na polis. Ou seja, não é o mundo natural, mas o criado pelo homem, como um artefato produzido pelo mesmo. Diz Arendt:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. (ARENDR, 1997, p.62).

Assim, como contributo às teorias acerca do espaço público, observamos que o mesmo, é esse intermediário que se coloca como aquilo que está entre os homens, unindo-os e, ao mesmo tempo, mantendo o distanciamento neste mundo urbano, obra do homem. Distanciamento esse, visto como o sentido de reserva que se desenvolveria posteriormente e que nasce a partir de mudanças comportamentais necessárias à vida em público (JOSEPH, 1988). Arendt (1997) observa que o advento da era moderna trouxe modificações para a condição humana em relação à vida pública e privada, com a perda de aspectos relevantes desempenhados na esfera pública, a exemplo da valorização do cotidiano e a emergência do individualismo³⁴.

Enquanto Arendt investigou as duas dimensões da condição humana, o filósofo e sociólogo Jürgen Habermas (1984), na sua obra *“Mudança estrutural da esfera pública”* se propôs a investigar as mudanças advindas de uma nova época, a partir do surgimento da sociedade burguesa, e como se apresentava a esfera pública naquela sociedade. Ele lança seu olhar sobre a categoria da esfera pública detidamente no século XVIII, atribuindo à criação da imprensa a constituição de uma outra esfera, a

³⁴ Arendt exemplifica o que apontamos com o seguinte relato: “após o declínio de sua vasta e gloriosa esfera pública, os franceses tornaram-se mestres da arte de serem felizes entre ‘pequenas coisas’, dentro do espaço de suas quatro paredes, entre o armário e a cama, entre a mesa e a cadeira, entre o cão, o gato e o vaso de flores, dedicando a estas coisas um cuidado e uma ternura que, num mundo em que a rápida industrialização destrói constantemente as coisas de ontem para produzir os objetos de hoje, pode até parecer o último recanto puramente humano do mundo” (1999, p. 61 e 62).

esfera crítica. De início, o autor analisa os sentidos que se podem atribuir ao que é “público”.

Chamamos de “públicos” certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou casas públicas. Mas já falar de “prédios públicos” não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam estar liberados à freqüentação pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos. O Estado é o “poder público”. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos (HABERMAS, 1984, p.14).

Habermas vai além, atribuindo outros significados ao que é público como “recepção pública”, aquilo que é ligado ao reconhecimento público. Outra significação diz respeito ao “renome público”, acepção ligada ao reconhecimento de alguém que alcançou a fama. E ainda “opinião pública”, cujo sujeito “é o público enquanto portador de opinião pública” (1984, p. 14). A partir destas colocações, vemos as várias facetas que se pode atribuir ao caráter de esfera pública em Habermas.

O autor percebe nas transformações já apontadas da sociedade o aparecimento de outras esferas que se podem atribuir à acepção de espaço público, como *esfera pública* literária e a política como podemos observar:

Dentro dessa ordem política e social, reestruturada durante a fase mercantilista do capitalismo (cuja nova configuração já se expressa em grande parte no fato de que nela se separam os momentos próprios do político e do social), agora também o segundo elemento do sistema de trocas pré-capitalistas desenvolve uma peculiar força explosiva: a imprensa. (HABERMAS, 1984, p. 34)

É nesse cenário que Habermas observa quais são os condicionantes para as mudanças em curso do espaço público enquanto esfera pública. O surgimento da imprensa foi um fator que não só se somou ao conteúdo político e social, atribuindo-lhes um peso diferenciado para a reestruturação de tais setores, como representou, ao mesmo tempo, um contributo impulsionador de tais transformações. Sintomática é a observação do autor acerca dessa esfera comunicacional e que já consiste em um prenúncio do quão relevante seria o desenvolvimento da imprensa: “a troca de informações desenvolve-se não só em relação as necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias” (1984, p. 35).

Outro ponto a destacar é que o entendimento de que a esfera política só pode se dar a partir da observância da questão do mercado e do trabalho. Neste sentido, Habermas aponta:

Podem comprovar que, durante o século XVIII, a esfera pública assume funções políticas, mas o modo de ser da própria função só pode ser entendido, naquela fase específica da evolução da sociedade burguesa, como um todo, em que intercâmbio de mercadorias e trabalho social grandemente se emancipam de diretivas estatais. (HABERMAS, 1984, p. 93)

Se, por um lado, o conteúdo político assume um papel de vanguarda nos primórdios da imprensa³⁵, com um público ainda muito restrito, o declínio da aristocracia e a ascensão da burguesia encaminharia esse mesmo conteúdo para a formação e crescimento da opinião pública. Prova disto, como aponta Habermas (1984), é que na França pós-Revolução, a esfera pública passa a ser considerada um dos direitos do homem juntamente com o papel assumido pela imprensa frente ao mercado capitalista. Outra questão interessante para observarmos as transformações no espaço público é como a esfera comunicacional repercutiu nas cidades. A partir de então, novos equipamentos como cafés, teatros, passeios públicos, assumiram um importante papel modificador da esfera pública no espaço urbano. Conjugados a esses, Habermas denota o aparecimento de uma outra esfera, a literária, que tem como palco esses novos lugares que assinalam a passagem de uma nova forma de se relacionar com o meio urbano. Esse momento também marca um novo tipo de sociabilidade urbana, fazendo nascer um estilo burguês de sociabilidade, conforme afirma Habermas:

A “cidade” não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à “corte”, ela caracteriza antes de mais nada, uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos *coffee-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais. Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversações sociais em aberta crítica, rebentam a ponte existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 45)

³⁵ Nesse caso, ao tratarmos de imprensa, nos reportamos ao momento em que começa a circulação de notícias que ganham caráter periódico e de circulação de informações.

Tais argumentos corroboram não só com as mudanças em curso da época, no espaço público sociologicamente falando, como também com o espaço urbano que é depositário de novas formas de vivência. É neste sentido, que tais mudanças acabariam por transformar as civilidades e sociabilidades urbanas, o que conseqüentemente levaria a modificações no comportamento advindo do viver no espaço urbano, ou seja, a urbanidade. Os novos equipamentos urbanos apontados fizeram surgir, ao mesmo tempo em que reforçaram, novas formas de interação. Cabe-nos também ressaltar que alguns desses espaços, como os cafés, os *saloons*, entre outros, eram de caráter privado de uso público, representando importantes elementos para tratarmos do espaço público, abrindo uma porta para pensarmos os dias atuais.

Diante do exposto, observa-se como o surgimento e desenvolvimento dessa esfera comunicacional apontada por Habermas, que instaura a discussão acerca das transformações geradas pela imprensa para o espaço público, acarretou rupturas não só no público, mas também na vida privada. Paralelo ao crescimento do individualismo, tem-se a publicização da esfera privada³⁶. Habermas aponta para este fato quando escreve sobre a sociedade burguesa, mas que ganharia cada vez mais corpo na pós-modernidade e contemporaneidade.

Hannah Arendt e Jürgen Habermas, ao ampliarem o debate em torno da esfera pública, permitem pensar outras dimensões que englobam a condição do espaço público. Em comum, esses autores observam mudanças significativas na esfera pública a partir, principalmente, do século XIX. Embora o conceito de espaço público apresente-se de maneiras distintas considerando-se os campos disciplinares e o contexto temporal, esses autores, apontam para as modificações sobre a forma de pensar o conceito de espaço público³⁷ partir da esfera pública.

Um outro ponto a destacar nas discussões contemporâneas quanto ao espaço público parece recair sobre uma questão basilar que é a perda do sentido de orientação, tanto urbanisticamente falando, quando tratamos da espacialidade das grandes cidades, quanto socialmente falando, com a emergência e crescimento do individualismo. Neste sentido, as obras de Simmel (1979) e Sennett (2014) são referenciais ao lançar luz sobre estes aspectos da vida urbana que se materializam no espaço construído.

³⁶ Sobre a publicização da esfera privada, Joseph faz o seguinte comentário: “El principio de reserva se agota hasta transformarse en su contrario, en un consume infinito de revelaciones. Rumores y confidencias, refinamiento de la presentación de si mismo. Arte de las paradas y de las fachadas, pero también publicación de lo íntimo” (1988, p. 144)

³⁷ Ver Delgado (2011, p.18).

Um autor que traduziu bem os efeitos da dispersão e da perda de limites que a cidade produziu no indivíduo foi Simmel (1979). Foi ele um dos primeiros autores que buscou analisar os efeitos psicológicos que a metrópole provocava no comportamento do indivíduo. O autor situa tais transformações na cidade a partir do século XVIII, período que se exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho. O sociólogo alemão, cuja influência nos estudos urbanos se faz presente até a contemporaneidade, analisou, em *A metrópole e a vida mental*, as exigências da vida na metrópole sobre o comportamento do indivíduo. O autor cita, de início, sua pretensão com a obra:

Uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida. Tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas. Esta será minha tarefa de hoje. (SIMMEL, 1979, p.11 e 12).

Suas preocupações voltavam-se para o reflexo das transformações urbanas que a grande cidade acarretava no comportamento do indivíduo e como este comportamento pautava as interações sociais no espaço urbano da metrópole. Reflexões essas que nos remetem para a ruptura que a perda de limites da grande cidade representou para a vida urbana. A cidade provoca estímulos nervosos na mente daqueles que a habitam. Para Simmel, um dos fenômenos que marcam essas transformações de maneira intrínseca (que decorre do modo de viver nas metrópoles) seria a atitude *blasé*. “Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude blasé” (1979, p. 15). Atitude essa derivada da impessoalidade da vida metropolitana refletida no fato da indiferença entre as pessoas. Atitude capaz de desencadear a solidão em meio à multidão. Simmel, ao olhar para a vida na metrópole, conseguiu perceber o que o processo da urbanização acarretou para o homem e como tais processos implicaram nas transformações do comportamento do viver no urbano, o que o fez distinguir, como apontado acima, da vida na cidade pequena.

Se por um lado, os limites físicos da cidade grega se deram em função de uma prática política acentuando o caráter público do viver na polis, por outro lado, o processo de urbanização e a aparente perda de limites físicos abriu o caminho para as transformações na esfera política, tendo no surgimento e desenvolvimento do individualismo as mudanças mais profundas no caráter da dessa esfera. Simmel, discorre sobre o que a vida na grande cidade acarretou para o indivíduo e como isto se reverteu para o crescente individualismo e a atitude *blasé*.

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. (SIMMEL, 1979, p. 15)

De início, Simmel observou que a vida moderna reivindica para o homem um alto grau de especialização o que o levou a tornar-se um ser mais individualizado e ao mesmo tempo dependente. Propôs observar como as transformações da vida moderna, principalmente, as transformações urbanas afetavam a vida mental dos homens. Segundo o autor:

[...] a base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. (SIMMEL, 1979, p. 12)

A metrópole baseia suas conexões sociais no mercado, no capital. Portanto, as relações são impessoais, onde o anonimato deve dar a tônica das mesmas. Isto faz com que qualquer falha nas atividades capitalistas não entrem no âmbito das relações pessoais. Diz Simmel: “essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva” (1979, p. 17). As questões apontadas por Simmel acerca do crescente individualismo têm na cidade e no desenvolvimento do capitalismo as bases de sua fundamentação. Simmel observou em que momento se deu o desenvolvimento do individualismo, abrindo o caminho para o diálogo com Sennett (2014).

Sennett, por sua vez, observa as transformações ocorridas no âmbito dos comportamentos entre a vida pública e privada, situando-as a partir da queda do Antigo Regime. A sua tese é de que essas transformações estiveram por muito tempo encapsuladas despontando como uma nova forma de vida urbana com o desenvolvimento do capitalismo o que favoreceu a emergência da vida privada e o conseqüente desprezo à vida pública.

Sennett foca seu olhar no declínio do homem público, reforçando o caráter do desenvolvimento do individualismo na era moderna. O sociólogo, em sua tese, “*O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*”, procura as origens do individualismo nas transformações ocorridas na sociedade a partir do século XVIII. Transformações essas que têm como palco as cidades, principalmente Londres e Paris. Sennett discorre sobre como se cunhou os termos público e privado e quais suas

concepções nos períodos estudados, buscando observar o que levou a ascensão do privado em detrimento do público. Nesse processo, é importante o seu olhar também para as transformações na estrutura familiar, reduto da esfera privada. Sennett vê na ascensão da burguesia e no declínio da aristocracia novas formas dessa experiência pública da qual a cidade é a intermediária, o que fomenta também novas práticas de civilidade. Contudo, a civilidade, neste contexto, também serve para resguardar o indivíduo nesse contato com o “estranho”, como afirma Sennett.

Todavia, é na cidade, palco das representações cotidianas, que o autor encontra o respaldo para sua teoria. Diz ele:

[...] é provável que existam tantos modos diferentes de se conceber uma cidade quantas são as cidades existentes. O mais simples diz que uma cidade é um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar. (SENNETT, 2014, p. 66)

O autor ratifica o fato de que fora da esfera privada a cidade é o lugar do encontro com o outro, o lugar da experiência pública.

O individualismo toma forma em um cenário pautado pelas relações de mercado atreladas ao desenvolvimento do capital, à expansão urbana consequência da industrialização e às novas formas da sociedade onde a burguesia busca firmar sua posição a partir do seu poder econômico. Em paralelo ao crescente individualismo, Sennett observa as fissuras no espaço público. Embora novos espaços das cidades pudessem favorecer as sociabilidades urbanas, como os cafés, os parques, os passeios pela rua, os teatros, que passaram a ser compartilhados também pela classe trabalhadora, o que estava em curso, na verdade, eram as mudanças na própria concepção de público.

O autor, ao discorrer sobre o declínio dos espaços públicos, observa que os mesmos se tornaram “uma derivação do movimento” (2014, p. 30), movimento entendido como passagem, indicando a perda da função social de tais espaços enquanto lugar da ação, em favor de uma privatização da vida social. Esses espaços estariam perdendo a sua significação. O autor explicita que os lugares de participação na vida pública, como a cidade, encontram-se na atualidade, em decadência (2014, p. 16).

Portanto, as mudanças na concepção do espaço público, desde quando

começamos a relatá-las, são mudanças decorrentes de transformações na sociedade, ou seja, dizem respeito também a questões econômicas, produtivas, culturais, psicológicas. Os processos que levaram às novas formas nas quais o espaço público se estrutura estão arraigadas a processos de caráter estruturante das sociedades urbanas. Assim, as transformações urbanas, tomando uma ótica marxista, passaram a responder ao desenvolvimento capitalista na produção do espaço.

O individualismo apontado por Sennet, referido em Simmel e também Habermas, responde às novas formas de interação promovidas pelo processo de urbanização da cidade e do capital. Assim, também o espaço público passou a responder a outras esferas, a comunicacional, com o surgimento de novas formas de veiculação das informações por meio da imprensa, dos jornais escritos, chegando até a esfera virtual na contemporaneidade.

Os autores aqui trabalhados são fundamentais para pensar o espaço público a partir da compreensão de que as transformações desse espaço público são matizadas por expressivas transformações sociais. Refletimos sobre como a organização social tem na cidade a sua configuração espacial e, em última instância, configura também os espaços de vida coletiva, os espaços públicos. Chegamos a um ponto de inflexão no que diz respeito a questão da produção do espaço. Abriremos essa discussão no Capítulo 2, onde buscamos trabalhar a natureza do espaço público a partir da abordagem da dupla dimensão do espaço – construído e social.

Nesse sentido, destacamos o olhar dos autores Joseph, Lefebvre e De Certeau, que contribuem com a fundamentação teórica da tese. Joseph, a partir do conceito de *materialidade híbrida* do espaço público, como já mencionado; Lefebvre a partir do entendimento da produção do espaço no capitalismo³⁸; e De Certeau, a partir das práticas socioespaciais que têm no lugar construído a sua realização, transformando-o em lugar praticado.

³⁸ Ressalvamos que Lefebvre, não está necessariamente tratando do espaço público, mas torna-se imprescindível ao discutir o espaço a partir dos conceitos de espaço *concebido*, *vivido* e *percebido* como discorreremos no próximo capítulo.



**3 REFERÊNCIAS TEÓRICO-
CONCEITUAIS**

3 REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

No primeiro capítulo da tese, vimos alguns marcos teóricos iniciais cuja relevância para tratar o tema do espaço público é incontestável. Os reflexos do pensamento dos autores apresentados ecoam na teoria acerca do espaço público na atualidade. Ressaltamos que Arendt (1999), Habermas (1984), Simmel (1979) e Sennett (2014), são autores que abrem janelas possibilitando-nos miradas sobre épocas distintas permitindo o olhar sobre determinados períodos, favorecendo-nos observar como se constituía a relação espaço público e sociedade. Principalmente, os autores acima destacados, contribuem conceitualmente para o entendimento da complexidade e das dimensões que a temática do espaço público contempla.

Assim, considerando o exposto anteriormente, passamos a tratar no presente capítulo, de forma mais aprofundada, dos autores que fundamentam esta tese a partir das dimensões social e construída do espaço público.

3.1 A produção do espaço em Lefebvre

A questão da produção do espaço está na base da discussão que Lefebvre (2000) empreende. De início, cabe destacar que o espaço lefebvriano é o espaço social³⁹. É necessário deixar claro esse ponto, pois, para Lefebvre, o espaço físico é uma expressão do espaço social.

Para o autor, a urbanização decorrente do desenvolvimento do capitalismo, mais detidamente capitaneada pela industrialização, foi a fonte de modificações da cidade trazendo transformações não só para essa, mas também para o campo, uma vez que o rural passou a responder ao *modo de produção capitalista*.

Em *A revolução urbana*, escrito em 1970, o autor busca analisar a urbanização em processo. Urbanização entendida ainda como um fenômeno “virtual”, em vias de transformação da cidade. Em *A produção do espaço*⁴⁰, de 1974, Lefebvre se propõe a entender “o espaço lógico-epistemológico – o espaço da prática social” (2000, p.17).

³⁹ Ver artigo intitulado “O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas” publicado em *Cadernos Metrôpole*, v.18, n.37. As autoras Leitão e Lacerda (2016) discutem a questão do espaço em Lefebvre.

⁴⁰ A versão da obra traduzida para o português e utilizada nesta tese foi elaborada pelo grupo de pesquisa denominado “As (Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG.

O objeto aqui analisado é o espaço que se materializa a partir de uma prática social de produção do mesmo.

Portanto, como esclarecimento inicial, ressaltamos que o espaço lefebvriano é o *espaço da prática social* que tem no espaço construído as suas formas de representação. Sua pesquisa analisa a produção do espaço sob a ótica marxista, a partir da lógica que o capitalismo e o mercado impõem. Contudo, o autor não se furta a analisar a produção do espaço anterior ao período da Revolução Industrial. Embora seu olhar alcance a produção do espaço pré-capitalista e a data dessa obra reporte à década de 1970, parece-nos que suas observações quanto a produção do espaço, estão na base de uma discussão contemporânea sobre o assunto, como abordamos a partir de agora.

Segundo o autor, “o espaço (social) é um produto (social)” (2000, p. 29). Esse produto tendeu a se distanciar do espaço natural. Distanciamento que se deu cada vez mais em razão do próprio processo de urbanização, levado a escala mundial, que apartou o espaço social do espaço da natureza em seu estado mais primitivo. A segunda observação decorrente daquela afirmação é que “cada sociedade produz um espaço, o seu” (2000, p.30), o que nos remete à questão da prática espacial. Em Lefebvre, essa prática, diz respeito a uma prática de produção do espaço das atividades humanas. A prática de espaço aqui tem um caráter mais amplo, diferenciando-se das práticas espaciais cotidianas como trataremos mais adiante. Fazemos essa ressalva, para compreendermos o que o autor entende por prática de espaço que se diferencia de outros autores. Lefebvre afirma que: “A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando” (2000, p. 34).

A prática espacial em Lefebvre contempla, pois, uma *produção e reprodução* do espaço e, nesse sentido, coloca em destaque as relações de localização das funções que o espaço comporta. Lefebvre destaca como a prática espacial no neo-capitalismo se voltou para a prática cotidiana a partir dos percursos de trabalho que o modo de produção assim exigia. Esse fato nos chama a atenção para a questão do espaço público construído⁴¹ nesta tese, para distinguirmos do espaço de que trata o autor. Embora Lefebvre discuta o espaço num âmbito mais amplo, a correlação é possível quando as abordagens acerca do espaço público passam do espaço da prática política e cívica para o espaço cotidiano de reprodução do sistema capitalista. Essa mudança

⁴¹ Destaca-se a expressão no texto *espaço público construído* para evidenciar a dimensão do espaço público trabalhado nesta tese.

de enfoque surge no livro *A revolução urbana*, quando o autor se questiona e tece argumentos sobre o papel da rua como o lugar do encontro. Ele se pergunta: “quais encontros? [...] Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra” (2008, p.28). O autor complementa:

A rua converteu-se em rede organizada pelo/ para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se o “tempo-mercadoria” (tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido). A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo. (LEFEBVRE, 2008, p.28 e 29)

A questão da produção do espaço, para o autor, interliga-se à performance espacial dos espaços construídos que passaram a ser concebidos para reafirmar o sistema de produção capitalista e também as relações entre a vida privada e os espaços de lazer. Em confirmação a estas observações, Lefebvre aponta:

Cada um sabe do que se trata quando se fala de um “cômodo” num apartamento, da “esquina” da rua, da “praça”, do mercado, do “centro” comercial ou cultural, de um “lugar” público etc. Estas palavras do discurso cotidiano discernem espaços sem isolá-los, e descrevem um espaço social. Elas correspondem a um uso desse espaço, portanto a uma prática espacial da qual elas dizem e compõem. De início, não seria preciso inventariá-los, depois procurar qual paradigma lhes confere uma significação e segundo a qual sintaxe eles se organizam? (LEFEBVRE, 2000, p. 20)

Para o autor, “a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando o seu espaço” (2000, p. 34). Decifrar o espaço pressupõe compreender quem o concebe e qual a lógica por trás do processo de concepção, quem o vivencia e como o faz, e como esse espaço é percebido. Nesse sentido, as práticas espaciais podem ser entendidas a partir dos três aspectos seguintes, o *concebido*, o *vivido* e o *percebido*.

O *concebido* diz respeito às representações do espaço que Lefebvre define como:

Aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao

concebido (...). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente. (LEFEBVRE, 2000, p. 35, aspas do autor)

O espaço *concebido* seria, dentro da perspectiva desta tese, o espaço dos *fabricantes* como apontado no capítulo 1. Diz respeito a um corpo técnico e político que domina a produção física do espaço. Produção essa intrínseca à lógica de um sistema econômico e político vigente.

Enquanto o espaço *concebido* diz respeito ao espaço do poder, o espaço vivido diz respeito ao dos usuários, daqueles que se apropriam do espaço, também denominado por Lefebvre como os *espaços de representação*.

Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto espaço dos “habitantes”, dos “usadores”⁴², mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2000, p. 35)

Por considerar um produto social, Lefebvre (2000) observa que o espaço deveria ser *vivido* antes de ser concebido⁴³. Contudo, destaca que o *concebido* tem se colocado anterior ao *vivido* dado a lógica especulativa que o próprio sistema capitalista se utiliza para dominar o *vivido*.

Ao *concebido* e ao *vivido* agrega-se o percebido. Lefebvre destaca também para a importância dessa triplicidade, uma vez que reduzir a prática de espaço ao *concebido* e ao *vivido* traria uma ideia de oposição e contraste para pensar o espaço, quando, na realidade, deve existir uma relação dialética entre os três aspectos apontados (LEFEBVRE, 2000). Assim, o *percebido*, tem algo de sensorial que diz respeito às formas de percepção.

⁴² “Usadores” é a palavra utilizada na versão traduzida para o português. A página 35 do livro, traz uma nota de rodapé sobre a tradução feita para a palavra.

⁴³ Essa questão será retomada mais adiante, pois para a Arquitetura e o Urbanismo, como viver em um espaço ainda não concebido?

Para compreender o espaço social em três momentos, reportemo-nos ao corpo. Uma vez que a relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo e reciprocamente. A prática social considerada globalmente supõe um uso do corpo: o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais, os gestos do trabalho e os das atividades exteriores ao trabalho. É o percebido (base prática da percepção do mundo exterior, no sentido dos psicólogos). (LEFEBVRE, 2000, p. 36)

Desta forma, Lefebvre discute que o espaço *concebido*, ou as *representações do espaço*, são permeadas de um *saber* de ordem ideológica e de um conhecimento transformáveis ao longo do tempo. O espaço *concebido* entra na lógica política para a produção do espaço agregando os objetos, os *dispositivos* e as pessoas. É o espaço dos produtores, dos *fabricantes*. Enquanto o *vivido*, ou os *espaços de representação*, não seguem necessariamente a lógica imposta pelo *concebido*. É o espaço dos usuários, que em detrimento daquilo que lhes é colocado, muitas vezes, subvertem o que está lhes sendo imposto. É o espaço do simbólico, do afetivo, um espaço relacional. As relações aí estabelecidas perpassam necessariamente pela copresença⁴⁴ e coexistência e pela interação com os *dispositivos* construídos. Diz respeito a apropriação do espaço. Para Lefebvre, um espaço social apropriado não se gera em um dia, trata-se de um processo no qual “a sociedade geradora toma forma apresentando-se e se representando” (2000, p. 32). O processo de apropriação está no cerne da questão do espaço *vivido*.

Sob a ótica lefebvriana, quando se discute contemporaneamente a produção do espaço, e nesse ponto, traz à tona a questão dos espaços públicos construídos, o que se observa é que não interessa a preponderância do *vivido* sobre o *concebido*. O processo de globalização da economia tem se utilizado da concepção dos espaços enquanto objeto político de pacificação do *vivido*. Observa-se como estratégia que a homogeneização dos espaços tem criado espaços abstratos, também abordado por Lefebvre. Portanto, o tríplice aspecto das práticas espaciais que dizem respeito ao *vivido*, ao *concebido* e ao *percebido*, perdem sentido em se tratando dos *espaços abstratos*.

Nesse âmbito, podemos observar, sobre o *espaço abstrato* apontado por Lefebvre, que o mesmo teria um caráter alienante em função da ação redutora do espaço *vivido*. O próprio Lefebvre, ao tratar do *espaço abstrato*, afirma que: “o vivido

⁴⁴ O termo copresença é utilizado nesse texto tomando por base o sentido atribuído por Joseph (1988) segundo o qual é o ato de estar com o outro em um mesmo espaço em uma relação de distanciamento. Diz Joseph: “um espaço público é um dispositivo que põe em tensão identidades entre distância e proximidade, entre o cara-a-cara com o outro e a co-presença com os demais [...]” (1999, p. 26).

se esmaga (é esmagado). O concebido o assalta” (2000, p. 43), ratificando, dessa maneira, a observação acima. Ou seja, a produção do espaço público contemporâneo diz respeito à pacificação do *vivido* e a preponderância do *concebido*. Quais as consequências disso? A criação de espaços cenográficos, homogeneizados. Espaços que aumentam as clivagens sociais. O espaço *abstrato*, homogeneizado, faz com que esse espaço não seja produto de uma sociedade, mas de um sistema global. Nas palavras do autor, é um espaço que “implica consensos” (2000, p. 48). Portanto, para Lefebvre: “[...] o espaço abstrato tende para a homogeneidade porque ele reduz as diferenças (particulares) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças” (2000, p. 44). E qual a “solução” para o *espaço abstrato*? Seria a produção de um *espaço diferencial* como apontou o próprio autor. Isto é, aquele que ressalte as particularidades existentes, enquanto produto social, e se distancie da homogeneização.

Assim, encontramos nas reflexões de Lefebvre respaldo para a investigação de um problema levantado na tese sobre a “produção” dos espaços públicos contemporâneos quando estes são frutos de um *concebido* e não do *vivido*. A lógica deveria ser inversa, o *vivido* demandando o *concebido*, uma vez que o espaço é a *morfologia do social* (LEFEBVRE, 2000). Afirmção que guarda relações entre a *forma do social*, suas *estruturas e funções*, dentro do espaço *vivido*. (LEFEBVRE, 2000). Com isso, Lefebvre sublinha a preponderância que o *vivido* deve ter sobre o *concebido* uma vez que os processos de estruturação e conformação do espaço social são resultantes de processos de significação e apropriação. Sobre isso, ao argumentar em favor da rua, em *A revolução urbana*, Lefebvre observa:

Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se “selvagem” e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições” (LEFEBVRE, 2008, p.27 e 28).

O espaço, assim pensado, guarda os signos das condutas praticadas no urbano⁴⁵. É nesse sentido, que o espaço lefebvriano é o espaço socialmente definido.

⁴⁵ Ver Morais em “Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada” publicado In: *Urbanidades*. Rio de Janeiro., Folio Digital/: Letra e Imagem, 2012.

Também, como citado anteriormente, Lefebvre se apresenta como um autor bastante atual, dando-nos suporte à discussão e interlocução com a produção do espaço público contemporâneo.

3.2 A *materialidade híbrida* do espaço público em Joseph

Ao discutirmos o espaço em Lefebvre, abordamos a questão da produção social do espaço. Nosso grande desafio é inserir a questão do movimento de retorno ao espaço público construído, no âmbito de sua produção na contemporaneidade como buscamos investigar. Essa passagem não é fácil e sem riscos. Contudo, se faz necessária para chegarmos à compreensão do que é o espaço público no cenário contemporâneo das cidades no Brasil.

Consideramos a relevância do pensamento de Lefebvre para entendermos a dimensão social do espaço. Assim, podemos observar que as três categorias lefebvrianas constituídas pelo *espaço concebido, vivido e percebido*, se inserem na análise do espaço social, como temos discutido até o momento. Mas, cabe-nos destacar que essa teoria não é suficiente para pensarmos o espaço construído, uma vez que, do ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, isto é, da produção do espaço humano habitado, não é possível viver o espaço sem concebê-lo. Nesse sentido, introduzimos o pensamento de Joseph, ao apresentar a ideia de *materialidade híbrida* do espaço público, o autor torna a relação entre o espaço social e o espaço construído imbricada e indissociável.

No capítulo1, já havíamos anunciado a questão da *materialidade híbrida* do espaço público apresentada por Joseph. Uma questão conceitual que exige uma aproximação com o pensamento do referido autor. Para nortear essa aproximação, dois questionamentos estiveram presentes em nossas reflexões acerca da teoria de Joseph: Que caminhos o espaço público percorreu desde o momento em que podia se confundir com a prática do civismo, até o espaço da ação cotidiana? Segunda questão: Para onde caminha a função do espaço público contemporâneo nas cidades?

Atento às questões sociológicas do espaço público, Joseph inicia a análise do mesmo a partir de sua *dispersão* que tem seus reflexos no espaço urbano construído. Para o autor a “dispersión corresponde a la naturaleza misma del espacio público urbano”⁴⁶ (1988, p. 19). Dispersão que não está presente apenas no espaço edificado

⁴⁶ Tradução da autora: “dispersão corresponde a natureza mesma do espaço público urbano” (JOSEPH, 1988, p. 19).

da cidade, mas nas próprias relações sociais. Para discutir essa questão, o autor se utiliza da metáfora do sonâmbulo e do insone. A metáfora do sonâmbulo diz respeito ao indivíduo que não está atento às relações públicas que persistem enquanto dorme. O uso de tal figura de linguagem seria aquilo que caracteriza, do ponto de vista social, o espaço público contemporâneo. Ou seja, o espaço público experienciado de modo disperso uma vez que as relações sociais se caracterizam pela superficialidade, como afirma o autor recorrendo a sociologia de Simmel acerca da grande cidade. Diz Joseph sobre a questão da superficialidade das relações na cidade: “es um médio en el que las identidades se dejan ler en la superficie, en el que “lo más profundo es la piel”⁴⁷ (Joseph apud Deleuze, 1988, p. 48). Superficialidade que acaba por suplantar a questão do civismo no espaço público atual.

A oposição à metáfora do sonâmbulo seria a do insone, aquele que se encontra vigilante e, por isso, tenderia a caminhar em direção à alteridade⁴⁸, pois estaria atento aquilo que o cerca (1988, p.15). Contudo, para o autor o que marca as relações sociais no espaço público atual seria a figura do sonâmbulo⁴⁹. Tais metáforas são utilizadas para caracterizar as relações sociais no espaço público hodierno fruto de intensas modificações societárias ao longo do tempo. O espaço público que deixou o seu caráter político, desde quando anunciado por Arendt, para ser lido no espaço das relações sociais cotidianas conforme escreve o autor:

Lo que se nos da es más bien la experiencia de la fluidez de la copresencia y de la conversación, de las pequeñas oposiciones sociales que son nuestras vacilaciones, la experiencia del excedente de socialidad em su materialidade discursiva.⁵⁰ (JOSEPH, 1988, p. 18).

Assim, apoiado em reflexões oriundas da microsociologia, Joseph aponta que em relações públicas de *encontro* e *copresença*, existem marcos que passaram a nortear a experiência da vida em público (JOSEPH, 1988), ou seja, atributos que permeiam tais relações que seriam: o *intervalo*, aquilo que separa o indivíduo do

⁴⁷ Tradução da autora: “é um meio em que as identidades se deixam ler na superfície, em que o mais profundo é a pele” (Joseph apud Deleuze, 1988, p. 48).

⁴⁸ Segundo Joseph: “*La filosofía de Emmanuel Lévinas nos há enseñado a concebir la relación com el otro a través de la irrupción del rostro, que es la vez presencia absoluta y alteridade radical*” (JOSEPH, 1988, p.107).

⁴⁹ Metáfora que Joseph utiliza está presente nas obras de Tarde, Simmel e Goffman como afirma o autor em sua obra *El transeunte y el espacio urbano* (1988).

⁵⁰ Tradução da autora: “O que nos é dado é a experiência da fluidez da copresença e da conversação, das pequenas oposições sociais que são nossas vacilações, a experiência do excedente de sociabilidade em sua materialidade discursiva. (JOSEPH, 1988, p. 18)

outro; o *contexto*, no qual se desenrola a ação e está inserido o intervalo; e, o *marco*, dentro do qual se situa o contato ou a interação. Tais atributos das relações de contato no espaço público marcam como se dão as interações sociais da *copresença* no trato das ações ordinárias e circunstanciais cotidianas.

Pautado ainda pelas formas de representação individual que a partir da microssociologia buscou observar, Joseph percebe que o comportamento do indivíduo no espaço público foi sendo moldado a partir de práticas de civilidades que a vida urbana, em coletividade, ensajou. Todavia, ressalta que para restabelecer o espaço público no seu sentido político, apenas uma filosofia da alteridade não seria o suficiente (JOSEPH, 1988). Por isso, e uma vez que o espaço público se encaminhou para a dispersão, Joseph alerta e reclama para a necessidade premente de se observar o caráter político das relações no espaço público. Para o autor:

Hay que tomar seriamente las exigências del espacio público. Hay que tener en cuenta el elemento político de las civilidades. Precisamente, esse excedente de socialidad que es lo único que permite hablar de un espacio público, que permite no confundirlo con una relación intersubjetiva, es el contexto en el cual se despliega dicho espacio, es su marco.⁵¹ (JOSEPH, 1988, p. 18)

Nesse sentido, tomando o caráter político como elemento importante para as relações no espaço público, o autor aponta para a questão do caráter cívico que o espaço público comporta enquanto um *bem público*: “el espacio público tiene necesidad no sólo de la pluralidad de las diferencias, sino también de su enmarañamiento”⁵² (1988, p. 18). Assim, Joseph atribui a devida importância à questão de que o espaço público é o lugar do dissenso e não do consenso, ou seja, da pluralidade.

Mas a visão do autor não se dá apenas sobre a questão social do espaço público. Joseph alerta para o risco dos reducionismos. O espaço público não pode se reduzir à sua dimensão social, tampouco à sua dimensão meramente física e construída (JOSEPH, 1998). O que caracteriza a natureza do espaço público é sua *materialidade híbrida*. E nesse sentido, o autor, mais uma vez, reclama a necessidade de articulação entre o que ele chama de “sociologie des circonstances avec l’expérience concrète

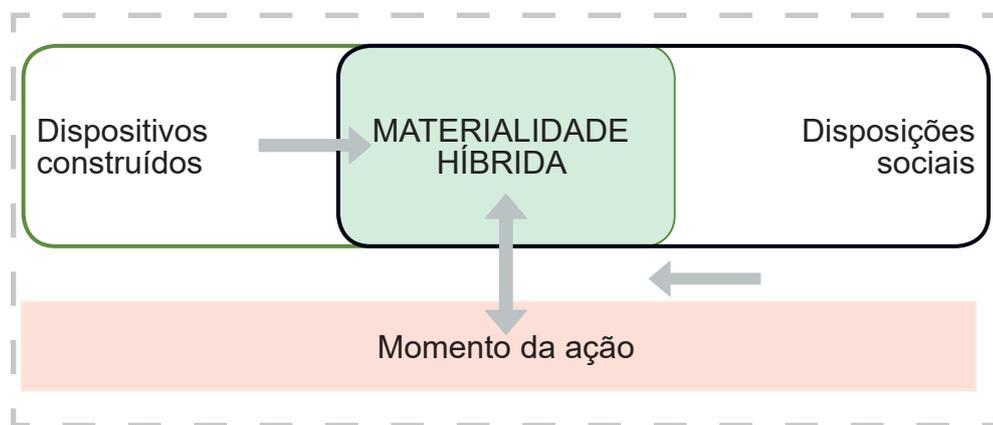
⁵¹ Tradução da autora: “Devemos levar a sério as exigências do espaço público. Devemos ter em conta o elemento político das civilidades. Precisamente, é o excedente da sociabilidade o único que nos permite falar de um espaço público, que nos permite não confundi-lo com uma relação intersubjetiva, é o contexto em que esse espaço se desdobra, é o seu marco”. (JOSEPH, 1988, p. 18)

⁵² Tradução da autora: “o espaço público tem a necessidade não só da pluralidade das diferenças, como também do seu emaranhamento”. (JOSEPH 1988, p. 18)

des espaces publics”⁵³ (1992, p. 212).

É dessa maneira que a *materialidade híbrida* caracteriza o espaço público urbano e as práticas sociais. A *materialidade híbrida* do espaço público é composta por “dispositivos construídos que equipam o espaço ou o criam como cenografia e por disposições ou arranjos de visibilidade que só têm pertinência em e por um momento da ação” (1999, p. 34).

Diagrama 1: Resumo da materialidade híbrida



Fonte: Elaborado pela autora baseado na definição a partir da definição de Joseph

Usando de uma analogia com a cenografia, os dispositivos construídos, ou espaciais, seriam dotados de “qualidades sensíveis, luminosas ou sonoras” (1999, p. 34), ou seja, o espaço público é também o espaço do tato, da visibilidade e da escuta. Nesse ponto, Joseph ancora seu pensamento na sociologia interacionista de Goffman (1985). O espaço do tato guarda o que Joseph denomina de *sentido de reserva*. Segundo esse princípio, um ator busca ser sociável com seus interlocutores ao mesmo tempo que mantêm um distanciamento em relação aos mesmos (JOSEPH, 1988). Esse princípio se inter-relaciona ao surgimento de comportamentos advindos do viver no espaço urbano. Segundo Joseph:

Más precisamente, fue menester que la ciudad hiciera crecer certo número de comportamientos – y en este sentido se debería definir la

⁵³ Tradução da autora: “sociologia das circunstâncias com a experiência concreta dos espaços públicos” (1992, p.212). Publicado em: Joseph Isaac. L’espace public comme lieu de l’action. In: Les Annales de la recherche urbaine, No57-58, 1992. Espaces publics en villes. pp. 211-217; http://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_1992_num_57_1_1716.

urbanización como um processo qualitativo, como difisión y expansión de la urbanidade.⁵⁴ (JOSEPH, 1988, p.106)

Nesse sentido, observa-se como se constitui a *materialidade híbrida* do espaço público, uma vez que se confirma a mútua influência do social e do construído. Portanto, o *princípio de reserva*, como explicitado, guarda as formas de “como se relacionar com o outro” ao mesmo tempo em que se está “separado um do outro”, marco da vida em público (1996, p. 212). Nesse marco, o espaço público é o espaço da visibilidade e da escuta. Aqui, mais uma vez, a sociologia de Goffman⁵⁵ – na qual Joseph se apoia – traz uma grande contribuição ao abordar a questão dos momentos e formas de interação social. Para Joseph, essa *materialidade híbrida* pressupõe uma relação do objeto (dispositivo) no espaço construído, com as maneiras de percepção, com o ato de visibilidade e de escuta no espaço.

O próprio espaço público construído das cidades também pode ser entendido como um dispositivo que tem a prerrogativa de colocar em diferentes graus de tensão, segundo o autor, a proximidade e a distância nos processos de encontro e *copresença*. (JOSEPH, 1999). Do ponto de vista dos dispositivos, Joseph fala daquilo que “equipa”⁵⁶ os espaços construídos e os dotam de qualidades. Esse é um ponto importante, dentro do pensamento do autor, pois se relaciona ao *senso comum* e à atribuição de urbanidade a determinados espaços (JOSEPH, 1996). Podemos salientar que mesmo características que dizem respeito à ordem do espaço físico urbano tem seu rebatimento direto nas interações sociais. Ou seja, mesmo que pretendamos isolar um determinado aspecto para tratar de uma especificidade com relação ao espaço público, acabamos nos reportando à sua natureza híbrida, uma vez que o mesmo pode evocar a aproximação e o distanciamento, com consequências diretas nas interações sociais.

Aliado às categorias de *proximidade* e *distanciamento* que qualificam o espaço público, Joseph preocupa-se com uma questão que considera ter sido negligenciada acerca da problemática dos espaços públicos atuais. Essa questão diz respeito à

⁵⁴ Tradução da autora: “Mais precisamente, foi necessário que a cidade fizesse crescer um certo número de comportamentos - e, nesse sentido, se deveria definir a urbanização como um processo qualitativo, como difusão e expansão da urbanidade”. (JOSEPH, 1988, p.106)

⁵⁵ Joseph faz alusão a Goffman para quem “a vida pública é definida como esfera da visibilidade mútua” (2004, p.74).

⁵⁶ Joseph utiliza a palavra “equipa” para se referir aos dispositivos tomando como referência a cenografia. Poderíamos discutir a adequação do termo para a Arquitetura, uma vez que os dispositivos podem ser vistos como aqueles que configuram o espaço.

acessibilidade, que contempla os *rituais de acesso*, os *modos de deslocamento* no espaço de circulação da cidade (JOSEPH, 1999). Acessibilidade que está diretamente atrelada à mobilidade como um modo de deslocamento e articulação entre os sistemas ou territórios que dizem respeito às continuidades e descontinuidades do tecido urbano, pois o habitante da cidade é antes de tudo um *ser de locomoção* (JOSEPH, 1999). Dessa maneira, a questão da acessibilidade e da mobilidade no espaço público, tem também uma importância fundadora para as práticas de espaço, para o ato de caminhar enquanto prática de realização do espaço público. Para as práticas que se operam no espaço público, que o qualificam como lugar de ação (JOSEPH, 1996). É nesse sentido que Joseph aponta para a “acessibilidade como operadora da urbanidade” (1999, p.36).

Como *ser de locomoção*, o habitante da cidade põe em questão as *disposições* que dizem respeito aos arranjos ou às maneiras de interação social que se dão no espaço público urbano, em relação aos *dispositivos*. Portanto, as disposições sociais se dão em função das interações que vão desde o momento do primeiro encontro até os inter-relacionamentos que se dão no espaço público construído. É importante destacar também no pensamento do autor que o encontro no espaço público é marcado por linguagens – que não se reduzem a linguagem falada – o que nos reporta aos processos de escuta e de apreensão simbólica como já citado, e às civilidades que levam à formação da urbanidade, como discutimos mais adiante.

A materialização da *natureza híbrida* do espaço público se forma a partir de dois aspectos que o autor reconhece como *espaço pleno*, o espaço da ação, que depende do contexto e dos diferentes tipos de ação e o *espaço vazio*, aquele que ainda não se realizou como pleno, pois ainda é o momento do encontro primeiro dos atores sociais⁵⁷, onde há apenas o primeiro ato de interação (JOSEPH, 1999). Nesse sentido, o espaço público carrega essa hibridação entre a materialidade do construído e a materialização do encontro. Sobre essa questão, Joseph afirma que “um espaço só é público mediante um trabalho de qualificação que remete aos momentos de ação e às estruturas práticas da experiência” (1998, p. 33).

⁵⁷ Goffman em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana* trata da “estrutura dos encontros sociais” quando as pessoas entram em contato com a presença física umas das outras (Goffman, 1989). Nesse ato de interação, o autor considera que o indivíduo desempenha dois papéis, como explicita: “foi considerado como ator, um atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação; e foi considerado personagem, como figura, tipicamente uma figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tinha por finalidade evocar. Os atributos do ator e os do personagem são de ordens diferentes, e isto de modo inteiramente fundamental, e no entanto ambos os conjuntos têm seu significado em termos do espetáculo que deve prosseguir (1989, p. 230 e 231).

Portanto, a passagem do *espaço vazio* para o *espaço pleno* reside na realização das práticas de espaço. O próprio Joseph aponta o caminho para tal entendimento, pois, para o autor, o que instaura o espaço público urbano é uma relação com aquele que o atravessa, que o explora (JOSEPH, 1998), que faz com que o *intruso* seja aceito, que se dissipe no espaço. Portanto, enquanto o *espaço vazio* se caracteriza pelo momento da primeira interação, o *espaço pleno*, caracteriza-se pela realização da ação, perpassando pelo reconhecimento do outro, que se dá nos processos de escuta e que atribui ao espaço público o caráter de *visibilidade mútua* (JOSEPH, 1996).

Neste ponto, parece-nos que a analogia com os vazios urbanísticos tem alguma pertinência, pois para Joseph “o espaço não é um invólucro nem um vazio no interior do qual se desenrola um drama ou uma ação” (2004, p.76). O vazio pode ser assim compreendido como o que ainda não se realizou se não houver as práticas socio-espaciais que os signifiquem⁵⁸. Em confirmação a isso, Joseph complementa: “daí, a atenção ao tratamento qualitativo e sensível dos espaços urbanos, garantia de um sentido e de uma adequação aos usos que os cidadãos lhes dão (2004, p.76).

Dentro do âmbito da *materialidade híbrida* do espaço público reside também as questões postas pelo autor acerca da urbanidade que perpassam, como afirma “sur les catégories du jugement pratique et esthétique qui font que le sens commun attribue une certain urbanité à tel ou tel espace”⁵⁹ (1996, p. 212.).

– O espaço público como território da urbanidade

Não poderíamos deixar de tratar as preocupações de Joseph no que diz respeito à urbanidade, pois o autor considera o espaço público como território e o marco inicial para a urbanidade. Ponto de reflexão importante na obra do autor, a urbanidade vincula-se a todo um vocabulário de comportamentos inerentes ao viver no espaço urbano, mais especificamente no espaço público construído, que está presente no ato de circular pela cidade, nas simples atividades do dia-a-dia, no trato com o outro

⁵⁸ Sobre o vazio na Arquitetura ver Zevi na obra *Saber ver a Arquitetura*. De acordo com Zevi, a arquitetura só se realiza, ou se define com a presença humana. Sobre o assunto, o autor comenta: “já dissemos que as quatro fachadas de uma casa, de uma igreja ou de um palácio, por mais belas que sejam, constituem apenas a caixa dentro da qual está contida a jóia arquitectónica. A caixa pode ser artisticamente trabalhada, ousadamente esculpida, esburacada com gosto, pode constituir uma obra-prima, mas continua sendo uma caixa [...]” (1997, p.19 e 20).

⁵⁹ Tradução da autora: “sobre as categorias de julgamento prático e estético que fazem com que o senso comum atribua uma certa urbanidade a tal ou tal espaço” (1996, p.212).

enquanto compromisso moral e político e, enfim, no exercício da cidadania (JOSEPH, 1999). É nesse sentido que o autor afirma:

Significante zero da urbanidade, o espaço público permitiria ultrapassar, com êxito, as fronteiras, não obstantes reais, entre civilidade e civilismo, entre o espaço de circulação da cidade e o espaço de comunicação da cidadania, entre o marco ecológico das atividades e o marco participativo, moral ou político de um compromisso. (JOSEPH, 1998, p. 24)

Atrelado aos processos de transformação da cidade, Joseph considera ter sido necessário que o urbano se impusesse enquanto forma de vida para poder se observar o desenvolvimento da urbanidade como já afirmado anteriormente (JOSEPH, 1988). Assim, buscando traçar uma linha do tempo para a compreensão de como se formou a urbanidade, o autor observa que foi necessário surgir todo um vocabulário de civilidades na vida em público para que pudesse surgir a urbanidade.

Portanto, a urbanidade firma-se como um conceito sociológico advindo do viver na urbe. Mas, para que ela exista, pressupõe-se um comportamento que enseja o trato com o outro, o que reporta a todo um vocabulário de civilidades do qual Joseph fala: “una civilidad es pues lo mínimo y lo esencial que deben imponerse hombres que viven en sociedad para escapar de la catástrofe que representaria verse reducidos a la condición de especie”⁶⁰ (1988, p. 104). Joseph situa o nascimento da urbanidade na sociedade de corte enquanto lugar de valores culturais superiores (JOSEPH, 1988, p. 28). Em termos processuais, Joseph aponta que a civilidade antecede a sociabilidade, essa transfere para a rua a “estética da conversação e do consenso” (1999, p.23), e são as duas que dão origem à urbanidade.

Dois pontos merecem ser destacados para apreciarmos a noção de urbanidade. O primeiro diz respeito ao fato de que a urbanidade está intrinsecamente interligada às civilidades e às formas de sociabilidade a partir da complexificação das sociedades urbanas. O segundo ponto diz respeito à forma urbana, pois é no espaço público que a urbanidade se realiza. Mesmo que a cidade contemporânea tenha feito surgir outras concepções de espaços coletivos como o *shopping center*, o condomínio fechado, onde repousa a crítica sociológica de que esses são espaços de iguais, ainda assim, persiste a necessidade de um comportamento advindo do caráter do viver no urbano.

⁶⁰ Tradução da autora: “uma civilidade é pois, o mínimo e o essencial que devem impor-se homens que vivem em sociedade para escapar da catástrofe que representaria ver-se reduzidos à condição de espécie”. (JOSEPH, 1988, p. 104).

Ou seja, diz respeito ao lugar do encontro e da copresença no espaço público. E aqui mais uma vez encontramos o pensamento de Joseph ancorado na sociologia goffmaniana:

O fato de pensar o espaço urbano como espaço de disputas e contestações está no cerne dos trabalhos da microssociologia de Goffman, em que as situações de encontro constituem o campo de análise dos julgamentos de urbanidade e das formas de acordo sobre a urbanidade de um lugar. (JOSEPH, 2004, p.76)

Uma consideração a que podemos chegar é que a urbanidade compartilha de uma natureza híbrida como apontou Joseph quanto ao espaço público. Se o espaço público é o lugar da visibilidade e dos processos de escuta que a cidade propicia para a vida coletiva, a urbanidade decorre do comportamento advindo da vida no espaço público construído não se desvinculando daquela natureza.

Do ponto de vista pragmático, falar de urbanidade remete às *práticas de espaço* que se operam no espaço público em relação aos dispositivos construídos e às disposições sociais naquele espaço. Interliga-se também à questão da acessibilidade e da mobilidade como operadoras da urbanidade (JOSEPH, 1999). Visa, por fim, tomando as palavras do autor “tornar efetivo o direito de visita e de circulação, que é a condição mínima de uma urbanidade democrática” (2004, p. 57).

3.3 O espaço praticado e o ato caminhante em De Certeau

Para compreensão do espaço público, fundamentado enquanto sua natureza híbrida que se realiza a partir dos momentos de ação, ou seja, que necessita das práticas espaciais, fomos em busca de observar também as ponderações de De Certeau sobre o que o autor considera como práticas socioespaciais. Justifica-se um olhar sobre as considerações do referido autor devido a dois aspectos fundamentais: o primeiro, reporta-se a como o autor tece considerações quanto ao espaço construído como lugar praticado. O segundo, diz respeito às práticas ordinárias, cotidianas e a abordagem do autor sobre as mesmas, e o que tais considerações ajudam a lançar o olhar sobre o objeto que queremos investigar.

É no referido autor que encontramos uma narrativa sobre as práticas de espaço cotidianas e seus modos de operação. Em sua obra *A invenção do cotidiano*, publicada em 1990, explora a temática da prática de espaço com a qual estabelecemos um

diálogo. Buscamos examinar as práticas de espaço em De Certeau porque essas se dão sobre as práticas cotidianas do homem comum, sujeito de sua investigação, e sobre os *modos de fazer* que têm a cidade como o lugar da ação. De Certeau é um autor que traz para a luz da ciência o homem comum e o cotidiano como objetos de investigação trabalhando com a microescala, ou seja, a escala do dia a dia nas práticas de espaço.

Em primeiro lugar, De Certeau explicita que este sujeito da ação, o *sujeito ordinário*, foi por muito tempo negligenciado pelas ciências, principalmente as sociais. Objetiva, portanto, analisar as maneiras de fazer do homem comum ao utilizar-se de *táticas* para subverter o poder instituído pelas *estratégias*.

As táticas e as estratégias são categorias estabelecidas pelo autor que norteiam a observância dos modos de operação segundo os papéis diferenciados dos sujeitos em ação. Por *estratégia*, De Certeau entende “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de um querer e poder é isolável de um ambiente” (1994, p. 46). A *estratégia* define um *próprio*, ou seja, um lugar de poder. Já *tática* o autor explica como sendo “um cálculo que não pode contar com um próprio⁶¹, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem o lugar do outro” (1994, p. 46). A força da *estratégia* é manipular o lugar, já a *tática* joga com o tempo, com as astúcias que o momento permite.

Para apreender os modos de operação, as maneiras de fazer, De Certeau faz uso da linguística observando a cidade como processos narrativos e discursivos, onde se inscrevem as práticas de espaço. Nesse sentido, o processo metodológico de De Certeau é marcado pela leitura do espaço urbano tomando por analogia as práticas linguísticas. Tendo em mente essa analogia, o autor reforça que a cidade seria o “mais desmesurado dos textos humanos” (1994, p. 170).

Buscamos nos ater, portanto, sobre dois pontos principais: *as práticas de espaço e o sujeito da ação*. Aquele cujas práticas cotidianas não se delineiam por um caráter específico, cujas *táticas* subvertem uma lógica dominante dos *fabricantes* e que acabam por ressignificar o espaço público, construído criando novas formas significantes de apropriação. Tomamos uma observação de De Certeau para justificar nosso raciocínio “[...] a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto

⁶¹ Sobre o que vem a ser um “próprio”, De Certeau, define: “é um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo” (1994, p. 99).

urbanístico dela excluía” (1994, p. 174). Com isso, queremos evidenciar as posições diferenciadas que se estabelecem em relação ao espaço público entre o espaço dos *fabricantes* ou, na escrita de Lefebvre (2000), o espaço *concebido*, e o espaço *praticado*, ou *vivido*.

Para De Certeau, o “espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (1994, p. 202). É subjacente na noção de espaço, como conceituada por esse autor, a questão social, pois para ele o espaço é uma produção onde tempo e relações, sejam consensuais ou conflituais, estão presentes.

Neste ponto, cabe-nos uma reflexão, sobre a conceituação de espaço exposta acima. Da maneira como De Certeau o entende, elimina-se a noção de que o espaço é marcado pelo vazio. O que nos reporta a Joseph, ao tratar o espaço vazio como aquele que ainda não se realizou, pois ainda não foi praticado. Assim, o *espaço praticado* em De Certeau, aproxima-se conceitualmente do *espaço pleno* de Joseph. Tal observância é reforçada por De Certeau, encaminhando-nos para o fato de que o autor defende a existência do espaço a partir das práticas, como afirma:

Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito. (DE CERTEAU, 1994, p. 202)

A partir do entendimento de De Certeau a respeito do espaço, podemos considerar o que vem a ser esse *espaço praticado* do qual fala o autor. Ou seja, o espaço praticado só existe a partir dos modos de operação que o institui. Os modos de operação dos quais De Certeau fala são por ele denominados de práticas inventoras de espaço. Para o autor “[...] as práticas de espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (1994, p. 175). O mais importante, na observação dessas práticas de espaço, não consiste apenas em mapeá-las, mas decodificá-las, ou seja, são os aspectos que as determinam, os fatores que as impulsionam e o que resultam como fundadoras do espaço. Portanto, o lugar construído, a rua, o espaço público como investigamos, ganha toda a sua verdade ao transformar-se a partir das práticas espaciais, no *lugar praticado*.

De Certeau enuncia quais são os efeitos das práticas de espaço tomando o

ato de caminhar para análise e o que esse ato representa para o espaço urbano. O autor enumera três funções que o ato caminhante promove e quais os efeitos para a realização do espaço advêm dessa prática. O primeiro efeito diz respeito a uma *apropriação topográfica* do lugar. Ou seja, esta primeira função representa um ato de reconhecimento e apropriação do lugar. O segundo diz respeito a “uma realização espacial do lugar”; esta é a razão de ser do espaço urbano, que se realiza a partir daqueles que o praticam. O terceiro efeito é o ato que estabelece “relações entre posições diferenciadas, coloca o outro em face” (1994, p. 177). Aquilo que caracteriza o espaço público é, portanto, o espaço do reconhecimento, da copresença e do encontro com o outro.

3.4 Práticas de espaço: escalas de abordagens em Lefebvre, Joseph e De Certeau

Após as considerações feitas da teoria dos três autores apresentados, reportemo-nos agora a um ponto chave para a discussão acerca do espaço público que merece ser ainda discutido e diz respeito às práticas de espaço. Práticas de espaço que se relacionam diretamente às *disposições* sociais frente aos *dispositivos* no espaço público. Interessa-nos, portanto, colocar em debate o que vem a ser a prática espacial nos três autores citados, observando as escalas de abordagens tratadas pelos mesmos que nos ajudam a refletir sobre o espaço público contemporâneo.

Para Lefebvre (2000), as práticas de espaço têm a prerrogativa da produção do espaço enquanto produto de uma sociedade. Assim, a produção do espaço urbano seria a sua máxima expressão. Lefebvre não se furta a observar a questão do cotidiano. Contudo, o cotidiano em Lefebvre é o da reprodução da força de trabalho, dos deslocamentos cotidianos e da localização dos espaços, do habitat e do trabalho. O autor não desconsidera que a prática de espaço é regida, ou arregimentada, pela prática política e pelo Estado. Lefebvre afirma:

Ademais, a prática espacial consiste numa projeção “sobre o terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder do Estado. (LEFEBVRE, 2000, p. 15)

Embora a prática espacial em Lefebvre esteja ligada diretamente ao espaço *vivido*, aos processos significantes do espaço, o autor observa a submissão do *vivido*

ao *concebido* e reitera que o espaço retrata a *morfologia do social*, guardando suas funções e estruturas concluindo que “o conceito de espaço assim religado a uma prática social – ao mesmo tempo espacial e significativa – toma todo o seu alcance” (2000, p 43).

Para Joseph, o espaço público, como já afirmado, é o *lugar da ação*⁶². Nesse sentido, o autor aponta o espaço da ação como aquele que coloca o indivíduo em posições diferenciadas, como agente da ação e ao mesmo tempo espectador da ação que se desenrola no contexto do espaço público, ou seja, reafirma-se como espaço de *visibilidade mútua* (JOSEPH, 2004). O espaço público também entendido como *bem público*, pode ser interpretado como: “c’est une co-production et le sens commun qu’il est réputé pouvoir construire ou consolider demande à être analysé de manière imanente et sur les lieux de l’action”⁶³ (1996, p. 211). Em termos de abordagens e de escala, as práticas de espaço em Joseph são observáveis do ponto de vista da microescala, das práticas cotidianas e circunstanciais, como também da macroescala, quando o autor põe em debate a questão do espaço público como *bem público*.

Ao tratarmos da *materialidade híbrida* do espaço público, observamos a passagem do *espaço vazio*, aquele que ainda não se realizou, para o *espaço pleno*, o espaço onde a ação torna-se efetiva. É na realização do espaço pleno que tem lugar o contexto da ação segundo o autor:

Um espace collectif ainsi conçu est aux antipodes de l’espace vide comme lieu d’action. Plein comme un oeuf, il aspire à participer à la célébration d’un phénomène social total et, du coup, il s’acharne à neutraliser ou effacer l’expérience de l’étrangeté qui est au coeur de toute rencontre dans un espace de circulation et de communication⁶⁴. (JOSEPH, 1992, p. 216)

Assim, o espaço pleno também se realiza a partir do ato de caminhar no espaço urbano. Encontramos no ato de caminhar em Joseph, a descrição de uma prática de

⁶² Ver artigo: Joseph Isaac. L’espace public comme lieu de l’action. In: Les Annales de la recherche urbaine, No57-58, 1992. Espaces publics en villes. pp. 211-217; http://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_1992_num_57_1_1716.

⁶³ Tradução da autora: “uma co-produção e o senso comum que lhe é reputado constroe ou consolida a demanda a ser analisada imanentemente o seu lugar de ação” (1992, p. 211).

⁶⁴ Tradução da autora: “Um espaço coletivo assim/ bem concebido é o oposto do espaço vazio como um lugar da ação. Cheio como um ovo, ele aspira a participar na celebração de um fenômeno social total e, de repente, ele está determinado a neutralizar ou apagar a experiência do estrangeiro que é o coração de cada encontro em um espaço de circulação e comunicação” (1992, p. 216).

espaço que o autor considera cheia de interações com os outros indivíduos, com a paisagem e com os dispositivos que equipam o espaço (JOSEPH, 1999). Assim como já havia sido explicitado anteriormente, esta prática diz respeito ao habitante do urbano como *ser de locomoção*, mobilizando a percepção e a visibilidade no espaço público. Em afirmação aos processos de interação que o ato de caminhar ou deambular colocam em evidência, Joseph afirma:

Aí está uma abordagem pragmática dos usos do espaço que pressupõe que a deambulação seja um ato de conhecimento do espaço e que todo ato de conhecimento seja, em si mesmo, uma deambulação no universo das coisas (JOSEPH, 2004, p. 74).

Nesse ponto, é possível observar também as práticas de espaços em De Certeau. Como já discutido anteriormente, as práticas espaciais relacionam-se ao conceito de *espaço realizado* a partir das mesmas, tomando a microescala das ações cotidianas para se materializar. Sobre essas ações, Michel de Certeau faz inferências ao ato de caminhar que nos leva à importante reflexão enquanto prática de espaço, como já explicitado.

Em Joseph, encontramos considerações que dizem respeito ao ato caminhante, como já tratado, que tangenciam as observações de De Certeau e põem em diálogo a percepção dos dois autores sobre o espaço como um ato praticado. As assertivas de Joseph quanto ao ato caminhante corroboram, de certa forma, ao que De Certeau afirma acerca do espaço que precisa das práticas para sua realização. Destacamos aquilo que estabelecem os pontos de contatos entre os autores ora discutidos. Joseph aponta que o espaço público diz respeito ao transeunte, que pode ser o homem comum, ordinário, sujeito da ação nos dois autores. Para Joseph a realização do espaço público se dá a partir daqueles que o percorrem, o atravessam. É dessa maneira que podemos estabelecer as relações com o ato de caminhar, antes enunciado, nos dois autores.

Portanto, encontramos também em Joseph correlações com a tripla função observada por De Certeau acerca do ato caminhante como uma prática de espaço. Desta forma, o lugar do espaço público é o lugar do reconhecimento. É a partir da prática de espaço que se firma a necessidade de um comportamento que advém desse encontro com o outro, que é capaz de colocar “o outro em face”. Todavia, uma ressalva se faz necessária, esse encontro não se dá necessariamente em bases contratuais e de trocas, as bases podem ser conflituais como aponta De Certeau. Segundo essa perspectiva, Joseph também aponta que quando se atinge o espaço da rua, o espaço

urbano pode ser interpretado segundo a sua capacidade de aproximar ou distanciar (JOSEPH, 1999). Aqui, as preocupações de Lefebvre quanto à homogeneização do espaço ganham pertinência, uma vez que defende a preponderância do *vivido* sobre o *concebido*, como já discutido, reafirmando o caráter de que o espaço público é o lugar do dissenso e não do consenso.

Diante dos tangenciamentos encontrados nos autores discutidos, algumas considerações podem ser feitas sobre as práticas de espaço para o espaço público. Nesse sentido, reportando-nos ao objeto de estudo desta tese, o movimento de retorno ao espaço público na contemporaneidade, para discutir, à luz da teoria dos autores aqui apresentados, as questões postas sobre como se apresenta a *materialidade híbrida* do espaço público atual, o que nos encaminha para algumas ponderações preliminares. Perguntamo-nos, em se tratando do caso brasileiro, que mecanismos poderiam favorecer essa materialidade do espaço público contrapondo-o ao ativismo projetual que podemos constatar?

Primeiramente, observamos que as relações entre os *dispositivos* e as *disposições* estabelecidas no espaço urbano, decorrem de práticas espaciais imprescindíveis para a realização do espaço público. Podendo ser contratuais ou conflituais, as práticas espaciais colocam em debate a questão do espaço público como lugar da ação, do encontro e da copresença. Lugar dos dissensos, mas acima de tudo, de reconhecimento do outro. Talvez essa seja a expressão máxima para realização do espaço público.

Em segundo lugar, e não dissociado da questão do reconhecimento do outro, observa-se a necessidade de investigação das relações entre *dispositivos* e *disposições* que configuram a *materialidade híbrida* do espaço público e decorrem das práticas sociais significantes que tem no espaço urbano a sua realização, para que se entenda quais as demandas reais do espaço público contemporâneo. Caso contrário, o espaço público construído das cidades, estará sempre a mercê de uma lógica totalizante do ponto de vista dos *fabricantes*.

Levando-se em consideração que as relações entre *dispositivos* e *disposições* se diferenciam em contextos temporais e sociais, decorre daí a questão das práticas de civilidade e sociabilidade que atribuem urbanidade aos espaços públicos. É preciso estar atento a essa pauta em termos de produção dos espaços urbanos contemporâneos. O olhar sobre as teorias dos autores aqui apresentados corrobora para estabelecer a compreensão sobre o lugar que o espaço público ocupa na contemporaneidade e, de certa forma, para onde o mesmo caminha. Nesse sentido, tomamos as palavras de

Joseph em confirmação às demandas prementes do espaço público atual: “qu’il faut songer pour comprendre l’espace public non seulement comme espace abstrait de deliberation intersubjective, mais comme espace du mouvement, du rassemblement, de la dispersion et du passage”⁶⁵ (1996, p. 217).

⁶⁵ Tradução da autora: “é preciso pensar para compreender o espaço público não somente como espaço abstrato de deliberação intersubjectiva, mas como um espaço de movimento, de concentração, de dispersão e de passagem” (1996, p. 217).



**4 TEORIA E MÉTODO: como investigar a
materialidade
híbrida do espaço público**

4 TEORIA E MÉTODO: como investigar a *materialidade híbrida* do espaço público

No capítulo 1, fizemos a exposição dos problemas contemporâneos do espaço público, construímos o estado da arte sobre a temática, para só então, apresentarmos o nosso objeto de estudo, nossos objetivos e nossa hipótese de trabalho. No capítulo 2, discutimos as referências teóricas da tese que reportou aos autores tomados como base para a interlocução com a dupla dimensão do espaço público como já citado, ou seja, o social e o construído, nos remetendo ao conceito de *materialidade híbrida* enunciado por Joseph (1999). Entendemos que esse conceito possibilita a investigação entre o espaço público construído em sua interface como o social, adequando-se dessa maneira às referências teóricas trabalhadas.

Considerando que a *materialidade híbrida* do espaço público coloca em debate a análise dos *dispositivos técnicos* do espaço público construído e as *disposições sociais* segundo determinados arranjos, como destaca Joseph (JOSEPH, 1999), começamos a evidenciar duas esferas imbricadas – o social e o construído – que formam um *coletivo* conforme passamos a entender a partir de Latour (2012).

Nesse contexto, os procedimentos metodológicos de análise utilizados na presente tese estão embasados na metodologia desenvolvida por Latour e Law (LATOURE, 2012) para a teoria por eles criada denominada “ator-rede”, Actor-Network Theory (ANT). Consideramos que o uso da referida metodologia para esta tese encontra justificativa também no fato de que seu embasamento teórico se fundamenta no pensamento de autores com os quais estabelecemos o diálogo, como Joseph e Goffman. Não podemos deixar de mencionar aqui um outro autor base para a teoria de Joseph e Latour, o sociólogo Gabriel Tarde. Outro aporte teórico importante para a teoria “ator-rede”. Tarde, juntamente com Goffman, são referências para Joseph e a formulação da noção de *materialidade híbrida* com a qual trabalhamos.

Em seguida, passamos a apresentar a teoria Ator-Rede – ANT, e seus principais aportes metodológicos, para em seguida apontarmos as categorias a serem mobilizadas para análise e investigação do objeto empírico e os procedimentos para sua realização.

4.1 A teoria *ator-rede*

Para melhor compreensão da metodologia desenvolvida por Latour,

apresentamos um breve resumo de sua teoria, bem como, esclarecemos algumas terminologias utilizadas pela ANT que passam a ser usadas nesta tese.

A teoria ator-rede, ANT, define-se como uma *sociologia das associações* segundo Latour, seu objetivo é estabelecer vínculos entre *humanos e não-humanos* levando-se em consideração que os objetos também “agem”. Sobre as *associações*, Latour observa que “para a ANT, social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (2012, p. 100). A ANT parte do entendimento de que o social pode ser reagrupado em função da participação dos atores. Para o autor, “qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante” (2012, p. 108). Ou seja, um ator, dentro dessa perspectiva, é algo que leva outros a agirem⁶⁶.

Nesse “agir”, os objetos atuam de duas maneiras, como *intermediários* ou *mediadores*. Segundo Latour, *intermediário*: “é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-lo; definir o que entra já define o que sai” (2012, p. 65). E *mediadores*: “transformam, traduzem, distorcem, e modificam o significado, ou os elementos que supostamente veiculam” (2012, p. 65).

Buscando melhor compreender a teoria ANT, observamos também sobre as *associações* o que fala Akrich⁶⁷, autora que desenvolve um importante trabalho acerca da sociologia das técnicas usando como base a teoria ator-rede:

Os objetos técnicos definem, em sua configuração, uma certa partição do mundo físico e social, atribuem papéis a certos tipos de atores – humanos e não-humanos – excluindo outros, autorizam certos modos de relação entre estes diferentes atores etc... de maneira tal que eles participam plenamente da construção de uma cultura, no sentido antropológico do termo, ao mesmo tempo que eles se tornam obrigatoriamente os mediadores em todas as relações que nós mantemos com o “real”. (AKRICH, 2014, 161)

A observação de Akrich coaduna-se ao que Latour fala sobre as interações possíveis entre os que atuam em uma ação. Diz Latour: “frente a um objeto, atentem primeiro para as associações de que ele é feito e só depois examinem como ele

⁶⁶ Segundo Latour: “o ator, na expressão hifenizada “ator-rede”, não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção” (2012, p. 75).

⁶⁷ Madeleine Akrich é uma socióloga e engenheira francesa. Trabalha com a sociologia das técnicas utilizando-se da teoria ator-rede. Ver artigo intitulado “*Como descrever os objetos técnicos?*” publicado no *Boletim Campineiro de Geografia*, v.4, n.1, 2014.

renovou o repertório de laços sociais” (2012, p. 334). Dentro desse âmbito, a ação é o acontecimento que coloca em diálogo os atores *humanos* e *não-humanos*. Assim, para o autor, “a ação deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento” (2012, p. 74). Portanto, o momento da ação pauta-se pela interação dos atores passando a formar um *coletivo* que segundo Latour: “designará o projeto de juntar novas entidades ainda não reunidas e que, por esse motivo, obviamente não são feitas de material social” (2012, p. 112).

Do ponto de vista das *associações*, podemos fazer então a conexão com o que exploramos em Joseph, congregando os *dispositivos* e as *disposições* aos momentos da ação, bem como, com a teoria de Goffman⁶⁸ (1985) sobre a formação de grupos. Nesse sentido, para esta tese, estabelecemos a conexão com o que Latour designa por atores *humanos* às *disposições sociais*, assim como, os *não-humanos* aos objetos ou *dispositivos* espaciais construídos no espaço urbano. Portanto, ao apresentarmos as categorias de análise, adotamos os termos *disposições* sociais e *dispositivos* espaciais para designar *humanos* e *não-humanos* respectivamente.

4.2 O método

Para a ANT, o método consiste na associação em *rede* de grupos heterogêneos estabelecendo as “conexões” entre atores, *humanos* e *não-humanos*⁶⁹. Daí, derivam-se os procedimentos metodológicos da ANT que são pautados pela elaboração de relatos, ou narrativas descritivas das *associações* dos *atores* e suas *traduções*. Segundo Latour: “definirei um bom relato aquele que tece uma rede” (2012, p. 189). O autor complementa:

Um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos do texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. (LATOUR, 2012, p. 189)

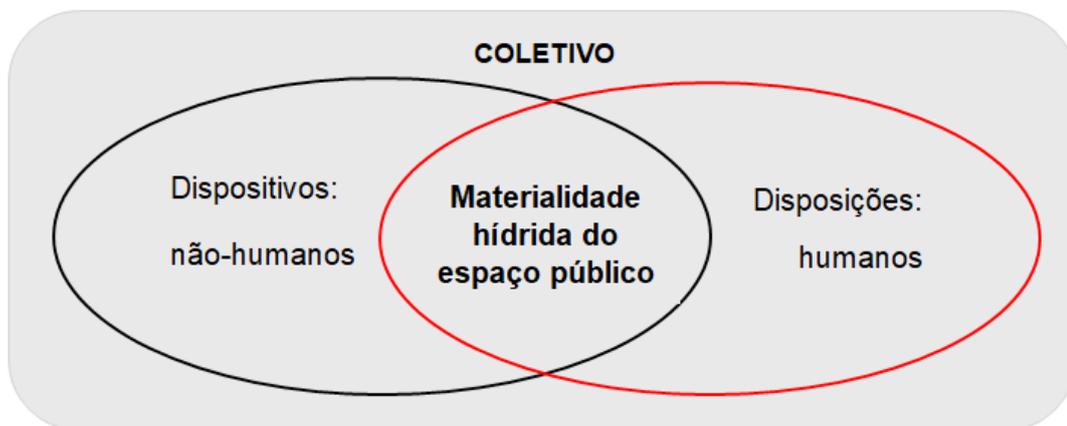
⁶⁸ Ver o capítulo II do livro *A Representação do eu na vida cotidiana*, quando Goffman (1985) trata da formação de equipes.

⁶⁹ Para melhor compreensão do que Latour designa sobre não-humanos, ver a explicação dada pelo autor quando afirma: “a ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar” dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de não-humanos” (2012, p.109).

Também é necessário, dentro de um relato ANT, observar as *redes* de atores formadas. Para Latour, “o bom texto tece redes de atores quando permite ao escritor estabelecer uma série de relações definidas como outras tantas translações” (2012, p. 189). Ou seja, a *rede* permite observar a energia e o movimento formado pelos atores descritos em um relato. Segundo o autor, “rede é conceito, não coisa” (2012, p.192). A rede deve ser traduzida na explicação dos pesquisadores: “traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis” (2012, p. 160). São as *traduções*⁷⁰ que permitem a análise das *associações* entre os *dispositivos* e as *disposições*, ou seja, entre *não-humanos* e *humanos* respectivamente. O método também possibilita *associações* com o local e o global a partir dos relatos em forma de *rede*.

Passemos, então, a olhar nosso objeto de estudo a partir dessa referência teórico-metodológica. Para efeito de análise, enquadramos a *materialidade híbrida do espaço público* como um *coletivo* segundo o diagrama apresentado a seguir.

Diagrama 2: *Coletivo da materialidade híbrida do espaço público*



Fonte: Elaborado pela autora

Partindo da ideia de que **a *materialidade híbrida do espaço público* reside na interseção entre os *dispositivos* espaciais e as *disposições* sociais**, passamos a apresentar as categorias analíticas atribuídas aos *dispositivos* e às *disposições* que

⁷⁰ Ver também o que Rheingantz diz sobre o termo *traduzir*: “significa expressar, a partir de sua apropriação da rede, o que os outros dizem e querem, como agem e como se associam mutuamente (Callon, 2006); fazer conexão, ‘ligar-se a’; também supõe percepção, interpretação e apropriação” (2012, p. 139).

possibilitam a investigação dos espaços públicos urbanos a partir de *associações* entre essas categorias.

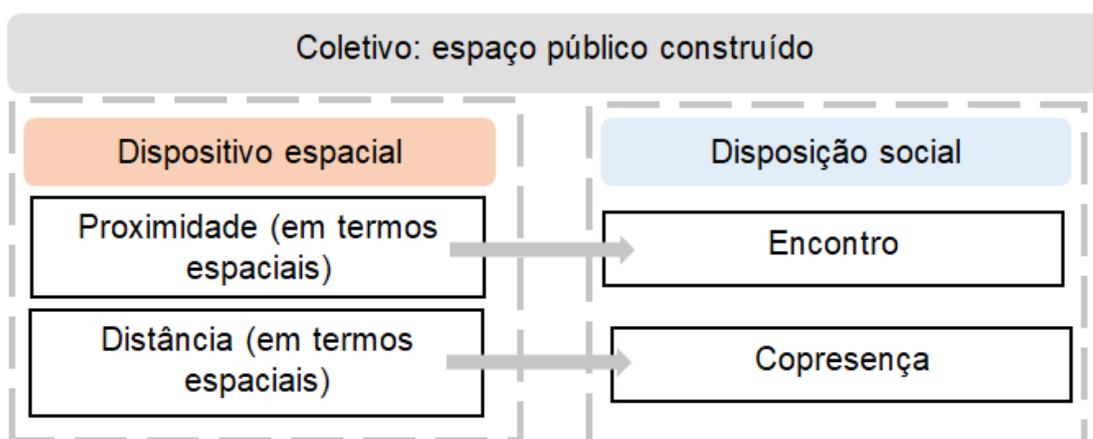
4.3 Categorias analíticas

As categorias de análise indicadas nos diagramas a seguir são atributos dos dispositivos construídos do espaço e das disposições sociais apresentadas por Joseph no capítulo 2. Assim, as categorias analíticas foram agrupadas em *associações* conforme os diagramas a seguir tomando por base a metodologia da teoria “ator-rede”. Esses diagramas foram formulados a partir da possibilidade de formação de *coletivos* com as categorias elencadas seguindo a relação que coloca em diálogo os dispositivos espaciais e as disposições sociais.

Embora as categorias tenham sido tomadas a partir da teoria apresentada por Joseph, espera-se que as mesmas dialoguem com os outros autores trabalhados, uma vez que estamos tratando sempre do *social* e do *construído*, ou seja, das *disposições* e dos *dispositivos*. Tais categorias instituem formas de uso e apropriação do espaço público.

Observamos que os diagramas apresentados seguem duas formas de organização das categorias: primeiramente, mostramos as *associações* onde os *dispositivos* espaciais aparecem em sua relação com as *disposições* sociais. Em seguida, analisam-se as *disposições* sociais em sua interface com os dispositivos espaciais.

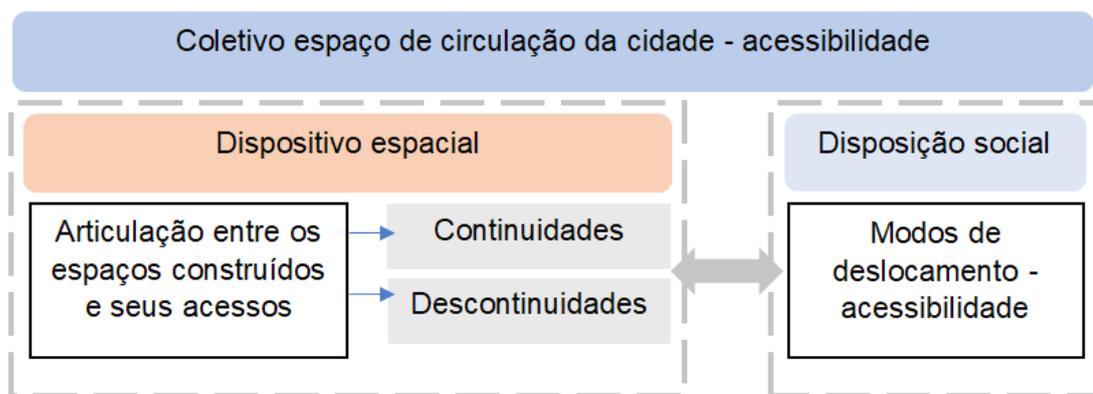
Diagrama 3: Coletivo espaço público construído



Fonte: Elaborado pela autora.

O diagrama 3 do coletivo espaço público construído sistematizou os *dispositivos* espaciais do espaço construído analisados a partir de sua capacidade de aproximar ou distanciar em termos espaciais, ou seja, como se apresenta o espaço construído em termos de facilidade de acesso, de movimento, como se configura o entorno, cujo rebatimento se dá nas *disposições* sociais a partir da capacidade promover o encontro ou a copresença no espaço.

Diagrama 4: Coletivo espaço de circulação da cidade – acessibilidade



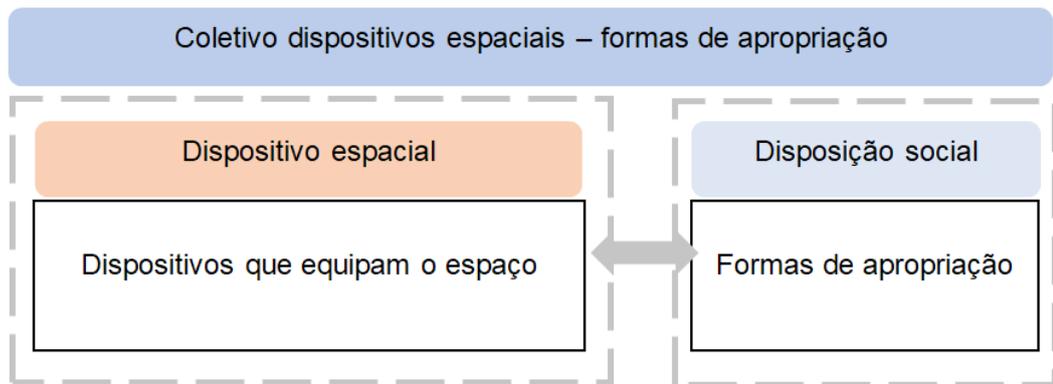
Fonte: Elaborado pela autora.

O diagrama 4 do coletivo espaço de circulação da cidade - acessibilidade buscou observar os *dispositivos* espaciais do espaço construído e seus acessos em articulação com suas continuidades e descontinuidades e seu rebatimento nas *disposições* sociais, nos modos de deslocamento e acessibilidade a tais espaços.

Ressaltamos que a articulação entre os espaços construídos e seus acessos foi uma categoria adaptada do que Joseph designa por *articulação entre os sistemas e territórios*. Essa adaptação foi necessária para trazer a análise mais próxima para categorias de cunho urbanístico.

O quinto diagrama do coletivo dispositivos espaciais – formas de apropriação, visou a analisar os *dispositivos* que equipam os espaços públicos, como estes se configuram nos espaços estudados, e como os usuários os utilizam e se apropriam dos mesmos.

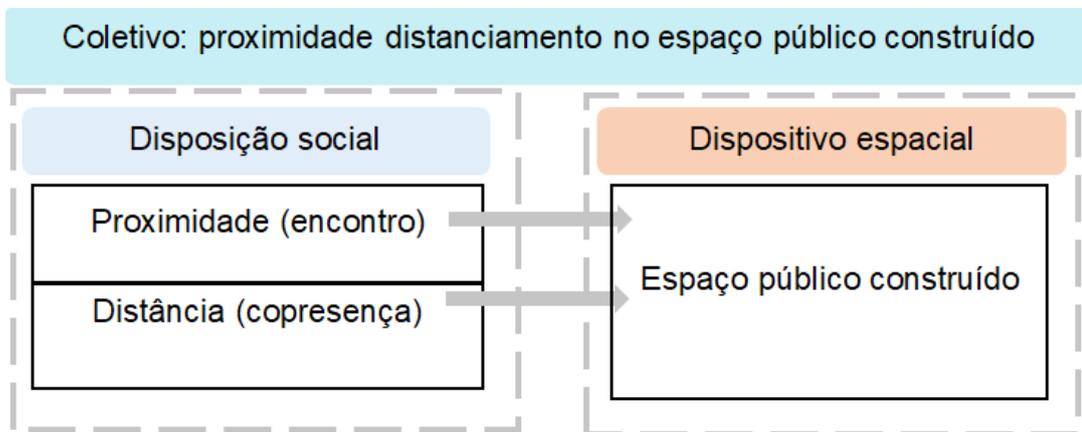
Diagrama 5: Coletivo dispositivos espaciais – formas de apropriação



Fonte: Elaborado pela autora.

Passamos agora aos diagramas onde os *dispositivos* estão postos em função das *disposições* como anunciado anteriormente.

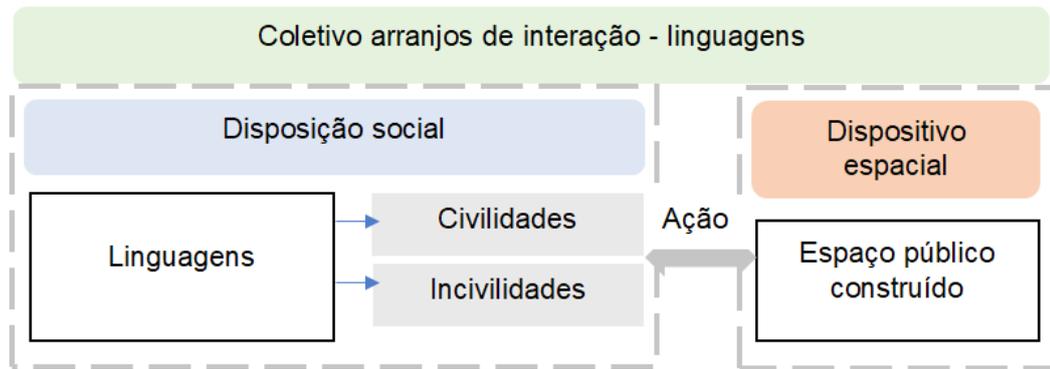
Diagrama 6: Coletivo: proximidade-distanciamento no espaço público construído



Fonte: Elaborado pela autora.

O sexto diagrama do coletivo proximidade-distanciamento no espaço público construído, buscou observar as relações de proximidade e distanciamento sob a ótica do social, a partir do olhar sobre encontro e a copresença e quais relações se estabelecem com o espaço público construído.

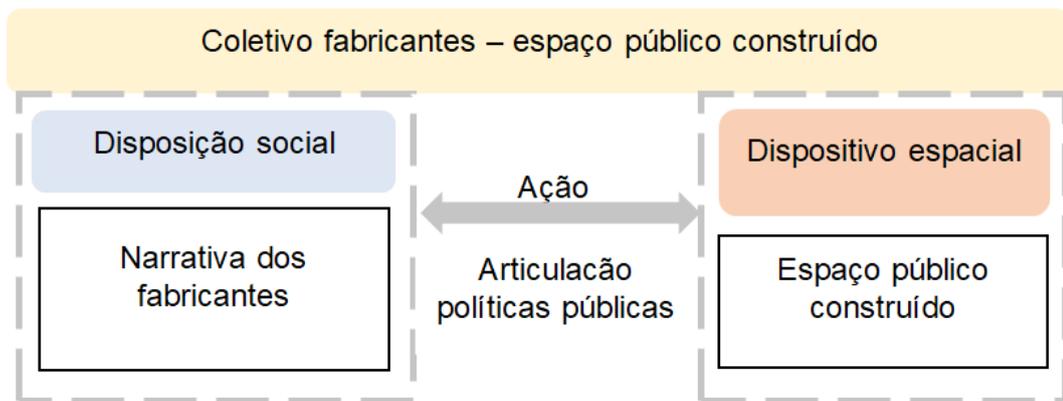
Diagrama 7: Coletivo arranjos de interação - linguagens



Fonte: Elaborado pela autora.

O sétimo diagrama diz respeito ao coletivo arranjos de interação – linguagens. Esse coletivo está correlacionado aos momentos de ação no espaço público construído, ou seja, a análise se deu a partir da observação em campo das *disposições* sociais, no uso das linguagens que implicam nas civilidades ou incivilidades⁷¹ frente aos *dispositivos* construídos dos espaços.

Diagrama 8: Coletivo fabricantes – espaço público construído

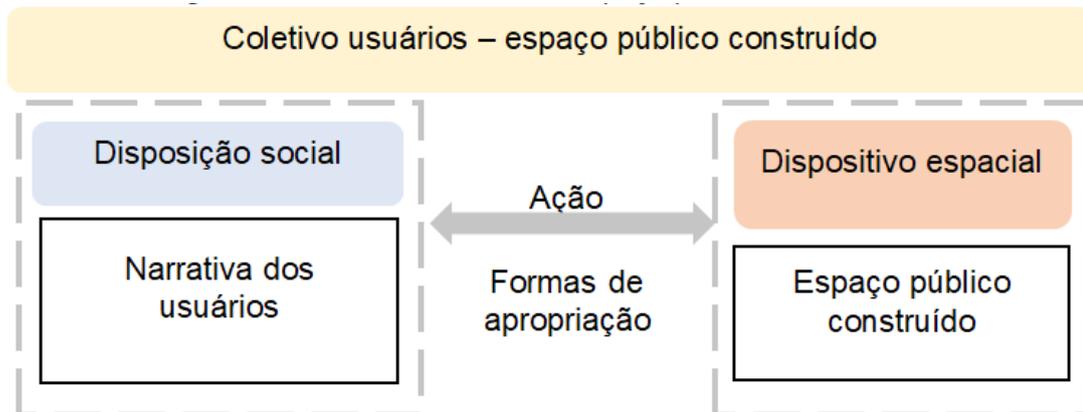


Fonte: Elaborado pela autora.

O oitavo diagrama do coletivo: fabricantes – espaço público construído, objetivou observar, por meio da narrativa dos *fabricantes*, como se deu a concepção dos projetos para os espaços públicos construídos no objeto empírico. Visa também observar a articulação entre outras políticas públicas, como descritas no capítulo 4 desta tese, e a interação com os espaços públicos da cidade.

⁷¹ O par civilidades/ incivilidades são categorias atribuídas ao espaço público por Joseph e correlacionam-se as linguagens utilizadas como discutido no capítulo 1. Segundo o autor “é sua prova simbólica (espaço das civilidades/incivilidades ou espaço cívico/comunitário)”. (JOSEPH, 1999, p.19)

Diagrama 9: Coletivo usuários – espaço público construído



Fonte: Elaborado pela autora.

O diagrama 9 do coletivo, usuários – espaço público construído, busca observar agora, por meio da narrativa dos usuários, como se dá as formas de apropriação que caracterizam os momentos de ação nos espaços públicos construídos objetos desta análise.

4.4 Os procedimentos

Partindo da premissa que o primeiro procedimento referiu-se à construção do referencial teórico da tese que norteou a elaboração das categorias analíticas, bem como, a escolha do próprio método de análise, podemos passar agora para a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a investigação em campo.

1- O primeiro procedimento consistiu na definição do objeto empírico, no caso, a cidade de João Pessoa, Paraíba, como será apresentado no capítulo 4 desta tese, como também, no processo de escolha dos espaços públicos construídos representativos para nossa investigação. Explicitamos que, para escolha dos espaços públicos, foram feitas consultas à prefeitura municipal de João Pessoa para levantamento de dados sobre os espaços que sofreram intervenções urbanísticas, bem como visitas *in loco* a fim de mapear, dentro das principais intervenções do recorte espaço-temporal, espaços públicos construídos que fossem referência para a análise pretendida. Tal mapeamento levou em consideração fatores como: tipologias dos espaços públicos, raio de abrangência desses espaços, representatividade dos mesmos para a cidade, densidade populacional de atendimento dos espaços públicos construídos.

2- O segundo procedimento consistiu em um processo de escuta dos fabricantes e dos usuários a partir de entrevistas subjetivas com questões abertas, conforme roteiros apresentados em apêndice. Tal procedimento permitiu observar as ações por parte desses atores sobre o espaço público construído, gerando duas narrativas de atuação dos dois *coletivos* agrupados como: *fabricantes* – espaço público construído, e *usuários* – espaço público construído.

3- O terceiro procedimento foi a análise *in loco* dos espaços públicos construídos. As visitas a campo deram-se em dias úteis da semana e nos finais de semana, nos turnos da manhã, tarde e noite. Foram elaborados diários de campo para todos os espaços. Tais diários basearam-se no roteiro do diário de pesquisa⁷² descrito por Latour (2012) segundo a ANT, adaptando-o à realidade da presente tese. Os diários de campo foram acompanhados de um mapeamento do comportamento⁷³ dos usuários que possibilitaram uma análise melhor das *disposições* sociais no espaço. Tal procedimento, foi repetido para cada espaço público analisado.

4- Em quarto lugar, elaborou-se uma narrativa descritiva a partir dos diários de campo baseado na observação *in loco*. Esses diários de campo constituíram-se como relatos, e tiveram como objetivo rastrear as relações entre as *disposições* sociais e os *dispositivos* construídos dos espaços. Por fim, segundo as categorias agrupadas nos *coletivos* acima apresentados, foram feitas as *traduções*, ou seja, as análises decorrentes que os relatos possibilitaram.

Todos os procedimentos anteriores subsidiaram a elaboração de uma análise pautada nas relações estabelecidas entre os atores envolvidos, ou seja, entre as *disposições* sociais e os *dispositivos* espaciais, permitindo assim a verificação da hipótese da tese. Descrito o método de trabalho e os procedimentos adotados, passamos ao quarto capítulo onde apresentamos o nosso objeto empírico.

⁷² Ver Latour quando se refere a elaboração de um diário de pesquisa. O autor afirma ser necessário quatro tipos de anotações ou cadernos como designa: “O primeiro caderno deve ser um diário da própria pesquisa. [...] Anotações, reações ao estudo por parte de outros, surpresas ante a novidade do campo etc. devem ser documentadas o mais regularmente possível. [...] O segundo caderno deve ser mantido para reunir informações de tal modo que se torne possível, simultaneamente, registrar todos os itens em ordem cronológica e enquadrá-los em categorias que depois se transformarão em arquivos e subarquivos mais precisos. [...] O terceiro caderno deve estar sempre à mão para registros ad libitum. [...] O quarto caderno deve ser mantido cuidadosamente para registrar os efeitos do relato escrito nos atores cujo mundo tenha sido desdobrado ou unificado” (2012, p. 196 e 197).

⁷³Trabalhar com o mapeamento do comportamento dos usuários resultou na utilização de uma ferramenta baseada na metodologia de Comportamento ambiental. Sobre a metodologia, ver DEL RIO, 1990.



**5 O OBJETO EMPÍRICO:
a cidade e seus atores**

5 O OBJETO EMPÍRICO: a cidade e seus atores

Após a apresentação da questão do espaço público contemporâneo das cidades, com enfoque particular no caso brasileiro, do referencial teórico e do método de investigação adotado, passamos à exposição do objeto empírico dessa tese entendido aqui como um *coletivo* cujas *associações* entre os *atores*, os *dispositivos espaciais* e as *disposições sociais* conformam um recorte que buscamos apresentar. As *associações* aqui descritas estabelecem ligações entre o objeto empírico e o contexto no qual se insere e a discussão acerca dos espaços públicos construídos das cidades.

Como objeto empírico, analisamos o espaço público contemporâneo nas cidades brasileiras, selecionando como recorte espacial, a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. A justificativa para a escolha dessa cidade se dá em função, primeiramente, da vivência da autora com a referida cidade, mas, principalmente, pelas transformações ocorridas nos espaços públicos da mesma, fruto de políticas urbanas realizadas pelas quatro últimas gestões municipais, o que nos reporta ao ano de 2004 até a atualidade. Além disso, a cidade passou a integrar o programa “Cidades emergentes” do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a América Latina – BID, sendo João Pessoa, a quarta cidade no Brasil a fazer parte do referido programa, como passamos a apresentar de modo a caracterizar o nosso objeto empírico.

Diante desse contexto, João Pessoa se apresenta como objeto adequado à investigação proposta para esta tese uma vez que, inserida em uma conjuntura mais ampla, atravessou recente e intensa transformação de seus espaços públicos construídos. Possibilita-nos também observar a lógica e o discurso dos *fabricantes*, bem como, em nível local, é possível identificar, nos usos e apropriação cotidiana dos usuários dos espaços públicos, as relações entre os *dispositivos construídos* dos espaços e as *disposições sociais*. Nesse cenário, buscamos analisar se as ações sobre os espaços públicos construídos são fruto de um planejamento urbano de caráter mais integrado ou se configuram como ações pontuais dentro das gestões municipais. Para tanto, escolhemos, segundo critérios apresentados mais adiante, quatro espaços públicos, agrupados como *redes* ou *coletivos*, para analisar as intervenções urbanísticas sofridas nos últimos anos, a fim de investigar a questão da *materialidade híbrida* e observar a partir desse fragmento, se há, de fato, um movimento de retorno aos mesmos, conforme defende nossa hipótese.

5.1 O objeto empírico: a cidade como uma *rede* ou um grande *coletivo*

Para compreendermos o nosso objeto empírico, buscamos observá-lo como uma *rede* nos termos da ANT. Rastrear seu processo de formação e como se estruturou o seu crescimento urbano, é o ponto de partida para a investigação.

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, segundo dados do censo de 2010 do IBGE, possui uma área territorial de 211,475 km², com uma população de 723.515 habitantes naquele ano, e estimativa para o ano de 2017 de 811.598 habitantes. Sua densidade demográfica em 2010 era de 3.421,28 hab/km².

Com quatrocentos e trinta e dois anos completados em 2017, João Pessoa é a terceira cidade mais antiga do país. Foi fundada em 1585 como cidade real⁷⁴ à margem direita do rio Sanhauá, onde se fixou o porto. A ocupação do sítio se deu a partir das margens do rio, local do porto e do comércio. Na colina à frente, fixaram-se as residências, a representação do poder colonial e do religioso. O sítio em acrópole, seguia a estratégia de defesa portuguesa de implantação dos núcleos urbanos.

O processo de expansão urbana de João Pessoa é muito recente se olharmos

Figura 2: Localização cidade de João Pessoa/ PB



Fonte: Base IBGE, editado por Paulo Oliveira.

⁷⁴ A cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, foi a terceira cidade fundada no Brasil pela coroa portuguesa depois de Salvador da Bahia de Todos os Santos e São Sebastião do Rio de Janeiro. Criada como cidade real através do Alvará de 29 de Dezembro de 1583, só começaria a ser edificada em 1585 (MOURA FILHA, 2010).

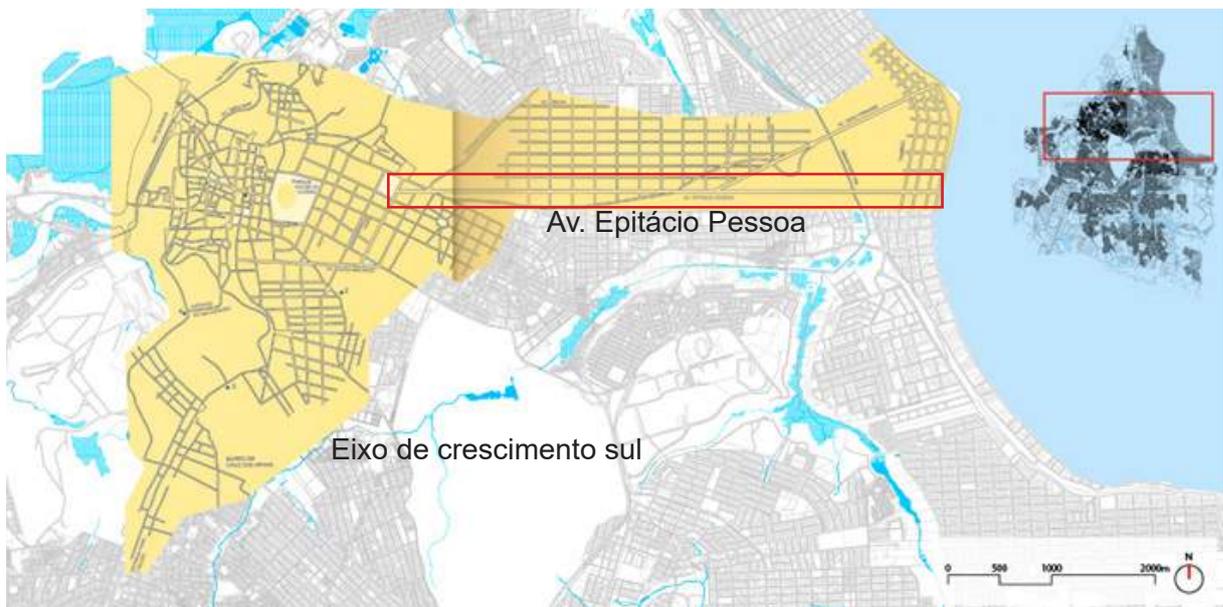
Figura 3: Sobreposição da planta de João Pessoa de 1889 sobre planta atual



Fonte: SOUZA e VIDAL (2010) e base PMJP, editada por Paulo Oliveira.

para a sua história. A cidade se estabeleceu nos primeiros séculos da colonização, ficando circunscrita ao seu núcleo inicial por mais de trezentos anos. Como barreiras ao seu crescimento físico, encontramos a oeste o rio, seu limite natural, e a leste um sítio alagadiço conhecido à época como Lagoa dos Irerês⁷⁵. Este charco passou por

Figura 4: Sobreposição da planta de João Pessoa de 1930 sobre planta atual



Fonte: SOUZA e VIDAL (2010) e base PMJP, editada por Paulo Oliveira

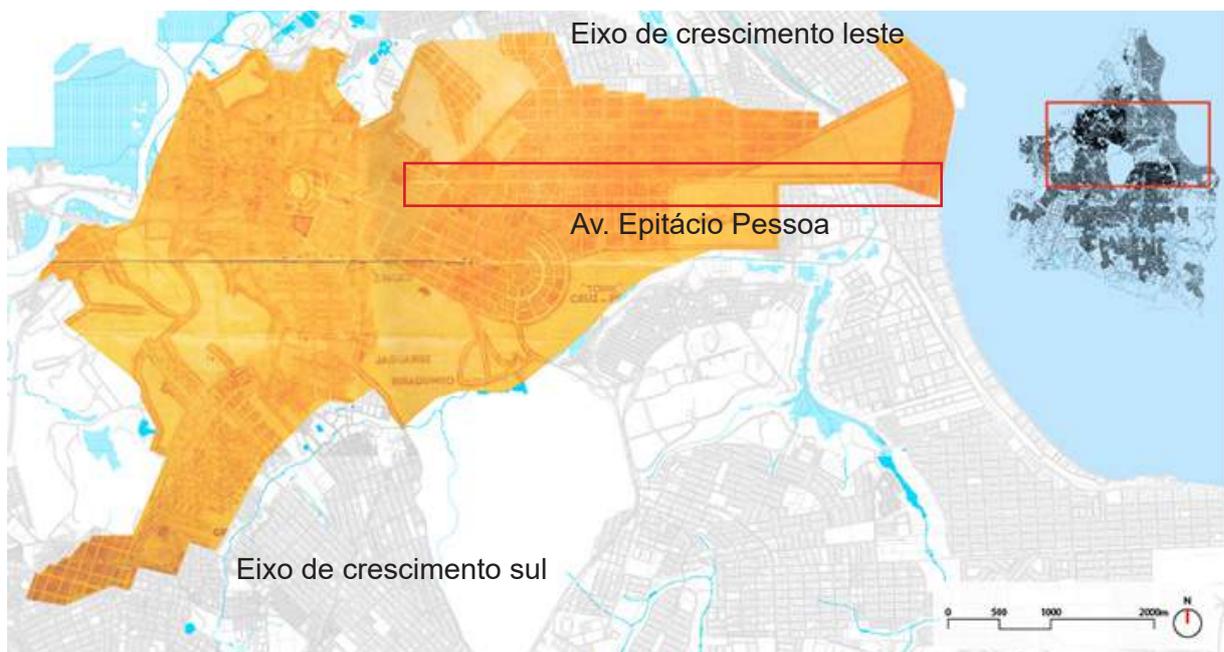
⁷⁵ Irerê era um tipo de ave que habitava a região. A Lagoa dos Irerês era um sítio pertencente aos jesuítas. Após a sua urbanização passou a se chamar Parque Sólton de Lucena.

um processo de saneamento e urbanização no início do século XX com projeto de Saturnino de Brito, permitindo, com isso, a transposição do mesmo e o consequente crescimento urbano nesta direção, abrindo assim, um vetor de expansão rumo ao mar.

O início do século XX foi marcado por um processo de melhoria urbana em grande parte das capitais brasileiras⁷⁶. Na Paraíba, o desenvolvimento da produção algodoeira favoreceu a urbanização da cidade. A abertura da avenida Epitácio Pessoa em 1933 (figura 04) deu início ao processo gradativo de expansão rumo a leste, às praias. Outro eixo de crescimento verificado no mesmo período foi em direção ao sul, no eixo de ligação com Recife – PE (figura 05).

A década de 1960 marcou significativamente as mudanças na estrutura do tecido urbano da cidade. Segundo Gonçalves (1999), “a partir de 1963 começaram a ser operadas intervenções públicas de órgãos federais em João Pessoa, marcando um momento importante de reestruturação urbana da cidade” (1999, p. 42). Neste período, também foi implantado o *Campus* Universitário da UFPB: “foi a primeira atividade urbana permanente da cidade situada a sudeste” (1999, p. 43). Tais modificações

Figura 05: Sobreposição da planta de João Pessoa de 1940 sobre planta atual



Fonte: SOUZA e VIDAL (2010) e base PMJP, editada por Paulo Oliveira.

⁷⁶ Sobre o assunto ver *Urbanismo no Brasil 1895 – 1965* de Maria Cristina Leme (1999).

urbanísticas acompanhavam uma conjuntura nacional na qual João Pessoa estava inserida. Um dos fatores que contribuíram para a expansão urbana verificada no período foi o aumento populacional. Na época, a migração do campo para a cidade repercutiu diretamente sobre o crescimento urbano e sobre as formas de ocupação do espaço.

A partir de 1964, o regime militar instalado no país, criou o Sistema de Financiamento da Habitação, que tinha o Banco Nacional de Habitação (BNH) no seu comando. Isso favoreceu investimentos na habitação, na infraestrutura e em equipamentos urbanos em todo o país.

Em João Pessoa os conjuntos habitacionais passaram a se constituir num elemento chave para a reordenação de sua estrutura urbana, ocupando a linha de frente e funcionando como vetor de direcionamento do crescimento da cidade em direção a sudeste. (GONÇALVES, 1999, p. 43)

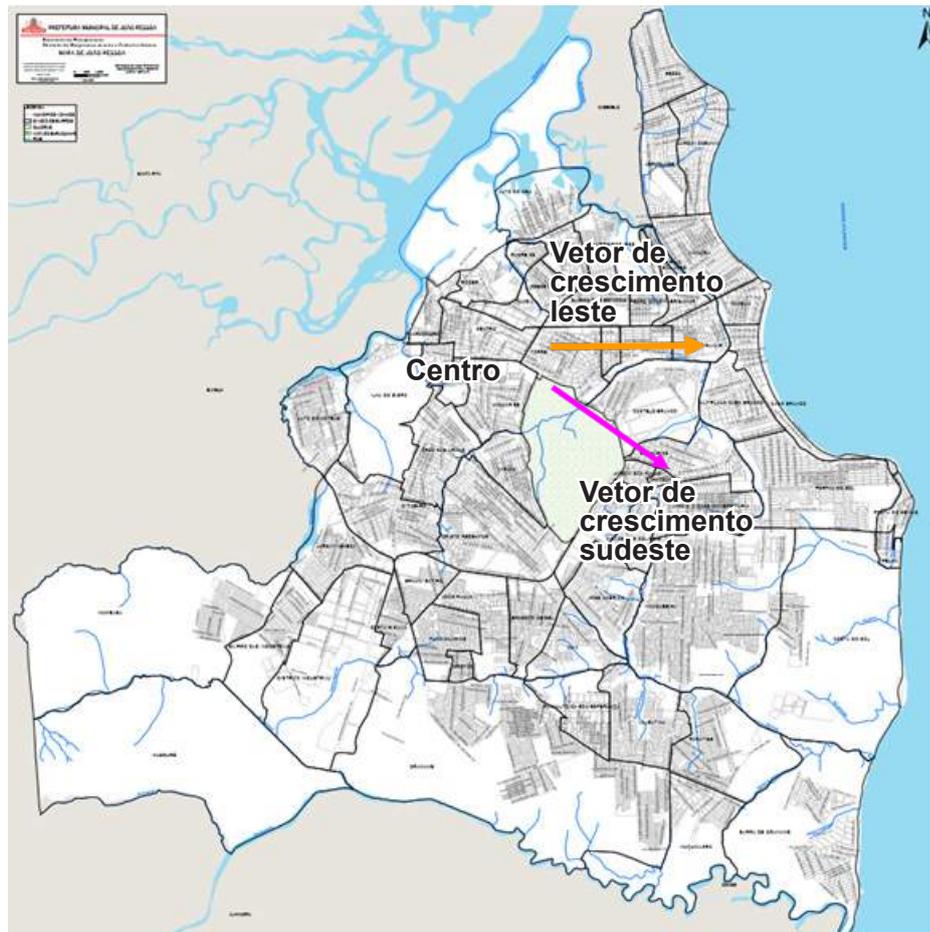
Tal área se configuraria na atualidade como uma nova centralidade urbana da cidade. Esse momento também foi marcado pela atuação do sistema financeiro de habitação através do financiamento de unidades habitacionais isoladas (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), tendo como público uma população de mais alta renda que direcionou seus investimentos em construções no eixo de ligação com as praias, valorizando, dessa forma, o uso do solo nessa direção (figura 06).

Na década de 1970, o governo do Estado deu maior impulso à construção dos conjuntos habitacionais. Esse momento foi marcado também pelo surgimento das primeiras favelas no meio urbano, fator esse que agravou a questão da moradia na cidade. É também o período em que se observa, de fato, a estratificação do solo, como afirma Gonçalves:

Com a brusca elevação no nível de valorização do solo das áreas atingidas por benefícios urbanos, acelerou-se o processo de expulsão dos moradores dessas áreas. O solo tornou-se mais estratificado e as novas ocupações que foram se formando na cidade já surgiram bem mais marcadas pelo nível de renda de seus ocupantes (GONÇALVES, 1999, p. 38).

Os anos 1980 foram marcados pela construção do maior número de unidades

Figura 06: Mapa atual de João Pessoa



Fonte: Base PMJP

habitacionais. Surgiu, entre outros, o Conjunto dos Bancários, um dos bairros que ajudou a consolidar a expansão a sudeste da cidade e posteriormente, o Conjunto Mangabeira. Os estudos de Andrade et al (2009) apontam que esse processo de ocupação dos setores litorâneo ou leste, e sudeste, iniciados a partir da intervenção estatal das décadas de 1960 e 1970 resultou em uma completa reestruturação urbana da cidade de João Pessoa, com a consequente estratificação do solo urbano e a formação de novas centralidades a sudeste e a leste.

Observa-se no contexto de crescimento urbano a partir da década de 1960 que, embora a cidade passasse por uma expansão acentuada, o investimento nos espaços públicos da cidade não acompanhava o mesmo ritmo. Tais espaços eram tratados como residuais, ficando muitas vezes sem uma destinação específica. Vale ressaltar que nesse contexto, a lei de uso e ocupação do solo (Lei 6.766/ 1979) destinava percentual de área dos loteamentos para equipamentos públicos. Embora houvesse a destinação de terrenos para a criação de espaços públicos, isso não

garantia investimentos por parte do poder público no projeto de qualificação para os mesmos, passando esses espaços a permanecerem como vazios urbanos sem a menor infraestrutura por longo tempo. O alvo naquele momento eram políticas voltadas para a produção da habitação sem que houvesse o tratamento dos espaços públicos muitas vezes tidos como residuais.

No cenário nacional, a extinção do BNH, em 1984, marcou um processo de desaceleração dos investimentos na habitação social em nível federal que só seria retomado a partir de meados da década de 2000 dentro de um contexto de políticas nacionais voltadas para aceleração do crescimento e retomada de investimentos nos programas habitacionais, como o *Minha casa, minha vida* em 2009.

Evidencia-se, pois, que o processo de formação urbana de João Pessoa constitui-se como uma rede de articulações que envolve atores, *humanos e não-humanos*, escalas, ações nacionais que respaldaram ações locais em contextos diversos. Dentro dessa rede, formada ao longo do tempo, nem todos esses atores (e aqui nos referimos aos espaços públicos das áreas de expansão da cidade como *dispositivos construídos*) articulavam-se ao cenário urbano. Alguns simplesmente eram peças esquecidas pelas políticas públicas da cidade. Essa situação só começou a mudar muito recentemente, considerando a história da cidade como passamos a investigar.

5.2 O recorte temporal: associações temporais e sua influência sobre o coletivo espaços públicos construídos

Buscamos agora rastrear algumas ações que dizem respeito a um coletivo de atores especificado como *fabricantes*, que passaram a atuar tendo como foco intervenções sobre os *dispositivos construídos*, ou seja, os espaços públicos da cidade. A observância sobre o momento em que começaram as ações governamentais mais efetivas sobre esses espaços públicos definem o recorte temporal desta tese, tendo como marco os últimos treze anos. Reportamo-nos, desta forma, ao ano de 2004, momento que coincide com mudanças políticas na gestão pública de João Pessoa. Verifica-se que a cidade, desde então, passou por transformações no que diz respeito ao aporte de investimentos destinados aos seus espaços públicos construídos, praças, parques e ruas, bem como, aos equipamentos públicos, como escolas, creches, mercados e outros equipamentos públicos. Interessa-nos observar que tais investimentos proporcionaram uma presença maior da população ocupando o ambiente público. Investigar as políticas públicas adotadas desde então com relação

aos espaços públicos construídos e a ocupação desses, justificam a delimitação do recorte temporal desta tese.

Temos como marcos temporais, duas gestões municipais divididas em quatro mandatos, sendo o último ainda em curso. Sem desvincularmos de uma conjuntura mundial onde o espaço público ganha a tônica, a municipalidade passou a creditar importância às políticas voltadas para esses espaços.

Para situarmos os fatos, é necessário, primeiramente, apresentar a conjuntura vivida pela cidade dentro do nosso recorte de tempo, apontando os principais programas que favoreceram ou tiveram influência sobre as transformações em espaços públicos significativos da cidade.

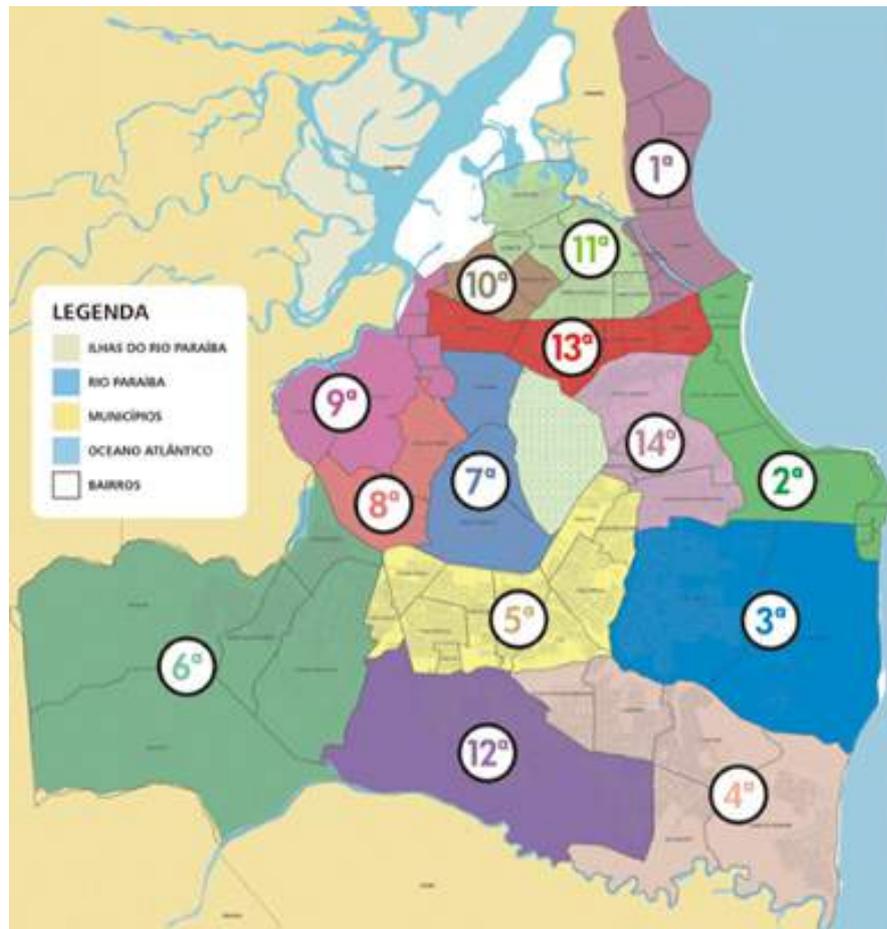
No ano de 2004, Ricardo Coutinho assumiu a prefeitura da cidade de João Pessoa. Seu primeiro mandato deu-se até 2008, quando foi reeleito para o segundo. Naquele momento, a secretaria de planejamento da cidade foi designada ao professor da Universidade Federal da Paraíba, o arquiteto e urbanista Luciano Agra, que se tornaria posteriormente vice-prefeito e viria a assumir a prefeitura a partir de 2010, quando Ricardo Coutinho deixou a mesma para se candidatar ao governo do estado.

A partir daquele momento, começou-se a operar na cidade algumas transformações significativas com relação aos espaços públicos construídos. O período também foi assinalado por mudanças estruturais na produção do espaço da cidade. O fato de ter à frente da secretaria de planejamento um arquiteto e urbanista sensível às questões urbanísticas fez com que o planejamento público da cidade tivesse um enfoque maior dentro da gestão municipal.

Naquele cenário, podemos destacar também alguns marcos dessas duas primeiras gestões que fariam eco sobre a questão dos espaços públicos construídos da cidade, como a criação em 2005 do Orçamento Democrático (OD) e a instituição do instrumento do Estatuto da Cidade, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, através do Decreto municipal de nº 5.454/2005.

O Orçamento Democrático foi um canal aberto para a participação da população e passou a se configurar como um instrumento do planejamento urbano a partir da subdivisão da cidade em catorze regiões orçamentárias agrupadas segundo similaridades de seus bairros (figura 07). Essas regiões elegiam seus representantes e integravam um fórum de discussão composto por ciclos de reuniões. Tal política veio a representar uma aproximação maior do poder público com a população. O

Figura 07: Regiões orçamentárias de João Pessoa



Fonte: O orçamento democrático como um instrumento na construção da urbanidade: experiência de João Pessoa-PB, de 2005 a 2011.

Orçamento Democrático estava atrelado à Secretaria de Transparência Pública do município⁷⁷ e favoreceu a captação das demandas provenientes da população nas plenárias do OD.

O segundo ponto a ser comentado é a instituição do instrumento da Outorga Onerosa (Decreto municipal nº 5.454/2005), como citado anteriormente. Instrumento este interligado diretamente à densidade construtiva com rebatimento sobre a produção do solo urbano. O decreto fez com que o poder público pudesse intervir no mercado imobiliário nas zonas onde o coeficiente de aproveitamento estabelecido pelo macrozoneamento da cidade fosse maior do que o coeficiente básico. No caso

⁷⁷ Ver artigo sobre o Orçamento Democrático intitulado “O orçamento democrático como um instrumento na construção da urbanidade: experiência de João Pessoa-PB, de 2005 a 2011”, apresentado ao V Congresso Consad de Gestão Pública (2012). Autores: Amélia Panet, Carolina Cevada, Goldie Rodrigues e Patrícia Medeiros.

de João Pessoa, o índice básico é 1 (um) e o máximo para zonas prioritariamente adensáveis é 4 (quatro)⁷⁸. Os recursos provenientes do pagamento da Outorga passaram a ser destinados ao Fundo de Urbanização da Cidade – Fundurb. Outra possibilidade de pagamento da outorga se dava por meio de contrapartida em obras de urbanização conforme acordo com a municipalidade. A outorga onerosa passou a ter um papel importante para a reestruturação dos espaços públicos construídos.

Outro destaque dessas duas gestões foi o *Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins*, criado em 2006, que representou um marco para a questão dos espaços públicos da cidade. A partir de então, começamos a observar intervenções pulverizadas nos espaços públicos construídos nos bairros da cidade, com destaque para os mais periféricos e carentes. Atrelado às intervenções de requalificação e construção dos espaços públicos, algumas políticas de caráter social foram articuladas para favorecer o uso de tais espaços, dentre os quais podemos citar o *Circuito das praças*, um programa coordenado pela Fundação Cultural de João Pessoa – Funjope, que publicava editais para apresentação de artistas nos espaços públicos. Além de programas de cunho cultural, programas destinados à prática de esporte, que contemplavam a população mais idosa acompanhada por profissionais da área de saúde e educadores físicos também passaram a acontecer nos espaços públicos da cidade (figura 08).

Figura 08: Atividades nos espaços públicos de João Pessoa.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Foto-Mazinho-Gomes-70.jpg?x15821>

⁷⁸ A versão mais atualizada do Plano Diretor da cidade de João Pessoa é de 2009, instituído através do Decreto nº 6.499/2009.

Figura 09: Delimitação dos parques de João Pessoa segundo o SMAP

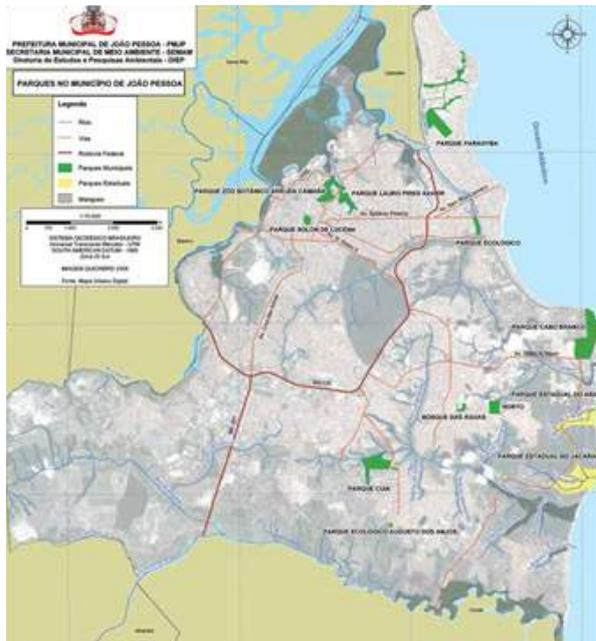


Figura 10: Mapa dos remanescentes da mata atlântica em João Pessoa

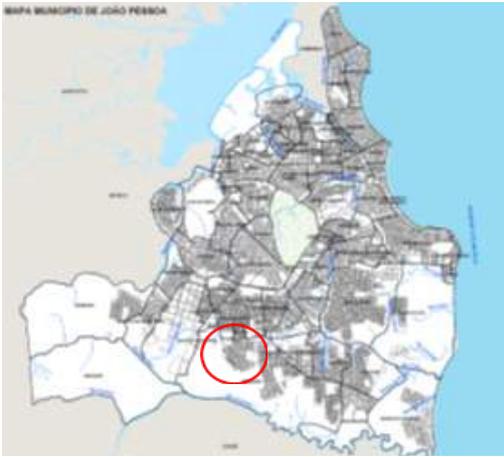


Fonte: Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, prefeitura municipal de João Pessoa, 2012.

Cabe-nos destacar ainda, como marco da gestão municipal daquele período, agora na figura do arquiteto Luciano Agra como prefeito, a criação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica visando pensar a proteção das áreas verdes da cidade impactadas pelo crescimento urbano desordenado. Como medida mitigatória, foi instituído o Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP) a partir da promulgação da Lei 12.101/ 2011 (figuras 09 e 10).

A questão da Habitação de Interesse Social – HIS também assumiu papel importante na reestruturação espacial da cidade dentro de um cenário nacional de retomada dos programas habitacionais para a população de baixa renda em nível federal. Em João Pessoa, dentre os conjuntos habitacionais construídos no período, destaca-se o conjunto Gervásio Maia (figura 11 e 12), o maior deles, com cerca de 1336 unidades, assinalando a expansão do setor sul da cidade. Um marco desse conjunto habitacional foi a construção concomitante de um complexo de equipamentos públicos como escola, creche e quadra esportiva. Fato esse que destoa dos antigos conjuntos habitacionais de décadas passadas, onde os espaços e equipamentos públicos eram esquecidos ou deixados de lado, embora houvesse destinação para tais áreas. O acúmulo de áreas obsoletas reservadas a equipamentos e espaços públicos nos conjuntos habitacionais edificadas entre as décadas de 1960 a 1980,

Figura 11: Mapa com localização do conjunto habitacional Gervásio Maia



Fonte: Mapa base da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP

Figura 12: Vista do conjunto habitacional Gervásio Maia



Fonte: <http://www.paraiba.com.br/2012/02/06/16261>

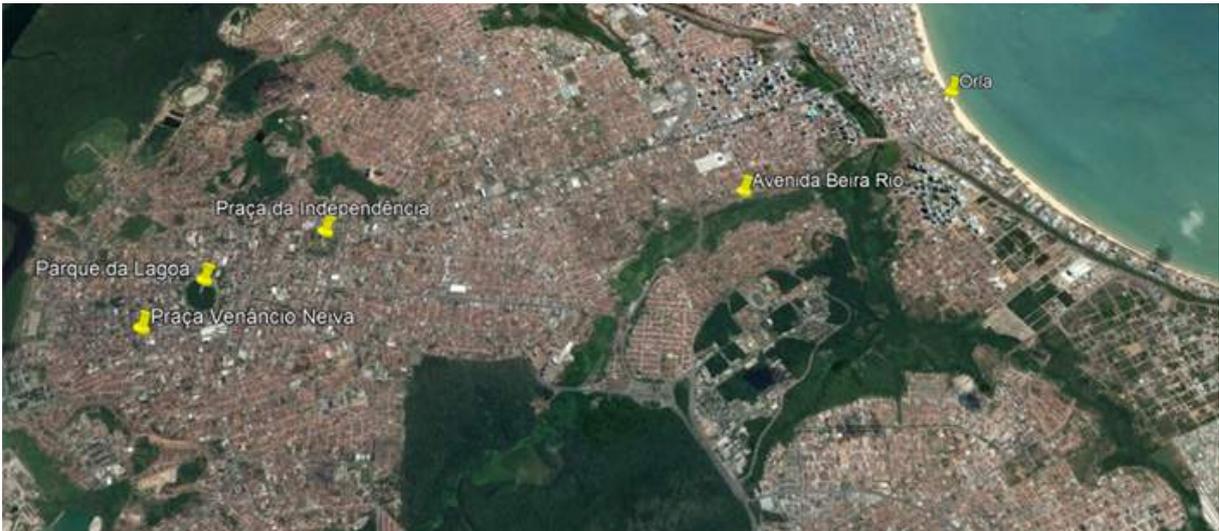
principalmente nos bairros mais periféricos, acabou gerando um passivo de terrenos sem a devida destinação, que passou a ser alvo da pressão popular para que o poder público intervisse nesses espaços.

A partir do ano de 2012 assumiu a prefeitura municipal de João Pessoa, Luciano Cartaxo, para o mandato até 2016 quando foi reeleito e permanece na gestão até o presente momento. Tal gestão deu continuidade ao Orçamento Democrático que passou a ser chamado de Orçamento Participativo (OP) seguindo a mesma divisão de regiões orçamentárias anteriormente estabelecidas.

A tônica sobre os espaços públicos da cidade também está presente nesta gestão. Todavia, é perceptível que os marcos são intervenções em alguns espaços públicos referenciais, ou cartões postais da cidade como o Parque Solón de Lucena ou Parque da Lagoa, a Praça da Independência e a praça Venâncio Neiva, conhecida como Pavilhão do Chá, no centro da cidade, a orla marítima e a avenida José Américo de Almeida (figura 13), um dos principais corredores viários que interligam o centro e a praia, mais conhecida como avenida Beira Rio.

Com relação aos espaços públicos nos bairros mais periféricos, observamos também a instalação de equipamentos públicos atrelados a conjuntos habitacionais construídos dentro do programa *Minha Casa Minha Vida*. Esses investimentos são parte de programas federais que destinam recursos a inserção de praças temáticas

Figura 13. Mapa localizando as principais intervenções do governo Luciano Cartaxo

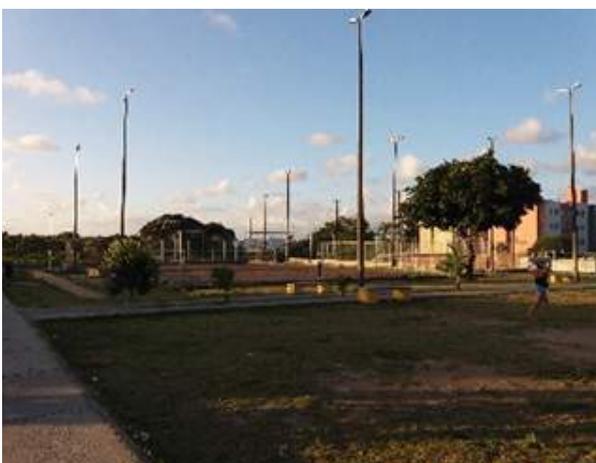


Fonte: Google Earth Pro

como praça da juventude, do esporte, etc. (figuras 14 e 15).

Outro ponto que podemos destacar desta gestão em curso, foi o fato da cidade passar a fazer parte do *Programa Cidades Emergentes*, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No Brasil, João Pessoa é a quarta cidade a integrar o Programa, depois de Florianópolis (SC), Palmas (TO) e Vitória (ES). O mesmo se volta, principalmente, para as áreas da habitação social, meio ambiente, mudanças

Figura 14: Praça da Juventude no Bairro das Indústrias



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Figura 15: Praça do esporte situada no conjunto Gervásio Maia



Fonte: Arquivo da autora, 2017

climáticas e sustentabilidade⁷⁹. A partir de diagnósticos realizados no município sobre as temáticas apontadas, os relatórios decorrentes indicam as principais linhas de ações mitigadoras dos problemas encontrados. Também é papel da municipalidade elaborar as contrapartidas com investimento de recursos próprios em intervenções sobre a cidade, para poder receber os recursos oriundos do BID. Com isso, observamos João Pessoa inserida dentro de um circuito de cidades consideradas “aptas” a participar do referido programa. Cabe-nos observar se as ações sobre a cidade, relacionadas ao *Programa Cidades Emergentes* repercutem sobre os espaços públicos urbanos.

Procuramos, com esses dados, planos e projetos apresentados, descrever algumas ações elencadas dentro do recorte temporal estabelecido, ações consideradas importantes nas gestões municipais citadas, para sinalizar marcos que ecoaram sobre a questão dos espaços públicos construídos do objeto empírico analisado na presente tese. Nesse momento, não tecemos considerações críticas acerca das mesmas. Elas serão discutidas no final do presente estudo. Nosso intuito foi apresentar um cenário, pontuando fatos e atores que tiveram e têm influência sobre a questão dos espaços públicos da cidade como discutimos.

5.3 Coletivos espaciais: recortes para tradução

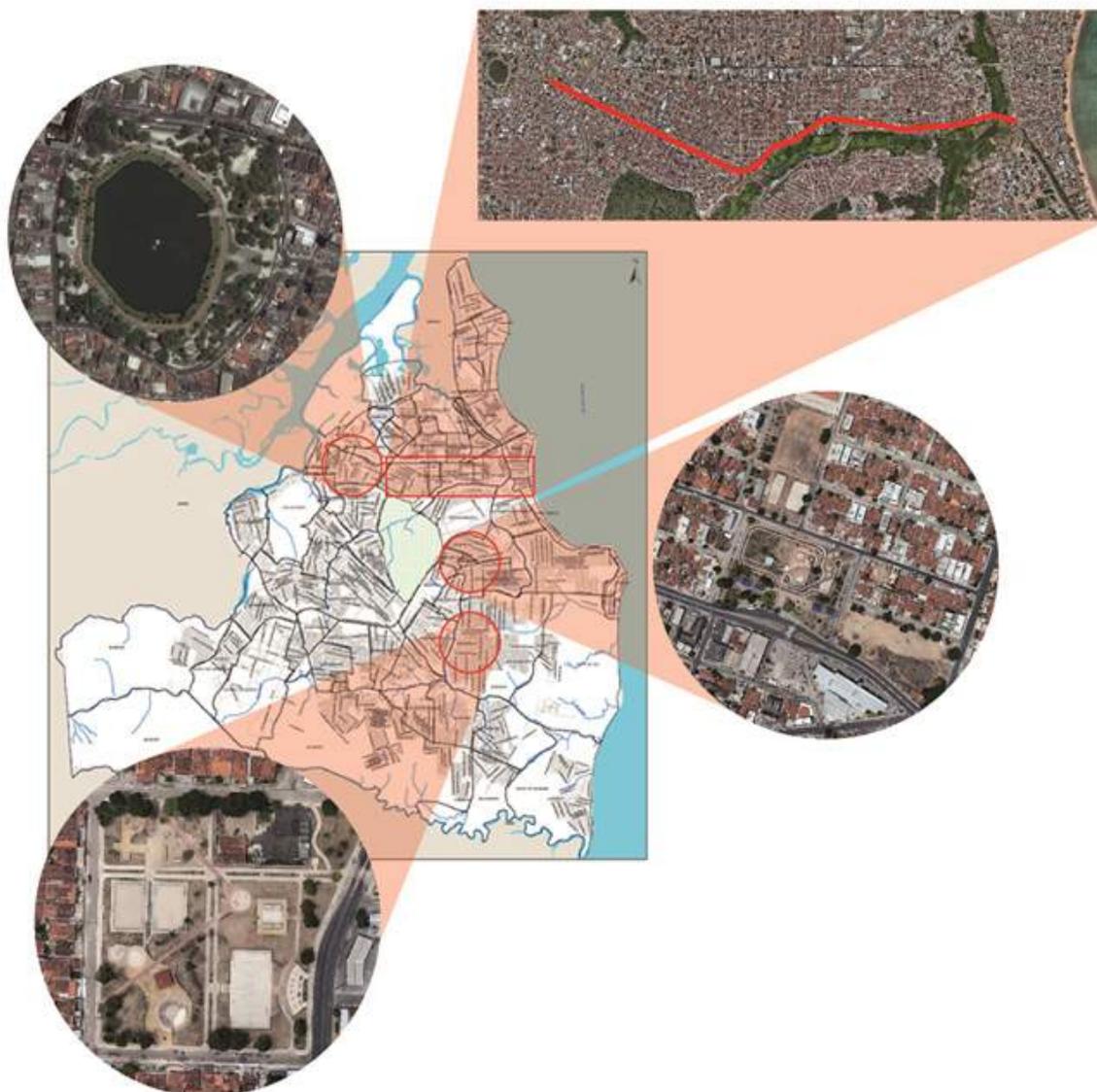
Após a apresentação da cidade de João Pessoa e dos marcos que justificam os recortes espaço-temporais estabelecidos, passamos, a partir de agora, à apresentação dos espaços públicos construídos selecionados para fins de análise. Foram escolhidos quatro espaços referenciais na cidade que passam a ser designados como *coletivos* uma vez que se constituem como *redes* onde evidenciamos o papel desempenhado pelos *dispositivos* construídos e as *disposições* sociais.

Elegemos também critérios para a escolha dos mesmos como: características morfológicas, inserção e localização, raio de influência, tipologia dos espaços públicos construídos, número de usuários e população atendida, número de dispositivos construídos, período em que passou por intervenção urbanística, como descrito abaixo para cada espaço.

Na figura 16, localizamos no mapa da cidade os espaços públicos trabalhados:

⁷⁹ Sobre o assunto, ver os relatórios elaborados pelo BID. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/plano-de-acao-sustentavel/>

Figura 16: Mapa situando os espaços públicos trabalhados nesta tese.



Fonte: Mapa base da PMJP

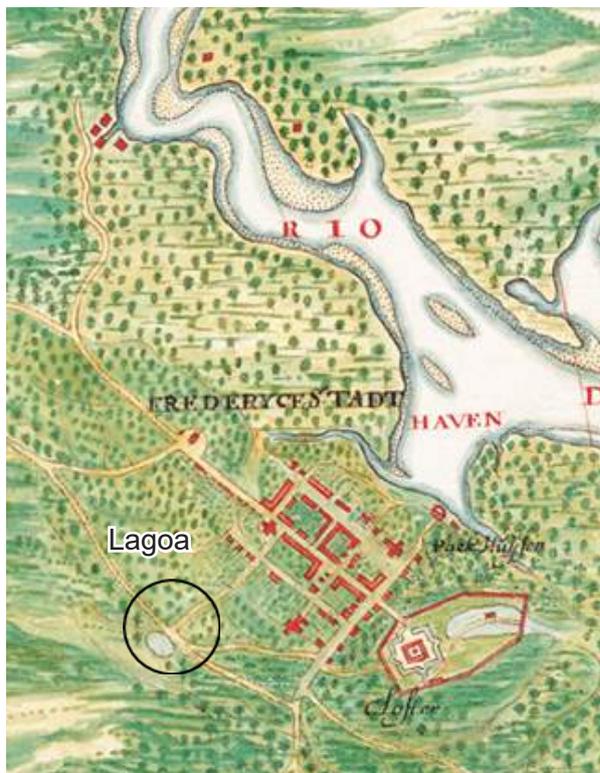
o Parque Solón de Lucena (Parque da Lagoa), a Praça Ellen Lucy Mendes (Praça do Coqueiral), a Praça da Paz e a avenida Ministro José Américo de Almeida (Avenida Beira Rio).

– **Coletivo Parque Solón de Lucena (Parque da Lagoa)**⁸⁰

O coletivo Parque Solón de Lucena, mais conhecido como Lagoa, constitui-

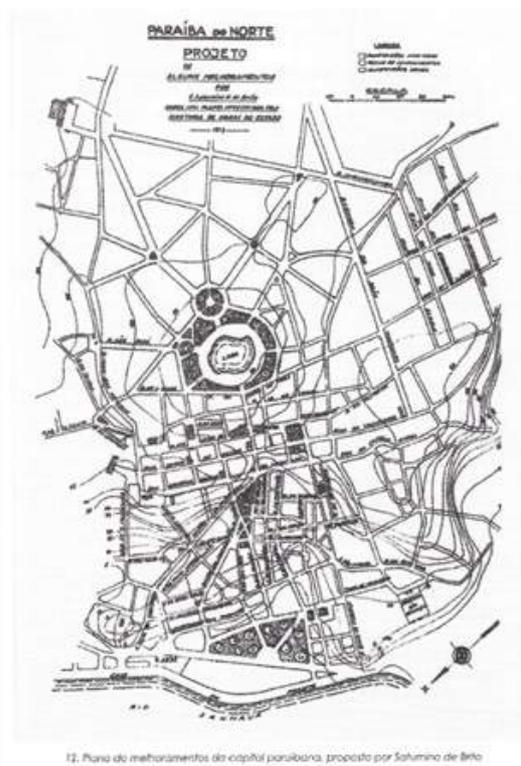
⁸⁰ Ao longo do texto, designamos os espaços públicos analisados com seus nomes mais popularizados. Assim o Parque Solón de Lucena foi referenciado como Lagoa, bem como os outros espaços como Praça do Coqueiral e Avenida Beira Rio.

Figura 17: Detalhe do mapa holandês século XVII



Fonte: REIS (2000)

Figura 18: Projeto de Saturnino de Brito para a Lagoa ou Parque Solón de Lucena



Fonte: SOUZA e VIDAL (2010)

se como uma *paisagem marca*⁸¹ da cidade de João Pessoa. Como mencionado anteriormente, essa lagoa natural, já assinalada nos mapas holandeses do século XVII (figura 17), e seu entorno, passaram por um processo de urbanização no início do século XX com projeto de Saturnino de Brito, o que permitiu o processo de expansão urbana para além desse sítio (figura 18).

Durante muitos anos, a espacialidade do parque foi marcada por anéis viários, interno e externo que a circundava, para onde convergia todo o sistema de transporte público, de ônibus, da cidade. O projeto de requalificação implantado em 2016, gestão do prefeito Luciano Cartaxo, retirou o anel viário mais interno liberando espaço para a implantação de mais dispositivos de lazer, esporte, contemplação, quiosques e vegetação (figuras 19, 20 e 21).

⁸¹ Ver o conceito de *paisagem marca* em Berque (1998). Para o autor: “a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (1998, p. 85).

Figura 19: Vista aérea do Parque Lagoa antes da recente intervenção urbanística



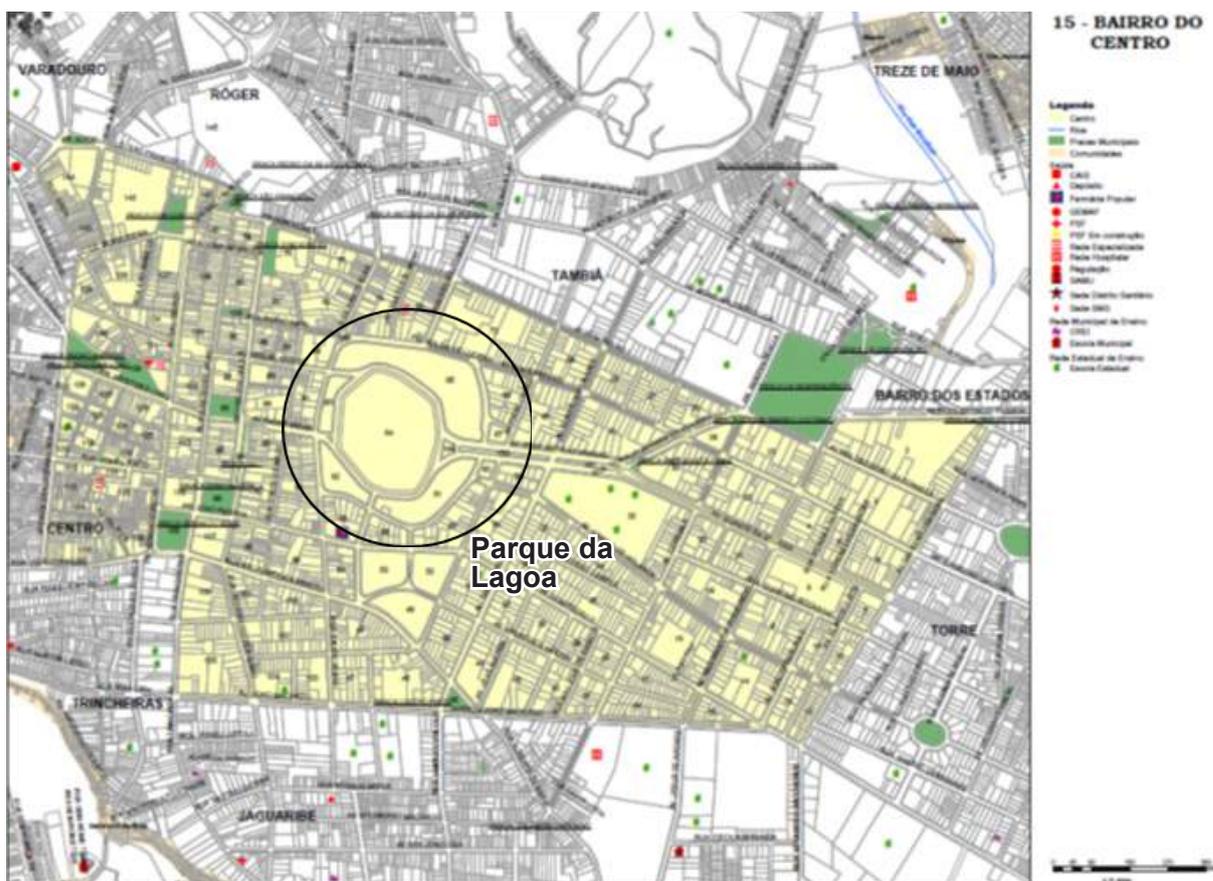
Fonte: <http://minhajoapessoa.blogspot.com.br/2015/04/parque-solon-de-lucena-lagoa.html>

Figura 20: Vista aérea do Parque Lagoa após a intervenção



Fonte: Google Earth Pro

Figura 21: Localização do Parque Solón de Lucena (Parque da Lagoa)



Fonte: <http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/jampaemmapas.html>

Os critérios para a escolha desse espaço público, o Parque da Lagoa, levou em consideração: a sua importância como marco morfológico para a cidade, além de estar inserido em seu centro histórico (no perímetro de tombamento estadual – Iphaep) e comercial, local de afluxo intenso de pessoas, tipologia de parque urbano que atrain

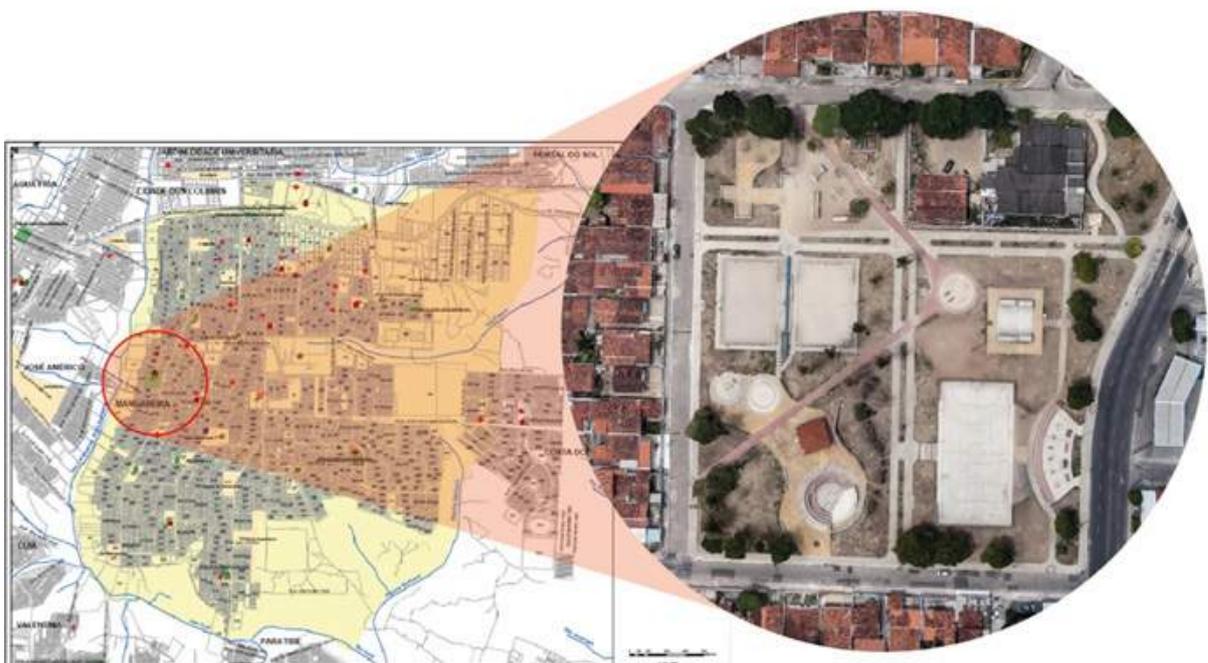
um número grande de usuários e atende a população da região metropolitana de João Pessoa como verificado *in loco*, a quantidade de *dispositivos construídos* e por ter passado por um processo de intervenção urbanística recentemente.

Coletivo Praça Ellen Lucy Mendes (Praça do Coqueiral)

O segundo espaço público construído eleito para análise foi a praça Ellen Lucy Mendes, mais conhecida como praça do Coqueiral, situada no bairro de Mangabeira (figura 22), o mais populoso da cidade, com cerca de 75.988 habitantes (Censo IBGE 2010), e também considerado uma nova centralidade urbana por congregar comércio, serviços, além de ser um vetor de expansão da cidade. Apesar de ser o bairro com a maior população de João Pessoa, Mangabeira possui poucos espaços públicos construídos e qualificados como áreas de lazer e fruição para a sua população.

Como critérios para a escolha do local investigado, levamos em consideração a sua importância para o bairro, a tipologia de praça com um dos maiores números de *dispositivos construídos* dentre as praças da cidade, atendimento à população do bairro e adjacentes. Além disso, foi um dos espaços públicos de João Pessoa que passou por uma intervenção de requalificação em 2007 dentro do programa de

Figura 22: Localização e vista da Praça Ellen Lucy Mendes (Praça do Coqueiral)



Fonte: <http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/jampaemmapas.html>

Recuperação de praças, parques, jardins, e passeios da gestão municipal de Ricardo Coutinho no recorte temporal estudado.

Coletivo Praça da Paz

O terceiro espaço público analisado nesta tese foi o coletivo Praça da Paz, situada no bairro dos Bancários. Também localizada no setor sudeste da cidade, assim como a Praça do Coqueiral, essa praça possui particularidades importantes para o que esta investigação se propõe. A construção da referida praça teve sua conclusão no ano de 2006, por uma demanda da população que se ressentia da falta de espaços públicos no bairro. Atualmente, a partir da investigação *in loco*, observou-se que esse espaço construído possui um raio de influência mais abrangente para a população usuária como analisamos no capítulo 5. Além do número de usuários como critério de escolha, outros fatores foram levados em consideração, o fato de localizar-se em frente a um *shopping* e sua relação com o entorno. A Praça da Paz também fez parte do programa de *Recuperação de praças, parques, jardins, e passeios*, anteriormente

Fig. 23: Localização e vista da Praça da Paz



Fonte: <http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/jampaemmapas.html>

citado. O referido espaço público, destaca-se frente a outros espaços da cidade pelo grau de urbanidade verificado.

Coletivo avenida Ministro José Américo de Almeida - Beira Rio

Por fim, o último espaço público construído eleito para análise foi o coletivo Avenida Ministro José Américo de Almeida e entorno. Mais conhecida como Beira Rio por margear um dos principais rios da cidade, o Jaguaribe. Esta avenida faz a ligação do centro da cidade com a praia, percorrendo os bairros da Torre, Expedicionários, Tambauzinho, Miramar e Cabo Branco. Como critérios para escolha da referida avenida, estão o fato de cortar vários bairros, além de margear comunidades carentes e o vale do rio Jaguaribe. Ao longo de seu percurso, a via assume diferentes perfis de uso e ocupação do solo. Também se apresenta como a avenida mais arborizada da cidade ao longo de seu canteiro central. Atualmente encontra-se em um processo de requalificação de seu canteiro central com a construção de uma ciclovia e a recuperação de suas calçadas.

Figura 24: Avenida Beira Rio



Fonte: Google Earth

Resumidamente, podemos sintetizar os critérios observados para seleção dos *coletivos* apresentados na tabela que segue:

Quadro 1: Resumo dos critérios de escolha dos *coletivos* analisados.

Crêterios	LAGOA	PRAÇA DO COQUEIRAL	PRAÇA DA PAZ	AVENIDA BEIRA RIO
Morfologia urbana	Circular com entorno comercial e institucional	Retangular com entorno predominante residencial	Retangular com entorno comercial	Linear
Inser�o e localiza�o	Centro	Nova centralidade	Nova centralidade	Liga�o centro – praia/ corta vários bairros
Tipologia dos espaços públicos construídos	Parque	Praça	Praça	Rua
Raio de influência	Região metropolitana	Bairro onde está inserida	Bairro onde está inserida e bairros adjacentes	Bairros que percorre
Número de usuários	Grande	Moderado	Grande	Moderado
Popula�o atendida	Moradores e trabalhadores da região metropolitana	Moradores do bairro	Moradores dos bairros vizinhos	Moradores e trabalhadores dos bairros que atravessa
Número de dispositivos construídos	Bem atendido	Bem atendido	Bem atendido	Sem diversidade

Apresentado o objeto empírico, os recortes temporal e espacial, passamos ao capítulo 5 com a aplica o da metodologia em campo e às análises decorrentes.



**6 ANÁLISE DOS COLETIVOS:
*narrativas descritivas
e traduções***

6 ANÁLISE DOS COLETIVOS: *narrativas descritivas e traduções*

A partir da apresentação do *coletivo*: a cidade e seus atores, desenvolvido no quarto capítulo, passamos a analisar como se estabelecem as redes de *associações* nos espaços públicos selecionados. De início, já é possível afirmar que a *materialidade híbrida* do espaço público também pode ser vista como um *coletivo* cujas *associações* entre os *dispositivos* e as *disposições* são os *mediadores* da ação.

O presente capítulo consiste na descrição narrativa das *associações* e suas *traduções*. Seguindo a teoria ator-rede, apresentada no terceiro capítulo, organizamos a investigação de campo a partir dos diários de campo elaborados de cada espaço analisado e seus relatos descritivos e, em seguida, operamos as *traduções* segundo os coletivos organizados a partir de categorias analíticas provenientes do embasamento teórico desta tese. Portanto, objetivamos, com isso, rastrear as *associações* entre os *dispositivos* (não-humanos) e as *disposições* sociais (humanos) como *mediadores* que a partir da ação configuram a *materialidade híbrida* dos espaços públicos construídos investigados.

Assim, este capítulo está organizado em quatro partes: primeiramente, apresentamos uma narrativa descritiva dos espaços públicos e seus *dispositivos* espaciais em função das *disposições* sociais. Em segundo lugar, após a descrição das narrativas de espaço, buscamos *traduzir*, sob o enfoque das categorias analíticas, as *disposições* sociais em função dos *dispositivos* espaciais ou dispositivos que equipam os espaços públicos. Em terceiro lugar, observamos a narrativa dos usuários sobre os espaços públicos escolhidos para análise e, por fim, observamos o discurso dos *fabricantes* sobre os espaços públicos construídos do objeto empírico.

A coleta de dados se deu conforme apresentado em cada item subsequente. Os diagramas elaborados no terceiro capítulo embasaram a construção das narrativas de cada *associação* trabalhada. O trabalho de campo foi norteado por alguns documentos necessários ao registro das informações. Para tanto, utilizamos de fichas (nos apêndices) chamadas de registros de observação, para catalogar os *dispositivos* construídos significativos do espaço, suas conexões e relações espaciais. O passo seguinte foi a produção de diários de campo, considerando as *disposições* sociais analisadas nas visitas a campo que se realizaram segundo critérios já apresentados e destacados aqui: cada espaço público construído selecionado foi visitado tanto em dias úteis da semana como em finais de semana, revezando turnos da manhã, tarde e noite, em diferentes horários. Juntamente com os diários de campo, foram elaborados os mapas comportamentais das *disposições* sociais para cada visita a

campo conforme apontado no terceiro capítulo. Visamos, desta forma, ter um amplo espectro para análise presando pela aleatoriedade amostral.

Assim sendo, apresentamos a seguir a narrativa dos *dispositivos* construídos de cada *coletivo* observado e, em seguida, discorreremos sobre as conexões com as *disposições* sociais que os *dispositivos* proporcionam.

6.1 *Narrativa e tradução do coletivo Parque Solón de Lucena – Parque da Lagoa*

Uma das primeiras operações que um objeto técnico realiza é aquela que define os atores e um espaço” (2014, p. 165), escreve Akrich. Aqui entendemos o objeto técnico ao qual Akrich se refere como os *dispositivos* construídos dos espaços públicos analisados. Partimos da observação da autora para iniciarmos a narrativa do coletivo Parque Solón de Lucena, ou Parque da Lagoa. Os *dispositivos* espaciais, além de definirem o espaço, atuam também como *mediadores* em suas interações com as *disposições* sociais.

Localizado no bairro do Centro, o parque é um elemento estruturador da morfologia urbana e da paisagem do centro histórico⁸² da cidade. Por muitos anos, como citado no quarto capítulo, sua espacialidade foi marcada por anéis viários para onde convergia o sistema de transporte público de ônibus de João Pessoa. As intervenções urbanísticas de requalificação recentes⁸³ pautaram-se pela retirada dos anéis viários mais internos e a incorporação do espaço das vias ao parque propriamente dito. Um ponto positivo, se pensarmos sob a ótica do espaço público, foi a restituição desse espaço para as pessoas, rompendo com a lógica que permeia os espaços públicos em grande parte das cidades brasileiras, e também, alvo das críticas acerca da cidade pensada para a escala do carro e não das pessoas. Tal fato gerou uma nova ambiência⁸⁴ para o parque como passamos a observar.

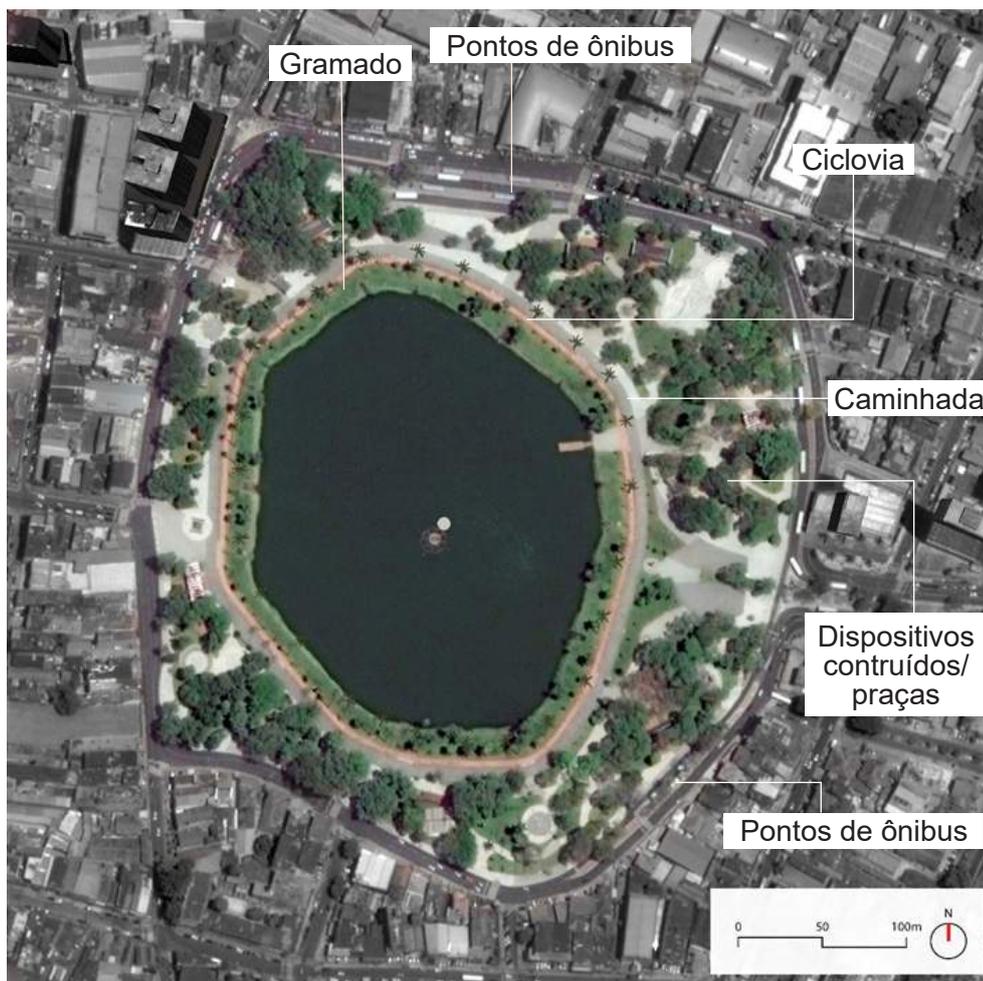
Seu arranjo espacial continuou perimetral. Os *dispositivos* estão distribuídos

⁸² Sobre o conceito de centro histórico ver o que diz Scocuglia: “O conceito de centro histórico estaria atrelado à origem do antigo núcleo urbano, à simbologia associada ao passado, à importância da área como elemento inicial no processo de formação do espaço urbano. Enquanto o conceito de centro principal ou de centro tradicional corresponderia à maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e de serviços numa correspondência com as antigas áreas centrais que deram origem as cidades brasileiras, chamadas anteriormente apenas de “centro” (2010, p. 24 e 25).

⁸³ O parque da Lagoa teve as obras de intervenção concluídas em junho de 2016.

⁸⁴ Entendemos ambiência no sentido atribuído por Thibaud: “em suma, ambiência é definida como o espaço-tempo experimentado pelos sentidos” (2001, p.9).

Figura 25: Vista aérea do Parque da Lagoa



Fonte: Google Earth Pro

em faixas sucessivas em torno da lâmina de água, conforme vemos na vista aérea e imagem a seguir (figura 25 e 26). Assim, a retirada das vias de automóveis cedeu lugar ao aumento do gramado que circunda a lagoa, tendo em sua volta uma ciclovia. Após essa, uma área livre para passeio e por fim, toda a área de *dispositivos* como descreveremos.

Embora seja possível acessar o parque de qualquer ponto, existem quatro acessos principais demarcados cuja dinâmica está diretamente correlacionada ao seu entorno como veremos a seguir nos mapas comportamentais. No entorno do parque, observamos uma diversidade de usos com predominância de comercial e de serviços. A concentração de comércios na porção mais ao norte do parque faz com que esta seja a área de maior afluxo de pessoas, principalmente nos dias e horários quando o comércio está aberto, imprimindo uma dinâmica intensa que se relaciona com o entorno, como discutiremos mais adiante nas *traduções* dos coletivos, pois, nesse

Figura 26: Vista do Parque da Lagoa vendo-se a distribuição perimetral dos *dispositivos* espaciais em torno da lagoa



Fonte: Arquivo da autora, 2017

momento, fazemos apenas um relato descritivo do referido coletivo.

Relacionada também à dinâmica do parque está a questão da acessibilidade e da mobilidade. O ônibus tornou-se um dos principais meios de transporte de acesso ao parque. Dois fatores contribuem para o incentivo ao uso do ônibus como principal modal. O primeiro é que a maioria e as principais linhas de ônibus da cidade passam pelo parque, tendo dois pontos principais de confluência como vemos na figura 25. O segundo diz respeito ao fato de a área de entorno imediato não dispor de estacionamentos para o automóvel individual. Esse é um fator de promoção do primeiro meio de transporte e de falta de incentivo ao uso do segundo. Contudo, vemos mais adiante, como essa dinâmica acontece de maneira diferenciada entre dias úteis da semana e nos finais de semana.

Com relação aos *dispositivos* construídos, após a requalificação, o parque passou a contar com a oferta maior de equipamentos destinados ao esporte, lazer, alimentação e contemplação sendo organizados em doze espaços de pequenas praças em torno da lagoa. O parque conta ainda com uma ciclovia e uma pista de *cooper*, parede de escalada, pista de *skate*, área para passeio, deck de contemplação

integrado ao restaurante já existente, parques infantis, equipamentos de ginástica, área com mesas para jogos de tabuleiro, catorze quiosques com baterias de banheiros, além de posto policial da guarda civil municipal e polícia militar. Apresenta também áreas livres para dispositivos efêmeros⁸⁵.

Com uma organização espacial perimetral, não há uma setorização marcada na distribuição dos *dispositivos* na faixa mais externa ao parque, favorecendo, de certa forma, uma mescla de usos daqueles. Destacamos que a acessibilidade aos dispositivos merece ser discutida sob o ponto de vista técnico e em sua amplitude, pois nem todos os equipamentos podem ser acessados de forma independente por pessoas com deficiência.

A iluminação pública também é um ponto que precisa ser analisado, pois representa um fator de aumento da permanência das pessoas na área e da sensação de segurança no período noturno. O parque possui, em toda a sua extensão, iluminação com postes altos e iluminação baixa. Embora considerada boa, a vegetação de grande porte, cria áreas de sombreamento para os dispositivos instalados embaixo das árvores, motivo de queixa dos usuários como verificado nas entrevistas com esse público.

Outro ponto a destacar quanto à descrição do espaço diz respeito ao uso da vegetação como dispositivos espaciais. Quanto ao porte, observamos dois tipos: árvores de grande porte e vegetação forrageira, não dispendo de uma vegetação mais arbustiva. O parque é bastante arborizado e a vegetação tem papel importante para o uso e apropriação do espaço como veremos mais adiante. As áreas sombreadas contribuem para uma maior permanência dos usuários, mesmo em horas onde a insolação é mais forte. O fato da vegetação se configurar como descrito tem importância também para a permeabilidade visual do parque. Ao nível dos olhos, há uma continuidade visual, bem como espacial. O parque não apresenta barreiras físicas que promovam descontinuidades espaciais nem visuais.

Após a descrição dos dispositivos espaciais, apresentamos abaixo o registro de observação relativa ao item dispositivos, sintetizando os pontos apresentados, seguido de um mapa com a espacialização dos dispositivos.

⁸⁵ Chamamos de dispositivos efêmeros aqueles que não estão fixos no espaço, que podem ser colocados e retirados de um determinado lugar, tendo muitas vezes curta duração de tempo.

Quadro 2: Registro de observação do Parque da Lagoa - Resumo

Nome do lugar		PARQUE SOLÓN DE LUCENA – PARQUE DA LAGOA
Localização/ bairro		CENTRO
1	Layout/ arranjo espacial	Arranjo espacial perimetral. Dispositivos distribuídos em faixas sucessivas em torno da lâmina de água.
2	Entorno imediate (tipos de	Entorno marcado pela diversidade de usos, com predominância comercial na porção mais ao norte.
3	Tipos de dispositivos	<ul style="list-style-type: none"> - Doze empraçamentos; - Ciclovia e pista de <i>cooper</i>; - Parede de escalada; - Pista de <i>skate</i>; - Área para passeio; - Deck de contemplação integrado ao restaurante existente; - Parques infantis; - Equipamentos de ginástica; - Área com mesas para jogos de tabuleiro; - Catorze quiosques com baterias de banheiros; - Posto policial da guarda civil municipal e polícia militar; - Área livres para dispositivos efêmeros.
4	Distância entre equipamentos	Variada
5	Setorização	Não apresenta uma setorização quanto a distribuição dos dispositivos.
6	Principais acessos ao espaço	Quatro acessos principais. Mas acessível por todos os lados
7	Vias de acesso	Vias perimetrais e perpendiculares que chegam ao parque
8	Meios de acesso	Carro, ônibus, pedonal, bicicleta, moto
9	Pontos de ônibus	Dois pontos principais

Nome do lugar		PARQUE SOLÓN DE LUCENA – PARQUE DA LAGOA
Localização/ bairro		CENTRO
10	Estacionamento	Não dispõe de estacionamento no parque
11	Dispositivos de segurança	Posto da guarda municipal e agentes de manutenção do
12	Vegetação (tipo e porte)	Árvores de grande porte e forrageira. Não apresenta vegetação arbustiva.
13	Iluminação	Iluminação alta e baixa com zonas de sombreamento sob as árvores
14	Passeios/ modais	Apresenta área para caminhada e ciclovia
15	Acessibilidade	Parcial
16	Continuidades	Apresenta continuidade espacial e visual
17	Descontinuidades	Não apresenta descontinuidade espacial e visual
18	Dispositivos efêmeros	Apresenta espaços livres para dispositivos efêmeros

– Traduções do coletivo Parque Solón de Lucena – Parque da Lagoa

Os espaços públicos aqui analisados apresentam-se como um grande laboratório. Como citado anteriormente, ao entrarem em contato, os *dispositivos* e as *disposições* passam a ser *atores* apresentando-se como *mediadores*, pois, conforme Latour, “transformam, traduzem, modificam o significado” (2012, p. 65). Passamos a *traduzir*, a partir de então, as interações mediadas pela ação, segundo as categorias descritas por Joseph (1999) que efetivam a materialização do espaço público para o coletivo Parque da Lagoa.

A princípio, destacamos as categorias de **proximidade** e **distanciamento**. Essas podem ser vistas segundo dois aspectos: a proximidade e o distanciamento sociais, ou em termos espaciais. Primeiramente consideremos tais categorias em termos físicos ou espaciais. Pensadas para os *dispositivos* enquanto atributos do espaço edificado são aquelas que podem favorecer a mediação entre o encontro e a copresença. Segundo Joseph: “um espaço público é um dispositivo que põe em tensão identidades entre distância e proximidade, entre o cara-a-cara com o outro e a co-presença com os demais” (1999, p. 26).

Figura 27: Relações espaciais de proximidade e distância no Parque da Lagoa



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Observamos que os *dispositivos* espaciais do Parque da Lagoa favorecem o encontro. O fato de não haver uma setorização tão definida e a mescla dos dispositivos no espaço permitem usos distintos concomitantes que proporcionam o encontro entre as pessoas. Isso se dá quando levamos em conta uma escala de aproximação, que diz respeito as praças do parque e aos *dispositivos* que estão dispostos de maneira articulada como parques infantis, equipamentos de ginástica, bancos, espaços de permanência, áreas sombreadas. Tal fato foi confirmado pelas entrevistas realizadas como veremos mais adiante.

A distância em termos espaciais favorece a copresença que se dá tanto na escala menor, das pequenas praças, bem como, na escala maior, se considerarmos

toda a extensão do parque. A copresença é assinalada pela presença de grupos distintos que utilizam o parque para as mais diversas atividades. Assim como pelos usuários que o frequentam individualmente.

Tais aspectos de proximidade e distanciamento estão diretamente interligados à articulação entre os espaços construídos e seus acessos, com as continuidades e descontinuidades, tendo reflexos diretos sobre as disposições sociais nos modos de deslocamento e acessibilidade conforme diagrama da figura 28.

Já havíamos começado a tratar dessa interação ao descrevermos o parque. A articulação entre os espaços construídos e seus acessos com as continuidades e descontinuidades são de ordem espacial e também visual como assinalado anteriormente. Adentrando à questão, cabe destacar que o Parque da Lagoa sempre foi um ponto de convergência do tecido urbano em relação ao centro da cidade refletindo-se na estreita ligação do mesmo com o seu entorno. Sob esse prisma,

Figura 28: Articulação entre os espaços construídos do Parque da Lagoa e seus acessos

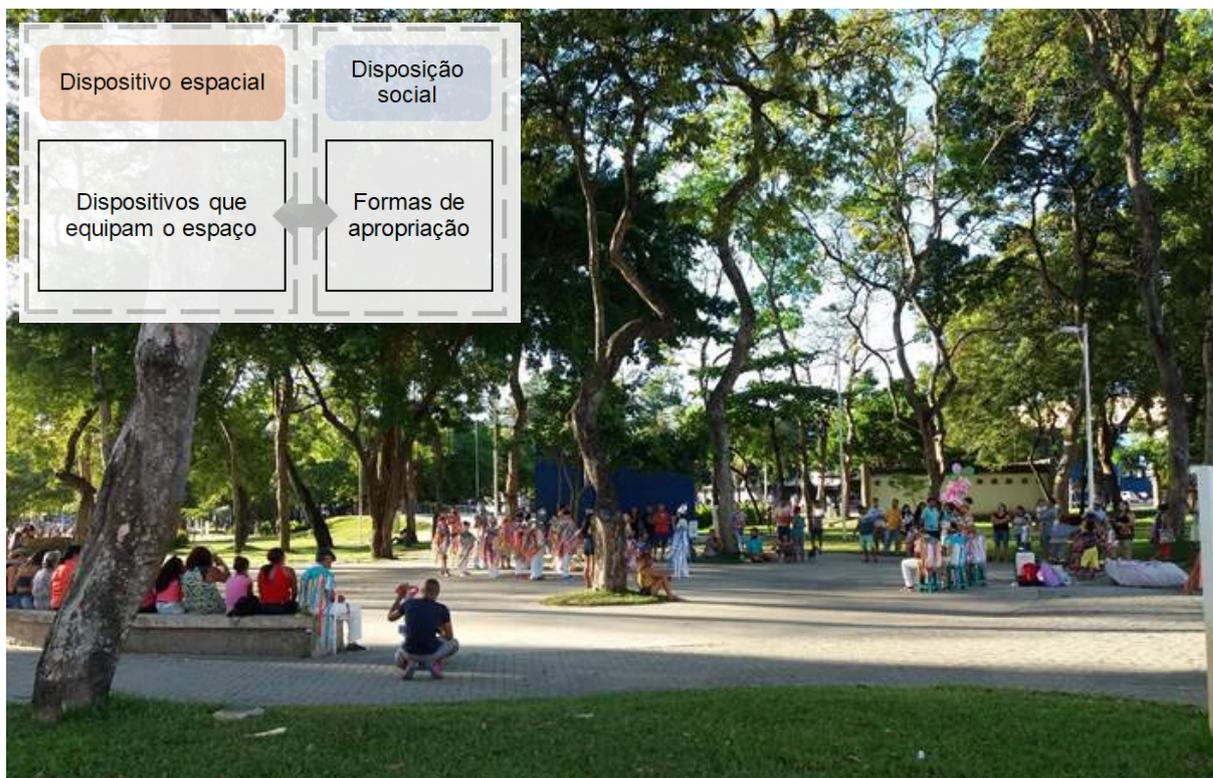


podemos falar que, espacialmente, há continuidade entre os espaços construídos do parque e seus acessos.

Quanto às disposições sociais resultantes dos modos de deslocamento, que refletem à articulação entre os espaços construídos e seus acessos, observou-se que dizem respeito às dinâmicas verificadas *in loco* por parte de grupos distintos, em dias e horários diferentes. Os *rituais de acesso*, como designa Joseph (1999), caracterizam tais dinâmicas. O público mais jovem ocupa o espaço nos dias de semana no turno da tarde e vêm de colégios das redondezas acessando o parque a pé. Os idosos, que procuram companhia durante a semana, geralmente acessam o parque de ônibus. Durante os fins de semana, quando a presença é massiva de famílias com crianças, o acesso se dá de carro, predominantemente. O intenso fluxo de transeuntes que cruzam o parque durante as manhãs imprimem um sentido de fluxo a partir dos pontos de ônibus em direção ao entorno comercial.

Tais rituais colocam em evidência as *disposições* sociais, as maneiras de interação entre grupos distintos de usuários que se dão no espaço público urbano e em relação a esse espaço. A análise do espaço em tela corrobora com a observância

Figura 29: *Dispositivos* espaciais e formas de apropriação



de Joseph sobre a acessibilidade como elemento fundador para às práticas de espaço, além de observá-la como *operadora da urbanidade* como já nos referimos anteriormente. Dessa forma, ao discorrer sobre os *rituais de acesso*, os *modos de deslocamento* e a articulação com os espaços construídos, suas continuidades e descontinuidades, observamos que a acessibilidade pode ser entendida não só do ponto de vista físico, mas também se mostra acessível à interação de distintos grupos que dele se utilizam. Assim, é possível afirmar que quanto mais acessível o espaço, mais democrático ele se mostra, podendo suscitar diferentes formas de apropriação.

Nesse ponto, observamos as formas de apropriação por parte dos usuários dos *dispositivos* construídos que *equipam o espaço*, segundo Joseph (1999). Cabe assinalar que as formas de apropriação são distintas e múltiplas. Elas podem responder a usos programáticos, ou seja, atendem àquilo a que se propõem os *dispositivos* para o qual foram projetados, ou não. Subvertem-se os usos programáticos com usos e apropriações diferentes daquilo que se espera para os dispositivos. Exemplo desse caso pode ser observado no Parque da Lagoa. Há um *dispositivo* específico construído no gramado central do parque, em torno da água, pensado para servir de abrigo para as aves que habitam o local. Tal *dispositivo*, no entanto, foi apropriado pelos usuários em geral como ponto de apoio para piquenique, conversa, descanso. Esse uso, por parte da população, pode ser percebido em diversos horários do dia como se vê nas imagens a seguir (fig. 30). Assim como esse dispositivo, há outros aos quais podem

Figura 30: *Dispositivos* espaciais destinados ao abrigo de aves apropriados para piquenique



Fonte: Arquivo da autora, 2017

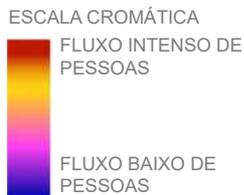
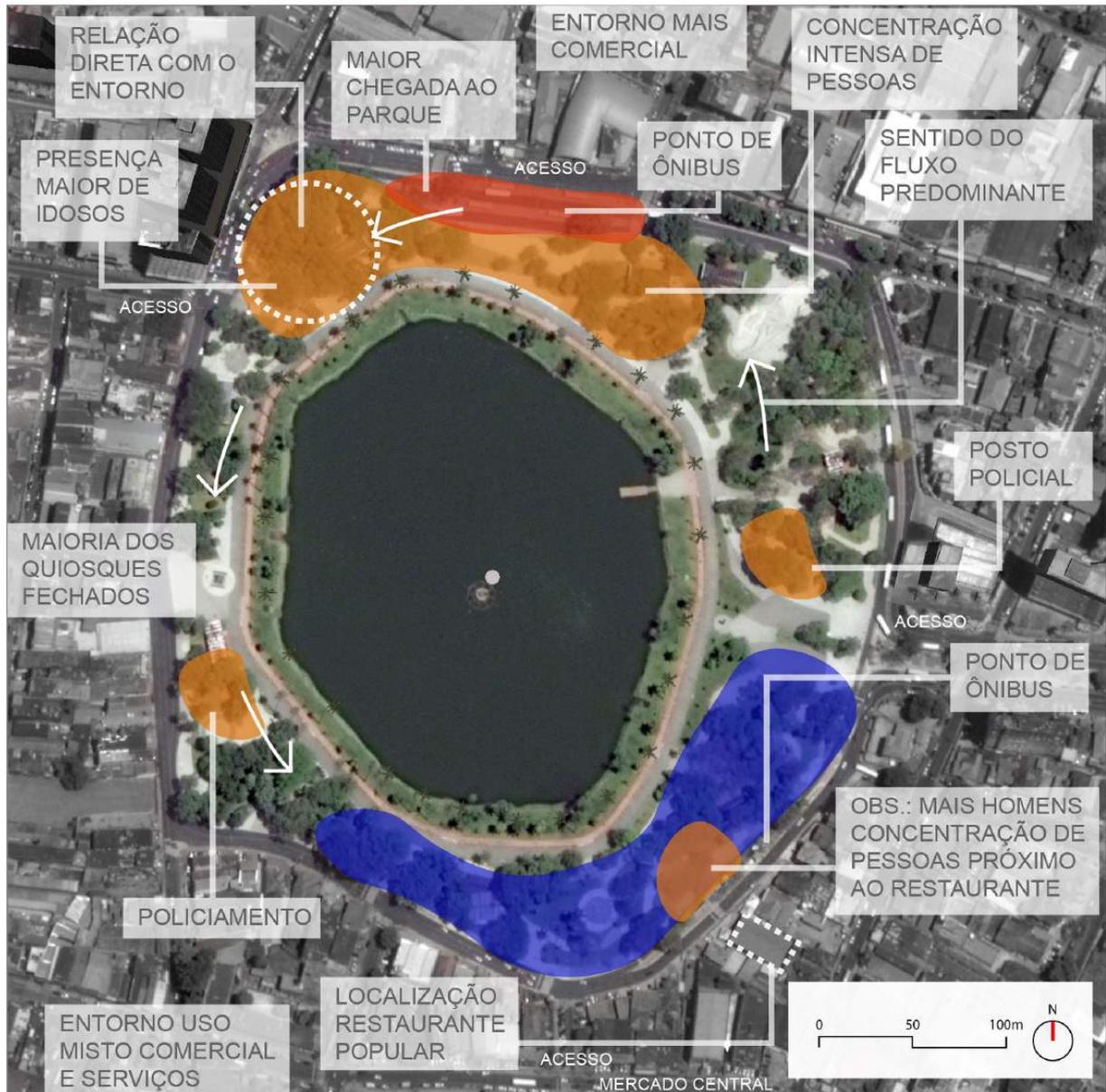
ser atribuídos usos distintos daquilo a que foram destinados. Não raro, nas visitas a campo, observamos os dispositivos sendo utilizados de maneiras diversas. Mesmo sob a vigilância ostensiva dos guardas do parque.

Esse fato nos reporta a De Certeau (1994), ao observamos as formas de apropriação que remetem às *práticas inventoras de espaço* e as *táticas* que subvertem usos programáticos, pondo em debate o ativismo projetual dos *fabricantes* para os espaços públicos contemporâneos. É observável nos *coletivos* analisados nesta tese a subversão dos usos de alguns *dispositivos* feita pelos usuários dos espaços.

Passamos agora à narrativa das *disposições* em relação aos *dispositivos*. Levando em conta os diagramas dos *coletivos* proximidade-distanciamento no espaço público construído e arranjos de interação-linguagens, elaboramos os seguintes registros da observação em campo considerando as categorias de análise propostas nos diagramas. Conforme descrito anteriormente, foram elaborados diários de campo. Assim, para cada espaço público analisado foram gerados seis diários de campo e o mapeamento das *disposições* sociais.

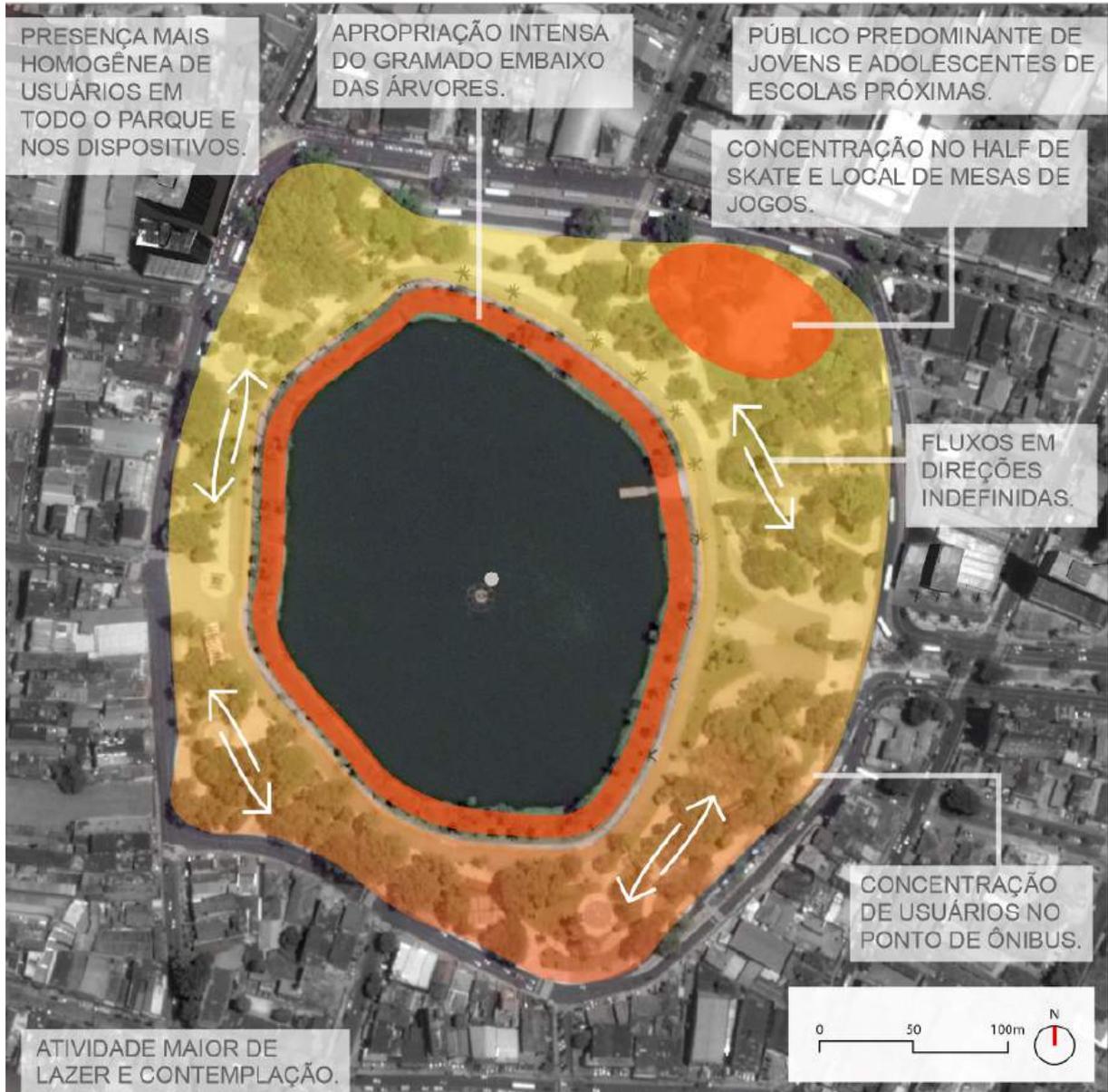
- Disposições sociais: dias úteis da semana

Quadro 3: Parque da Lagoa - manhã dia de semana



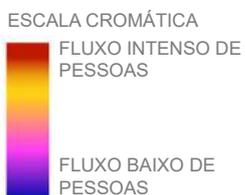
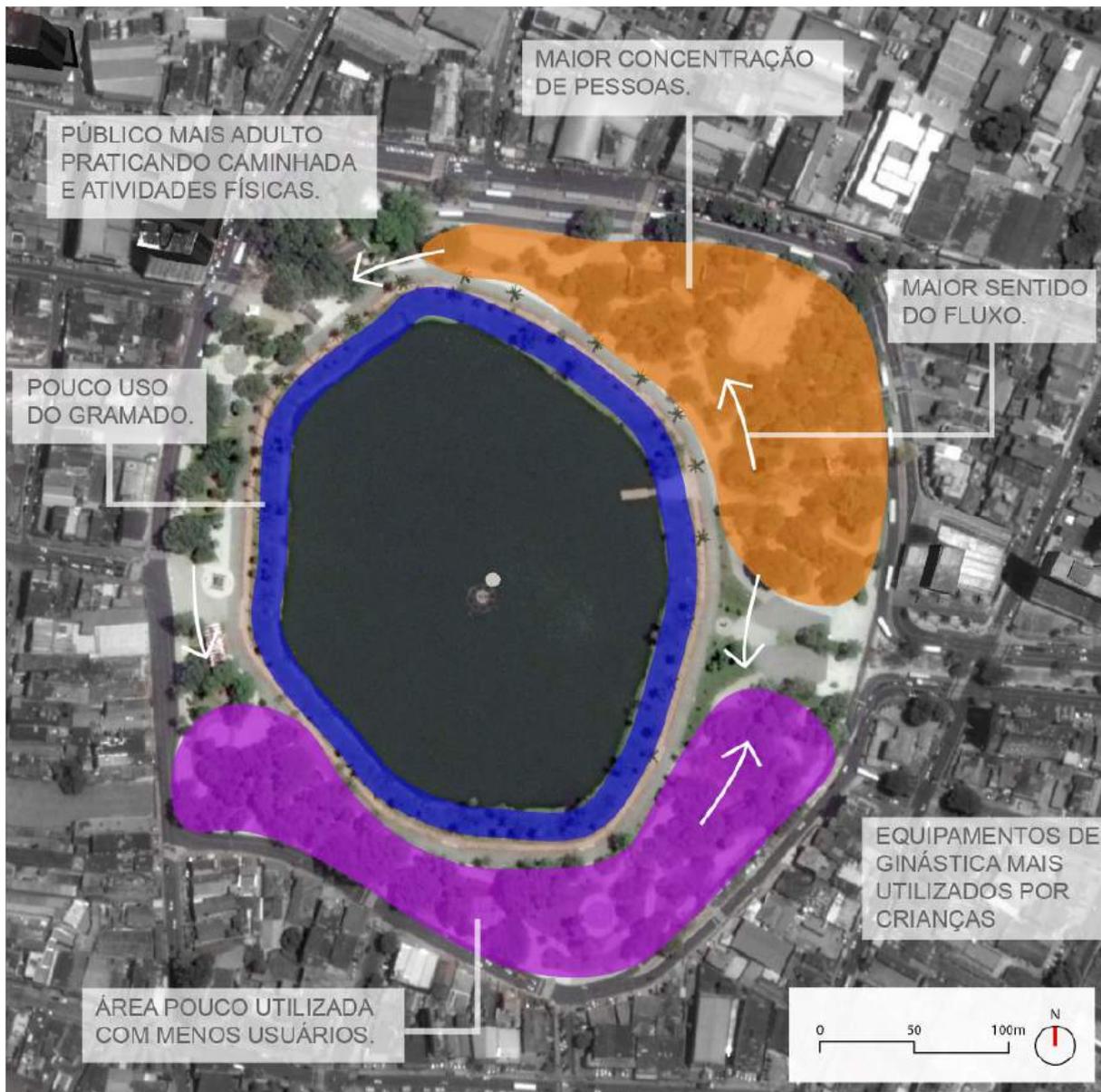
Nome do lugar	PARQUE DA LAGOA
Localização	CENTRO
Dia/ hora	03/11/2017 - 09:57h às 10:45h
Número de usuários:	Mais de 30 e foi aumentando ao longo da manhã
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Uso dos bancos e equipamentos infantis/ pouca utilização das lanchonetes, half skate
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Não

Quadro 4: Parque da Lagoa – tarde, dia de semana



Nome do lugar	PARQUE DA LAGOA
Localização	CENTRO
Dia/ hora	08/11/2017 – 15:40h às 16:40h
Número de usuários:	Mais de 100 pessoas
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Caminhada, lazer, contemplação, principalmente embaixo das árvores no gramado, parques infantis
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Não

Quadro 5: Parque da Lagoa – noite, dia de semana



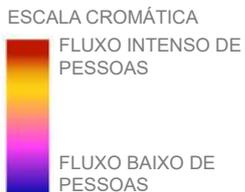
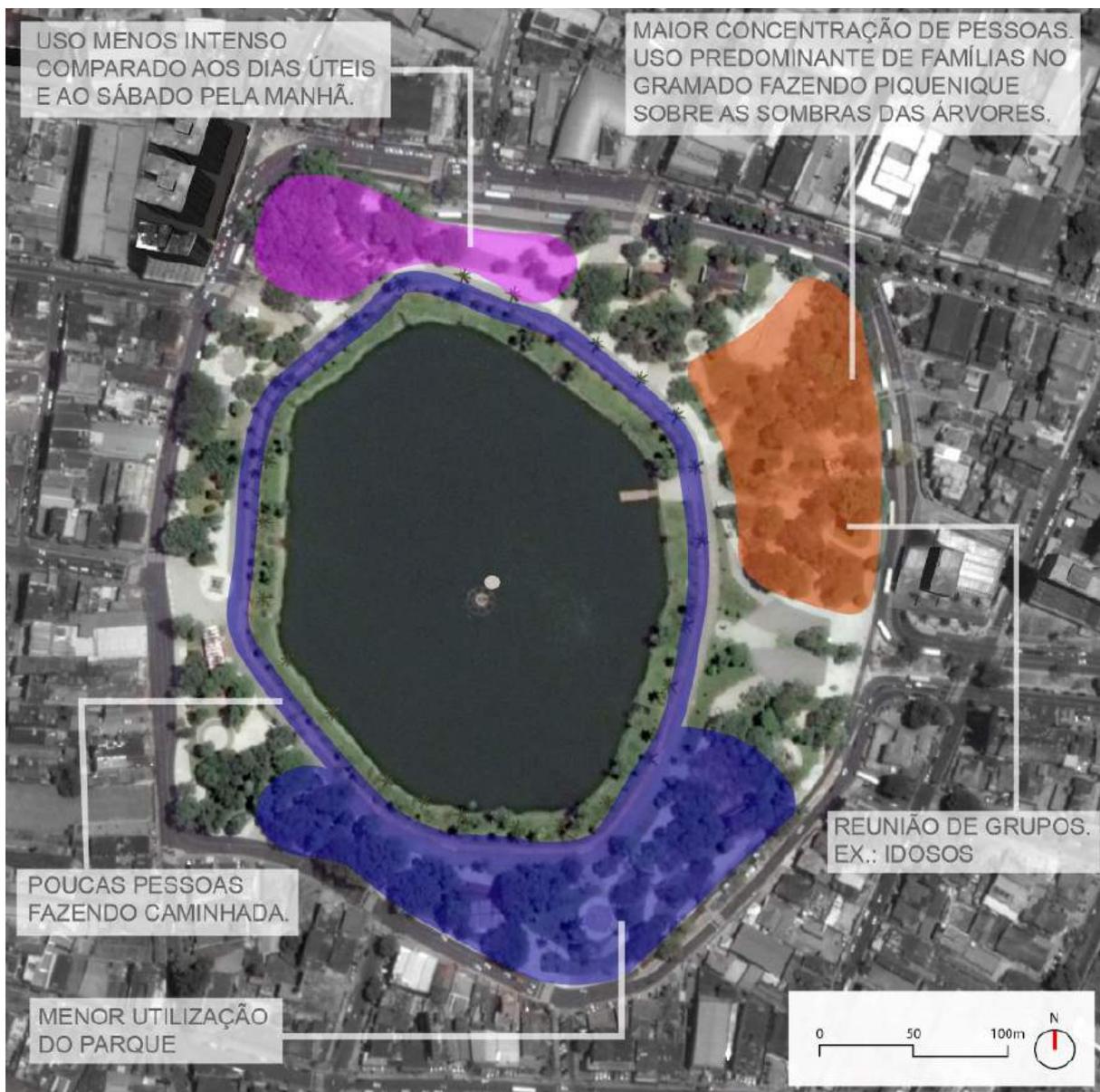
Nome do lugar	PARQUE DA LAGOA
Localização	CENTRO
Dia/ hora	14/11/2017 – 18:50h às 19:15h
Número de usuários:	Mais de 50 pessoas
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Esporte, caminhada, lazer, parques infantis
Civildades:	Sim
Incivildades:	Não

Os *mapas comportamentais*, elaborados para cada dia e horário da semana, mostraram-se como uma ferramenta importante para as *traduções* das formas de uso e apropriação do espaço, indicando fluxos, permanências, dispersões, aglomerações, etc., que se revelam nas ações sobre o espaço público.

Durante as manhãs dos dias de semana, a dinâmica das *disposições* está diretamente associada ao entorno e ao fato do parque ser um ponto de acesso ao comércio e aos serviços do centro da cidade. O público maior é de transeuntes, com um fluxo bem definido no sentido dos pontos de ônibus de chegada ao parque em direção ao entorno comercial. Foi constatado que a porção mais ao norte, mais próximo ao comércio, do parque é a de maior concentração de pessoas durante os dias de semana. À tarde, percebemos outra dinâmica, com a ocupação de jovens e adolescentes das escolas próximas que acessam o parque a pé e ocupam, principalmente, os espaços do gramado em rodas de conversa. Nesse horário, não há um sentido de fluxo tão definido, a ocupação se dá em toda a extensão do parque, diferente da dinâmica observada pela manhã. À noite, observamos mais uma vez que o público muda. A presença mais intensa é de adultos praticando atividades físicas como caminhada após o dia de trabalho.

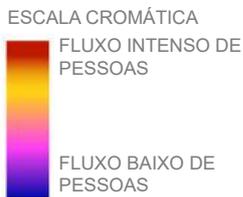
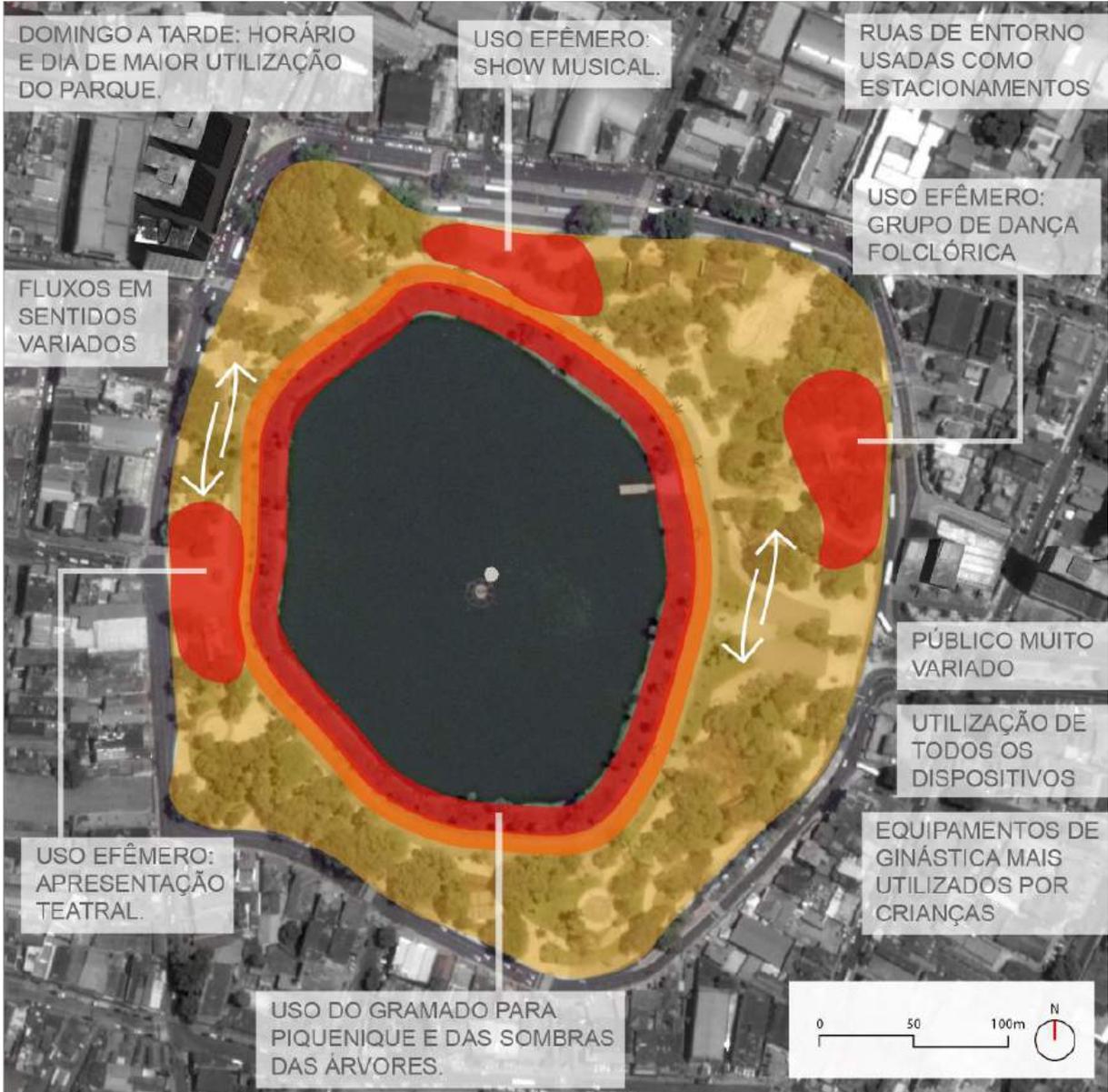
– Disposições sociais: fim de semana

Quadro 6: Parque da Lagoa – manhã, fim de semana



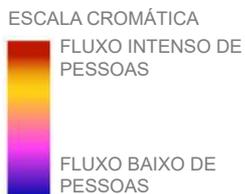
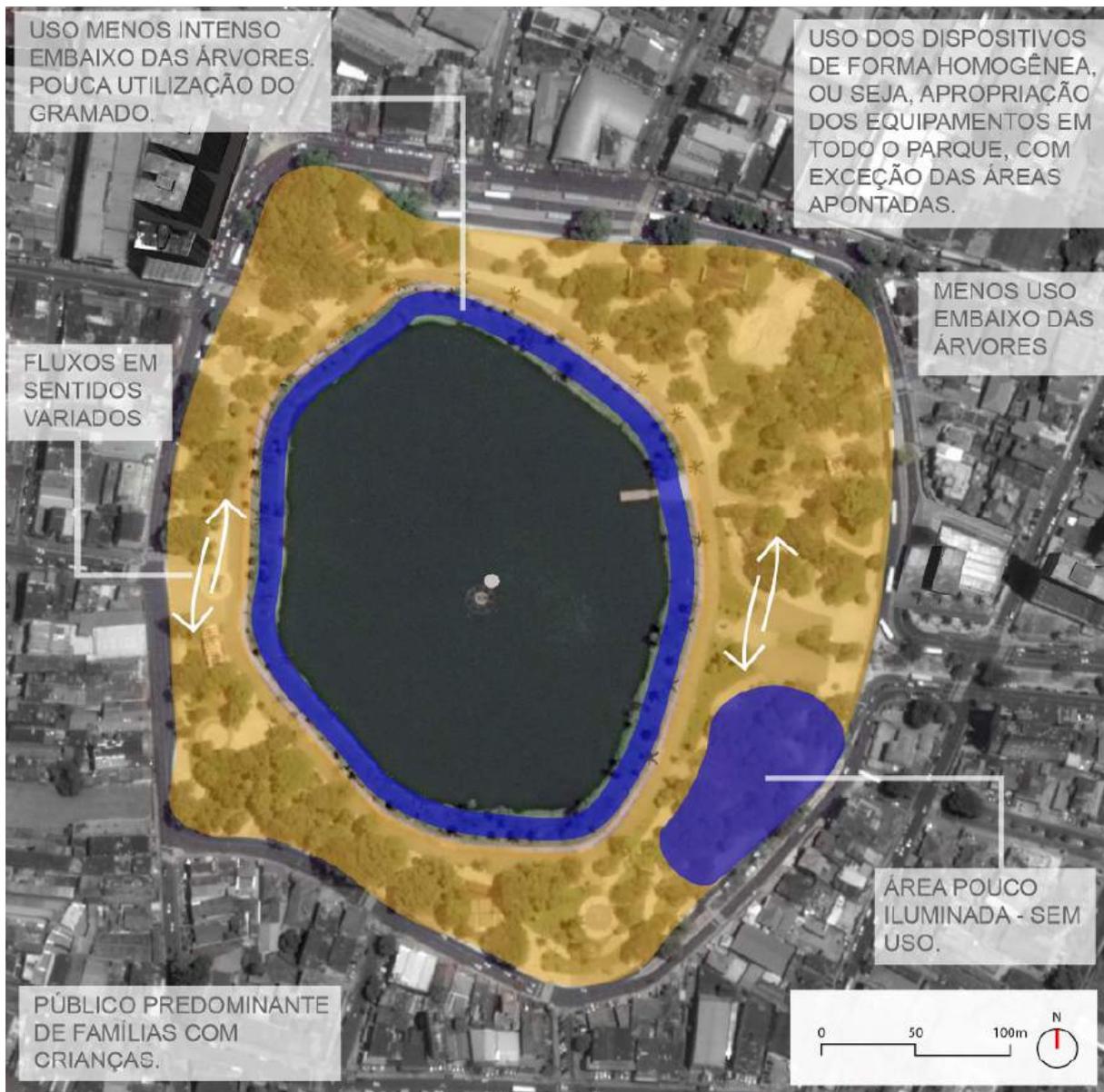
Nome do lugar	PARQUE DA LAGOA
Localização	CENTRO
Dia/ hora	26/11/2017 – 10:40h às 11:35h
Número de usuários	Mais de 50 pessoas
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Lazer, piquenique embaixo das árvores
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Não

Quadro 7: Parque da Lagoa – tarde, fim de semana



Nome do lugar	PARQUE DA LAGOA
Localização	CENTRO
Dia/ hora	12/11/2017 – 16:15h às 17:10h
Número de usuários:	Mais de 200 pessoas
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Caminhada, lazer, uso do gramado e embaixo das árvores, parques infantis, apresentação de grupos culturais, prática de esporte
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Não

Quadro 8: Parque da Lagoa – noite, fim de semana



Nome do lugar	PARQUE DA LAGOA
Localização	CENTRO
Dia/ hora	11/11/2017 – 19:53h às 20:45h
Número de usuários:	Mais de 50 pessoas
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Uso dos bancos e equipamentos infantis/ lanchonetes, half skate
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Não

Nos finais de semana, percebemos que a interação com o entorno, tal como durante os dias úteis da semana acontece no sábado pela manhã enquanto o comércio encontra-se aberto. Durante esse período do dia, o uso do espaço confunde-se com os dias da semana em que a dinâmica está intrinsecamente relacionada ao entorno comercial de caráter popular e de serviços. Dinâmica essa que se modifica completamente nos turnos das tardes de sábado e domingo, quando se dá a maior intensidade de uso e ocupação do parque que atrai pessoas dos municípios da região metropolitana de João Pessoa, como verificamos nas entrevistas com os usuários. Nesses períodos e dias, percebemos a predominância da presença de famílias com crianças em toda a extensão do parque. A utilização dos dispositivos destinados às crianças, bem como os equipamentos de ginástica, são amplamente apropriados por esse público.

Mas não só o passeio em família é destaque na ocupação do parque da Lagoa nos referidos dias e turnos, percebemos que esses são os períodos de maior utilização por públicos variados e é quando verificamos a apropriação massiva de todos os espaços. A ocupação se dá também com a instalação de dispositivos efêmeros nos espaços abertos, apresentações de grupos populares, música e teatro.

A intensidade de uso diminui bastante nos domingos pela manhã, quando se verifica o período de menor utilização do parque. O fato de João Pessoa ser uma cidade litorânea, pode ser uma explicação para tal situação verificada. A partir do exposto, podemos fazer as *traduções* das disposições sociais frente aos dispositivos espaciais considerando as categorias correlacionadas nos diagramas apresentados.

Observando as categorias de *proximidade* e *distanciamento* sob a ótica das *disposições sociais*, podemos atribuir-lhes um caráter mais amplo, atrelando-as à classe social, estilo de vida, etc, que podem ser *traduzidos* na formação de grupos de frequentadores segundo a ótica acima. Quando pensamos a partir da ótica do encontro e da copresença nos espaços públicos construídos que tais categorias suscitam, percebemos que os atributos sociais se refletem na forma de ocupação do espaço, tendo seus reflexos também sobre a apropriação dos *dispositivos*. O encontro no espaço público da cidade, sob esse aspecto, passa a ser dos indivíduos em grupos segundo o seu segmento social, que se reúnem e territorializam-se⁸⁶ no espaço.

⁸⁶ Ao discorrer sobre o conceito de “território”, Serpa afirma: “o espaço público torna-se um espaço de justaposição de diferentes territórios, todos juntos, mas, de fato, separados” (2013, p. 180).

Figura 31: Encontro e copresença no Parque da Lagoa



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Já a copresença passa a permear as relações espaciais enquanto grupos sociais que dividem o mesmo espaço. Nesse sentido, o espaço pode assumir um caráter democrático como cenário para os diferentes grupos. Reportando-nos a Joseph (1988) sobre os atributos do espaço público no âmbito social, o encontro e a copresença seriam o *marco*, conforme descrito anteriormente, dentro do qual, Joseph situa o contato ou a interação. A proximidade e o distanciamento seriam nesse caso, o *intervalo*, ou seja, o que separa o indivíduo do outro, dentro de um *contexto* no qual a ação acontece. Nesse sentido, o *intervalo* se refere à proximidade e o distanciamento do corpo no espaço público da cidade, remetendo-nos a uma escala de aproximação do indivíduo, do cara-a-cara com o outro.

Ao observarmos o coletivo Parque da Lagoa essas duas escalas estão presentes. A escala mais ampla, por exemplo, na copresença de grupos de idosos ao se reunirem para atividades físicas orientadas por um profissional e *skatistas* ocupando e dividindo o espaço do parque. E a escala do indivíduo, refletindo-se nas disposições sociais tanto da copresença como do encontro segundo as dinâmicas apresentadas.

O encontro e a copresença também têm a ver com as linguagens que se inscrevem no espaço. Aqui não nos referimos apenas à linguagem falada, mas a linguagem das civilidades e incivilidades que podem ser lidas no espaço construído, através do corpo e do gesto que marcam o espaço. Desta maneira, as civilidades e incivilidades se inscrevem no espaço público construído, podendo torná-lo amistoso ou hostil aos seus usuários sob diversos aspectos. Com isso, passamos ao último diagrama para *traduzirmos* o *coletivo* do Parque Lagoa dentro daquilo a que nos propusemos nesta análise.

Nas diversas visitas ao parque, como apontado pelos diários de campo elaborados, percebemos que as civilidades faziam parte das *disposições* sociais naquele espaço público. Civilidades traduzidas a partir da limpeza do lugar, da falta de pichações, no “bom” uso dos *dispositivos*, que se davam em função da ostensiva vigilância por parte dos agentes do parque e das rondas policiais das guardas civil e militar com relação ao uso inadequado ou depredações dos *dispositivos*. Nesse sentido, a assepsia do lugar, traduzida a partir da falta de incivilidades, nos leva a considerar o quão programáticos devem ser os seus usos para que ações consideradas inadequadas sejam contidas e vigiadas (figuras 32 e 33).

Figura 32: Vigia do Parque da Lagoa

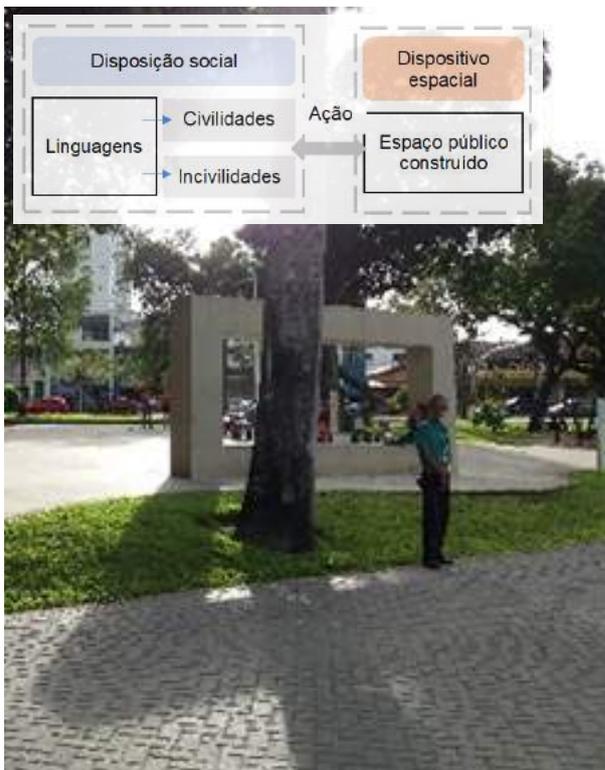


Figura 33: Ronda policial no Parque da Lagoa



Isso nos reporta ao fato de que as incivildades se correlacionam também à questão da violência como ação praticada no espaço público. Do ponto de vista do espaço público como cenário, é necessário que haja todo um aparato de *dispositivos* para que as incivildades não apareçam. Sob essa ótica, o Parque da Lagoa reflete a condição dos espaços públicos construídos no Brasil, quando esses são parte da lógica do espetáculo por parte dos *fabricantes*.

6.2 *Narrativa e tradução do coletivo* Praça Ellen Lucy Mendes – Praça do Coqueiral

O segundo coletivo a ser descrito é a praça Ellen Lucy Mendes, mais conhecida como praça do Coqueiral, assim designada por causa dos coqueiros plantados na praça (figura 34). Esse espaço público constitui-se na atualidade como a única praça do bairro de Mangabeira que passou pelo *Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins* da gestão do prefeito Ricardo Coutinho como descrito no quarto capítulo. Esse dado tem relevância, pois se trata do bairro mais populoso da cidade, como citado anteriormente e por apresentar uma carência muito grande de espaços públicos construídos, como praças, parques ou jardins, qualificados para o uso da população. Diferentemente do coletivo anterior, a praça do Coqueiral se caracteriza por abranger a população local, ou seja, os seus usuários, são em sua quase totalidade, moradores do próprio bairro.

Figura 34: Vista dos coqueiros na Praça do Coqueiral



Considerando a sua importância frente a carência desse tipo de espaço para aquela localidade, percebemos que sua utilização não se dá para todos os moradores de Mangabeira em virtude das dificuldades de acesso verificadas. Situada em uma porção centro-oeste do bairro e dada à extensão territorial do mesmo, o uso da praça acaba se limitando a população da circunvizinhança que em sua maioria a acessam a pé. Poucos utilizam o carro ou outros modais para ir à praça. Essa é circulada por três vias locais e uma via principal que cruza o bairro, rua Alfredo Ferreira da Rocha. Nessa via, encontramos o único ponto de ônibus para atender a praça que também não possui estacionamento.

O uso e ocupação do entorno imediato da Praça do Coqueiral é predominantemente residencial e as vias locais possuem pouca intensidade de fluxo de automóveis. O uso comercial e de serviços localiza-se na via principal de fluxo mais intenso. É perceptível como as relações com o entorno influenciam diretamente nas dinâmicas espaciais do lugar como temos verificado com essa investigação. A praça se mostra pouco acessível em termos de transportes públicos que favoreçam o seu

Figura 35: Vista aérea da Praça do Coqueiral



Fonte: Google Earth Pro

uso. Soma-se a isso, sobre a questão da acessibilidade, percebemos nas visitas in loco, a precariedade de *dispositivos* que favorecem o uso por um público portador de deficiência.

Outro aspecto importante para as dinâmicas dos espaços públicos urbanos diz respeito ao seu arranjo espacial como temos verificado. A Praça do Coqueiral tem formato quadrangular e seu terreno apresenta topografia em declividade (figura 35).

Na praça, encontra-se uma edificação já existente fazendo um recorte no terreno em declive que cria uma barreira física à sua continuidade espacial. Esse aspecto tem influência em termos de continuidade e descontinuidade visuais e espaciais. No local, podemos afirmar que há uma continuidade espacial relativa, pois, a edificação existente representa uma descontinuidade espacial. Verificamos também uma descontinuidade visual marcada pela presença de elementos construídos na porção central que formam uma barreira à visualização de todo o espaço. Esta barreira visual, como veremos mais adiante, representa um fator significativo para as práticas espaciais. Justificamos a observância desses aspectos, pois, correlacionam-se com as dinâmicas de uso do lugar com áreas mais escondidas ou mais expostas que geram sensação de insegurança ou segurança respectivamente, repercutindo positiva ou negativamente, ou seja, podendo atrair ou repelir as pessoas (figuras 36 e 37).

O arranjo espacial da praça é marcado pela setorização, estando os *dispositivos* organizados segundo os usos. Setorização que é assinalada por eixos principais, um transversal e outro longitudinal, como vemos na imagem 35. Segundo essa lógica de

Figura 36: Topografia e barreiras visuais da Praça do Coqueiral



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 37: Vista da Praça do Coqueiral a partir da rua principal



Fonte: Arquivo da autora, 2018

setorização, os *dispositivos* se distribuem em espaço para academia de ginástica da terceira idade na porção mais frontal voltada para a avenida principal, três quadras abertas, sendo uma de areia, barras, equipamentos de ginástica e *half* de *skate* na porção mais central. Mais ao sul da praça encontra-se o anfiteatro e um quiosque e ao norte estão dispostos os parques infantis, labirinto, bancos para descanso e espaço de jogos de tabuleiro com mesas de concreto. Não há via exclusiva para caminhada, que é realizada pelos usuários na calçada de contorno. Percebemos também o uso do espaço com *dispositivos* efêmeros nos finais de semana. Embora a espacialidade da praça seja marcada pela setorização dos *dispositivos*, há uma proximidade espacial entre os mesmos.

A vegetação, enquanto um *dispositivo*, está distribuída na porção mais periférica da praça com árvores de grande porte. Não há uma vegetação mais arbustiva e nem um tratamento paisagístico que torne o espaço mais convidativo. A iluminação é bastante precária causando a sensação de insegurança no turno da noite, principalmente nos locais em que as árvores promovem um sombreamento. Embora conte com *dispositivos* de segurança com câmeras instaladas nos postes e ronda policial ocasional, a população se queixa da falta de segurança no local como veremos adiante na descrição das entrevistas feitas com os usuários.

Resumidamente, apresentamos a descrição dos dispositivos no registro de observação elaborado para o local.

Quadro 9: Registro de observação da Praça do Coqueiral - Resumo

Nome do lugar		PRAÇA ELLEN LUCY MENDES – PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização/ bairro		MANGABEIRA
1	Layout/ arranjo espacial	Segue topografia do terreno em declividade e adequa-se a recorte do terreno devido a edificação existente
2	Entorno imediato (tipos de	Avenida principal: comercial, restaurantes e posto de gasolina/ Ruas locais: predominância de uso residencial
3	Tipos de dispositivos	<ul style="list-style-type: none"> - Academia de ginástica da terceira - Três quadras abertas, sendo uma de areia - Barras e equipamentos de ginástica - Half de skate - Anfiteatro - Quiosque - Espiribol - Parques infantis e o labirinto - Bancos para descanso - Espaço de jogos de tabuleiro com mesas de concreto
4	Distância entre equipamentos	Há proximidade espacial entre os equipamentos
5	Setorização	Sim
6	Principais acessos ao espaço	É possível acessar por todos os lados
7	Vias de acesso	Via principal – maior fluxo e vias secundárias- menor fluxo
8	Meios de acesso	Pedonal, carro, moto
9	Pontos de ônibus	Apenas um ponto na via principal

Nome do lugar		PRAÇA ELLEN LUCY MENDES – PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização/ bairro		MANGABEIRA
10	Estacionamento	Não dispõe de estacionamento na praça
11	Dispositivos de segurança	Câmeras instaladas nos postes, ronda policial ocasionalmente
12	Vegetação (tipo e porte)	Árvores de grande porte e forrageira. Não apresenta vegetação arbustiva.
13	Iluminação	Precária
14	Passeios/ modais	Não tem ciclovia, nem via exclusiva para caminhada que é feita na calçada
15	Acessibilidade	Precária
16	Continuidades	Apresenta continuidade espacial relativa (ver mapa)
17	Descontinuidades	Apresenta descontinuidade visual marcada pela presença de barreira edificada
18	Dispositivos efêmeros	Não apresenta espaço destinado à dispositivos efêmeros

– Traduções do coletivo Praça Ellen Lucy Mendes – Praça do Coqueiral

Ressaltamos de início que as *traduções* de todos os *coletivos* aqui apresentados pautam-se por uma análise de cunho qualitativo das relações entre os *dispositivos* espaciais e as *disposições* sociais. Seguiremos a mesma sequência de análise proposta para o *coletivo* anterior, o Parque da Lagoa. Para traduzirmos o *coletivo* Praça do Coqueiral, começamos observando as relações entre a proximidade e o distanciamento espaciais.

É perceptível no *coletivo* da Praça do Coqueiral, a setorização dos *dispositivos* em áreas destinadas ao esporte com as quadras e equipamentos de ginástica, ao setor infantil que inclui também os jogos de tabuleiro e descanso, e ao setor cultural com presença do anfiteatro. Todos esses equipamentos estão próximos em termos espaciais, o que sugeriria, a princípio, o encontro dos seus usuários. Contudo, a proximidade espacial dos *dispositivos* não representa um fator preponderante que favoreça o encontro enquanto *disposição* social que se esperaria no caso do presente *coletivo*. Embora haja proximidade espacial entre os *dispositivos*, a setorização espacial dos mesmos favorece sim, a copresença. O encontro só é perceptível, nas relações de vizinhança verificadas *in loco*.

Nesse sentido, a proximidade e o distanciamento como promotores do encontro e da copresença carecem de um olhar para além de fatores espaciais capazes de explicá-los. Os fatores espaciais aqui aparecem como um dos condicionantes, mas não única condição de sua realização. O espaço público por ora analisado é marcado pela copresença de grupos distintos. Há proximidade espacial entre os grupos favorecido pelos *dispositivos* que não garantem o encontro no sentido do emaranhamento, como aponta Joseph, e discutido sob a ótica social das *disposições* como analisamos mais

Figura 38: Relações espaciais de proximidade e distância na Praça do Coqueiral



adiante.

A questão espacial de proximidade e distanciamento também está intrinsecamente articulada com os espaços construídos, seus acessos, as continuidades e descontinuidades que tal articulação pode favorecer.

Já apontamos, anteriormente, que o coletivo Praça do Coqueiral foi o único espaço público que passou por intervenções urbanísticas e atende ao bairro mais populoso da cidade. Contudo, a articulação entre o tecido urbano do bairro, os acessos à referida praça, cujo rebatimento se dá nos modos de deslocamento e na acessibilidade ao lugar, é marcada por descontinuidades favorecida pela morfologia do traçado urbano. Uma das características morfológicas do bairro de Mangabeira é a difícil legibilidade⁸⁷ de suas ruas e as rupturas de seu traçado urbano. Desta forma,

Figura 39: Articulação entre os espaços construídos da Praça do Coqueiral e seus acessos



Fonte: Arquivo da autora, 2018

⁸⁷ Adotamos o termo “legibilidade” segundo o que Lynch conceitua: “diz respeito a qualidade visual específica: a clareza ou “legibilidade” aparente da paisagem das cidades. [...] indica a facilidade com que as suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modo coerente” (1999, p. 3).

Figura 40: Vista da Praça do Coqueiral com a edificação existente



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Figura 41: Descontinuidade visual Praça do Coqueiral



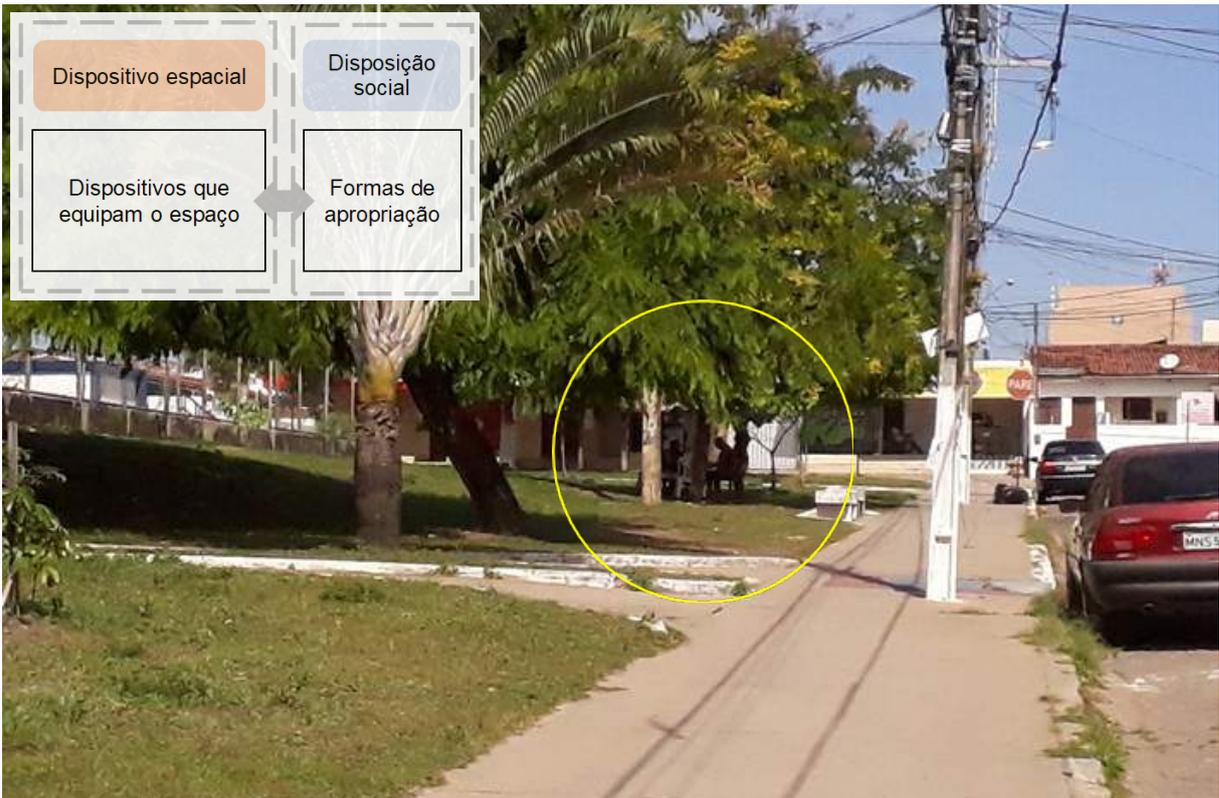
Fonte: Arquivo da autora, 2017

a dificuldade de acesso à praça do Coqueiral acaba por restringir os usuários àqueles que moram em seu entorno ou proximidade. Soma-se a isso, também a pouca oferta de transporte público, uma vez que estamos tratando de um bairro periférico e popular.

Passamos agora a investigar a Praça do Coqueiral sob o ponto de vista dos seus *dispositivos* espaciais. Sobre esse aspecto, tratamos das continuidades e descontinuidades de seus espaços construídos. Podemos afirmar que a praça é assinalada pela descontinuidade visual advinda de dois fatores: a topografia em declive e os elementos construtivos que formam uma barreira visual na porção central da praça. Os *dispositivos* construídos que criam essa barreira visual são o anfiteatro, o quiosque e um muro que separa duas quadras de esporte, estando dispostos alinhados quase lado a lado. Soma-se à barreira visual e espacial uma edificação murada que é circundada pela praça em sua porção lateral (figura 41).

Importa observar a descrição espacial dos *dispositivos*, pois esses têm rebatimento direto sobre a forma de uso e apropriação da praça. A descontinuidade espacial gera também uma descontinuidade visual. Tal fato, repercute nos usos encontrados no lugar. A segregação espacial percebida favorece a *disposição* social de usos considerados marginalizados e também segregatórios. Os espaços visualmente escondidos pelos *dispositivos* edificados acabam por serem apropriados por usuários e traficantes de drogas frequentadores da praça. Assim, as maneiras como os *dispositivos* são apropriados refletem sua condição espacial de localização no *coletivo* e engendra relações de discriminação quanto às *disposições* sociais de diferentes grupos de usuários do lugar.

Figura 42: *Dispositivos* espaciais e formas de apropriação na Praça do Coqueiral



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Cabe destacar algumas percepções apreendidas acerca de *dispositivos* específicos. Essa observação, diz respeito aos dispositivos espaciais e as formas de apropriação dos mesmos segundo diagrama apresentado a seguir.

O primeiro caso é o do anfiteatro, *dispositivo* construído em parte dos espaços públicos do período estudado. Aqui um parêntese se faz necessário. Nas gestões municipais passadas, dentro do recorte temporal desta tese, os anfiteatros faziam parte de um programa cultural denominado “Circuito das praças”, citado no quarto capítulo. Esse circuito promovia apresentações culturais semanalmente nas praças da cidade. Os anfiteatros construídos nas praças recebiam o nome de artista da terra. No caso da Praça do Coqueiral, o anfiteatro homenageia o cantor paraibano Chico César. Com a mudança de gestão e o fim do programa, este *dispositivo* ficou obsoleto para o uso ao qual se destinava. Passando a ser apropriado de formas distintas pelos usuários do lugar. Na Praça do Coqueiral, o anfiteatro encontra-se semienterrado seguindo a topografia do terreno. Tal condição construtiva gera certos tipos de usos como verificamos no lugar. O espaço passou a ser apropriado por uma população mais jovem, prioritariamente masculina, que o ocupa, principalmente nos turnos da

tarde e noite. Outros usuários do lugar o veem como um espaço marginalizado e ponto de uso drogas, não havendo nenhuma interação com demais frequentadores do lugar.

Outro *dispositivo* espacial construído que merece ser analisado é o labirinto. Um pequeno *dispositivo* em concreto com uma altura em torno de um metro destinado às crianças localizado próximo aos outros *dispositivos* infantis. Chamou-nos a atenção tal equipamento, pois encontra-se depredado com suas paredes demolidas parcialmente. As entrevistas com os usuários revelaram que a própria população destruiu o equipamento uma vez que passou a ser utilizado como ponto de prostituição e uso de drogas. A barreira visual que os muros do labirinto criavam passou a ser considerado como um elemento hostil para a população que via usos considerados inadequados ao lugar e próximo aos outros *dispositivos* infantis como o parque.

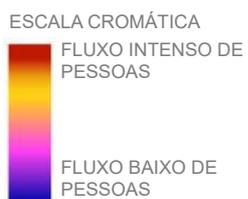
Um terceiro elemento a ser destacado diz respeito à vegetação. Vista enquanto um *dispositivo*, a vegetação desempenha papéis importantes também com relação às sociabilidades urbanas, não só pelo fato de amenizar o clima urbano tropical, favorecendo a permanência e o uso em horários mais quentes do dia e, nesse sentido, prolongando o uso do espaço. Ou, do contrário, podem ser vistas como áreas esvaziadas, se mal iluminadas, criando barreiras visuais que favoreçam usos considerados inadequados pela municipalidade e por determinados segmentos sociais. No caso da Praça do Coqueiral, não há vegetação arbustiva, só forrageira e de grande porte nas bordas da praça. Nas áreas mais iluminadas, a sombra das árvores é utilizada para jogos de tabuleiros organizados pelos próprios moradores do entorno que se apropriam do lugar. O espaço de mesas programado para tal uso foi abandonado por esses usuários, em sua maioria idosos, por alegarem a falta de manutenção e desconforto do espaço. Já as áreas onde as árvores são menos iluminadas, passam a ter usos considerados mais segregados. Não se percebe nesses locais a presença de mulheres e crianças, por exemplo.

Por fim, ainda discorrendo sobre os *dispositivos* e as formas de apropriação, cabe destacar a marca deixada pelos usuários nos percursos realizados. Caminhos que se assinalam no chão de terra e que indicam também formas de uso, de preferências diferentes dos trajetos programados. Essas pequenas subversões de usos do espaço, a exemplo do que foi citado, evidenciam o que De Certeau aponta sobre as táticas de utilização do espaço.

Passamos agora às disposições sociais verificadas segundo os diários de campo transcritos nos registros de observação *in loco*.

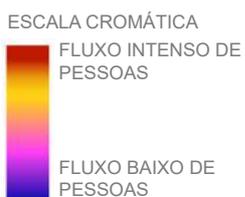
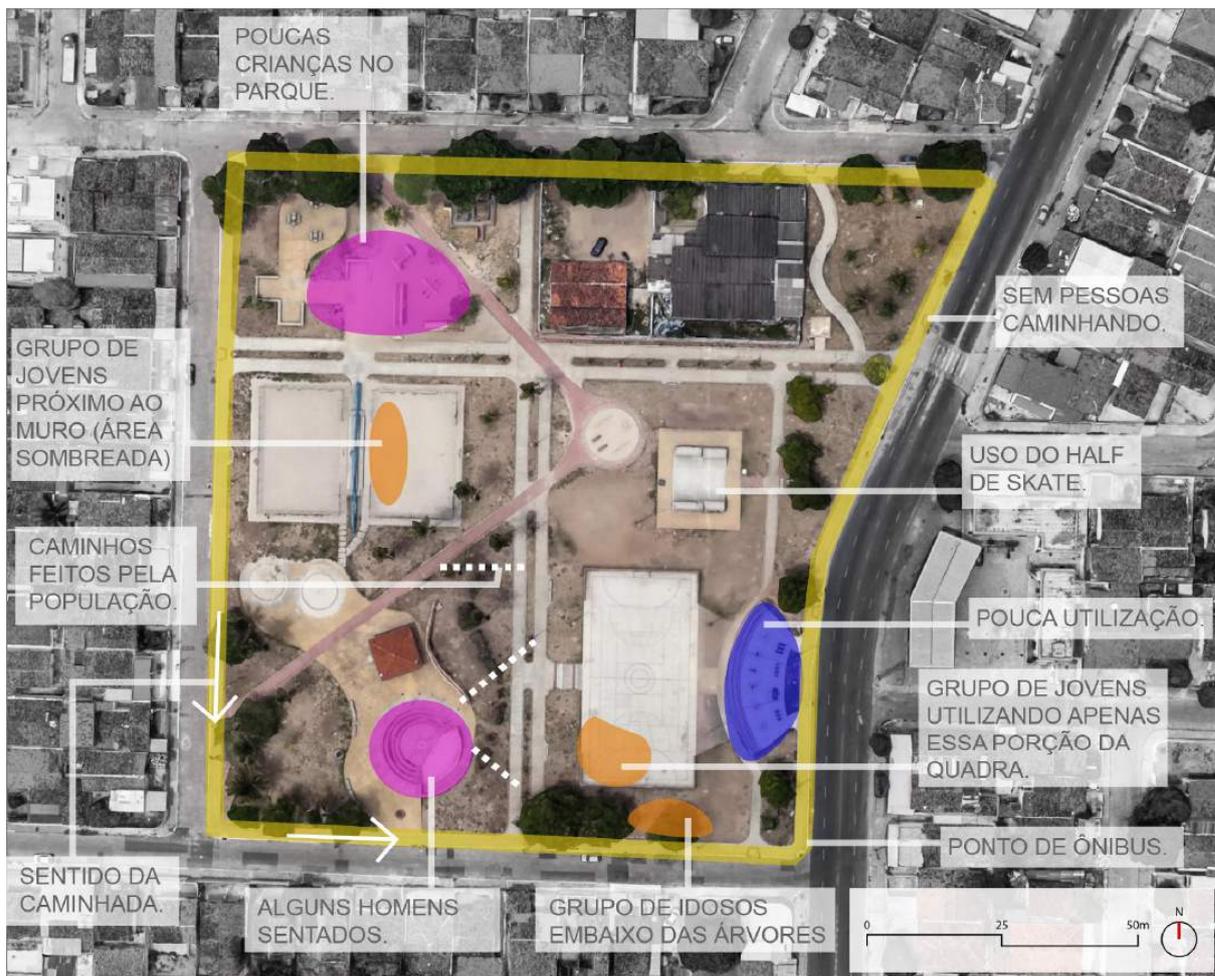
– Disposições sociais dias úteis da semana

Quadro 10: Praça do Coqueiral – manhã, dia de semana



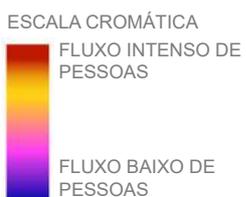
Nome do lugar	PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização	MANGABEIRA
Dia/ hora	07/11 – 7:00h às 8:00h
Número de usuários:	10 a 15 usuários
Encontro:	Não
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Pouca utilização do espaço
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Espaço deteriorado, dispositivos depredados pichações

Quadro 11: Praça do Coqueiral – tarde, dia de semana



Nome do lugar	PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização	MANGABEIRA
Dia/ hora	06/11 – 15:55h às 16:25h
Número de usuários:	40 a 50 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variadas
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Espaço deteriorado, dispositivos depredados, pichações, grupos segregados

Quadro 12: Praça do Coqueiral – noite, dia de semana

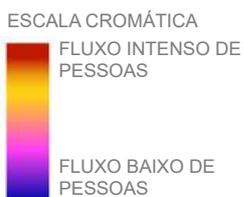


Nome do lugar	PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização	MANGABEIRA
Dia/ hora	14/11 – 19:40h às 20:30h
Número de usuários:	30 a 40 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variadas
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Espaço deteriorado, dispositivos depredados, pichações, grupos segregados

A pesquisa de campo realizada durante os dias úteis da semana demonstrou que as formas de uso e ocupação diferem segundo os turnos do dia. Durante a manhã, o espaço é pouco frequentado e pouco utilizado pela população. O uso mais intensivo se dá nos turnos da tarde e noite por grupos de usuários de diferentes faixas etárias. Foi perceptível também a pouca interação da praça com o entorno e as dificuldades de acesso pela via principal, onde o trânsito mais intenso dificulta a travessia de pedestres. A maior parte dos usuários são moradores da proximidade da praça que acessam o espaço a pé. Nos períodos de maior uso, a copresença assinala as disposições sociais. O uso das quadras de esporte se dá por um público infanto-juvenil. A academia para terceira idade é utilizada de fato por essa faixa etária, enquanto o parque é frequentado pelas famílias que levam as crianças para brincar. Este é o espaço mais favorável ao encontro e rodas de conversa conforme foi verificado. Já o anfiteatro, os espaços resguardados pelo muro e o quiosque, que geralmente encontra-se fechado, é ocupado por jovens e adultos do sexo masculino, sendo considerado pelos frequentadores da praça os seus espaços mais perigosos. À noite também é mais frequente a prática de caminhada na calçada da praça por adultos após o horário de trabalho.

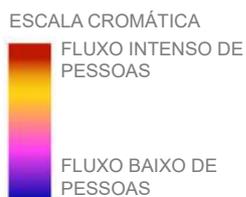
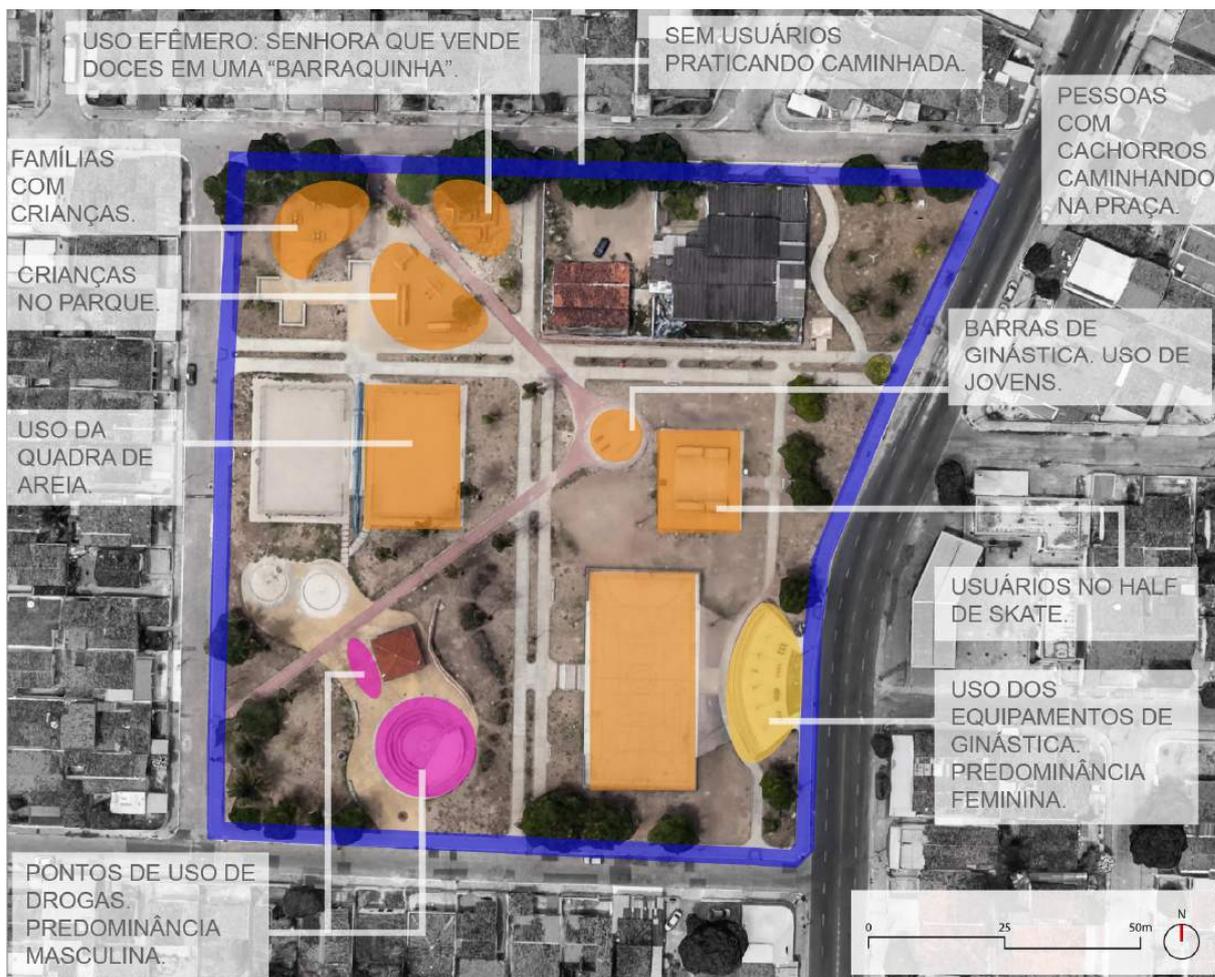
- Disposições sociais fim de semana

Quadro 13: Praça do Coqueiral – manhã, fim de semana



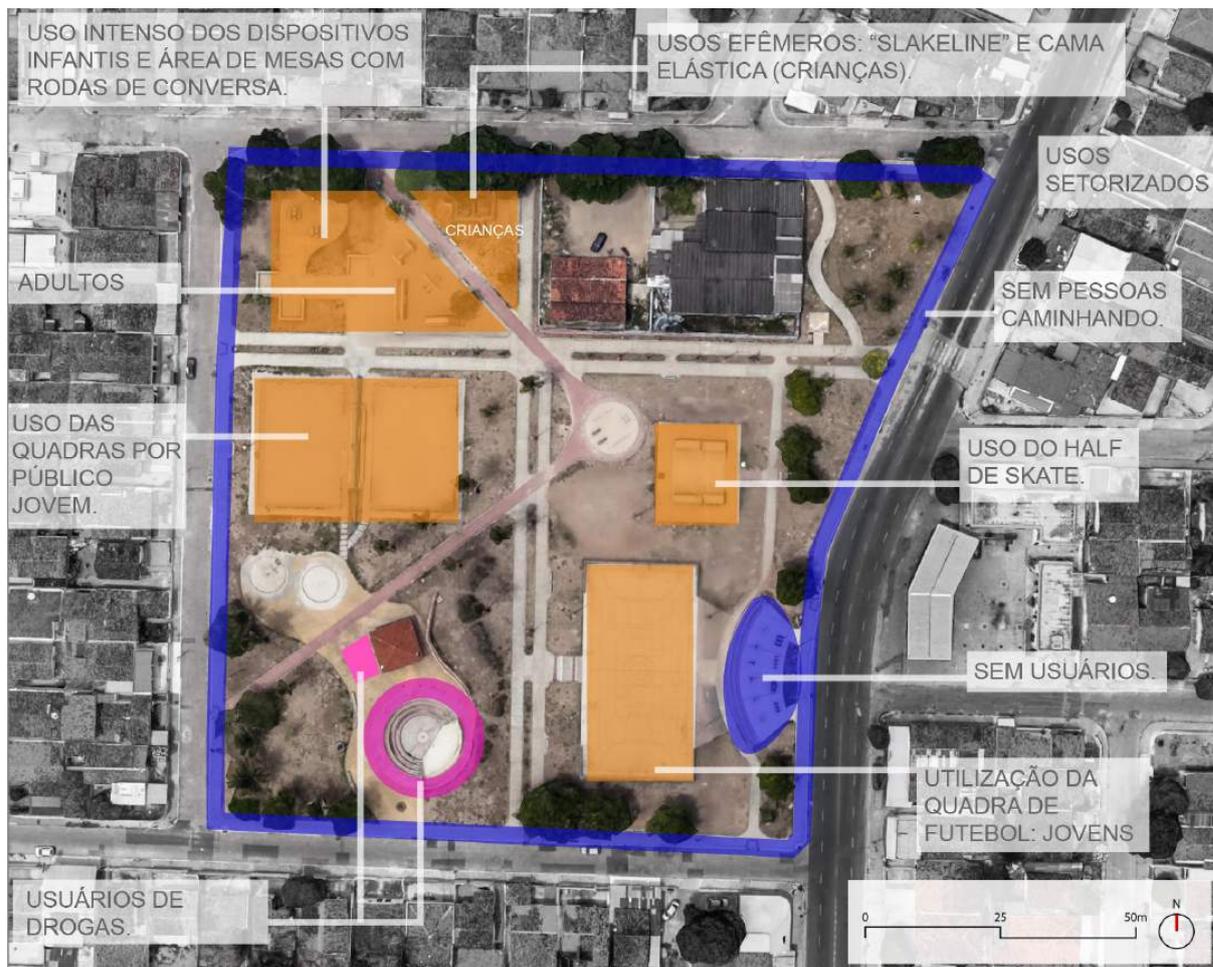
Nome do lugar	PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização	MANGABEIRA
Dia/ hora	11/11 – 8:30h às 9:10h
Número de usuários:	20 a 30 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Uso predominante das quadras
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Espaço deteriorado, dispositivos depredados, pichações, grupos segregados

Quadro 14: Praça do Coqueiral – tarde, fim de semana



Nome do lugar	PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização	MANGABEIRA
Dia/ hora	26/11 - 17:10h às 18:05h
Número de usuários:	40 a 50 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variada
Civilidades:	Sim
Incivilidades:	Espaço deteriorado, dispositivos depredados, pichações, grupos segregados

Quadro 15 Praça do Coqueiral – noite, fim de semana



ESCALA CROMÁTICA

FLUXO INTENSO DE PESSOAS

FLUXO BAIXO DE PESSOAS

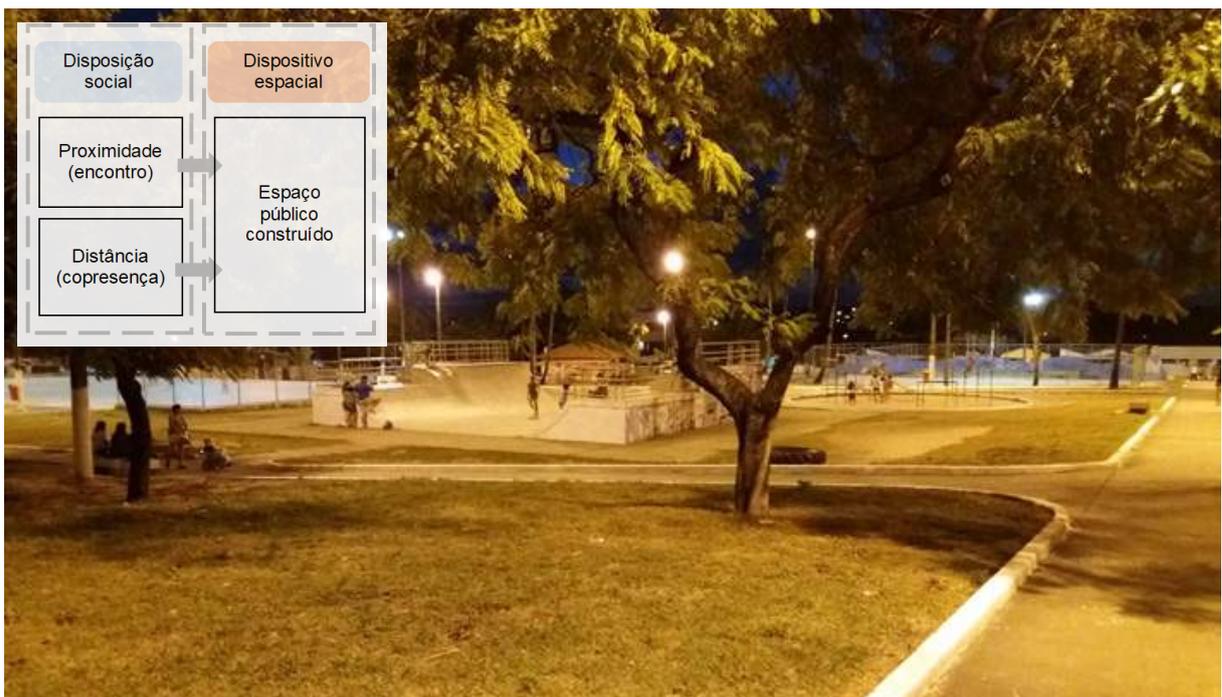
Nome do lugar	PRAÇA DO COQUEIRAL
Localização	MANGABEIRA
Dia/ hora	25/11 20:19h às 21:00h
Número de usuários:	30 a 40 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Uso das quadras e parque infantil. Sem uso nos equipamentos de ginástica
Civildades:	Sim
Incivildades:	Espaço deteriorado, dispositivos depredados, pichações, grupos segregados

Nos finais de semana, não se percebe uma mudança tão significativa dos usos verificados nos dias de semana. É fato que há o aumento do número usuários em todos os turnos, mas o perfil permanece o mesmo, ou seja, os moradores da circunvizinhança. No sábado pela manhã, observou-se que os *dispositivos* destinados à prática de esporte ganham a ocupação de alunos de uma escolinha de futebol organizada pelos próprios moradores do bairro que são acompanhados por um adulto ao local. Observamos também nos turnos da tarde e noite, a colocação de *dispositivos* efêmeros como cama elástica e a prática de *slackline* nas árvores.

As *disposições* sociais nos finais de semana continuam marcadas pela copresença. O que nos leva a refletir sobre a questão da proximidade e do distanciamento enquanto ativadores do encontro e da copresença.

Joseph (1988) aponta que o espaço público tem a necessidade da pluralidade das diferenças e do seu “emaranhamento”, uma possível tradução para o termo “*enmarañamiento*” utilizado pelo autor. Ou seja, seria a mistura entre os diferentes. Seguindo o raciocínio do autor, seria o emaranhamento aquilo que faz com que o intruso seja aceito, como já descrito. Todavia, essa é uma realidade difícil de ser verificada no *coletivo* da Praça do Coqueiral. Podemos traduzir que, embora haja proximidade espacial entre os *dispositivos*, essa não repercute na proximidade social do encontro

Figura 43: Disposições sociais de encontro e copresença na Praça do Coqueiral



que acaba por acontecer entre os conhecidos, onde as relações de vizinhança se fazem presente muito fortemente em detrimento do encontro nos termos em que Joseph aponta.

Alguns fatores que se relacionam ao diagrama da proximidade e distância enquanto disposições sociais, podem ser lidos no espaço: a presença de grupos considerados marginais e a forma como usam os *dispositivos* como contributo à copresença, é um deles. Mas não só isso, o discurso da violência, não só a violência criminosa, mas a violência das incivildades enquanto linguagem que se inscreve no espaço.

As linguagens são traduzidas a partir da ação que reverbera sobre o espaço público construído. Assim, várias ações podem ser traduzidas nas incivildades observadas e relatadas. A falta de manutenção dos *dispositivos*, por parte do poder público são traduzidas na sensação de abandono do lugar. Pichações, depredações,

Figura 44: Civilidades e incivildades⁸⁸ na Praça do Coqueiral



Fonte: Arquivo da autora, 2017

⁸⁸ A incivildade nesse caso, diz respeito a um espaço considerado hostil, por ser apontado como ponto de venda e uso de drogas pelos frequentadores da praça do Coqueiral. Não estamos considerando a pichação mostrada na imagem como uma incivildade. A pichação se inscreve muito mais, como uma subversão no ato de intervir sobre a estética urbana.

acabam por inscrever nos *dispositivos* a realidade das incivildades observadas entre os *dispositivos* e as *disposições*.

Contudo, nem tudo são incivildades, o espaço também deixa transparecer civilidades que se apresentam quando os usuários fazem a manutenção dos *dispositivos* que são de seu interesse demonstrando dessa forma, aqueles que lhes são mais significativos.

6.3 Narrativa e tradução do coletivo Praça da Paz

Passamos agora à descrição do terceiro *coletivo* investigado, denominado Praça da Paz. A praça situa-se no bairro dos Bancários que tem como vizinho o bairro de Mangabeira, onde se localiza o *coletivo* da Praça do Coqueiral. A proximidade entre os dois bairros e as atividades econômicas e de serviços encontrados em ambos os bairros os caracterizam como uma centralidade formada de maneira espontânea a partir da dinâmica urbana que se voltou para o setor sudeste da cidade.

Em meio ao bairro e localizado na principal avenida que o corta, avenida Empresário João Rodrigues Alves, encontra-se o *coletivo* Praça da Paz. O processo de qualificação do referido espaço, reporta à gestão do prefeito Ricardo Coutinho, a exemplo da praça do Coqueiral. Uma premissa para a investigação desse coletivo foi o grande número de usuários do lugar. A praça conta com um programa de necessidades muito parecido com o *coletivo* analisado anteriormente, da Praça do Coqueiral. Todavia, chama a atenção o número de frequentadores que utilizam o lugar, vindos de outras localidades, mesmo sendo bairros com características de vida e classes sociais muito semelhantes, se tomarmos como comparação a Praça do Coqueiral.

Um dos fatores que podemos destacar sobre o *coletivo* Praça da Paz é sua relação com o entorno imediato. A praça é cercada por uso misto, ou seja, comercial e residencial. Evidencia-se a presença de um pequeno *shopping* em frente à praça, localizado na rua de maior intensidade de fluxo. Mesmo sobre a influência do referido *shopping*, a praça é bem frequentada em diferentes turnos do dia. O seu entorno também possui bares e restaurantes o que representa um fator de vivacidade para o lugar.

Em termos de arranjo espacial, os *dispositivos* se encontram distribuídos na porção central da praça, com equipamentos variados de esporte, anfiteatro, biblioteca,

Figura 45: Vista aérea da Praça da Paz



Fonte: Google Earth Pro

half de skate, parque infantil, equipamentos de ginástica, pista de caminhada que circunda os *dispositivos* descritos e, na sua porção mais frontal, quiosques e academia para terceira idade. Percebemos que, da maneira como estão dispostos, há uma setorização parcial dos *dispositivos*, mas a proximidade espacial marca o *layout* da praça.

A praça é acessível por todos os lados. Pontos de ônibus e táxi situam-se na via principal. Os meios de acesso são variados, como verificado *in loco*. Seus usuários acessam o local a pé ou se utilizam de carro, ônibus, moto e taxi. A presença de estacionamentos em todo o perímetro da praça favorece o uso do automóvel para acessá-la. O modal menos utilizado, segundo a pesquisa foi a bicicleta. Em termos

de acessibilidade para pessoas com deficiência, PCD, a situação assemelha-se a outros espaços da cidade, ou seja, praticamente não há dispositivos que favoreçam o deslocamento independente em toda a praça ou em seus acessos.

Outro ponto de destaque enquanto *dispositivo* espacial diz respeito ao tipo de vegetação. Verificamos que a vegetação é de porte médio e arbustiva. O uso desse porte de vegetação favorece a descontinuidade visual, como analisaremos mais adiante. Este fato observado no local, revelou-se também na fala dos usuários durante as entrevistas. A vegetação da forma como se configura, acaba por ser um fator de insegurança uma vez que a iluminação é inadequada para esse porte arbustivo e faz com que não se tenha a visualização ampla do lugar. Portanto, embora haja uma continuidade espacial, o porte da vegetação arbustiva promove a descontinuidade visual.

Para finalizar a narrativa descritiva da Praça da Paz, é preciso dizer que a mesma conta ainda com a presença de posto policial situado em um terreno vizinho à praça. Esse espaço possui, além do posto policial, equipamentos como uma quadra de esporte e brinquedos infantis que se configuram como uma extensão daquela. A praça conta ainda com espaços livres que favorecem a instalação de *dispositivos* efêmeros como equipamentos infantis e feira de trocas, o que também se revela como um fator de dinamicidade para o local.

Quadro 16: Registro de observação da Praça da Paz - Resumo

Nome do lugar		PRAÇA DA PAZ
Localização/ bairro		BANCÁRIOS
1	Layout/ arranjo espacial	Concentra os dispositivos distribuídos na porção central da praça.
2	Entorno imediate (tipos de	Entorno marcado pela diversidade de usos, com predominância comercial.
3	Tipos de dispositivos	<ul style="list-style-type: none"> - Esporte; - Anfiteatro; - Quiosques; - Biblioteca; - <i>Half de skate</i>; - Parque infantil; - Labirinto; - Equipamentos de ginástica, academia para terceira idade; - Pista de caminhada
4	Distância entre equipamentos	Próximos
5	Setorização	Setorização parcial
6	Principais acessos ao espaço	Todos os lados
7	Vias de acesso	Via principal: Avenida Empresário João Rodrigues Alves; Vias locais: Rua Nilo Montenegro, rua Derlópidas Gomes Neves, e rua Gutemberg Morais Paiva
8	Meios de acesso	Carro, ônibus, moto, taxi, pedonal
9	Pontos de ônibus	Pontos de ônibus na via principal

Nome do lugar		PRAÇA DA PAZ
Localização/ bairro		BANCÁRIOS
10	Estacionamento	Dispõe de estacionamento nas vias locais
11	Dispositivos de segurança	Posto policial no terreno vizinho
12	Vegetação (tipo e porte)	Árvores de grande porte e arbustiva.
13	Iluminação	Iluminação alta
14	Passeios/ modais	Apresenta pista para <i>cooper</i> e caminhada
15	Acessibilidade	Reduzida
16	Continuidades	Apresenta continuidade espacial
17	Descontinuidades	Apresenta descontinuidade visual
18	Dispositivos efêmeros	Apresenta espaços livres para dispositivos efêmeros

– Traduções do coletivo Praça da Paz

Começamos a *tradução* do coletivo praça da Paz a partir das relações espaciais entre proximidade e distanciamento dos *dispositivos* construídos e seu rebatimento sobre o encontro e a copresença enquanto *disposições* sociais. O que marca essas relações espaciais dos *dispositivos* construídos na praça é a sua concentração na porção central e frontal como vemos na vista aérea da figura 45. A proximidade espacial se relaciona à mescla de equipamentos e seus usos. O parque infantil está próximo aos *dispositivos* de esporte que, por sua vez, estão próximos ao anfiteatro e

todos são circundados pela pista de caminhada. Essa proximidade espacial e mistura de usos intraespaço da praça acaba por favorecer o encontro enquanto *disposição* social.

Encontramos uma relativa setorização na distribuição espacial dos equipamentos que se dá entre a porção da praça que se volta para a via principal, onde estão dispostos os quiosques, e a porção central. Todavia, ainda que falemos em uma relativa setorização, em ambos os espaços encontramos a mescla de *dispositivos* espaciais. Um exemplo é a área onde se encontram os quiosques juntamente com os equipamentos destinados à academia de ginástica para a terceira idade, que embora tenha essa destinação, acaba sendo utilizada por diversas faixas etárias.

Se transpusermos a discussão sobre a mistura de usos como ativadora da vitalidade urbana, da escala da cidade para a microescala da praça, percebemos que, no caso estudado, essa observação também é válida. O que nos remete a Jacobs (2007) quando a autora, ao discorrer sobre fatores que favoreciam a animação e a segurança da vida urbana, ressalta a importância da mistura de usos no espaço urbano. A proximidade espacial dos *dispositivos* construídos na Praça da Paz favorece o encontro e a mistura de atividades por distintos grupos de usuários. Percepções essas

Figura 46: Relações espaciais de proximidade e distância na Praça da Paz



que só foram possíveis a partir das observações em campo a partir da metodologia proposta para esta tese.

Trata-se de um espaço público na cidade que demonstra muita vitalidade. Quais as possíveis razões que favorecem esse fenômeno? Em termos comparativos, poderíamos observar que a Praça da Paz possui mais vitalidade, quanto às práticas socioespaciais observadas, do que a praça do Coqueiral analisada anteriormente. O que faz dois espaços com programas de necessidades semelhantes, localizados em bairros caracterizados como uma nova centralidade da cidade, apresentarem-se tão distintos quanto as maneiras de ocupação e apropriação? Somando-se a essa inquietação, está o fato de que a praça da Paz tem um *shopping* em seu entorno e mesmo assim, o espaço é bastante frequentado por seus usuários.

Em busca de tais respostas, recorremos aos esquemas dos diagramas que nortearam a investigação. Começamos a analisar a articulação entre os espaços construídos e seus acessos relacionados às continuidades e descontinuidades dos *dispositivos* espaciais da praça e seu entorno, os modos de deslocamento e a acessibilidade ao local conforme diagrama a seguir.

Figura 47: Articulação entre os espaços construídos da Praça da Paz e seus acessos



Aqui nos reportamos a Joseph (1999) para quem a acessibilidade é uma operadora da urbanidade e, no caso do *coletivo* analisado, podemos traduzir que a facilidade de acesso à praça desempenha um papel importante em termos da urbanidade do lugar.

A praça se situa em uma via de acesso ao bairro dos Bancários e de ligação entre os bairros circunvizinhos, ou seja, há uma articulação de continuidade entre os espaços construídos e seus acessos e também com os modos de deslocamento para chegar à Praça da Paz, principalmente, com o sistema de transporte público que acaba por movimentar o lugar e o seu entorno cujo uso misto favorece a vitalidade do espaço.

A praça da Paz se configura também como um espaço de referência para a paisagem do bairro. É perceptível a boa legibilidade (LYNCH, 1997) do espaço que o reforça enquanto referência para a população local. Atrelado a isso, está a questão que não podemos desconsiderar sobre os fatores externos à praça que operam em favor de sua vitalidade como já comentado. É a maneira como os *dispositivos* que equipam o espaço se encontram, que acabam por determinar as formas de apropriação, como fatores internos que configuram relações sociais e com o espaço.

Figura 48: *Dispositivos* espaciais e formas de apropriação na Praça da Paz



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Com isso, passamos a verificadas às *disposições* sociais segundo os registros dos diários de campo a partir das visitas *in loco*.

– *Disposições sociais dias úteis da semana*

Quadro 17: Praça da Paz– manhã, dia de semana



ESCALA CROMÁTICA



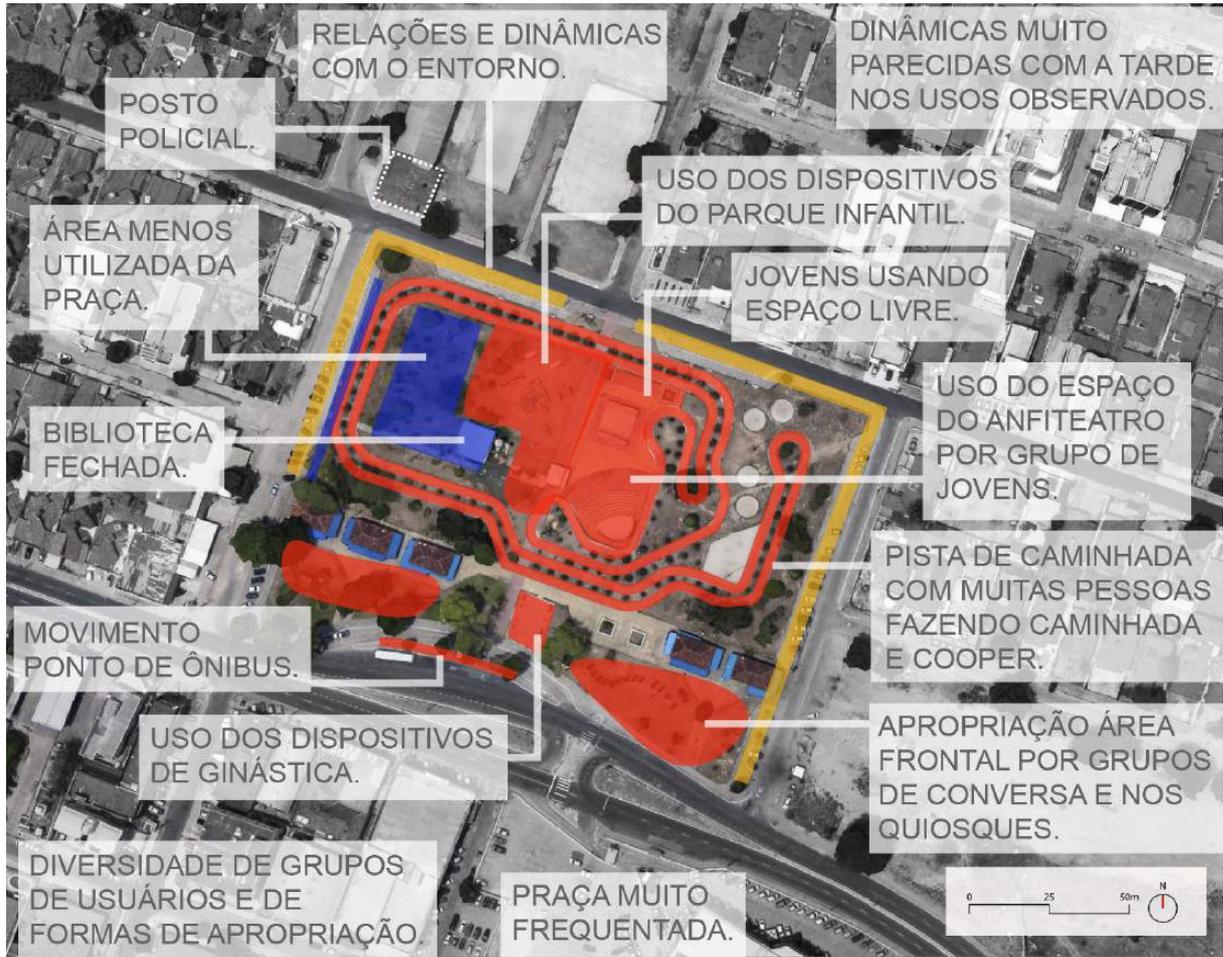
Nome do lugar	PRAÇA DA PRAÇA
Localização	BANCÁRIOS
Dia/ hora	07/11 – 8:00h às 9:00h
Número de usuários:	10 a 20 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Reduzida. Presença de idosos em rodas de conversa
Civildades:	Sim
Incivildades:	Não

Quadro 18: Praça da Paz – tarde, dia de semana



Nome do lugar	PRAÇA DA PRAÇA
Localização	BANCÁRIOS
Dia/ hora	06/11 – 16:30h às 17:30h
Número de usuários:	90 a 100 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variada: esporte, lazer
Civildades:	Sim
Incivildades:	Não

Quadro 19: Praça da Paz – noite, dia de semana



Nome do lugar	PRAÇA DA PRAÇA
Localização	BANCÁRIOS
Dia/ hora	14/11 – 20:15h às 21:00h
Número de usuários:	50 a 60 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variada: esporte, lazer
Civildades:	Sim
Incivildades:	Não

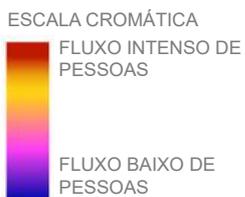
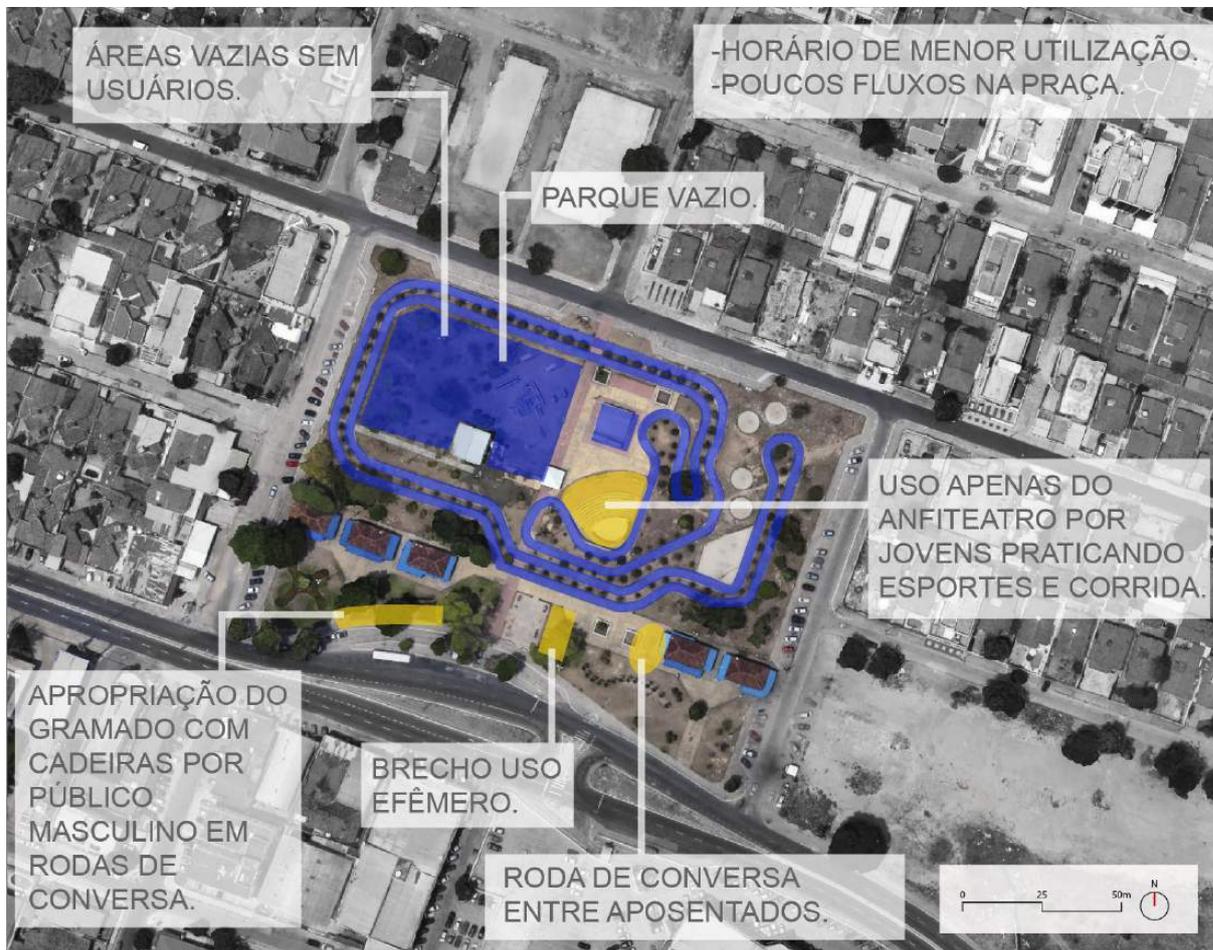
As visitas a campo realizadas no *coletivo* Praça da Paz apontaram que as maiores diferenças de uso e ocupação do espaço se dão entre os turnos da manhã e os turnos da tarde/noite. Durante o período da manhã, o uso do espaço é menos intenso, com ocupação da porção frontal próxima a via principal e os usuários são em sua maioria de idosos do sexo masculino que se reúnem em rodas de conversa nos gramados aproveitando a sombra das árvores ou nas mesas dos quiosques que se encontram fechados. O uso dos equipamentos de esporte e o parque infantil é menos intenso ou quase inexistente nesse período. No turno da manhã, a praça é utilizada como passagem para os transeuntes.

As condições de uso e ocupação modificam-se completamente nos turnos da tarde e noite quando a praça passa a ser extremamente utilizada pelos moradores locais e dos bairros circunvizinhos. O uso dos equipamentos na porção central da praça é intenso nesses turnos e a apropriação se dá de forma variada por faixas etárias distintas, não havendo diferenciação de gênero. Assim também ocorre na área de quiosque e dos equipamentos de ginástica para terceira idade.

As formas de apropriação são diversas. Grupos de jovens utilizam o espaço central para treinamento de lutas maciais. As pistas de caminhada são tomadas pelos usuários. O parque infantil e o labirinto são bastante utilizados pelas crianças. Diferentemente da Praça do Coqueiral, o labirinto construído de forma semelhante, é usado pelas crianças. Assim como o anfiteatro, torna-se lugar de encontro ou de práticas esportivas, uma vez que o foi construído elevado e não semienterrado acaba por favorecer escalada em sua parede como verificado in loco. Também verificamos a presença de agentes do controle urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedurb da prefeitura municipal de João Pessoa.

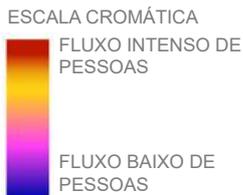
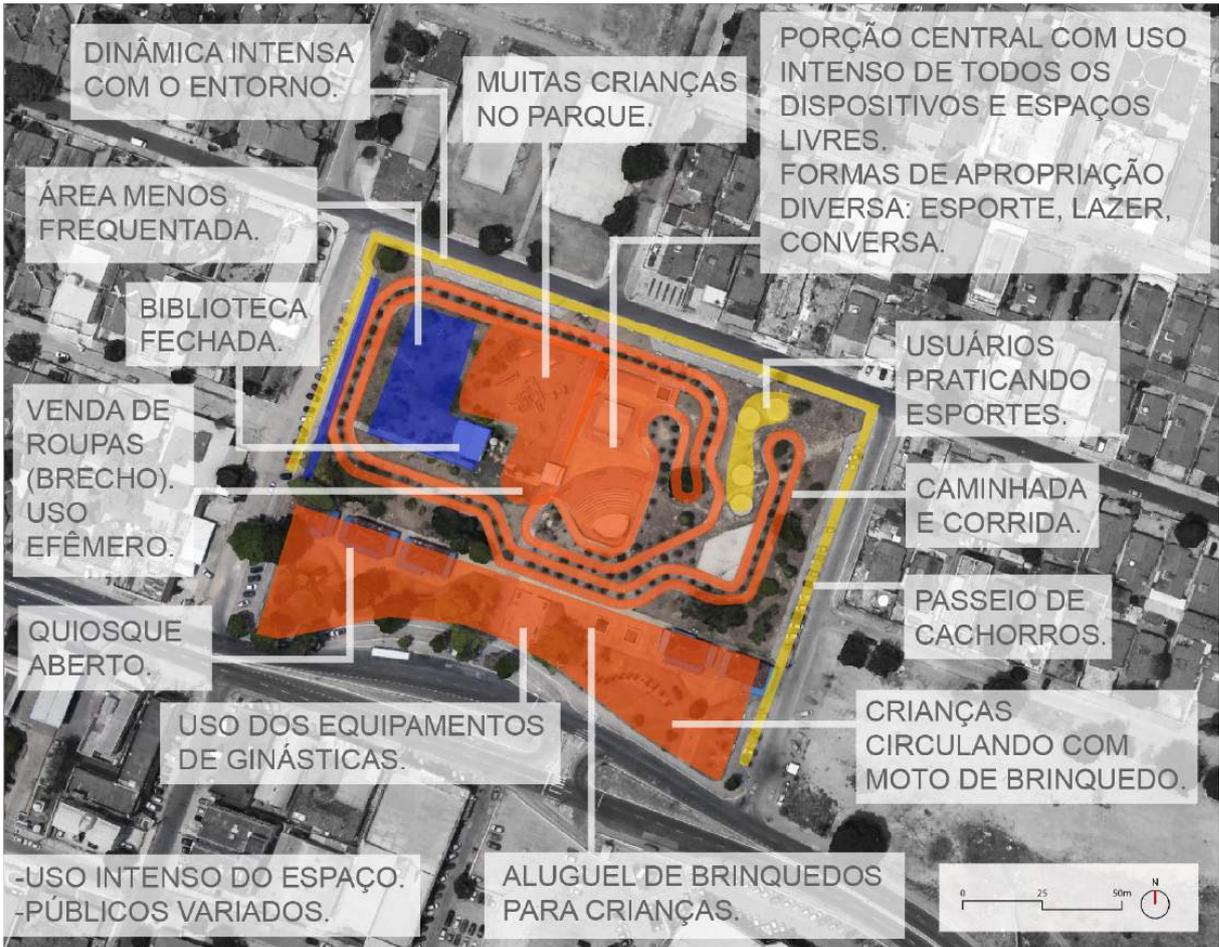
- Disposições sociais fim de semana

Quadro 20: da Paz – manhã, fim de semana



Nome do lugar	PRAÇA DA PRAÇA
Localização	BANCARIOS
Dia/ hora	25/11 – 9:10h às 10:00h
Número de usuários:	10 a 20 usuários
Encontro:	Não
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Reduzida. Destaque para jovens correndo no anfiteatro
Civildades:	Sim
Incivildades:	Não

Quadro 21: Praça da Paz – tarde, fim de semana



Nome do lugar	PRAÇA DA PRAÇA
Localização	BANCÁRIOS
Dia/ hora	26/11 17:20h às 18:00h
Número de usuários:	60 a 70 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variada: esporte, caminhada, lazer
Civildades:	Sim
Incidividades:	Não

Quadro 22: Praça da Paz – noite, fim de semana



Nome do lugar	PRAÇA DA PRAÇA
Localização	BANCÁRIOS
Dia/ hora	25/11 - 20:40h às 21:20h
Número de usuários:	50 a 60 usuários
Encontro:	Sim
Copresença:	Sim
Formas de apropriação:	Variada: esporte, lazer
Civildades:	Sim
Incivildades:	Não

Nos finais de semana, não verificamos uma modificação tão intensa quanto às formas de uso e ocupação do espaço do *coletivo* Praça da Paz em comparação com os dias úteis da semana. O que pudemos constatar é que há um aumento considerável do número de usuários nos turnos da tarde e noite nos finais de semana em relação aos demais dias da semana.

Durante as manhãs de sábado e domingo, a utilização dos equipamentos infantis têm pouco ou nenhum uso, assim como os equipamentos centrais, com uso ocasional do anfiteatro para prática de esporte representando, desta forma, uma subversão de um uso não programático para aquele espaço. O que se averiguou foi uma utilização mais intensa na parte da praça voltada para a via principal, uso esse mais correlacionado aos pontos de ônibus e táxi e ao entorno propriamente dito.

À tarde (especialmente final da tarde) e noite dos finais de semana são os horários de maior apropriação da praça. O uso dos *dispositivos* construídos que equipam o espaço é intenso, assim como dos espaços vazios utilizados para usos efêmeros como realização de brechó com venda de roupas, aluguel de brinquedos motorizados para crianças, ou só para lazer e fruição. O espaço é ocupado por distintos grupos de usuários.

Figura 49: *Disposições* sociais de encontro e copresença na Praça da Paz



Fonte: Arquivo da autora, 2017

Desta maneira, foi possível verificar que a proximidade do ponto de vista das *disposições* sociais é favorecida pela forma como os *dispositivos* espaciais se organizam em termos de arranjo espacial na praça. Todavia, esse não é o único fator. Temos observado para o *coletivo* da Praça da Paz que há uma conjunção de fatores que contribuem para a vitalidade urbana desse espaço público, e principalmente, que acaba por colocar “o outro em face” na realização das práticas de espaço utilizando a expressão de De Certeau (1994). Não quer dizer que enquanto disposição social, a copresença possa ser desconsiderada para esse espaço. Ela é visível na presença de distintos grupos e também nas formas de apropriação do espaço.

Outro ponto a destacar, que nos encaminha para a tradução do último diagrama para análise do espaço, diz respeito a questão das civilidades e incivilidades nos momentos de ação que se inscrevem nos espaços públicos construídos. Algo que nos chamou a atenção foram os relatos de usuários, como trataremos nas entrevistas com os usuários mais adiante, que se sentiam temerosos com a questão da violência, embora, descrevessem nunca terem presenciado nenhum ato considerado de incivilidade.

Figura 50: Civilidades e incivilidades na Praça da Paz



As civilidades inscritas no espaço puderam ser traduzidas a partir da copresença de grupos distintos e nas formas de apropriação que colocavam em evidência o fato de o espaço poder ser democrático, mesmo quando a incivilidade da violência permeava os relatos de alguns usuários quanto à insegurança de estar no espaço público.

6.4 Narrativa e tradução do coletivo Avenida Ministro José Américo de Almeida – Avenida Beira Rio

Iniciamos agora a *narrativa* descritiva do último *coletivo* analisado nesta tese, a Avenida Ministro José Américo de Almeida, mais conhecida como Avenida Beira Rio como passamos a designá-la a partir de então. É assim denominada, por margear parte da bacia hidrográfica de um importante rio da cidade, o rio Jaguaribe (figura 51).

Explicaremos mais adiante que para análise do referido *coletivo*, foi necessário ajustes nos procedimentos metodológicos, dada a natureza do espaço público

Figura 51: Vale do rio Jaguaribe paralelo a avenida Beira Rio antes da requalificação

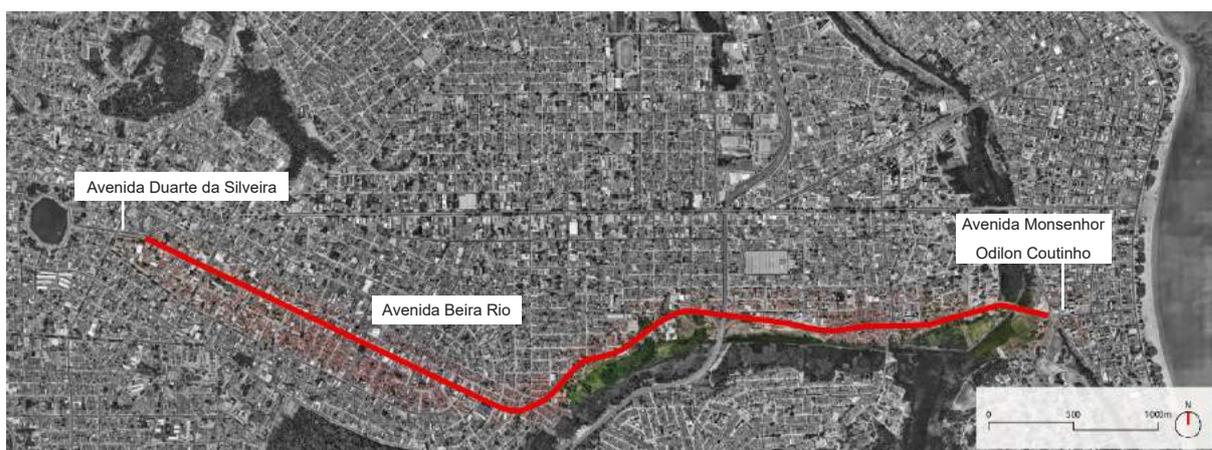


como esclareceremos ao tratarmos da sua *tradução*. Todavia, mesmo em face da necessidade de adequações para as análises, reforçamos a importância de trazermos a avenida Beira Rio para a discussão desta tese considerando que o referido espaço não só enquanto lugar significativo para a cidade, mas também por trazer elementos substanciais para o diálogo com a teoria aqui trabalhada. A avenida Beira Rio foi alvo de recentes disputas entre a municipalidade e setores organizados da sociedade civil devido ao projeto de reestruturação urbanística que se encontra em curso como apresentamos mais adiante.

Esse espaço público caracteriza-se como o maior corredor verde da cidade interligando o centro antigo à orla marítima. Possui uma extensão de aproximadamente cinco quilômetros segundo dados da prefeitura municipal de João Pessoa. Apresenta-se como uma continuidade da Avenida Duarte da Silveira e da avenida Monsenhor Odilon Coutinho, conforme observamos na vista aérea da avenida (figura 52). Interliga os bairros da Torre, Expedicionários, Tambauzinho, Miramar, e Cabo Branco. Também é uma via de acesso direto ao bairro Altiplano Cabo Branco.

Importante destacar também que o entorno imediato da avenida assume diferentes perfis de uso e ocupação ao longo de toda a sua extensão. Contribuindo para esse fator, temos a legislação de uso e ocupação do solo e de adensamento que incidem sobre a avenida⁸⁹, determinando parâmetros urbanísticos para sua ocupação

Figura 52: Vista aérea da Avenida Beira Rio



Fonte: Google Earth Pro

⁸⁹ Segundo o macrozoneamento de João Pessoa, a avenida Beira Rio está dentro de uma área de adensamento prioritário com índice de aproveitamento quatro (4) no bairro da Torre. A avenida faz a divisa entre uma Zona de Preservação Ambiental na margem da bacia do rio Jaguaribe, e um Setor de Amenização Ambiental nos bairros de Expedicionários, Tambauzinho e Miramar. Nesses setores, o índice de aproveitamento é o básico (1).

Figura 53: Vista aérea da Avenida Beira Rio



Fonte: Google Earth Pro

como vemos nos mapas em anexo de macrozoneamento e zoneamento urbano de João Pessoa, além das condições geomorfológicas do terreno.

Desta maneira, podemos subdividir a avenida para observarmos como se apresentam os tipos de uso e ocupação do solo e como se configura a sua paisagem.

No primeiro trecho onde a avenida percorre o bairro da Torre (figura 53), o seu entorno se caracteriza por usos, predominantemente, comercial, institucional e de serviços como vemos nas figuras 54 e 55.

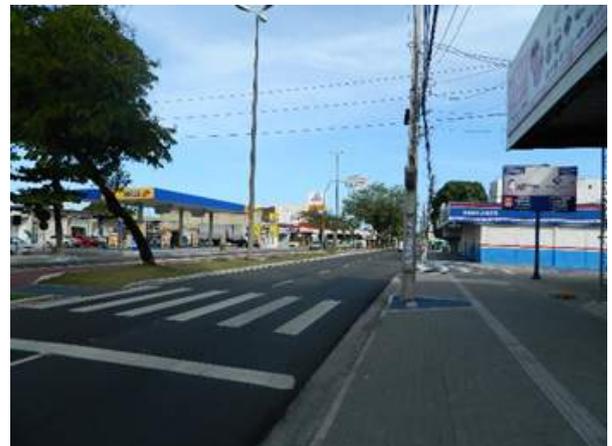
No segundo trecho (figura 53), o uso e ocupação modifica-se. O uso residencial apresenta-se em maior quantidade, ainda que figure o uso institucional e comercial em menor quantidade (figuras 56 e 57).

Figura 54: Uso e ocupação trecho 1



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 55: Uso e ocupação trecho 1



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 56: Uso e ocupação trecho 2



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 57: Uso e ocupação trecho 2



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Importante destacar que ao longo da avenida Beira Rio, estão localizadas oito comunidades ou aglomerados subnormais⁹⁰, conforme classificação do IBGE.

No terceiro trecho (figura 53), observa-se um uso ainda com predominância residencial. Nesse trecho, observamos edificações mais verticalizadas nos bairros de Tambauzinho e Mirarmar e as comunidades situadas na margem da avenida (figuras 58 e 59).

Figura 58: Uso e ocupação trecho 3



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 59: Uso e ocupação trecho 3



Fonte: Arquivo da autora, 2018

⁹⁰ Segundo informação da prefeitura municipal de João Pessoa (PMJP), o projeto de intervenção urbanística na Avenida Beira Rio se apresenta como eixo de conexão e reestruturação para a habitação de interesse social dentro do programa do BID. Sobre o assunto, ver o artigo: Moradores conhecem o projeto de reestruturação urbana e de habitação da Beira Rio. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/moradores-conhecem-projeto-de-reestruturacao-urbana-e-de-habitacao-da-beira-rio/>

No quarto e último trecho assinalado (figura 53), a avenida Beira Rio apresenta um uso e ocupação residencial em maior proporção. Destaca-se pela massa arbórea mais intensa e seu limite com o rio Jaguaribe. Vale ressaltar que nesse trecho, as obras de intervenção urbanística ainda estão em curso.

Figura 60: Uso e ocupação trecho 4



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 61: Uso e ocupação trecho 4



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Por fim, morfologicamente, o espaço público propriamente dito, se apresenta como uma avenida com canteiro central, arborizado com vegetação de grande porte e ciclovia em fase de implantação. Quatro faixas de rolamento em mão dupla e calçadas laterais em fase de requalificação ou implantação (figura 62). A seguir apresentamos o registro de observação resumido no quadro 23.

Figura 62: Elementos morfológicos da Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Quadro 23: Registro de observação da Avenida Beira Rio - Resumo

Nome do lugar	AVENIDA BEIRA RIO	
Localização/ bairro	TORRE, EXPEDICIONÁRIOS, TAMBAUZINHO, MIRAMAR E CABO BRANCO	
1	Layout/ arranjo espacial	Avenida com canteiro central.
2	Entorno imediato (tipos de	Entorno marcado pela diversidade de usos, comercial, institucional e serviços, residencial e vale de rio.
3	Tipos de dispositivos	<ul style="list-style-type: none"> - Quatro faixas de rolamento em sentido duplo; - Canteiro central com ciclovias, vegetal de grande porte e baixo porte; - Calçadas laterais
4	Distância entre equipamentos	Dispositivos distribuídos ao longo da extensão da via com creca de 5 Km.
5	Setorização	Não apresenta setorização dos dispositivos construídos na via.
6	Principais acessos ao espaço	Através das vias de acesso
7	Vias de acesso	Vias de ligação entre os bairros e a avenida
8	Meios de acesso	Veículos motorizados, transporte público, bicicleta, pedonal
9	Pontos de ônibus	Pontos de ônibus distribuídos ao longo da via

Nome do lugar		AVENIDA BEIRA RIO
Localização/ bairro		TORRE, EXPEDICIONÁRIOS, TAMBAUZINHO, MIRAMAR E CABO BRANCO
10	Estacionamento	Dispõe de estacionamento privativos das edificações e pontos comerciais que dão para a avenida
11	Dispositivos de segurança	Monitoramento nos semáforos e redutores de velocidade
12	Vegetação (tipo e porte)	Árvores de grande porte, forração e arbustiva.
13	Iluminação	Iluminação alta
14	Passeios/ modais	Pista de rolamento, ciclovia e calçadas
15	Acessibilidade	Apresenta faixa de pedestre e rampas nas calçadas e canteiro central
16	Continuidades	Apresenta continuidade espacial
17	Descontinuidades	A via não apresenta descontinuidade

– Traduções do coletivo Avenida Ministro José Américo de Almeida – Avenida Beira Rio

Iniciamos o presente tópico explicitando duas alterações necessárias nos procedimentos metodológicos feitas para o *coletivo* Avenida Beira Rio como anunciado anteriormente. Justificativas não faltam para essas adequações, bem como para o fato de permanecermos com a análise da avenida Beira Rio nesta tese. Em primeiro lugar, não foi possível a realização de entrevistas com os usuários da avenida dada a condição transitória e de passagem dos usos verificados. Mesmo tendo fixado pontos de observação, essa coleta de informações se mostrou ineficaz para a presente pesquisa. A segunda alteração diz respeito aos mapas comportamentais que foram substituídos por registros fotográficos. A justificativa para esse fato encontra respaldo no fato da avenida ser bastante extensa, não havendo a possibilidade de registros concomitantes de toda a extensão da mesma. E por fim, como o processo de intervenção urbanística ainda está em curso, os registros fotográficos se mostraram mais eficazes para captar a apropriação, quando possível, por parte de seus usuários. Registros esses, refeitos a cada ida a campo, buscando atualizar o andamento das intervenções na via.

Todavia, afirmamos a pertinência de permanecermos com a Avenida Beira Rio como ponto de análise e discussão para a presente tese, devido ao fato de observarmos a intervenção urbanística pela qual está passando na gestão municipal atual e, por esse motivo, faz interface com a teoria aqui discutida. Além de representar uma terceira tipologia de espaço público construído aqui analisado.

Após esses esclarecimentos é possível passarmos as considerações sobre a Avenida Beira Rio, que foi recentemente alvo de embates entre a municipalidade e alguns segmentos da sociedade civil, especialmente representantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Instituto dos Arquitetos do Brasil seção Paraíba (IAB/PB)⁹¹. Esses embates se deram devido à possibilidade de intervenção urbanística que previa a retirada de árvores (figura 63) do canteiro central e aumento das faixas de rolamento para automóveis. Fato que gerou insatisfação e manifestações e fez com que a gestão municipal recuasse e apresentasse um projeto prezando pela manutenção da massa arbórea da avenida. O novo projeto passou a contemplar também uma ciclovia no canteiro central que percorre toda a via.

⁹¹ Ver artigo da mídia local: Avenida 'Beira-Rio' vai perder mais de 30 árvores. Acessível em: <http://www.portaldolitoralpb.com.br/avenida-beira-rio-vai-perder-mais-de-30-arvores/>

Figura 63: Registro das manifestações feitas em favor da permanência das árvores do canteiro central da avenida Beira Rio



Fonte: <http://www.portaldolitoralpb.com.br/avenida-beira-rio-vai-perder-mais-de-30-arvores/>

Outro ponto importante a ser ressaltado, diz respeito ao fato de que a necessidade de intervenções urbanísticas na avenida Beira Rio está ligada diretamente às mudanças na legislação do macrozoneamento da cidade que possibilitou o adensamento construtivo de uma parcela do bairro do Altiplano Cabo Branco. A verticalização decorrente das modificações legais para aquele bairro trouxeram não só intensas mudanças da paisagem desse setor da cidade, voltadas para uma classe de renda média alta e alta, como também graves problemas de mobilidade urbana, atingindo diretamente a Avenida Beira Rio, um dos poucos eixos de conexão viária com o referido bairro (figura 64).

Portanto, ao observarmos a Avenida Beira Rio sob o prisma do planejamento urbano, vê-se refletida a fragilidade dos espaços públicos urbanos no Brasil. Nesse âmbito, podemos nos reportar a Joseph (2004) quando o autor observa quais deveriam ser as políticas urbanas reestruturantes dos espaços público urbanos. Diz Joseph:

Hoje, uma política do urbano deveria ter como objetivo privilegiar as redes e os efeitos de redes nos territórios e os efeitos de territórios. As redes de serviços urbanos são operadoras de continuidade, de diversidade e de acessibilidade em um espaço de circulação e comunicação intra e interurbanas. Elas religam a cidade à cidade

Figura 64: Fotografia do Bairro Altiplano Cabo Branco vendo-se o vale do rio Jaguaribe



Fonte: Arquivo da autora, 2017

(acessibilidade) ou fazem *a cidade sobre a cidade* (diversidade, recomposição ou requalificação). A uniformidade que elas requerem é de natureza completamente diferente da de um urbanismo dos territórios, pois supõe qualidades de interatividade e de conectividade que *não separam a cidade dos lugares e a cidade dos elos* (JOSEPH, 2004, p. 85).

Nesse sentido, podemos observar que os movimentos de reivindicações sobre a avenida Beira Rio, tiveram pontos positivos com relação a todo um movimento de mobilização em defesa de um espaço público da cidade.

Dito isso, passamos a observar a Avenida Beira Rio do ponto de vista das relações entre os *dispositivos* espaciais e as *disposições* sociais tal qual esta tese se propõe. Sob a ótica da proximidade e da distância dos *dispositivos* capazes de promover o encontro e a copresença, observa-se que essas são relações escassas na avenida. Os *dispositivos* espaciais estão colocados em função da passagem e do movimento, tanto na ciclovia quanto nas calçadas. A própria avenida, enquanto *dispositivo* construído, com a preponderância do automóvel, é um elemento que separa em dinâmicas distintas as suas duas margens, o seu entorno.

Figura 65: Relações espaciais de proximidade e distância na Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Desta forma, a avenida em si mesma, ao mesmo tempo que promove a articulação e a conexão, de maneira macro, entre os bairros e determinadas localidades da cidade proporcionando continuidades, também promove descontinuidades espaciais, se olhada sob a perspectiva dos bairros que ela corta, das comunidades ou do vale do rio que ela secciona.

Sob o prisma das *disposições* sociais, observamos que a implantação da ciclovia foi um *dispositivo* reestruturador da avenida Beira Rio, pois não só influenciou novas práticas nos modos de deslocamento como também passou a incentivar novas formas de apropriação. Assim, a ciclovia passou a ser utilizada não só por ciclistas, que utilizam a bicicleta como meio de transporte, como também por pessoas que a utilizam por esporte.

A pesquisa em campo identificou também o uso da ciclovia por *skatistas*, pessoas praticando caminhada ou corrida, além do caminhar cotidiano, principalmente, próximo às áreas residenciais, comerciais e de serviço. Outro ponto observado sobre a Avenida Beira Rio, enquanto elemento de conexão com o Parque da Lagoa,

Figura 66: Continuidades e descontinuidades da Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo da autora, 2018

foi possível perceber o uso da ciclovia e das calçadas por usuários praticantes de caminhada fazendo o percurso entre a avenida e o referido Parque.

Dessa maneira, viu-se que novas formas de apropriação começam a tomar a cena do espaço da avenida Beira Rio, o que nos encaminhou para observarmos os diagramas que apontam as *disposições* sociais de proximidade e copresença e das linguagens enquanto civilidades e incivilidades que têm o espaço público como lugar da ação.

Embora a pesquisa de campo tenha revelado novas formas de apropriação do espaço por parte de seus usuários, não podemos dizer que a proximidade social enquanto encontro é favorecida pelo espaço público analisado. O que percebemos é que, a copresença é um fato verificado nos espaços partilhados entre pedestres, ciclistas e motoristas. A proximidade como *disposição* social foi verificada de maneira mais pontual, principalmente, nos poucos espaços de convívio nas margens da avenida e no canteiro central, próximos às comunidades de mais baixa renda.

Figura 67: *Dispositivos* espaciais e formas de apropriação na Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Figura 68: *Disposições* sociais de encontro e copresença na Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo da autora, 2018

Por fim, passamos ao último diagrama analisado, que diz respeito às linguagens que se reportam às civilidades e incivilidades como *disposições* sociais e os momentos de ação no espaço público construído. O que podemos perceber no caso de uma avenida como a Beira Rio, destinada primordialmente ao automóvel⁹², é a incivilidade do trânsito que traz consigo, enquanto *disposição* social, o isolamento das pessoas em seus automóveis particulares. E também a incivilidade da disputa do automóvel com o pedestre ou o ciclista verificado *in loco*, principalmente, em pontos de travessia da via. Sob esse aspecto especificamente, podemos considerar que o espaço público da avenida é hostil e a ação sobre o mesmo é marcada pela incivilidade enquanto *disposição* social.

É perceptível que as intervenções recentes, e ainda em curso na avenida, trazem modificações na forma com que seus usuários, principalmente aqueles cuja relação com o espaço da avenida é mais constante e direta, moradores e trabalhadores do entorno utilizam e se apropriam do espaço. Talvez seja necessário um distanciamento

Figura 69: Incivilidades na Avenida Beira Rio



Fonte: Arquivo da autora, 2018

⁹² Fazemos um parêntese para esclarecer que a ciclovia e a requalificação de suas calçadas é uma intervenção urbanística muito recente.

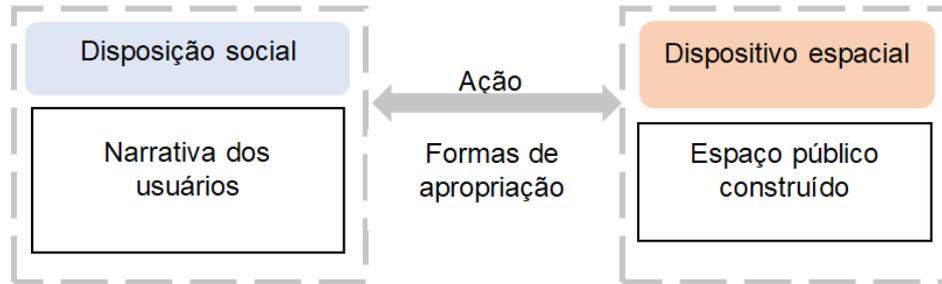
temporal para podermos observar quais relações e práticas socioespaciais farão parte desse espaço público da cidade.

Com a Avenida Beira Rio finalizamos as *traduções* dos *coletivos* trabalhados e passamos a apresentar a investigação das *narrativas* dos usuários dos espaços públicos e dos *fabricantes*.

6.5 Narrativas dos usuários

Paralelamente às visitas a campo, foram realizadas entrevistas baseadas em roteiros prévios, conforme apresentamos em apêndice, com os usuários de cada espaço público analisado, com exceção da avenida Beira Rio, como já esclarecido anteriormente. Em cada visita, foram aplicadas cinco entrevistas conforme dias e turnos já descritos, o que totalizou trinta questionários para cada espaço analisado. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente entre os usuários, com diferentes faixas etárias, e paridade numérica entre homens e mulheres, excetuou-se apenas as crianças. Optamos por trazer as entrevistas para serem analisadas como um novo tópico deste capítulo e não como um item em cada coletivo trabalhado anteriormente, pois interessava-nos discuti-las de forma comparativa.

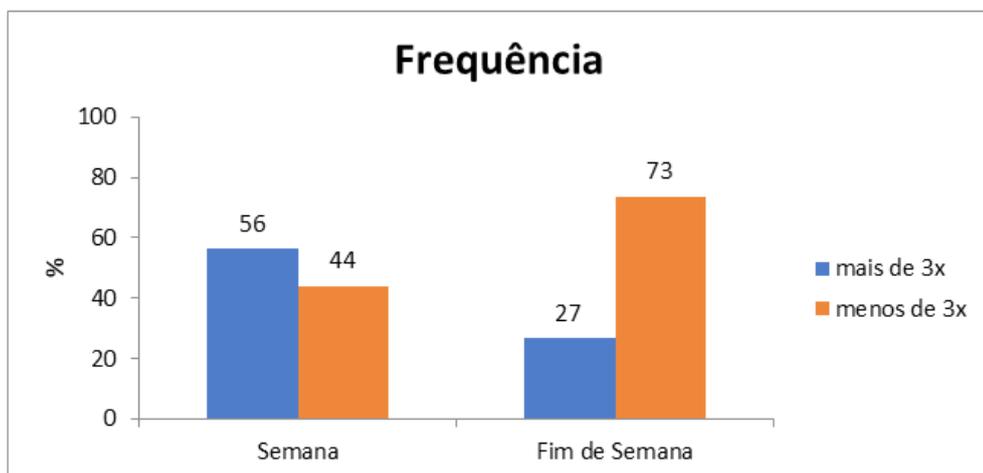
O roteiro das entrevistas foi elaborado visando estabelecer conexões com as categorias analíticas trabalhadas. Buscamos observar as relações de proximidade/distanciamento entre a moradia do entrevistado e o espaço público analisado, pois esse dado era revelador do raio de influência que o espaço público analisado contemplava. Questionamos também sobre a frequência ao lugar e a forma de acesso que evidenciavam a articulação entre o espaço público construído e as formas de deslocamentos. Outra questão versou sobre os modos de utilização do lugar e a qualidade dos *dispositivos* construídos do espaço visávamos com isso traduzir, sob a ótica do usuário, as formas de apropriação. Outras questões buscaram apreender a sensação de segurança de estar presente naquele espaço público construído. As respostas sobre a violência urbana buscavam trazer evidências relacionadas às civilidades e às incivilidades que o espaço podia proporcionar. E, por fim, perguntamos se os usuários entrevistados costumavam usar o lugar para encontrar pessoas. Esta questão procurava estabelecer o elo com o encontro e a copresença. Ainda que o encontro, como apontado em Joseph (1988), relacione-se com o outro que é diferente de mim na esfera social. Ou, segundo a ótica de De Certeau (1994), o encontro refere-se a colocar “o outro em face”.



Portanto, ao serem questionados sobre a proximidade da moradia em relação ao espaço público que estava sendo analisado, as respostas obtidas, e observadas comparativamente, levaram-nos a definir um raio de influência que cada espaço abarcava. Assim, o raio de influência do Parque da Lagoa é a região metropolitana de João Pessoa, ou seja, o parque atrai pessoas dos municípios circunvizinhos principalmente Cabedelo, Conde e Bayeux. Os dados apontaram que o número de usuários vindos dos municípios vizinhos a João Pessoa aumentava nos finais de semana, conforme podemos observar nos gráficos em apêndice. Já para o coletivo da Praça do Coqueiral, os dados foram reveladores de que seus usuários não só moram no próprio bairro como nas proximidades da praça. Já a Praça da Paz, abarca um raio de influência mais abrangente no sentido de atrair usuários de bairros vizinhos como Altiplano, Água Fria, Mangabeira, José Américo e comunidade do Timbó.

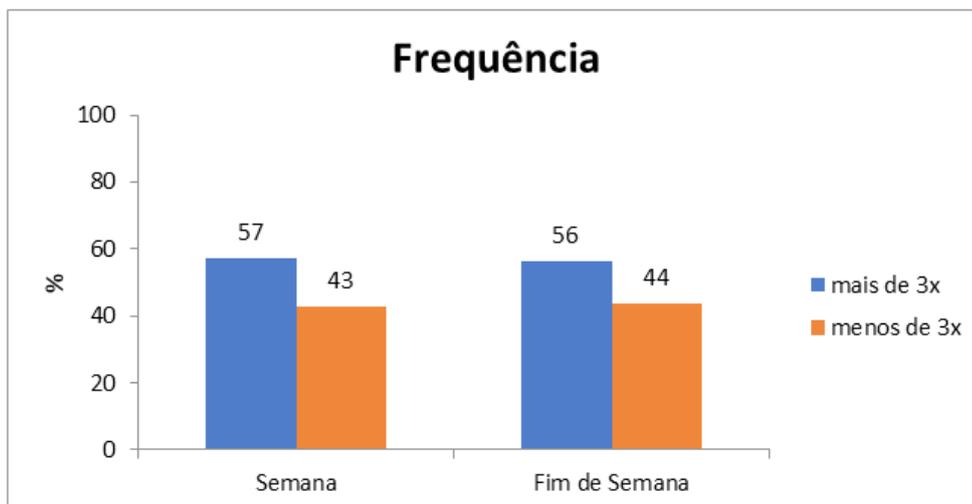
Quanto à frequência dos usuários entrevistados, os dados dos três espaços onde foram coletadas as entrevistas, Parque da Lagoa, Praça do Coqueiral e Praça da Paz, mostraram que durante os dias úteis da semana há uma semelhança quanto ao número de vezes que frequentavam os referidos espaços conforme apresentamos nos gráficos a seguir para exemplificar e mostramos mais detalhados em apêndice.

Gráfico 1: Frequência dos usuários ao Parque da Lagoa



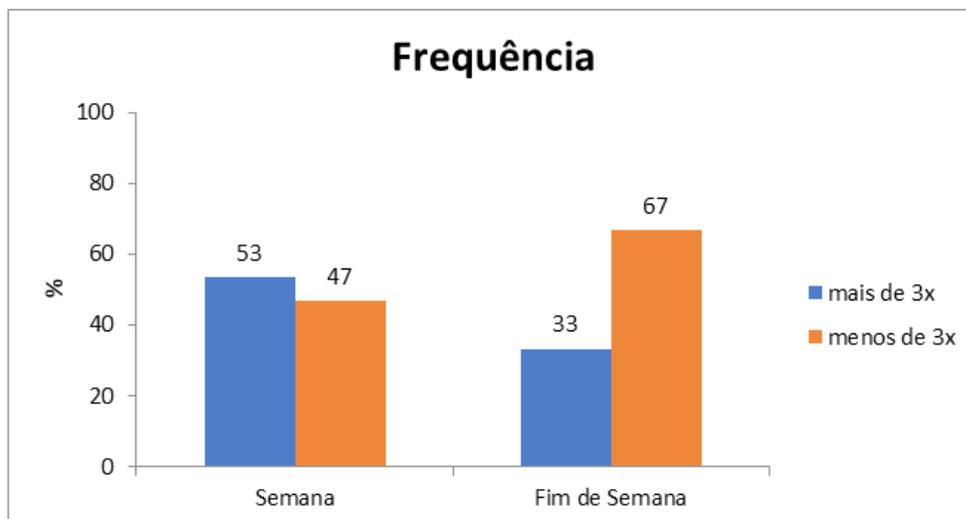
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2: Frequência dos usuários à Praça do Coqueiral



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 3: Frequência dos usuários à Praça da Paz



Fonte: Elaborado pela autora

Já nos finais de semana, os dados são diferentes. Observamos que há um público maior frequentador do Parque da Lagoa e da Praça da Paz aos sábados e domingos, que não são usuários mais de três vezes na semana, mas evidenciam o caráter de lazer que atribuem a tais espaços. Diferentemente da Praça do Coqueiral que se relaciona a uma dinâmica mais local, com frequentadores mais assíduos durante os dias de semana.

Quanto as formas de acesso, ou seja, quais os modais utilizados para acessarem os espaços públicos, as entrevistadas ajudaram a evidenciar relações de proximidade e distanciamento, a articulação com os espaços construídos e as formas de deslocamento, assunto já discutido nas análises ou *traduções* de todos os *coletivos*. Assim, o uso de veículo motorizado mostrou-se preponderante para o acesso ao Parque da Lagoa, com destaque para o ônibus enquanto transporte público como principal modal verificado tanto nos dias de semana quanto nos finais de semana. Já o acesso à Praça do Coqueiral é predominantemente feito a pé, uma vez que seus usuários, em sua maioria, residem na vizinhança. Na Praça da Paz, observou-se que há uma equivalência em termos de modais quanto a veículos motorizados ou não em todos os dias analisados conforme os gráficos em apêndice, o que nos leva a perceber que o espaço atrai pessoas de localidades um pouco mais distantes que sua própria vizinhança como ocorre se compararmos com a Praça do Coqueiral.

Outra questão referiu-se às formas de utilização dos espaços que foram agrupadas neste tópico como: lazer, que contempla conversa, passeio com crianças e animais, contemplação, e esporte, como caminhadas, e qualquer atividade física praticada nos espaços públicos. Assim, segundo os entrevistados, a utilização dos espaços públicos se dava em sua grande maioria em função do lazer, como observado nos gráficos em apêndice, para todos os *coletivos* analisados. Contudo, esses dados puderam ser melhor analisados segundo os mapas comportamentais apresentados em cada *tradução* dos *coletivos*, apontando as formas de uso e os horários de predominância das atividades. Embora os dados compilados através de gráficos percentuais apresentem uma prevalência de atividades de lazer, o uso e apropriação do espaço é diversa e, muitas vezes, não programáticas, ou seja, os *dispositivos* espaciais são utilizados de maneiras distintas daquilo para que foram projetados.

Importante registrar também, quanto as formas de utilização, que as entrevistas revelavam, muitas vezes, o desejo dos usuários. Ouviu-se, por exemplo, por parte da população mais idosa, que o horário de fechamento dos banheiros era muito cedo. Necessitavam que os banheiros permanecessem abertos por mais tempo para que a permanência no parque fosse mais prolongada. Percepções que mudam segundo o ponto de vista de cada público usuário. Ainda sobre o Parque da Lagoa, o público jovem, de adolescentes, desejava *dispositivos* espaciais mais voltados para sua faixa etária, pois alegavam haver muitos *dispositivos* destinados a outros públicos como o infantil. Esses exemplos revelam percepções e visões variadas por parte dos usuários deixando transparecer muitas vezes aquilo que o projeto do espaço não conseguiu contemplar ou que se relaciona a questões de gestão do próprio espaço.

Dito isso, passamos a um ponto que se relaciona ao anterior e às percepções dos usuários referentes aos *dispositivos* espaciais. Questionados se os equipamentos, termo utilizado nas entrevistas para *dispositivos*, atendiam bem, os entrevistados das praças da Paz e do Coqueiral revelaram majoritariamente que não, eram poucos e careciam de manutenção. Não raro, queixaram-se da gestão municipal sobre a falta de atenção para com aqueles espaços. Na Praça do Coqueiral, os entrevistados revelaram que a manutenção de alguns *dispositivos* era feita pelos próprios moradores da vizinhança. Em contrapartida, os entrevistados do Parque da Lagoa, em sua maioria, diziam-se satisfeitos com os equipamentos do parque como aponta os gráficos em apêndice.

Esse dado é revelador de como a atenção da gestão municipal se volta para os espaços cenário da cidade, e corrobora uma triste realidade brasileira, que diz respeito a descontinuidade das ações das gestões municipais, uma vez que a Praça da Paz e do Coqueiral foram obras realizadas por gestões anteriores. A falta de atenção a determinados espaços públicos da cidade, também se revela na questão da segurança.

Questionados sobre sentir-se seguros nos espaços públicos analisados, os dados revelaram que em sua grande maioria os entrevistados não se sentiam seguros nas praças do Coqueiral e da Paz em todos os dias em que as entrevistas foram aplicadas. Os fatores apontados para a sensação de insegurança foram: falta de policiamento, mesmo havendo câmeras de segurança instaladas na Praça do Coqueiral e a Praça da Paz contar com posto policial em sua vizinhança; a presença de usuários e ponto de venda de drogas na Praça do Coqueiral; ou alegavam simplesmente, a falta de segurança vivenciada no país.

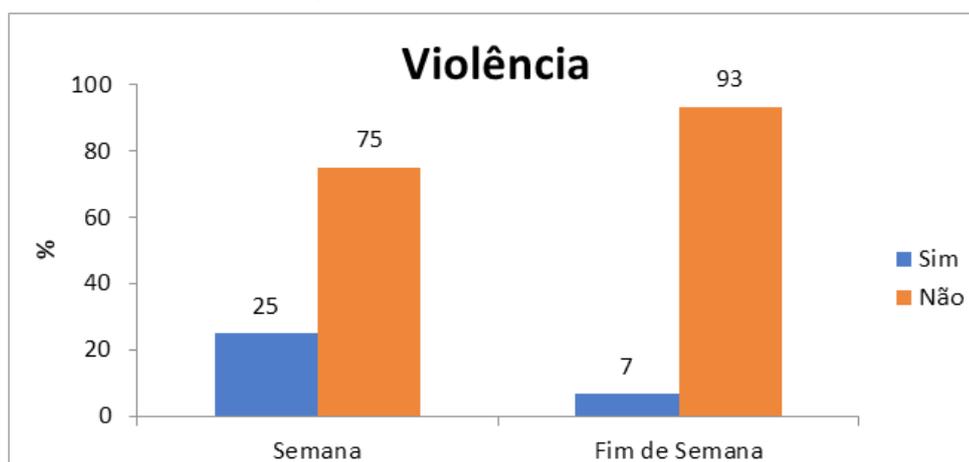
Já no coletivo Parque da Lagoa, os dados revelaram uma maior sensação de segurança nos dias úteis da semana em comparação com os demais espaços públicos analisados. Todavia, ainda havia a preponderância da sensação de insegurança nesses dias frente ao sentir-se seguro. Já nos finais de semana, esse dado invertia-se, ou seja, o número de entrevistados que disseram sentir-se seguros no parque foi comparativamente muito maior que os que não se sentiam e apontaram para o fato da sensação de segurança não só o policiamento, mas a presença e o movimento de pessoas no parque.

Contudo, um dado que merece destaque refere-se a questão de os usuários terem presenciado atos de violência nos espaços analisados. Buscávamos observar com essas duas questões o quanto os espaços públicos podiam se revelar amigáveis

ou hostis aos seus usuários através da sensação de segurança ou insegurança, como também estabelecer relações com a civilidade ou a incivilidade, inscritas nos referidos espaços.

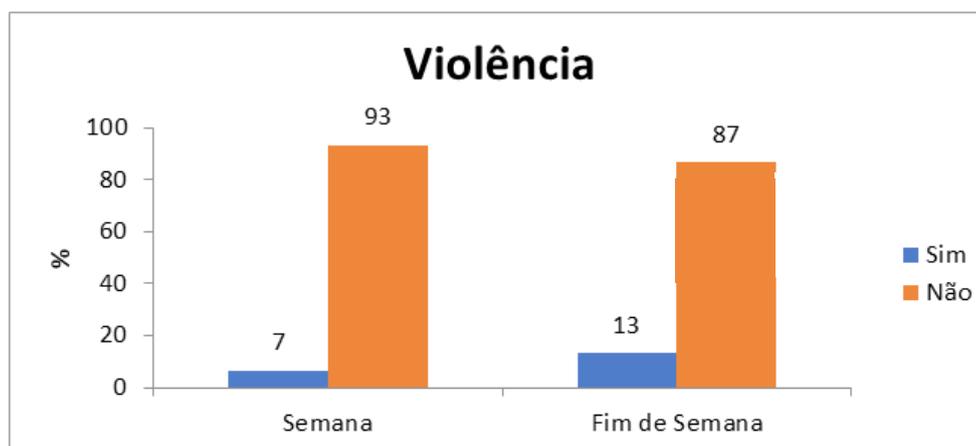
Os dados foram, de certa forma, surpreendentes, pois o esperado seria os entrevistados relacionarem a sensação de insegurança a atos de violência vividos ou presenciados. Os gráficos a seguir demonstram que o percentual de usuários que disseram ter presenciado ou vivenciado alguma violência nos espaços públicos trabalhados é consideravelmente menor do que os que afirmaram nunca ter vivenciado nenhum tipo de violência. Mesmo para o *coletivo* Praça do Coqueiral, que apresentou o maior nível de sensação de insegurança por parte de seus usuários, observamos que mais de 60% dos entrevistados não vivenciaram nenhum ato de violência no local.

Gráfico 4: Vivência com algum tipo de violência urbana no Parque da Lagoa



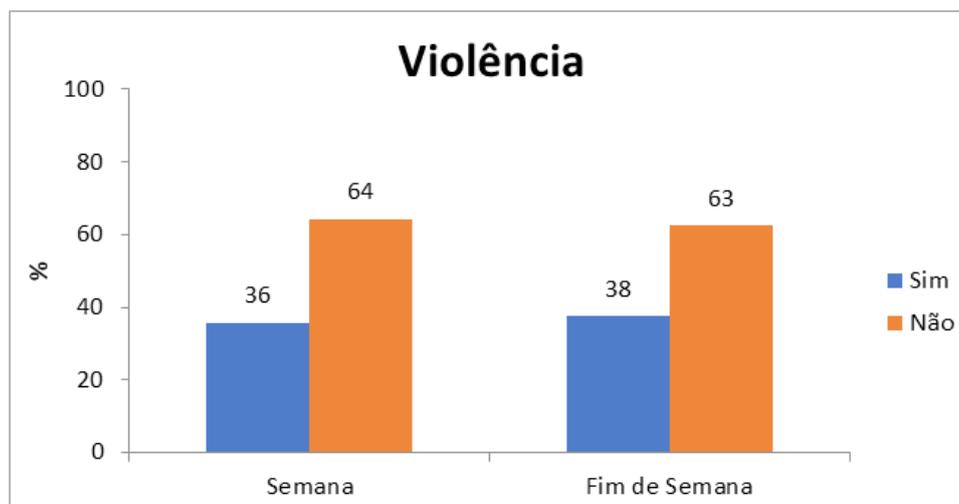
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 5: Vivência com algum tipo de violência urbana na Praça da Paz



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 6: Vivência com algum tipo de violência urbana na Praça do Coqueiral



Fonte: Elaborado pela autora

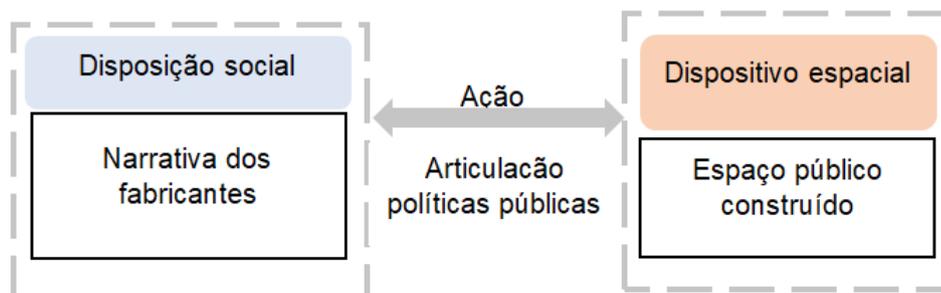
Assim, face ao que a pesquisa revelou, é possível observar que as linguagens inscritas no espaço podem ser tradutoras da sensação de segurança ou insegurança a seus usuários. Contudo, não está necessariamente atrelada à violência urbana. É preciso distinguir a violência como ato, como a ação que ocorre no espaço, do discurso da violência, que muitas vezes contribui para estigmatizar o lugar. O que as entrevistadas mostraram foi que o discurso da violência está tão presente no cotidiano urbano de nossas cidades, que as pessoas se sentem inseguras nos espaços públicos mesmo quando não vivenciaram nenhuma violência naqueles espaços.

Por fim, a última questão dos roteiros das entrevistas visava observar se os espaços públicos estudados eram palco de encontro entre os usuários de forma constante ou ocasional. Para todos os *coletivos* analisados, em sua grande maioria, os espaços foram apontados como lugares de encontro. Depoimentos de pessoas que conversavam entre si demonstravam que haviam se conhecido naquele espaço público em que se encontravam. Este dado foi verificado tanto nas duas praças onde as relações de vizinhanças ficavam mais evidentes, quanto no Parque da Lagoa com destaque para a fala de idosos que utilizavam o parque para conhecer pessoas. Desta maneira, se reafirma a importância do espaço público das cidades como o lugar do encontro com o outro fora da esfera privada. As entrevistas nos informam também sobre a necessidade do cuidado, por parte da municipalidade, com os espaços públicos construídos, lugar das sociabilidades e da urbanidade. Passamos, assim a discorrer sobre as *narrativas* dos *fabricantes*.

6.6 Narrativas dos fabricantes

Para embasarmos o entendimento sobre o porquê e como os espaços públicos construídos de João Pessoa passaram a ser alvo de ações governamentais nos últimos anos, buscamos observar o discurso dos *fabricantes* para auxiliar-nos na compreensão dos fatos relacionados ao período analisado. Foram coletadas dez entrevistas com pessoas que atuaram e atuam na gestão pública dentro do recorte temporal analisado. O critério de escolha dos entrevistados se deu segundo o cargo ocupado, a atividade desempenhada e o período de atuação, sendo alguns, funcionários de carreira do município de João Pessoa. Dentre as funções administrativas dos entrevistados destacamos, chefia de gabinete do prefeito, secretaria de planejamento, secretaria de desenvolvimento urbano, secretaria de habitação, diretoria técnica de paisagismo e de projetos. As entrevistas foram coletadas nos meses de setembro a novembro de 2017. Foram gravadas e transcritas com autorização prévia de todos os entrevistados.

As entrevistas seguiram um roteiro prévio contemplando questões abertas, conforme apêndice. Duas explicações se fazem necessárias sobre como os dados foram trabalhados. Buscamos interpretar as narrativas dos fabricantes a partir do conceito de *tradução* conforme a teoria *ator-rede*, procurando observar na fala dos entrevistados como se davam as relações entre poder público e as ações do planejamento urbano sobre os espaços físicos da cidade, segundo o diagrama a seguir, denominado: *coletivo fabricantes* – espaço público construído. O segundo ponto diz respeito a compilação de dados, que dada a natureza mais ampla das entrevistas e o fato dos entrevistados atuarem de formas diversas na municipalidade não foi possível a elaboração de gráficos percentuais como no caso das entrevistas como os usuários, que além de serem numericamente em maior quantidade, as questões exigiam respostas mais curtas e diretas.



De início, procuramos investigar por que os espaços públicos da cidade passaram a ser alvo de investimentos; como se dava esses investimentos, ou se havia uma lógica espacial que norteasse os investimentos públicos; se houve a participação da população nesse processo; essas foram observações que nos possibilitaram compreender as ações dos fabricantes sobre os espaços públicos urbanos de João Pessoa. Aliado a essas indagações, passamos a observar os *dispositivos* espaciais e como se inseriam na lógica projetual para os espaços públicos. Nesse ponto, trazemos à tona uma observação de Akrich (2014) que nos motivou a olhar os *dispositivos* construídos do espaço segundo uma composição de fatores. Diz a autora: “é suficiente considerar os objetos mais banais que nos cercam para constatar que sua forma é sempre o resultado de uma composição de forças cuja natureza é a mais diversa” (2014, p. 162).

De início, podemos destacar na fala dos entrevistados um ponto que apareceu como unanimidade. Todos reconheceram a primeira gestão do prefeito Ricardo Coutinho como um marco temporal no que diz respeito aos investimentos sobre os espaços públicos construídos da cidade. Ou seja, este período foi reconhecido, independentemente de questões político-partidárias, como um momento de recuperação de um passivo de espaços públicos da cidade que, durante muito tempo, ficaram sem qualquer tipo de investimentos.

Ao serem perguntados sobre as metas ou objetivos traçados para os espaços públicos da cidade nas gestões públicas no período trabalhado, observamos a partir da fala dos entrevistados, que a questão dos espaços públicos passou a ser o foco de ações governamentais. Todavia, não ficou evidente quais foram as metas estabelecidas ou os objetivos a serem alcançados como ações de um planejamento urbano em nenhuma das gestões municipais. Visão essa, ressaltada por um dos entrevistados, ao observar que não há uma visão do todo em termos de planejamento urbano. O destaque dentro da gestão Ricardo Coutinho/ Luciano Agra, apontado principalmente pelos entrevistados que atuaram naquele período, refere-se aos investimentos nos espaços públicos de bairros mais periféricos e de baixa renda da cidade. Para a gestão do prefeito Luciano Cartaxo, apontou-se a continuidade do foco sobre os espaços públicos da cidade. Mas a ênfase em Cartaxo não recai mais sobre os bairros periféricos. Embora haja ações de intervenções urbanísticas nos espaços públicos de bairros mais carentes, o destaque foi dado a intervenções em espaços mais simbólicos da cidade.

Ao serem questionados sobre qual a articulação entre os investimentos nos espaços públicos e outras políticas como infraestrutura, esporte, saúde, mobilidade,

orçamento participativo, as respostas mostraram que, de maneira geral, essa articulação é muito frágil ou inexistente. Embora alguns poucos, ocupando cargos de gestão, afirmem haver articulação, as ações são muitas vezes pontuais e não representam uma articulação em termos de políticas públicas. Os destaques feitos recaíram sobre ações culturais e esportivas, como na gestão de Ricardo Coutinho com o “Circuito das Praças” mencionado no quarto capítulo. As ações destacadas também foram de ordem de manutenção da cidade, limpeza, poda de árvores, iluminação pública, etc. Outras ações mencionadas foram aquelas que tiveram repercussão sobre os espaços públicos urbanos, mas necessariamente não representavam políticas articuladas como explicitado no quarto capítulo, a exemplo da instituição da Outorga Onerosa.

A questão seguinte visava observar, sob a ótica dos *fabricantes*, se houve, ou há, referindo-nos a gestão atual, uma lógica espacial dos investimentos nos espaços públicos. As respostas, de certa forma, acabaram reportando-se a primeira questão, pois, destacou-se os investimentos feitos no período Ricardo Coutinho/ Luciano Agra nos bairros mais periféricos e na gestão de Luciano Cartaxo sobre espaços mais representativos da cidade. Houve o reconhecimento por parte de alguns dos entrevistados que uma das dificuldades enfrentadas por parte da prefeitura é a falta de mapeamento dos espaços públicos passivos de receberem investimentos, bem como, a falta de informações unificadas sobre aqueles espaços que já foram alvo de intervenções urbanísticas. Dado esse que respondeu não haver um quantitativo sobre quantos espaços públicos receberam investimentos para a sua requalificação, recuperação ou mesmo construção ao longo do período estudado. As informações acabam pulverizadas entre as diferentes gestões.

Outra questão versou sobre se houve um processo de escuta ou consulta à população sobre seus anseios para os projetos urbanísticos nos espaços públicos alvo de intervenções. Os entrevistados apontaram a criação do Orçamento Democrático (OD), a partir dos representantes das regiões orçamentárias da cidade, criado na gestão Ricardo Coutinho, como mostrado no quarto capítulo desta tese, como o canal de escuta da população. O Orçamento Democrático teve continuidade na gestão posterior de Luciano Cartaxo com a denominação de Orçamento Participativo (OP), mantendo a mesma divisão de regiões anteriormente estabelecidas e, segundo as informações dos entrevistados, seria esse o canal para captar as demandas da população. Questionados sobre uma metodologia específica, as respostas majoritariamente, indicaram que não havia. Além disso, a captação de demandas também estava sujeita a disponibilidade de recursos, sendo esse o critério definidor para os investimentos. Todavia, foi apontado pelos entrevistados que chegam solicitações por parte da população diretamente aos setores ou secretarias da prefeitura. Quando estas demandas ocorrem, geralmente

se dão diante de um quadro de deterioração considerado crítico pela população de determinado espaço público. A mídia, nesses casos, passa a ter um papel importante de pressão sobre as secretarias municipais. Contudo, revelou-se também que as demandas da população, muitas vezes, se dão face a grande carência dos espaços públicos, principalmente de lazer, e a solicitação é feita em função da implantação de *dispositivos* vistos em outros bairros da cidade. Os equipamentos de ginástica foram apontados como dos mais solicitados pela população.

O tópico seguinte buscou observar se, projetualmente falando, havia ou há um padrão de equipamentos, de *dispositivos* espaciais que seguissem um programa de necessidades mínimo. As respostas a essa questão apontaram percepções distintas. Dentro da gestão Ricardo Coutinho/ Luciano Agra, observou-se, segundo as entrevistas, a busca pela criação de uma linguagem de arquitetura pública. Houve a tentativa de normatização de projetos a partir da criação de um caderno técnico para os equipamentos públicos como relatado. Buscava-se naquele momento atrelar os equipamentos públicos como escolas e creches aos espaços públicos de lazer como as praças. Todavia, alguns dos entrevistados apontaram a dificuldade de se trabalhar com um sistema público muito burocrático, que não conseguia assegurar boas práticas de projeto, bem como, de execução dos mesmos. A carência de investimentos nos espaços públicos era imensa e a falta de orçamento não possibilitava margem para inovação dos *dispositivos* construídos. Contudo, buscava-se respeitar seguir um programa que atendesse: áreas de esporte com quadra, quando o espaço permitia, equipamento de ginástica, espaço infantil com parque, lazer com mesas de jogos, bancos e espaço destinado à cultura com a implantação de anfiteatros que poderiam ser semienterrados ou elevados no terreno dependendo da topografia do lugar. O cuidado com o tipo de vegetação e o porte também foi apontado como um item projetual importante. A vegetação escolhida muitas vezes, visava sombrear alguns equipamentos a fim de favorecer a permanência dos usuários nos espaços em horas mais quentes do dia. Sobre a mesma questão, alguns entrevistados responderam indicando haver um processo de continuidade na gestão do prefeito Luciano Cartaxo quanto ao trato dos espaços públicos com relação aos *dispositivos* construídos. Busca-se atender aquilo que o orçamento permite para o espaço trabalhado.

Quando perguntados sobre como analisavam as políticas atuais e as diferenças entre as gestões estudadas com relação aos espaços públicos da cidade, os fabricantes apontaram a difícil situação de crise financeira e política que afeta todas as áreas com consequências diretas sobre os investimentos nos espaços públicos. As diferenças apontadas entre as gestões se apresentaram como as respostas mais discrepantes. Alguns gestores apontaram haver continuidade entre as gestões municipais, outros

apontaram a descontinuidade das ações. Mas a principal diferença elencada foi sobre os tipos de espaços públicos trabalhados, nos primeiros oito anos do nosso recorte temporal, os investimentos recaíram como já citado, sobre os espaços públicos em áreas mais carentes da cidade, enquanto nos últimos oito anos há um olhar também sobre espaços mais representativos da cidade.

Por fim, a entrevista procurou observar como os fabricantes analisavam o programa Cidades Emergentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a articulação das políticas urbanas dentro do programa e os espaços públicos da cidade. Ressaltamos que alguns dos entrevistados responderam não poder analisar, pois não faziam mais parte da gestão municipal ou não tinham informações sobre o assunto. Dentro desta questão, apontou-se as áreas de atuação do programa, que são: sustentabilidade, mudanças climáticas e habitação de interesse social. A primeira etapa do projeto foi a elaboração de um diagnóstico da cidade sobre as áreas de interesse. Todavia, o discurso dos entrevistados demonstrou não haver uma articulação direta entre as linhas de atuação do programa do BID e os espaços públicos da cidade. Embora, alguns eixos de conexão como no caso da avenida Beira Rio, como visto anteriormente, seria um eixo articulador e reestruturador das comunidades lindeiras.

Com isso, finalizamos as percepções que puderam ser apreendidas a partir das *narrativas* dos *fabricantes* sobre a questão dos espaços públicos da cidade. Algumas conclusões se fazem necessárias acerca do discurso dos *fabricantes*. Explicamos que não foi nosso objetivo nesta tese trabalhar com análise do discurso ou do conteúdo, uma vez que a metodologia adotada, como visto anteriormente, mostrou-se suficiente para a interpretação das *narrativas*. Reforçamos que buscamos apreender, a partir da escuta dos *fabricantes*, como se deram as ações sobre os espaços públicos da cidade, subsidiando-nos o olhar sobre os mesmos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar a distinção entre a visão mais crítica e menos política dos técnicos que atuam no poder público, da visão de quem está no poder em cargos políticos. Esse filtro foi necessário para as *traduções* apresentadas. Outro ponto de destaque, que ficou evidenciado nas entrevistas, advém da percepção de que não houve, nem há, um planejamento urbano macro e articulado entre políticas de governo de diversos segmentos e políticas urbanas que direcione as ações sobre a questão dos espaços públicos da cidade. Não há uma visão integrada. Nesse sentido, o espaço público urbano torna-se vulnerável à homogeneização, a projetos de má qualidade ou de má execução. Não é nosso objetivo julgar o mérito dos projetos para os espaços públicos. Apenas trazemos uma constatação apontada pelos próprios fabricantes que é uma consequência da fragilidade institucional, marca da política

brasileira, que acaba por marcar também os espaços públicos. Por sua vez, a falta de metodologias específicas para lidar com as *disposições* sociais e o cenário de carência da cidade, faz com que a população seja o lado mais frágil no processo projetual para os espaços públicos da cidade. As reivindicações por parte da população, são muitas vezes, para sanar a carência do espaço, ou porque não existe, ou porque está deteriorado. Todavia, não quer dizer que ela não esteja atenta, ou não saiba o que quer para com relação aos espaços públicos urbanos, como pudemos observar nas entrevistas com os usuários ou nas pesquisas em campo que cada espaço evidenciou.



**7 REFLEXÕES E
CONSIDERAÇÕES FINAIS**

7 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve início a partir de uma inquietação: a observação crítica de um movimento de retomada dos espaços públicos das cidades. Movimento que não é recente, pois se reporta aos anos 1960 nos meios acadêmicos, mas que parece ganhar força efetivamente na atualidade. Se essa foi uma motivação inicial, tal percepção começou a ficar mais nítida ao começarmos a investigação indicando os vários caminhos que se abriam sobre o que passamos a denominar de “movimento de retorno” aos espaços públicos das cidades.

Assim, em busca de discutir a validade desse crescente retorno aos espaços públicos construídos, procuramos analisar em que frentes eles se dão. As reflexões encaminharam-se para três lados, uma de cunho acadêmico, uma de caráter pragmático do planejamento urbano das cidades, detidamente sobre o caso brasileiro, e outra de observação do cotidiano das pessoas nos espaços públicos. Perguntávamos: o que é afinal o espaço público contemporâneo? Que atributos o caracterizam? A partir da análise de projetos urbanísticos que se apresentavam com uma conotação cada vez mais midiática, um novo questionamento foi formulado. Do ponto de vista do planejamento urbano, estaríamos caminhando para um espaço público segundo um ativismo projetual? A quem interessa isso? Uma percepção tomava corpo, todos os aspectos convergiam para o seguinte ponto: como o espaço público das cidades se materializa na contemporaneidade. Esse ponto conduziu para o entendimento do caráter indissociável entre o social e o espaço construído que caracteriza o espaço público urbano e as ações sobre ele. Esse foi, portanto, o ponto de partida para investigar o espaço público construído sob a perspectiva de sua materialidade híbrida (JOSEPH, 1999).

Do conceito de materialidade híbrida, emergiram reflexões que puseram em debate questões teóricas sobre a produção, ocupação e apropriação dos espaços públicos urbanos. Pois, buscávamos investigar quem são os agentes que produzem, ocupam e se apropriam, ou melhor, quem são os atores que agem sobre o espaço público urbano na contemporaneidade e como o fazem.

Nesse sentido, foi imprescindível a interlocução com autores como Lefebvre e De Certeau que mobilizam as dimensões sociais e construídas do espaço. Em termos teóricos, a interlocução do conceito de materialidade híbrida como definido por Joseph, com a teoria desenvolvida por tais autores revelou a necessidade de um olhar mais atento sobre questões conceituais. Exemplo desse diálogo se deu quando revisitamos as categorias de concebido, vivido e percebido atribuídas ao espaço

por Lefebvre (2000). Vistas em si mesmas tais categorias aplicam-se ao espaço socialmente construído como já discutimos no segundo capítulo. O autor observa a preponderância do concebido, o espaço da representação, enquanto produção dentro do sistema capitalista, sobre o vivido. Todavia, Lefebvre, sob a ótica marxista, defendia que o vivido deveria anteceder o concebido. Embora compreendêssemos do ponto de vista lefebvriano o que o autor teoricamente apresenta e defende, essa passou a ser uma questão que merecia uma apreciação sob a ótica da concepção arquitetônica e urbanística do espaço. Como compreender o vivido antes mesmo de ser concebido?

Essa questão passou a ser, para nós, uma dificuldade dentro do campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo especificamente. Para a Arquitetura, todo espaço é primeiro concebido para poder ser vivido. Pensamento que encontra respaldo em Zevi (1977), sob o ponto de vista do espaço construído, seja ele o objeto arquitetônico ou o espaço urbano. Nesse sentido, também observamos que a produção do espaço para a Arquitetura e o Urbanismo não é o da representação, e sim, o da criação. Para a Arquitetura, conceber o espaço é o ato primeiro, que antecede o ato de ocupá-lo e vivenciá-lo. A ação sobre o espaço arquitetônico e urbanístico é que o realiza, mas esse espaço precisou ser anteriormente criado, concebido.

Nesse âmbito, essas observações teóricas e conceituais quando pensadas sob a ótica da Arquitetura e do Urbanismo, encontravam respaldo também sobre a questão da realização do espaço segundo De Certeau, para quem o espaço permanece vazio se não houver as ações nele praticadas, condição para que o espaço arquitetônico e urbanístico se realize. É exatamente a realização do espaço pela ação que diferencia a sua condição de vazio a pleno como nos diz Joseph. Nesse sentido, a ideia de materialidade híbrida do espaço público representou para esta tese um conceito com mais proeminência frente às ideias de concebido, vivido e percebido, por tornar indissociáveis relações entre disposições sociais, dispositivos construídos e a ação sobre eles, sendo o que melhor caracteriza o espaço público urbano.

A pesquisa teórica complementada pela empírica também evidenciou que, dada a complexidade com a qual o espaço público urbano se apresenta na atualidade, os atores passaram a ser múltiplos, não se restringindo apenas aos fabricantes e aos usuários. Assim sendo, dentro do cenário descortinado, percebemos que os dispositivos construídos do espaço, seguindo a lógica projetual dos fabricantes passaram a desempenhar um papel tão importante para a produção física do espaço que se apresentam também como um “ator” a partir do momento em que o projeto para o espaço público ganhou o protagonismo como estratégia, nos reportando a De Certeau, dentro do discurso dos fabricantes, aqui representado pelas ações do

planejamento urbano.

Nesse sentido, para a compreensão dos novos atores, foi preciso estabelecer uma rede de conexões ou associações a fim de analisarmos de que maneira atuavam no espaço público das cidades. Nesse ponto, a teoria ator-rede foi um contributo importante para a construção da metodologia partindo da associação de categorias analíticas e associações espaciais como coletivos a serem estudados.

Desta forma, as associações passaram ao primeiro plano. Percebemos, então, como foco de nossas análises, que são as relações entre disposições sociais e dispositivos que se constituem como um novo ator nesse contexto. As relações mediadas pela ação são as realizadoras do espaço. Os usuários com táticas de utilização, expressão feliz de De Certeau (1994), transformam os dispositivos a partir da ação, e ao fazê-lo, também passam a conceber uma nova relação espacial, designando-se como um novo ator mediador que não é apenas aquele que vivencia o espaço, mais um inventor de uma nova associação.

Pensando sob a perspectiva das associações, passamos a observar também que os dispositivos construídos desempenham o papel de atores (ou actantes) dentro da lógica projetual do espaço público contemporâneo. Nesse aspecto, o que Akrich diz faz todo o sentido: “os objetos técnicos possuem um conteúdo político no sentido de que eles constituem os elementos ativos de organização das relações dos homens entre eles e com seu ambiente” (2014, p. 161). Ou seja, aos objetos técnicos, entendidos nesta tese como os dispositivos construídos, atribui-se uma ação política no espaço como aponta a autora. Desta forma, os dispositivos se apresentam como atores fundamentais dentro da lógica do ativismo projetual, representando muitas vezes, o elo entre os fabricantes e os usuários. Assim, pudemos definir o que temos chamado, ao longo desta tese, de ativismo projetual, como aquele em que o projeto é o protagonista muitas vezes para criar marcas do lugar que tem o espaço público construído como foco. Uma vez que o espaço público passou a ser agora, o lugar da visibilidade daqueles que o projetam dentro de uma lógica de mercado.

Os fabricantes dos espaços públicos, passaram a agir segundo estratégias (DE CERTEAU, 1994) de intervenção sobre os espaços públicos utilizando-se da lógica do ativismo projetual. Desta maneira, os fabricantes revestem-se de um discurso que se volta para essa prática. No Brasil, temos observado, que as intervenções se evidenciam não como um planejamento urbano de caráter mais amplo, mas como marcas de gestões municipais, muitas vezes a partir da transposição de modelos de realidades distintas. Para os fabricantes, o discurso sobre os espaços públicos

seria uma legitimação de que se está trabalhando a cidade em última instância. Fica evidenciado que os dispositivos espaciais, nesse contexto, passam a ser atores principais dentro dessa lógica vivenciada na contemporaneidade, desempenhando um papel político no cenário do espaço público construído do país, colocando em segundo plano, na maioria das vezes, as disposições sociais.

Dessa maneira, em resposta ao objetivo de investigar quem são, ou como se configuram, os novos atores do espaço público das cidades, é possível analisarmos como o ativismo projetual se reveste de práticas dentro do planejamento urbano nos detendo especificamente na realidade brasileira. Portanto, falar dos espaços públicos como parte de políticas públicas, preocupação sempre presente nos trabalhos de Joseph (1992, 2004), no Brasil, também emergiu dentro desta tese como uma necessidade de trazer à luz esse debate.

Observamos questões cada vez mais complexas que passam a encaminhar as discussões sobre os espaços públicos. Podemos destacar alguns pontos que foram suscitados a partir da pesquisa empírica. Um dado relevante sobre os espaços públicos das cidades no Brasil diz respeito ao espaço público cuja produção é norteadada por questões políticas. Em primeiro lugar, por parte da população que, muitas vezes, encara a intervenção em determinados espaços urbanos sob uma ótica político-partidária. Em segundo, interliga-se com as relações conflituosas entre o poder público e o mercado imobiliário, não raro com prejuízos para a produção dos espaços públicos da cidade como podemos observar no objeto empírico. Conclusões essas, advindas a partir das entrevistas realizadas.

Ainda sobre o espaço público das cidades no Brasil, a pesquisa de campo mostrou-se como um retrato de outras questões. Uma delas versava sobre a tecnologia como um fator de ressignificação e apropriação dos espaços. Debate esse que parece ainda muito distante da grande maioria das cidades brasileiras, uma vez que a carência por espaços mais qualificados ainda é tão grande que as tecnologias ligadas aos espaços públicos se resumem, não raro, aos grandes centros, em uma pequena proporção. E muitas vezes, quando o são, estão atreladas a dispositivos de segurança, reportando-nos à violência urbana, um problema grave em se tratando das cidades brasileiras.

A pesquisa também revelou a necessidade de aparatos de segurança nos espaços públicos construídos que passam a ser vigiados para que atos de incivildade não aconteçam, prezando-se assim pelo “bom” uso do espaço. Contudo, o que se observou foi que a vigilância se dá em grande parte sobre o “espaço-marca” para a

cidade, inserindo-se o espaço público, dessa forma, dentro da lógica do espetáculo como discutido no primeiro capítulo desta tese.

Destarte, embora busquemos ser otimistas e encontremos alguns avanços sobre a questão dos espaços públicos construídos das cidades no Brasil, podemos destacar um quadro de vulnerabilidades sob a ótica do planejamento urbano. Percebemos que estamos muito longe de um processo focado nos espaços públicos enquanto base de um planejamento onde não haja apenas indicadores a exemplo de espaços públicos em relação ao número de habitantes. O planejamento deveria, na verdade, estar direcionado ao público usuário dos espaços públicos urbanos, e nos desafios de como aplicar tal metodologia que observa as reais necessidades da população local e como essas demandas se articulam com outras políticas públicas que contemplem a qualidade e a possibilidade do encontro das diferenças.

Portanto, se a ideia de espaço público é aquela onde os estranhos vão se encontrar (SENNETT, 2014), vivemos em nosso país a falácia dos espaços públicos em nossas cidades. O que vemos não é a construção do espaço público como espaço do encontro na urbe e sim um ativismo projetual, por parte dos fabricantes representantes do planejamento urbano “oficial”, da produção de ruas, praças, parques, jardins, como a ideia de que se está pensando a cidade.

Por outro lado, observamos que a ação da população se mostra pontual, isto é, não há, muitas vezes, um questionamento sobre o tipo de espaço público que está sendo construído em sua articulação com outras políticas, sociais, de mobilidade urbana, saúde e educação. Articulação essa tão importante para colocar o espaço público como o lugar das diferenças em primeiro plano para o planejamento urbano. Já para as classes sociais que se fecham nos espaços privados não lhes interessa o espaço público socialmente construído.

Essas observações nos encaminham a passarmos então, a reflexão sobre os dados da pesquisa empírica junto aos espaços públicos de João Pessoa. Na aplicação da metodologia utilizada nesta tese em campo, o discurso dos fabricantes e dos usuários, ajudaram na elaboração das percepções trazidas à tona e nas considerações que se sucedem aqui. De início, uma constatação diz respeito à importância da metodologia aplicada para a obtenção dos resultados de caráter qualitativo. Trabalhar com a questão dos espaços públicos urbanos como coletivos nos deu a possibilidade de fazer associações que são cabíveis diante da realidade que se apresentava. Portanto, a construção metodológica desta tese representa uma contribuição para os estudos dos espaços públicos urbanos.

A constatação inicial das transformações urbanísticas nos espaços públicos da cidade de João Pessoa ao longo dos últimos quinze anos, acabou se revelando uma situação propícia para a investigação desta tese. Transformações essas ligadas a mudanças políticas de gestões públicas que passaram a investir nos espaços públicos construídos da cidade, dado o enorme passivo de falta de investimentos até então. Atrelado a isso estava o fato da percepção de uma maior presença da população nos espaços que haviam passado por processos de intervenção.

A pesquisa junto aos fabricantes, gestores e técnicos foi reveladora sob diversos aspectos. Em princípio, por mostrar que esse público era conhecedor das discussões que permeiam a temática do espaço público urbano, principalmente os técnicos, e que os gestores passaram a incorporar a necessidade de intervenções urbanísticas nesses espaços da cidade. Por parte da municipalidade de João Pessoa, a atenção dada aos espaços públicos urbanos responde a uma agenda maior a partir de organismos ou organizações internacionais que apontam para a importância do espaço público como demonstra os relatórios sobre a questão urbana da ONU e as cartas dos fóruns UN-HABITAT.

Outro ponto a destacarmos, segundo a narrativa dos fabricantes, diz respeito à lógica de investimentos nas gestões municipais pesquisadas. Nas gestões dos prefeitos Ricardo Coutinho e Luciano Agra, o foco das intervenções foram os bairros mais carentes e periféricos além da articulação com programas de cunho esportivo e cultural destinados a essas áreas. Já nas gestões do prefeito Luciano Cartaxo, os investimentos recaem sobre espaços mais simbólicos da cidade, aqueles que são marcas referenciais na paisagem. Tais espaços também careciam de intervenções ou melhorias, mas a opção por eles reforça, de certa forma, o caráter midiático sobre esses espaços públicos. Dado esse confirmado pelo trabalho empírico e que se aplica a realidade dos espaços públicos das cidades na contemporaneidade como temos discutido, reforçando assim o caráter do ativismo projetual tratado nesta tese.

Com as entrevistas pretendeu-se observar como os fabricantes concebiam os projetos para os espaços públicos. Embora, no caso do objeto empírico, os espaços públicos da cidade aparecessem como foco das gestões municipais analisadas segundo o que foi apreendido no discurso oficial, observamos que os dados destoam quando tomamos a realidade investigada. Percebemos avanços no entendimento da importância dos espaços públicos urbanos em João Pessoa. Todavia, a carência com relação ao tratamento dos seus espaços públicos é premente. Carência que só representa a distância entre realidades distintas, muitas vezes tomadas como modelos exemplares, como apontado no primeiro capítulo, quando tratávamos dos problemas

contemporâneos do espaço público.

Outro ponto a destacar diz respeito a uma prática política brasileira que é a descontinuidade das ações. A pesquisa de campo evidenciou que os espaços públicos que passaram por processos de qualificação na gestão anterior carecem de manutenção de seus espaços e dispositivos construídos e muitas vezes, são os próprios usuários que acabam por fazê-la.

Sobre os projetos para os espaços públicos construídos, é notório a tendência a homogeneização em termos do programa de necessidades e dos dispositivos. As entrevistas com os técnicos revelaram que, em alguns casos, é a própria população local, carente de espaços construídos para seu usufruto, é quem solicita equipamentos que viram em outro local, principalmente em se tratando das praças.

Sobre as questões relacionadas à gestão pública e ao planejamento urbano da cidade, João Pessoa retrata não só o cenário nacional, como também se insere nos problemas conceituais da temática dos espaços públicos construídos. Com isso queremos apontar que os projetos para os espaços públicos entram na lógica de modelos globalizantes, cuja expressão, muitas vezes, é a criação de marcas midiáticas, a exemplo da imagem que segue, figura 70

Figura 70: Orla de Tambaú, busto de Tamandaré



Para concluirmos o que a pesquisa junto aos fabricantes apontou, observamos que, em detrimento do avanço sobre os espaços públicos da cidade por parte do governo municipal, também há retrocessos em se tratando da privatização dos espaços da cidade. Isso só reflete a condição de fragilidade do espaço público no cenário brasileiro como objeto de troca entre o público e o privado. Encontramos alguns exemplos na cidade, que poderíamos apontar. Talvez o mais notável, e reconhecido por alguns entrevistados, seja o caso do bairro Altiplano Cabo Branco⁹³ cuja ocupação recente voltou-se para condomínios horizontais e verticais de alto padrão negando os seus espaços públicos que são esvaziados de vitalidade urbana.

Outros aspectos revelados pela pesquisa empírica foram evidenciados ao rastreamos as relações apreendidas entre os dispositivos construídos e as disposições sociais nos espaços públicos eleitos para análise. Ao observamos que a materialização do espaço público reside nas associações estabelecidas entre ambos, ou seja, as interações entre os humano e os não-humanos já se estabelecem como uma ação para a realização do espaço público. A natureza dessas interações é bastante diversa, como apontado nos diagramas cujas associações colocaram em evidência relações entre o construído e o social. Com isso, respondemos a mais um objetivo desta tese que foi: investigar os dispositivos espaciais significativos como agentes da apropriação por parte dos atores sociais. Isso só foi possível a partir da tradução das interações entre dispositivos e disposições segundo as categorias de análise trabalhadas.

Importante destacar que as relações espaciais muitas vezes não encontram correspondência nas relações sociais que dependem de outros fatores para explicá-las. Por exemplo, a proximidade espacial dos dispositivos não significa proximidade social no sentido do encontro, tal qual verificado na Praça do Coqueiral. Outro dado apreendido refere-se às civilidades enquanto linguagem espacial e à copresença, categorias que podem ser reveladoras de um espaço democrático como discutido no quinto capítulo. Os coletivos analisados revelaram que as dinâmicas urbanas de entorno e articulação entre os usos, continuidades e discontinuidades afetam positivamente ou negativamente os espaços públicos construídos. Um exemplo de efeito positivo dessas relações foi apreendido no coletivo Praça da Paz, que se reflete na urbanidade do lugar.

Outros dois pontos reveladores da pesquisa dizem respeito à questão da

⁹³ Ver artigo intitulado: “Padrões de ocupação do solo e níveis de urbanidade: o caso do Altiplano Cabo Branco em João Pessoa” dos autores Martins, Bu, Santos e Falcão (2017) publicado na coletânea A língua que Habitamos.

vigilância e da sensação de insegurança por parte dos usuários dos espaços públicos. A ostensiva vigilância observada no coletivo Parque da Lagoa, não só vigilância policial, mas também vigilância sobre as formas de uso e apropriação dos dispositivos pelos agentes de controle do parque, nos levaram a refletir sobre a vulnerabilidade do espaço público em nossa realidade. Para se manter enquanto marca da paisagem, o espaço público necessita de todo um aparato de vigilância. Vulnerabilidade que reflete também uma decisão política de uma gestão municipal, pois essa vigilância não foi encontrada na mesma proporção nos outros espaços. Desta forma, viu-se camuflado as reais possibilidades que as relações espaciais e sociais podem favorecer para aquele espaço.

Sobre a sensação de insegurança, um dado nos chamou a atenção nas entrevistas feitas com os usuários dos espaços públicos se reportando violência urbana. O medo e a insegurança sentidos nos espaços públicos frequentados e relatados pelos usuários destoavam da vivência com atos de violência sofridos ou presenciados. Embora esse não fosse o foco do trabalho, não pode deixar de ser registrado, uma vez que a fala da violência assume uma proporção tal que faz com que as pessoas se sintam temerosas sem terem vivido ou presenciado algum ato. Não quer dizer que a violência não esteja presente, mas a ela se relaciona o medo que repercute na ocupação do espaço urbano e o mercado imobiliário entende isso muito bem. Ao vender a segurança dos condomínios fechados que negam as relações de encontro que os espaços públicos das cidades propiciam, acabam por alimentar o discurso da violência quando nos deparamos com o outro que não é o meu igual.

Essas percepções empíricas nos remetem a uma reflexão sobre o espaço público contemporâneo que tem a necessidade da oposição, socialmente e urbanisticamente falando, que se contraponha a qualquer homogeneização. Aqui podemos nos reportar a Joseph (1999) quando discorre sobre as categorias ou atributos do espaço público urbano. O autor as coloca de maneira a revelar oposições inerentes às relações entre os dispositivos espaciais e às disposições sociais, a exemplo de proximidade – distanciamento, encontro – copresença, civilidades – incivilidades, continuidades – descontinuidades, o que evidencia o caráter de dissenso característico do espaço público urbano.

Portanto, para esta tese, respondendo ao questionamento inicial sobre o que é o espaço público contemporâneo das cidades, afirmamos ser, o lugar das associações entre atores múltiplos que agem sobre o mesmo transformando-o e recriando-o de diferentes maneiras. É antes de tudo, um espaço relacional. O que nos levou a verificar como essas relações se dão segundo a hipótese desta tese. Assim,

o ativismo projetual, como definimos anteriormente, permeia a relação da cidade e seus espaços públicos sob a perspectiva de um movimento de retomada dos espaços públicos construídos na ação dos fabricantes. A pesquisa empírica evidencia esse fato trazendo à tona as questões inerentes ao planejamento urbano voltados para esses espaços.

A pesquisa de campo também evidenciou que há um movimento manifesto de retorno aos espaços públicos da cidade por parte de uma grande parcela da população. Esse movimento também se mostra latente sob diversos aspectos, pois, como apontado, o discurso da violência pode ser considerado um fator inibidor para estar presente no espaço público. Outro fator, diz respeito a qualificação e disponibilidade de espaços para a população. Observamos a vontade de ocupar os espaços públicos urbanos, mas, muitas vezes, há a carência desses espaços ou, em determinados casos, a falta de cuidados sobre eles não favorecem o seu uso e ocupação. É um movimento latente ainda, pois depende de muitos fatores.

A pesquisa revelou em última análise que nem todos os dispositivos construídos ou que equipam os espaços são apropriados e aceitos pela população. Nesse ponto, observamos que as relações entre os dispositivos e as disposições sociais estabelecem uma outra relação subvertendo assim a lógica do ativismo projetual. Aqui nos reportamos a De Certeau, ao subverter as formas de uso, o ativismo projetual acaba sendo superado, materializando um novo espaço relacional. Essas reflexões e considerações finais nos levam a perceber que ainda há muito o que discutir sobre a temática do espaço público construído das cidades.

Dessa maneira, somos conduzidos ao início desta tese. Ao nos reportarmos à tragédia grega de Sófocles (496 a 406 a.C.), vemos a materialização do espaço público urbano na ação de Antígona. Na peça, a ação inicial, que se dá entre Antígona e sua irmã, poderia ter acontecido no espaço privado. Mas a ação da protagonista toma forma exatamente fora desse espaço privado. Antígona fez insurgir, pela primeira vez, a mulher no espaço público. Uma vez que, como mulher, para aquela sociedade, Antígona não tinha o direito ao espaço público socialmente falando. Com o seu ato, ela não só assinalou um novo espaço como também ampliou suas dimensões. Assim, vemos que a questão do espaço público permeia toda a tragédia explicitamente ou nas entrelinhas em suas várias dimensões.

Ao concluirmos, percebemos que o espaço público urbano na atualidade tem a necessidade de continuar sendo o espaço apropriado por Antígona, no sentido de nos confrontar com o outro e com nós mesmos, sendo a ação sobre ele aquilo

que o materializa. Assim como em Antígona, esse espaço não pode ser silenciado a partir de práticas que o tornem homogêneos e o pacifiquem. Desta forma, o espaço público contemporâneo das cidades nunca precisou tanto ser o espaço anunciado por Antígona, lugar das diferenças que propicia o encontro, o contato e o diálogo, como também, o lugar do embate e dos conflitos que reveste o espaço público do seu caráter mais democrático.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2008.

AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Org.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital/ Letra e Imagem, 2012.

AKRICH, Madeleine. Como descrever os objetos técnicos? In: Boletim Campineiro de Geografia. V. 4, n. 1. Campinas: AGB, 2014.

ALBERNAZ, Paula. Reflexões sobre o espaço público atual. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. (Org.). Espaço e cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

ALEXANDER, Christopher. Uma cidade não é uma árvore. Disponível em: <https://arquiteturadaliberdade.wordpress.com/2013/04/02/14/> Acesso em 23/05/17.

ALFREDO, Anselmo. O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. In: GEOUSP - Espaço e Tempo. N. 19, São Paulo, 2006.

ALOMÁ, Patricia Rodríguez. O espaço público, esse protagonista da cidade. Archdaily, Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade.html>. Acesso em 09/08/2016.

ANGIOLILLO, Francesca. Para urbanista francês, política deve enfrentar mercado. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 15 nov. de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705536-para-urbanista-frances-politica-deve-enfrentar-mercado.shtml>. Acesso em 16/11/2015.

ARANTES, Antônio A. O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Edusp, 2000.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BARBARA, Porada. Dez modos de transformar as cidades através de placemaking

e espaços públicos. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-112017/dezmodos-de-transformar-as-cidades-atraves-de-placemaking-e-espacos-publicos>. Acesso em 31/01/2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1998.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. El espacio público, ciudad y ciudadanía. Disponível em http://www.esdi-online.com/repositori/public/dossiers/DIDAC_wdw7ydy1.pdf. Acesso em 23/05/2017.

CALLIARI, Mauro. *Espaço Público e Urbanidade em São Paulo*. São Paulo: Bei Comunicação, 2016

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo In: *Texto contexto*. 15 (4). Florianópolis, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARRIÓN, Fernando. *Espacio público: punto de partida para la alteridade*. Bogotá: Ciudad e Inclusión: Por el derecho a la ciudad, 2004. Disponível em [HYPERLINK "http://www.flacso.org.ec/docs/artfcalteridad.pdf" www.flacso.org.ec/docs/artfcalteridad.pdf](http://www.flacso.org.ec/docs/artfcalteridad.pdf). Acesso em 16/05/2017.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos e: textos escolhidos estudos em psicologia social. In: *Psicologia, ciência e profissão*. 30 (1), 2010.

CASTRO, Alexandra. *Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos*. In: *Cidades, comunidades e*

territórios. N. 5, 2002.

CHALAS, Yves. O urbanismo: pensamento “fraco” e pensamento prático. In: PEREIRA, Elson M. (Org.) Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement. Paris: Presses Universitaires de France. 1988.

CHOAY, Françoise. A regra e o modelo. São Paulo: Perspectiva, 1985.

COELHO, Maria Cláudia. Estudos sobre interação, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

CORRÊA, Roberto L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Luciana Santiago. Espaço do público? práticas cotidianas nos espaços públicos no Recife 1920-1940. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

DA MATTA, Roberto. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELARBRE, Raúl Trejo. Internet como expressão e extensão do espaço público. In: Matrizes. Ano 2, n. 2, 2009.

DELGADO, Manuel. El espacio público como ideología. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao planejamento urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Marina Simone, ESTEVES JÚNIOR, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. In: Cadernos metrópole. V. 19, n. 39. São Paulo, 2017.

FERNANDES, Edésio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In:

CARVALHO, Celso; ROSSBACH, Ana Claudia. O Estatuto da Cidade comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. Análise do conteúdo. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. Campinas: Papirus, 2006.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, R. C. et al.. A questão urbana na Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

GORAYEB, Adryane. Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo Erradicação da Miséria. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Banco do Brasil, 2014.

GROS, Frédéric. Andar: uma filosofia. Madrid: Taurus, 2014.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLANDA, Frederico. Urbanidade: arquitetônica e social. In: Urbanidades. Rio de

Janeiro: Folio Digital/ Letra e Imagem, 2012.

IVO, Anete Brito Leal. Paisagens urbanas, coisas públicas - Isaac Joseph. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2954>. Acesso em 10/05/2016.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em 10/04/2017.

JARDIM, Heigenne Shyren Medeiros. Praça da paz: uma análise pós-ocupacional. Monografia. Pós-Graduação Lato Sensu em Paisagismo. João Pessoa: Universidade Castelo Branco, 2010.

JAUREGUI Jorge Mário. O esquema de leitura da estrutura do lugar. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-62629/o-esquema-de-leitura-da-estrutura-do-lugar-jorge-mario-jauregui>. Acesso em 25/11/2015.

JORNAL DA PARAÍBA. Avenida 'Beira-Rio' vai perder mais de 30 árvores. Disponível em: <http://www.portaldolitoralpb.com.br/avenida-beira-rio-vai-perder-mais-de-30-arvores>. Acesso em 15/11/2017.

JOSEPH, Isaac. Belém: paisagem, coisa pública. In: Cadernos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 18, n.1 e 2. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 2004. .

_____. L'espace public comme lieu de l'action. In: Les Annales de la recherche urbaine. Espaces publics en villes. N. 57-58, 1992.

_____. El transeunte y el espacio urbano. Buenos Aires: Gedisa, 1988.

_____. Paisagens urbanas, coisas públicas. N. 30/31. In: Caderno CRH. Salvador: jan./ dez. 1999.

_____. Paisagens urbanas, coisas públicas. Repositório Institucional. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2954>. Acesso em: 10/05/2016.

LAILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

LEITÃO, Lúcia. Onde coisas e homens se encontram: cidade, arquitetura e subjetividade. São Paulo: Annablume, 2014.

_____. Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de sobrados e mucambos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Editora UFPE, 2014.

LEITÃO, Lúcia; LEITE, Julieta. Discutindo o imaginário: olhares interdisciplinares. Recife: Editora UFPE, 2015.

LEITÃO, Lúcia; LACERDA, Norma. O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas. In: Cadernos metrópole. Vol. 18, n. 37, 2016.

LEITE, Isabela; ARAÚJO, Glauco e PIZA, Paulo Toledo. Manifestantes fazem 4º ato contra aumento das tarifas em SP. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/manifestantes-fazem-4-ato-contr-aumento-das-tarifas-em-sp.html>. Acesso em 05/12/2016.

LEITE, Julieta. A cidade como escrita: o aporte da comunicação na leitura do espaço urbano. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/>

arquitextos/06.067/400. Acesso em 25/11/2015.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil -- 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. São Paulo: Anhembi, 1957.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Adilson Costa. A carta do novo urbanismo norte-americano. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262> Acesso em: 14/06/2017

MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Natal: Argos, 2001.

_____. No fundo das aparências. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013.

_____. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015,

MARTINS, Dayse Luckwü et al. Padrões de ocupação do solo e níveis de urbanidade: o caso do Altiplano Cabo Branco em João Pessoa. In: A língua que Habitamos. V. 6. Belo Horizonte, 2017.

MARTINS, Paula Dieb; MAIA, Doralice Sátyro. O caminho que leva ao mar: a Avenida Epitácio Pessoa, via de expansão e de estruturação da cidade de João Pessoa-PB. In: XVI ENANPUR. Belo Horizonte, 2015.

MELO, Hanna Lima da Costa Ferreira. A busca da distinção social materializada no espaço: a habitação como marca à luz da retórica publicitária dos residenciais Alphaville São Paulo (1974 - 1990). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. Um recorte da paisagem do rio Capibaribe seus usos e significados..Tese de Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MELLO, Marco Antônio da Silva et al. Isaac Joseph: diário de bordo, percursos, experiências urbanas e impressões de pesquisa. In: CEFAÏ, Daniel et al (Orgs). Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Rio de Janeiro: EDUFF, 2011

MENA, Fernando Carrión. Espacio público: punto de partida para la alteridad. Disponível em: <http://www.flacso.org.ec/docs/artfcalteridad.pdf>. Acesso em 30/06/2017.

MONTANER, Josep Maria; DIAS, Marina Simone. O direito ao espaço público Princípios e exemplos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/17.203/6517>. Acesso em 08/05/2017.

MORAIS, Marcele Trigueiro de Araújo. Pacificação da cidade - a urbanidade legitimada: o caso dos espaços públicos do grand ensemble Les Minguettes, em Lyon. In: Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital/ Letra e Imagem, 2012.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil - Séculos XVI-XVII. João Pessoa: IPHAN/ Superintendência da Paraíba, 2010.

MUNFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NOBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. O Livro da Filosofia. São Paulo: Globo, 2011.

_____. O livro da sociologia, São Paulo: Globo Livros, 2015.

NOBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha et al. Por um espaço público cidadão: o encontro do edifício com a rua. Recife: SENGE, 2014.

ONU-Habitat. Cidades do futuro investem na revitalização de espaços urbanos. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/802581/cidades-do-futuro-investem-na->

revitalizacao-de-espacos-urbanos. Acesso em 29/03/2017.

PANERAI, Philippe. Análise urbana: revisão técnica de Sylvia Ficher. Brasília: Editora da Unb, 2006.

PANET, Amélia; CEVADA, Caroline; RODRIGUES, Goldie; MEDEIROS, Patrícia. O orçamento democrático como um instrumento na construção da urbanidade: experiência de João Pessoa, de 2005 a 2011. Palestra proferida na V Congresso CONSAD de Gestão Pública no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília/DF nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2012.

PERULLI, Paolo. Visões da cidade: as formas do mundo espacial. São Paulo: Editora Senac, 2012.

POLIÃO, Marco Vitruvius. Da arquitetura. São Paulo: Hucitec/ Fundação para Pesquisa Ambiental, 1999.

RAMOS, Katiana. Moradores conhecem o projeto de reestruturação urbana e de habitação da Beira Rio. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/moradores-conhecem-projeto-de-reestruturacao-urbana-e-de-habitacao-da-beira-rio>. Acesso 15/11/2017

REDAÇÃO. O MTST se junta ao MPL: e agora?. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/os-sem-teto-se-juntam-ao-mpl-e-agora.html>. Acesso 05/12/2016.

RELATÓRIOS BID. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/plano-de-acao-sustentavel/>. Acesso em 22/05/2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp, 2000.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Narrativas ou traduções de urbanidade. In: Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital/ Letra e Imagem, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Lessandro Lessa. Estatuto da Cidade: quinze anos se passaram,

mas o Brasil urbano continua desigual e excludente. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/785520/estatuto-da-cidade-quinze-anos-se-passaram-mas-o-brasil-urbano-continua-desigual-e-excludente-lessandro-lessa-rodrigues>. Acesso em 15/04/2016.

ROLNIK, Raquel O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROGERS, Richard. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SABOYA, Renato T. de; NETTO, Vinicius M.; VARGAS, Júlio Celso. Fatores morfológicos da vitalidade urbana Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554> Acesso em 28/03/2017.

SANTOS, Lúcia Leitão. Os movimentos desejantes da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHÜLER, Donaldo. Antígona e a invenção da mulher. In: Revista Veredas. 18/19, n. 16. Recife: Traço Freudiano Veredas Lacanianas Escola de Psicanálise, 2012.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C.. Cidade, cultura e urbanidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

_____. Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SENNETT, Richard. Carne e pedra. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SERPA, Ângelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea.

In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SERRA, Geraldo G. Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp/Mandarim, 2006.

SETTINERI, Francisco F. Dicionário de psicanálise Larousse. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa. Prefeitura Municipal de João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2012.

SILVA, Robson C. Urbanismo paramétrico: parametrizando urbanidade. Recife: Ed. da UFPE, 2010.

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Guia de boas práticas para os espaços públicos da cidade de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, Alberto; VIDAL, Wynna. Sete plantas da capital paraibana 1858 – 1940. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SOUZA, J. B. de Mello e; Antígone Sófocles (c. 496 AC-406 AC). eBooksBrasil, 2005.

SPOSATI; Aldaíza et al. Topografia social de João Pessoa. João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa/ Cedest/IEE/PUCSP, 2009

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

STORCH, Andréa Melo Lins. Urbanismo da alteridade. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ Centro de Artes e Comunicação, 2017.

THIBAUD, Jean-Paul. A cidade através dos sentidos. In: Cadernos Proarq. N. 18.

www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_ACidade_JeanThibaud.pdf. Acesso em 22/08/2017.

VALLADARES, Lícia do Prado; LIMA, Roberto Kant de. A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph. BIB. N. 49, Rio de Janeiro, 2000.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincon Institute, 2001.

_____. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012

WISNIK, Guilherme. O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>. Acesso em 16/11/2015.

WORLD CITIES REPORT. Urbanization and development: emerging futures. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat). Nairobi: World Cities Report, 2016.

ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Saber ver a arquitectura. Tradução de Maria Isabel Gaspar, Gaetan Martins de Oliveira. Lisboa: Arcádia, 1977.



APÊNDICES

APÊNDICE A - Registro de observação – Dispositivos

Nome do lugar:	
Localização/ bairro:	
Lay out/ Arranjo espacial	
Entorno imediato (tipos de usos)	
Quantitativo de equipamentos	
Tipos de equipamentos	
Distância entre os equipamentos	
Setorização	
Principais acessos ao espaço	
Vias de acesso	
Meios de acesso	
Pontos de ônibus	
Estacionamento	
Dispositivos de segurança	
Vegetação (tipo e porte)	
Iluminação	
Passeios/ modais	
Acessibilidade:	
Continuidades:	
Descontinuidades:	
Raio de influência	

APÊNDICE B - Diário de Campo – Disposições

Nome do lugar:	
Localização:	
Dia e hora:	
Número de usuários:	
Encontro:	
Copresença:	
Formas de apropriação:	
Civilidades:	
Incivilidades:	

APÊNDICE C - Roteiro entrevista usuários

Roteiro prévio das entrevistas com usuários dos espaços públicos

População em geral usuária

- 1) Onde mora? Mora nas proximidades?
- 2) Qual a frequência que vai ao local?
- 3) Qual a forma de acesso (carro, ônibus, bicicleta)?
- 4) Como utiliza o lugar? Para lazer, esporte, descanso ou contemplação?
- 5) Os equipamentos atendem bem?
- 6) Sente seguro? Por que?
- 7) Já viu ou presenciou algum tipo de violência?
- 8) Costuma usar o lugar para encontrar pessoas conhecidas ou encontra ocasionalmente?

APÊNDICE D - Roteiro entrevista fabricantes

Roteiro prévio das entrevistas com os *fabricantes*

- 1) A partir da gestão de Ricardo Coutinho observa-se investimentos em obras nos espaços públicos em João Pessoa. Quais foram as metas ou objetivos traçados para os espaços públicos de João Pessoa na gestão Ricardo Coutinho/ Luciano Agra? E quais são as metas ou objetivos traçados para os espaços públicos de João Pessoa na gestão de Luciano Cartaxo?
- 2) Havia uma articulação entre os investimentos nos espaços públicos e outras políticas como infraestrutura, esporte, saúde, mobilidade, orçamento participativo? Quais os programas envolvidos?
- 3) Especialmente falando havia uma lógica desses investimentos?
- 4) Houve um processo de escuta/ consulta da população? Por exemplo ouvidoria ou orçamento participativo?
- 5) E projetualmente falando, havia um padrão de equipamentos, de dispositivos, um programa mínimo a ser seguido?
- 6) Quantos espaços públicos passaram por recuperação, ou foram construídos dentro do período das gestões desde Ricardo Coutinho até Luciano Cartaxo?
- 7) Como você analisa as políticas atuais? Quais as diferenças entre as duas gestões com relação aos espaços públicos da cidade? E como analisa o programa do BID (no que tange os espaços públicos e a articulação das políticas públicas)?

APÊNDICE E - Gráficos

Praça da Paz

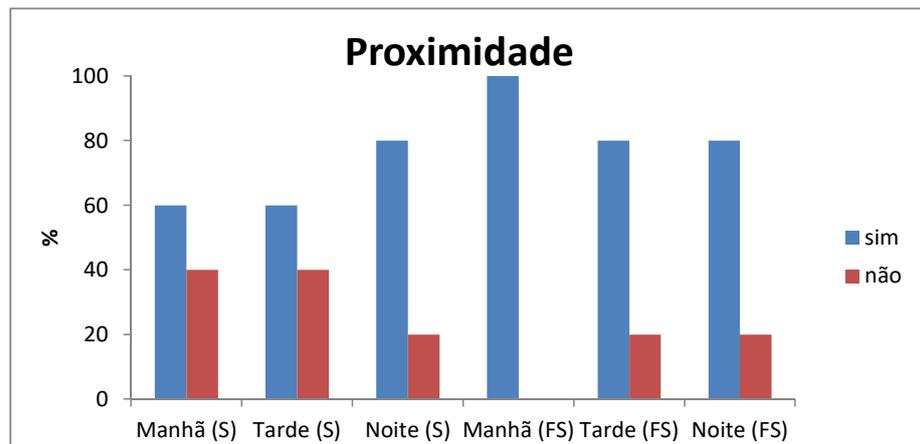
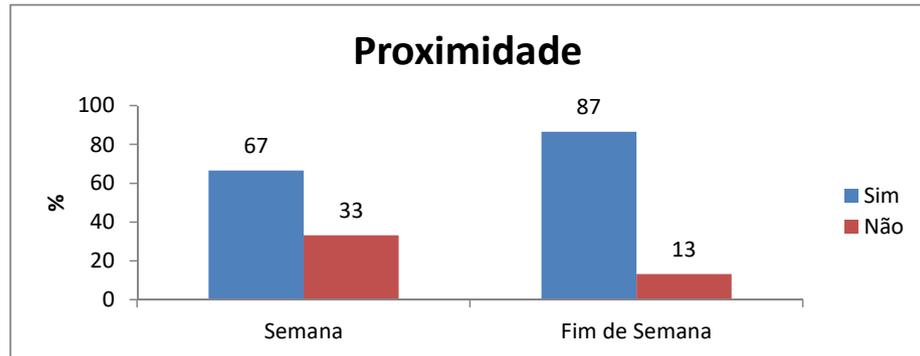
Proximidade

Semana

	sim	não	Total	sim	não
Manhã (S)	3	2	5	60	40
Tarde (S)	3	2	5	60	40
Noite (S)	4	1	5	80	20
Total	10	5	15		
Percentual	67	33	100,0		

Fim de Semana

	sim	não	Total	sim	não
Manhã (FS)	5	0	5	100	0
Tarde (FS)	4	1	5	80	20
Noite (FS)	4	1	5	80	20
Total	13	2	15		
Percentual	87	13	100,0		



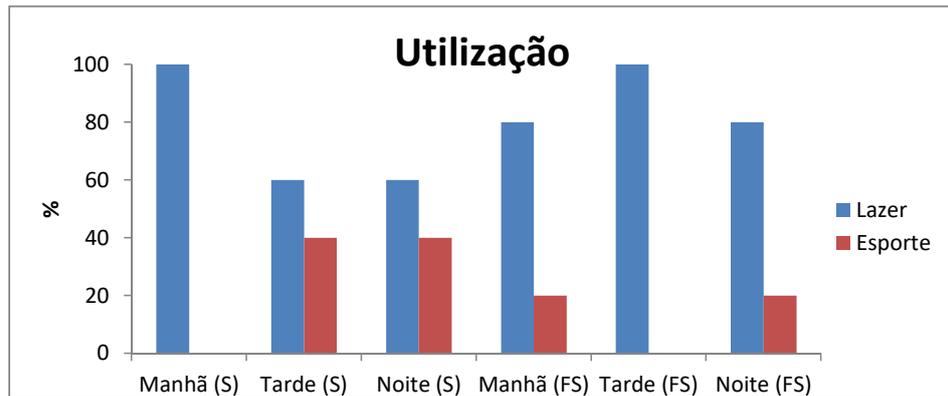
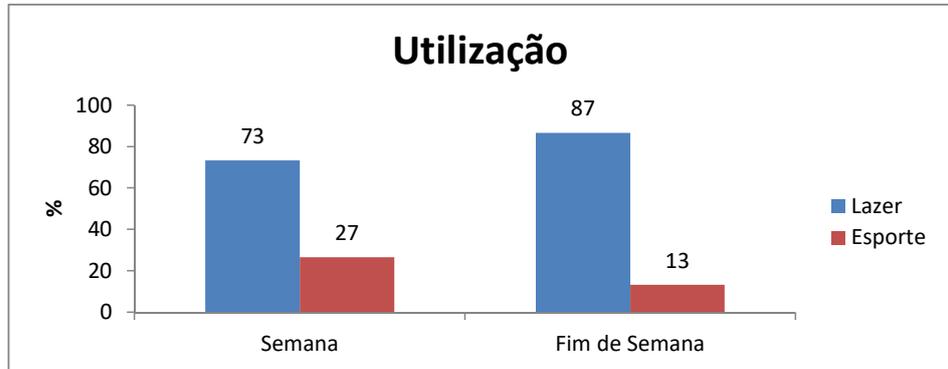
Utilização

Semana

	Lazer	Esporte	Total	Lazer	Esporte
Manhã (S)	5	0	5	100	0
Tarde (S)	3	2	5	60	40
Noite (S)	3	2	5	60	40
Total	11	4	15		
Percentual	73	27	100,0		

Fim de Semana

	Lazer	Esporte	Total	Lazer	Esporte
Manhã (FS)	4	1	5	80	20
Tarde (FS)	5	0	5	100	0
Noite (FS)	4	1	5	80	20
Total	13	2	15		
Percentual	87	13	100,0		



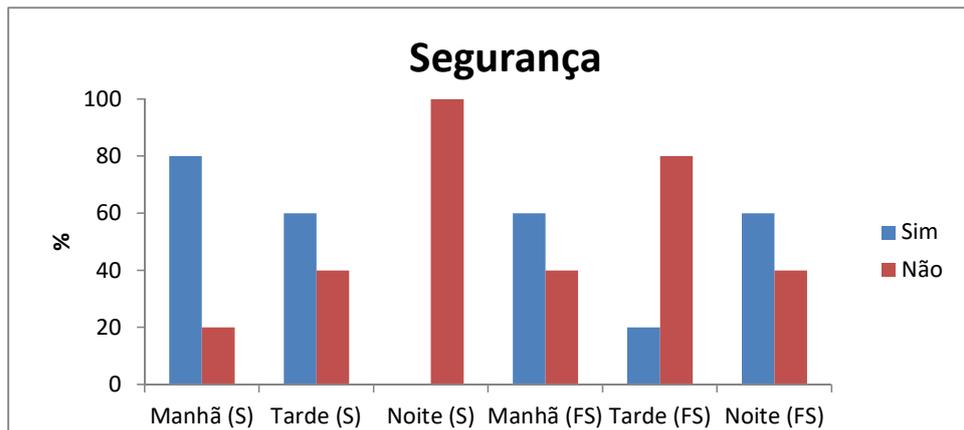
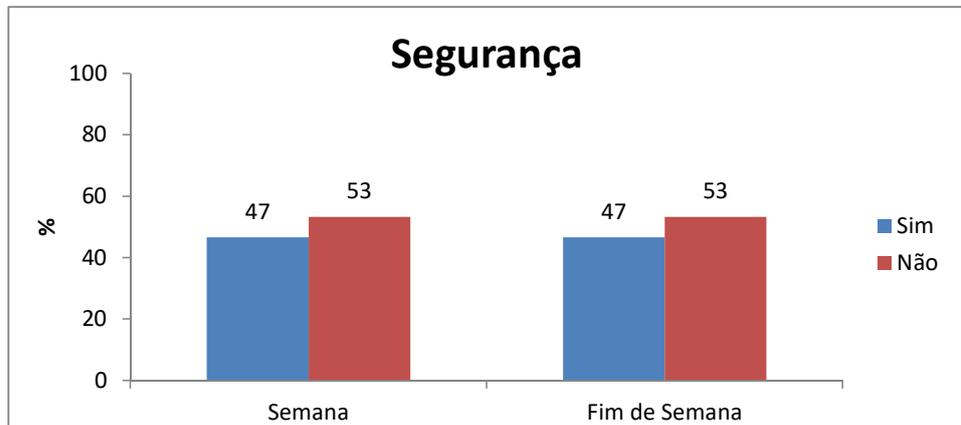
Segurança

Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)	4	1	5	80	20
Tarde (S)	3	2	5	60	40
Noite (S)	0	5	5	0	100
Total	7	8	15		
Percentual	47	53	100,0		

Fim de Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)	3	2	5	60	40
Tarde (FS)	1	4	5	20	80
Noite (FS)	3	2	5	60	40
Total	7	8	15		
Percentual	47	53	100,0		



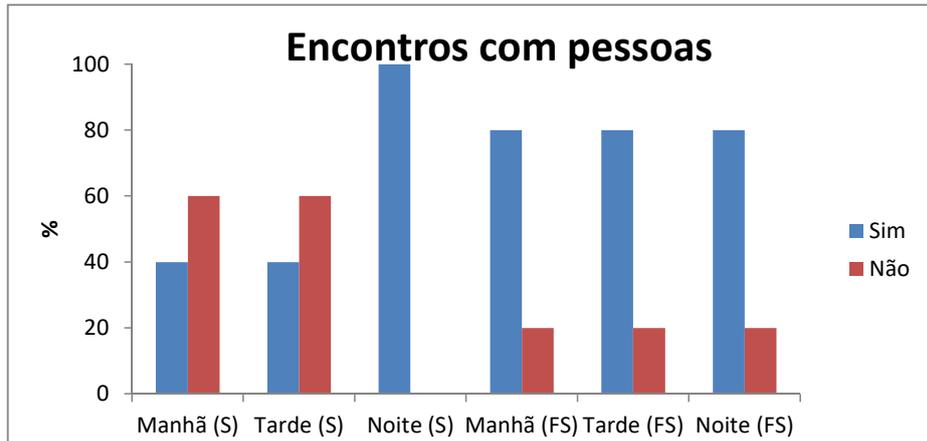
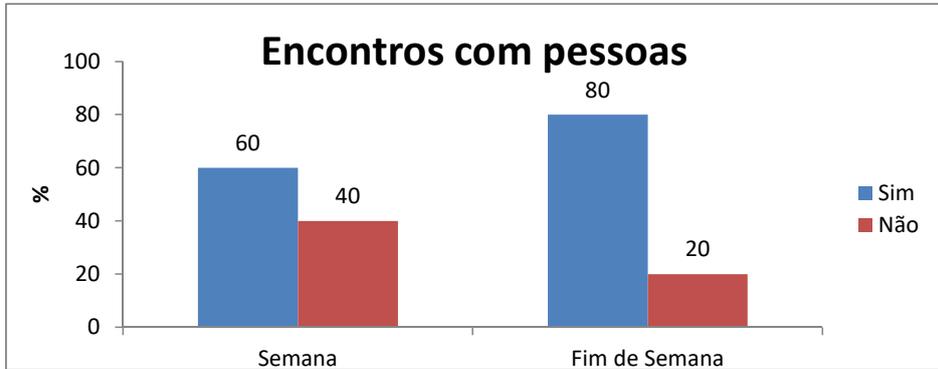
**Encontro
pessoas**

Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)	2	3	5	40	60
Tarde (S)	2	3	5	40	60
Noite (S)	5	0	5	100	0
Total	9	6	15		
Percentual	60	40	100,0		

Fim de Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)	4	1	5	80	20
Tarde (FS)	4	1	5	80	20
Noite (FS)	4	1	5	80	20
Total	12	3	15		
Percentual	80	20	100,0		

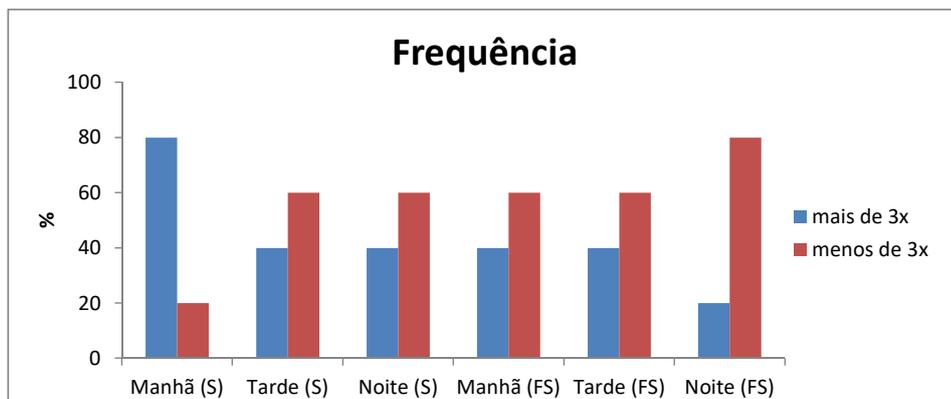
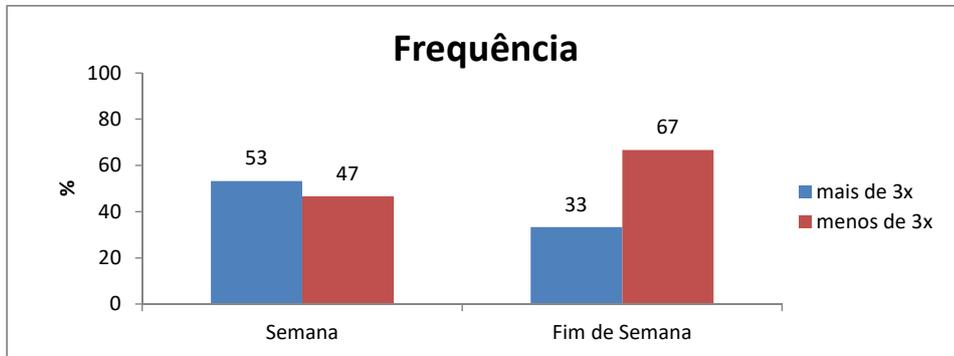


Frequencia

Semana		mais de 3x	menos de 3x	Total	mais de 3x	menos de 3x
Manhã (S)		4	1	5	80	20
Tarde (S)		2	3	5	40	60
Noite (S)		2	3	5	40	60
Total		8	7	15		
Percentual		53	47	100,0		

Fim de Semana

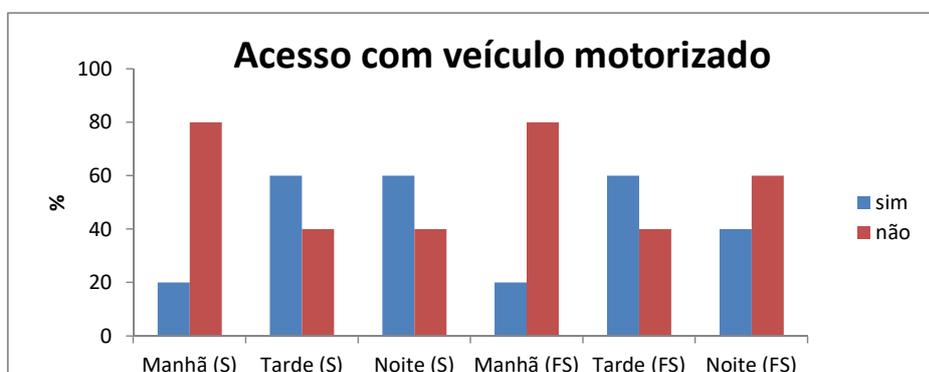
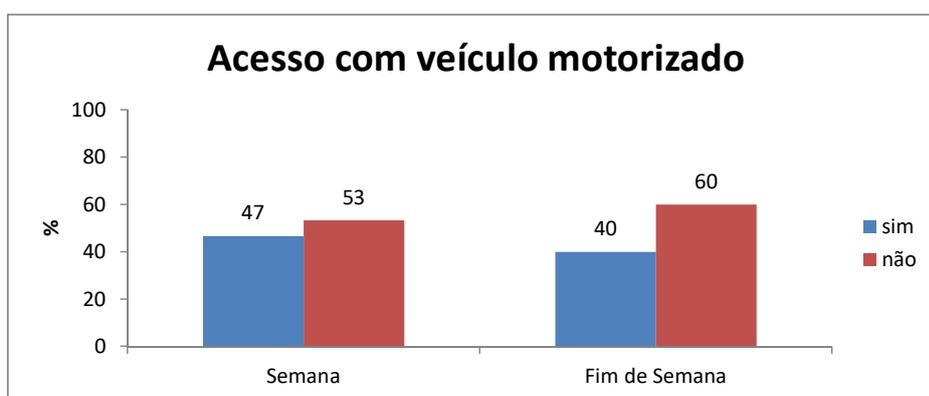
Fim de Semana		mais de 3x	menos de 3x	Total	mais de 3x	menos de 3x
Manhã (FS)		2	3	5	40	60
Tarde (FS)		2	3	5	40	60
Noite (FS)		1	4	5	20	80
Total		5	10	15		
Percentual		33	67	100,0		



Acesso
Veículo
motorizado

Semana		sim	não	Total	sim	não
Manhã (S)		1	4	5	20	80
Tarde (S)		3	2	5	60	40
Noite (S)		3	2	5	60	40
Total		7	8	15		
Percentual		47	53	100,0		

Fim de Semana		sim	não	Total	sim	não
Manhã (FS)		1	4	5	20	80
Tarde (FS)		3	2	5	60	40
Noite (FS)		2	3	5	40	60
Total		6	9	15		
Percentual		40	60	100,0		



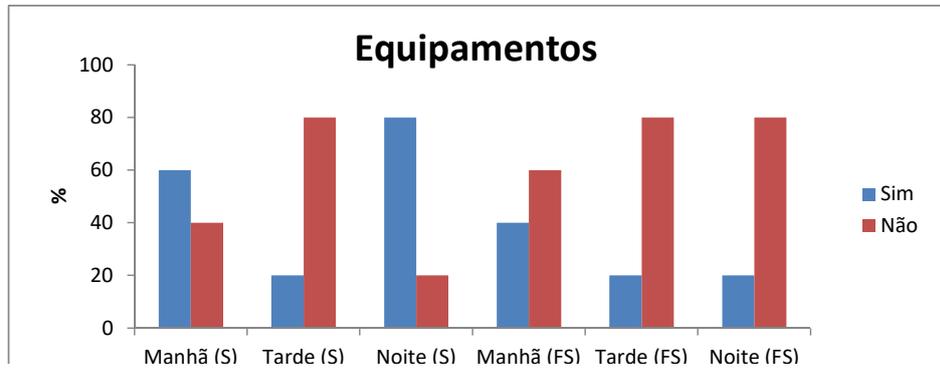
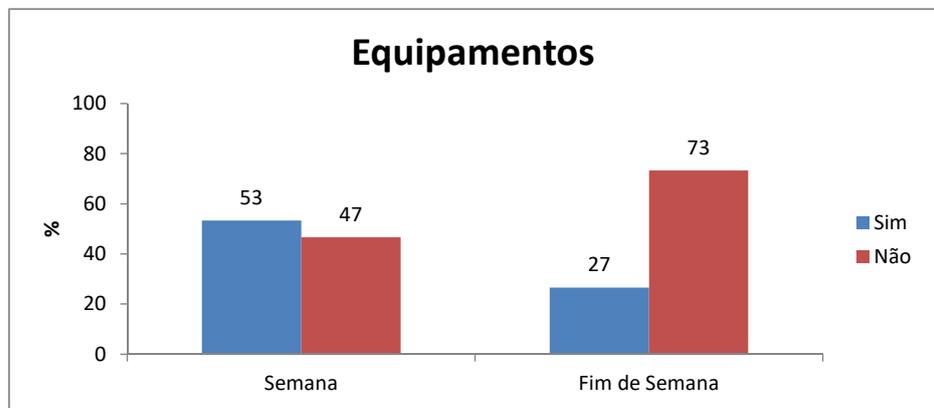
Equipamentos

Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)	3	2	5	60	40
Tarde (S)	1	4	5	20	80
Noite (S)	4	1	5	80	20
Total	8	7	15		
Percentual	53	47	100,0		

Fim de Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)	2	3	5	40	60
Tarde (FS)	1	4	5	20	80
Noite (FS)	1	4	5	20	80
Total	4	11	15		
Percentual	27	73	100,0		

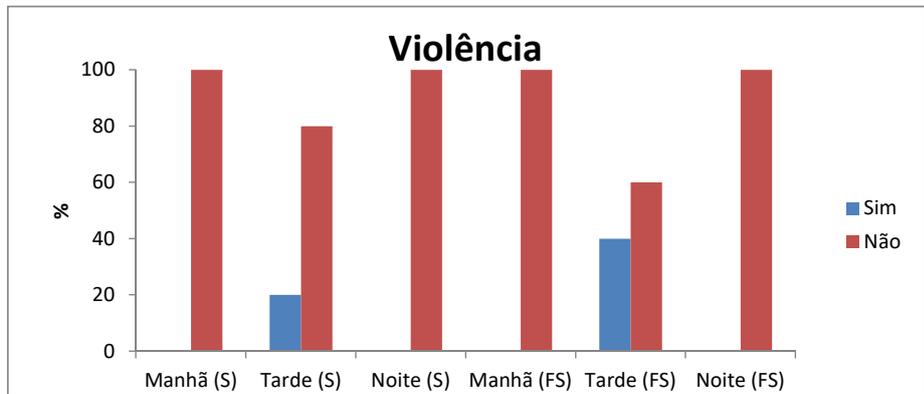
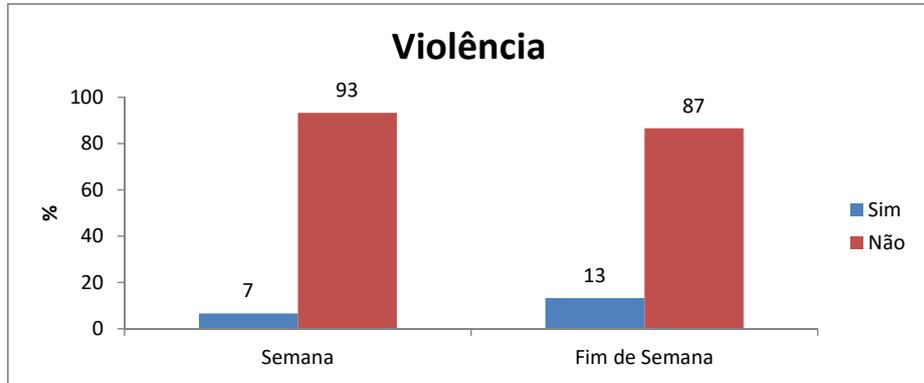


Violência
Presenciou

Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)		0	5	5	0	100
Tarde (S)		1	4	5	20	80
Noite (S)		0	5	5	0	100
Total		1	14	15		
Percentual		7	93	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)		0	5	5	0	100
Tarde (FS)		2	3	5	40	60
Noite (FS)		0	5	5	0	100
Total		2	13	15		
Percentual		13	87	100,0		



ENTREVISTA COM OS USUÁRIOS

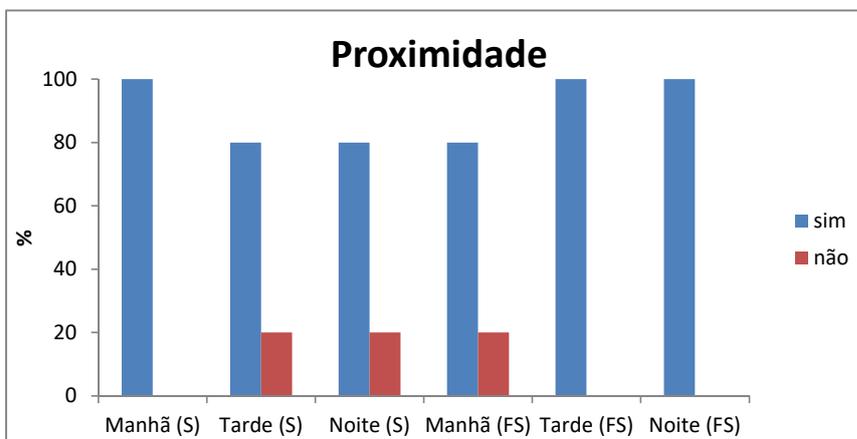
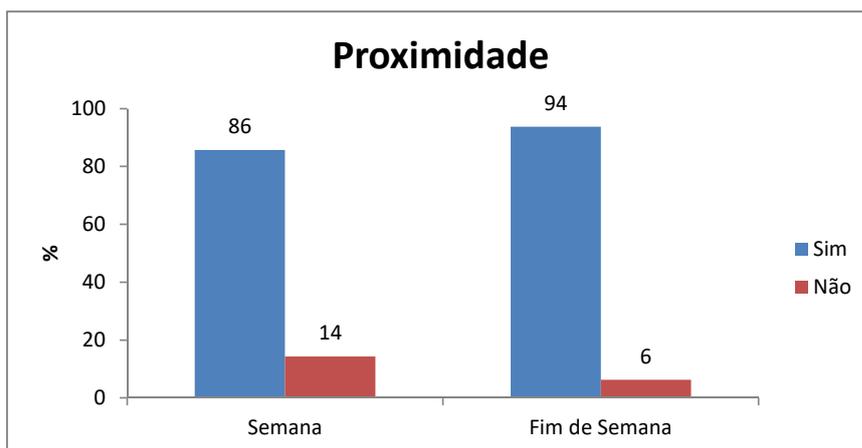
Praça do Coqueiral

Proximidade

Semana		sim	não	Total	sim	não
Manhã (S)		4	0	4	100	0
Tarde (S)		4	1	5	80	20
Noite (S)		4	1	5	80	20
Total		12	2	14		
Percentual		86	14	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		sim	não	Total	sim	não
Manhã (FS)		4	1	5	80	20
Tarde (FS)		6	0	6	100	0
Noite (FS)		5	0	5	100	0
Total		15	1	16		
Percentual		94	6	100,0		

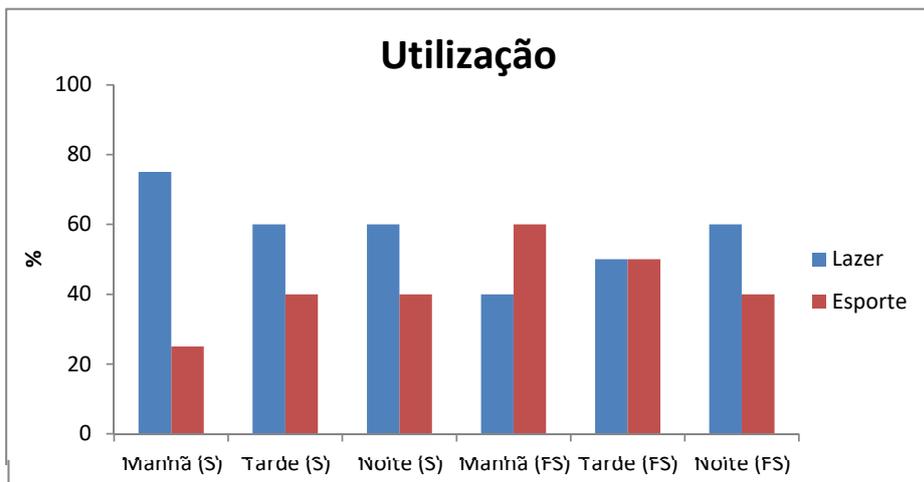
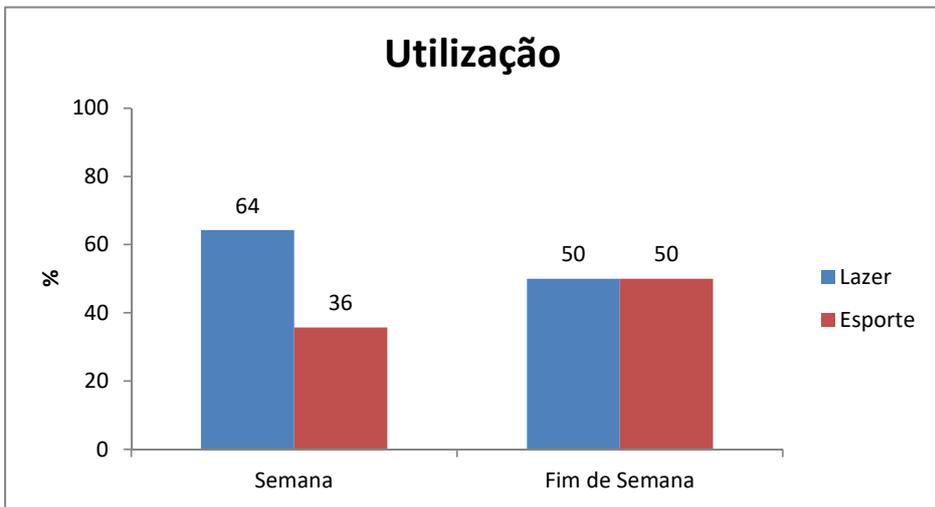


Utilização

Semana					
	Lazer	Esporte	Total	Lazer	Esporte
Manhã (S)	3	1	4	75	25
Tarde (S)	3	2	5	60	40
Noite (S)	3	2	5	60	40
Total	9	5	14		
Percentual	64	36	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana					
	Lazer	Esporte	Total	Lazer	Esporte
Manhã (FS)	2	3	5	40	60
Tarde (FS)	3	3	6	50	50
Noite (FS)	3	2	5	60	40
Total	8	8	16		
Percentual	50	50	100,0		



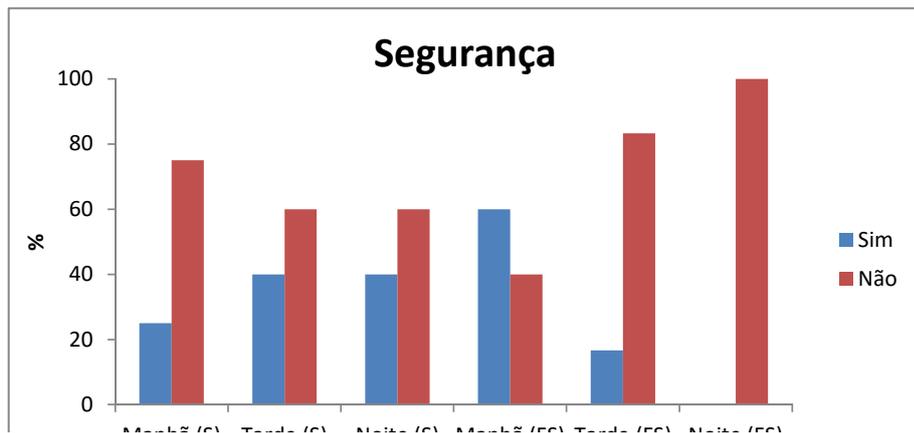
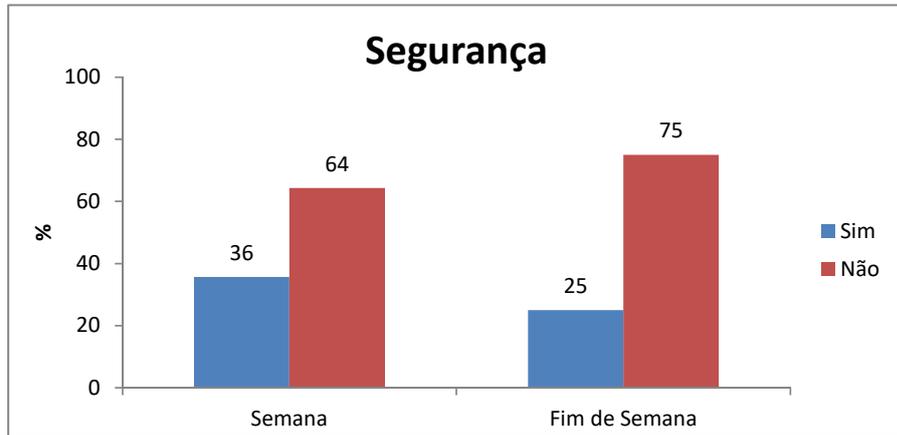
Segurança

Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)	1	3	4	25	75
Tarde (S)	2	3	5	40	60
Noite (S)	2	3	5	40	60
Total	5	9	14		
Percentual	36	64	100,0		

Fim de Semana

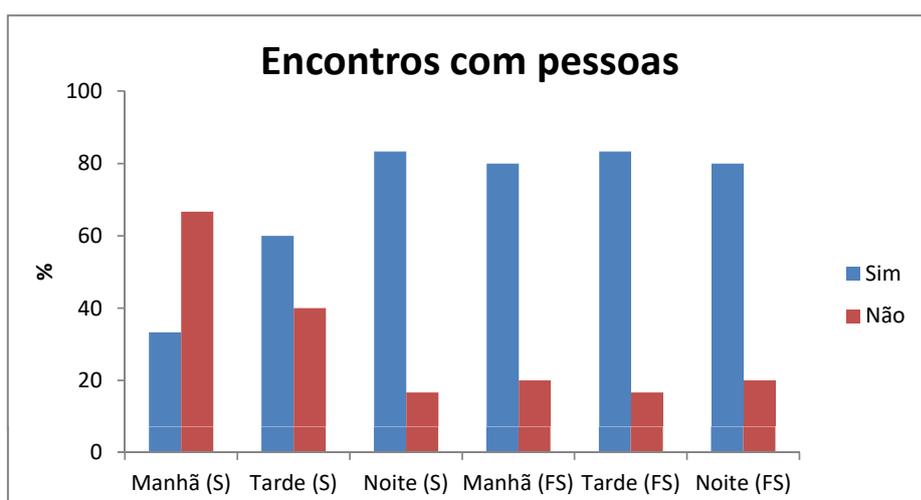
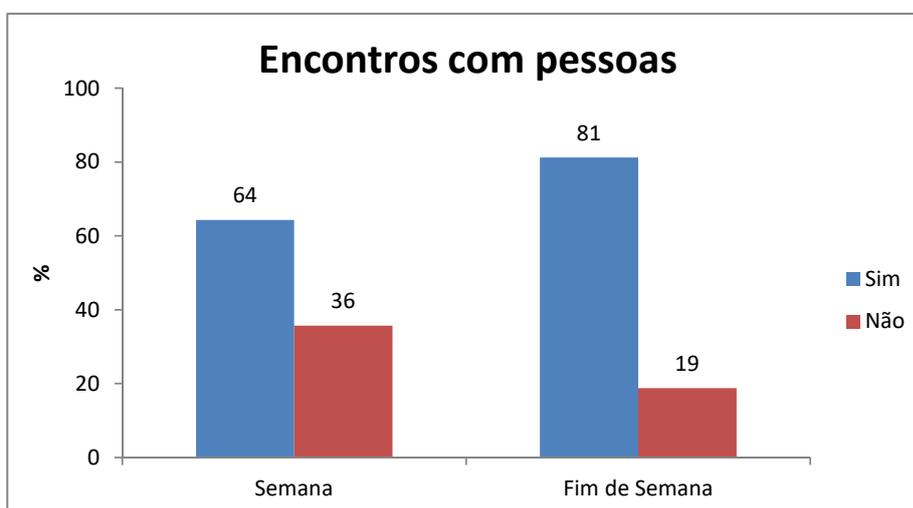
	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)	3	2	5	60	40
Tarde (FS)	1	5	6	17	83
Noite (FS)	0	5	5	0	100
Total	4	12	16		
Percentual	25	75	100,0		



**Encontro
pessoas**

Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)		1	2	3	33	67
Tarde (S)		3	2	5	60	40
Noite (S)		5	1	6	83	17
Total		9	5	14		
Percentual		64	36	100,0		

Fim de Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)		4	1	5	80	20
Tarde (FS)		5	1	6	83	17
Noite (FS)		4	1	5	80	20
Total		13	3	16		
Percentual		81	19	100,0		

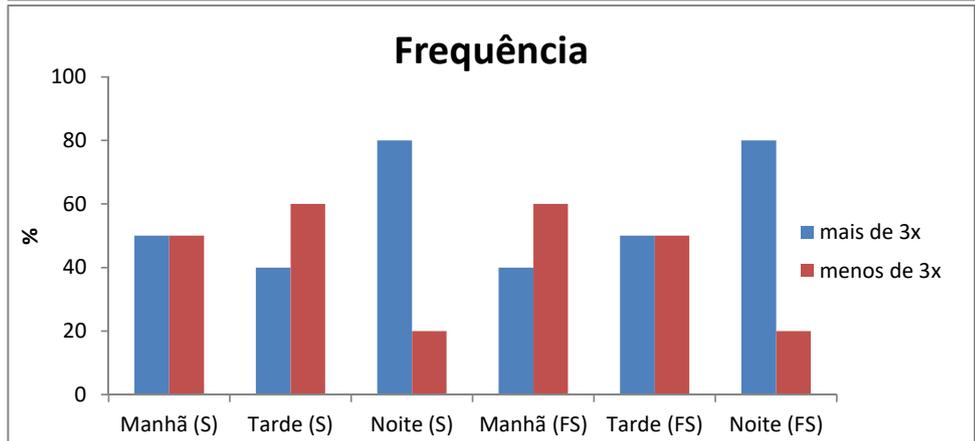
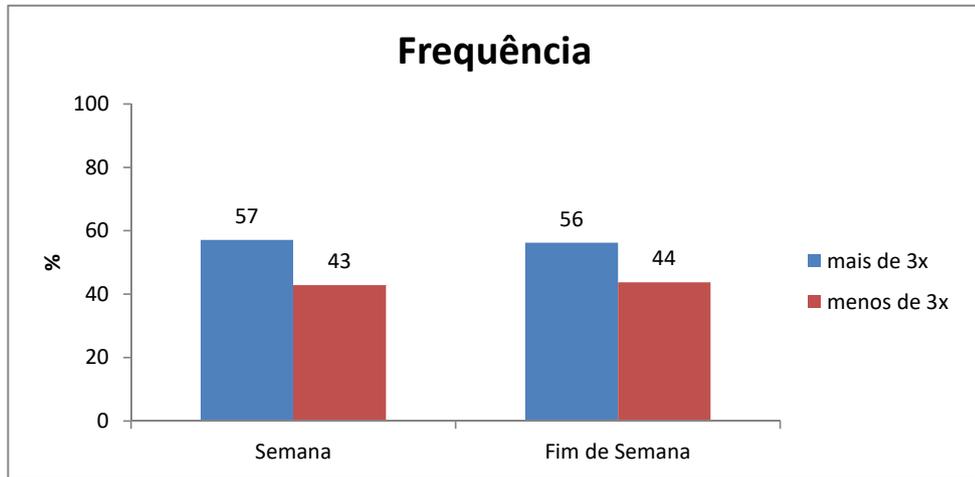


Frequencia

Semana		mais de 3x	menos de 3x	Total	mais de 3x	menos de 3x
Manhã (S)		2	2	4	50	50
Tarde (S)		2	3	5	40	60
Noite (S)		4	1	5	80	20
Total		8	6	14		
Percentual		57	43	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		mais de 3x	menos de 3x	Total	mais de 3x	menos de 3x
Manhã (FS)		2	3	5	40	60
Tarde (FS)		3	3	6	50	50
Noite (FS)		4	1	5	80	20
Total		9	7	16		
Percentual		56	44	100,0		



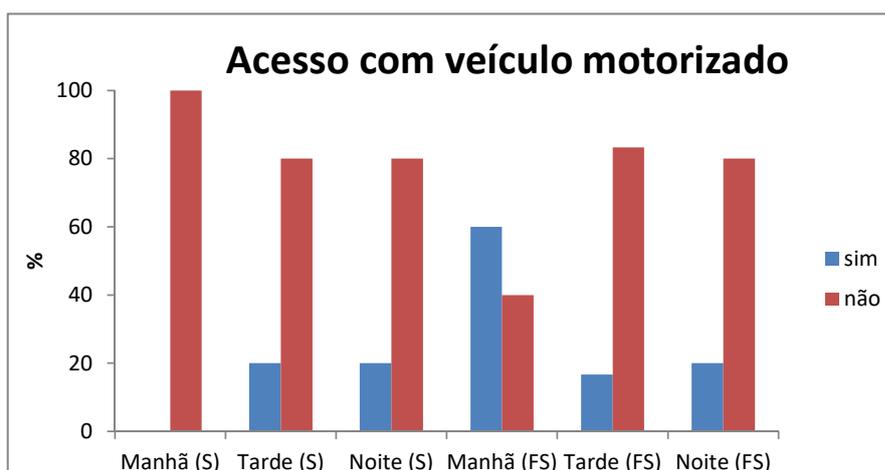
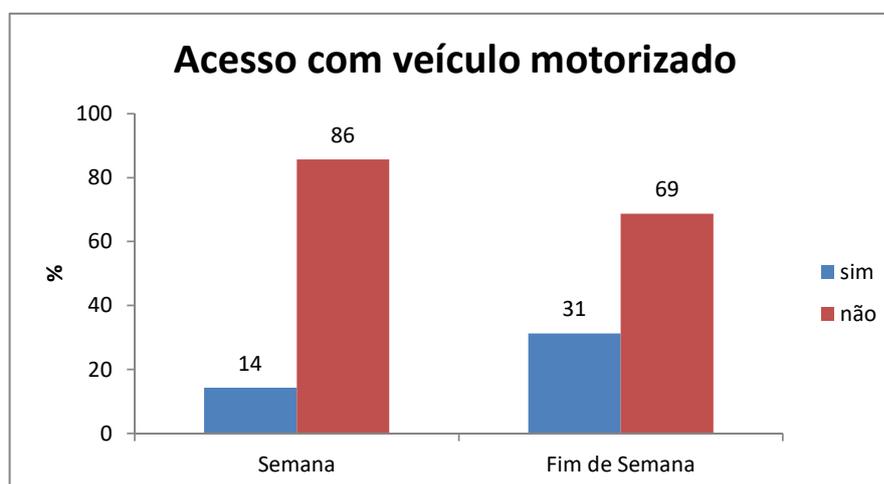
Acesso
veículo
motorizado

Semana

	sim	não	Total	sim	não
Manhã (S)	0	4	4	0	100
Tarde (S)	1	4	5	20	80
Noite (S)	1	4	5	20	80
Total	2	12	14		
Percentual	14	86	100,0		

Fim de Semana

	sim	não	Total	sim	não
Manhã (FS)	3	2	5	60	40
Tarde (FS)	1	5	6	17	83
Noite (FS)	1	4	5	20	80
Total	5	11	16		
Percentual	31	69	100,0		

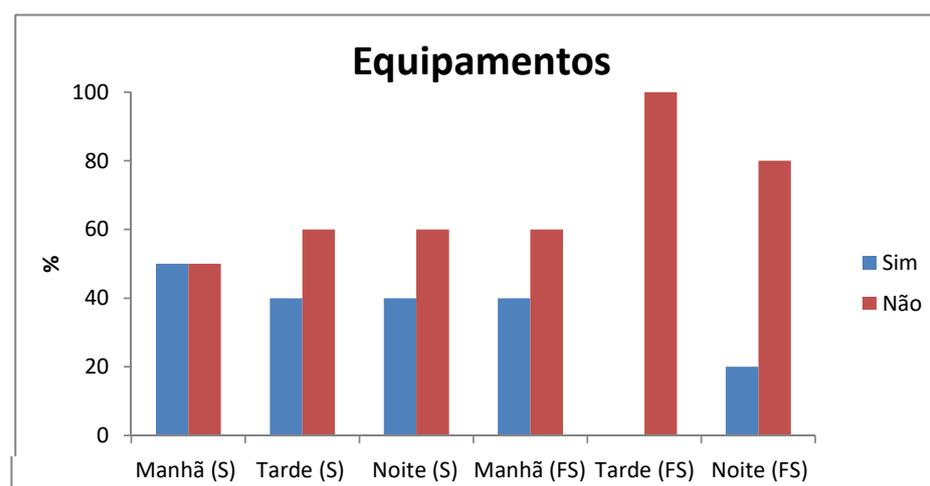
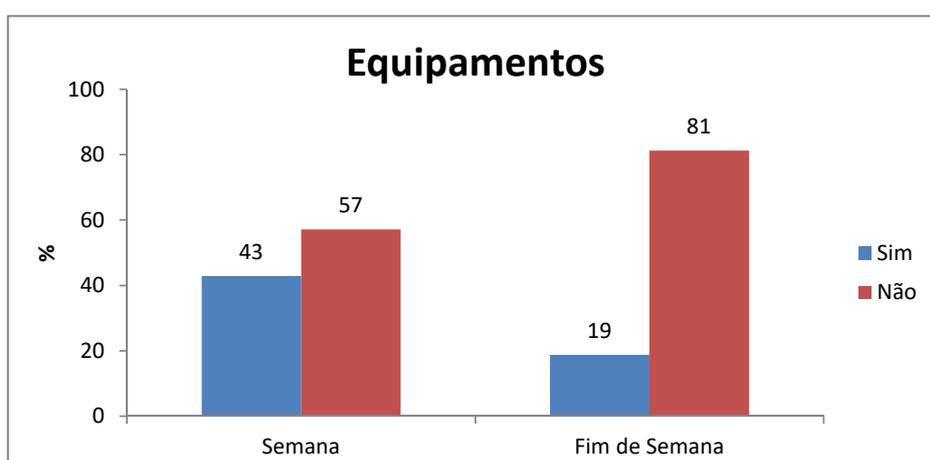


Equipamentos **Semana**

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)	2	2	4	50	50
Tarde (S)	2	3	5	40	60
Noite (S)	2	3	5	40	60
Total	6	8	14		
Percentual	43	57	100,0		

Fim de Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)	2	3	5	40	60
Tarde (FS)	0	6	6	0	100
Noite (FS)	1	4	5	20	80
Total	3	13	16		
Percentual	19	81	100,0		

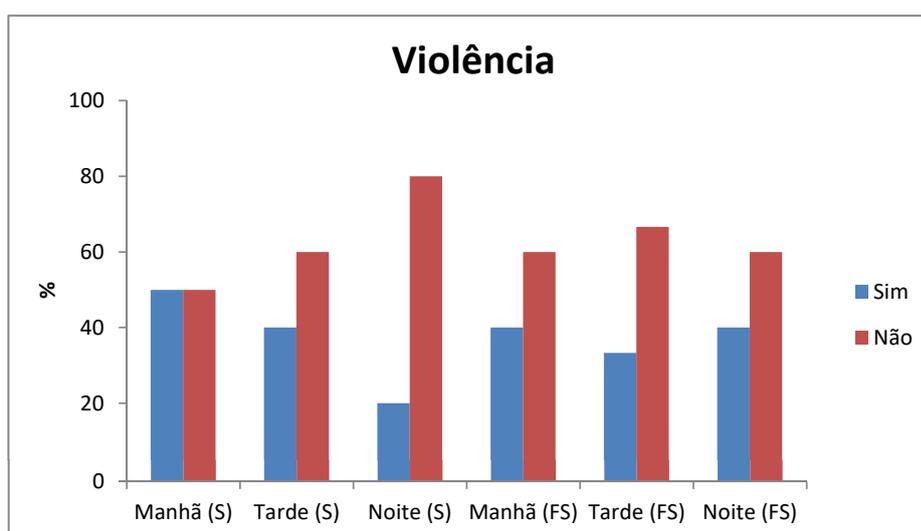
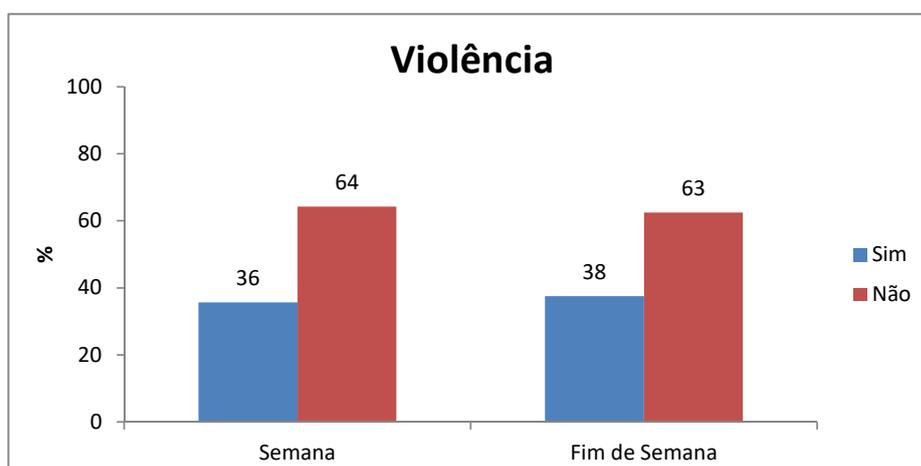


Violência
Presenciou

Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)		2	2	4	50	50
Tarde (S)		2	3	5	40	60
Noite (S)		1	4	5	20	80
Total		5	9	14		
Percentual		36	64	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)		2	3	5	40	60
Tarde (FS)		2	4	6	33	67
Noite (FS)		2	3	5	40	60
Total		6	10	16		
Percentual		38	63	100,0		



ENTREVISTA COM OS USUÁRIOS

Parque da Lagoa

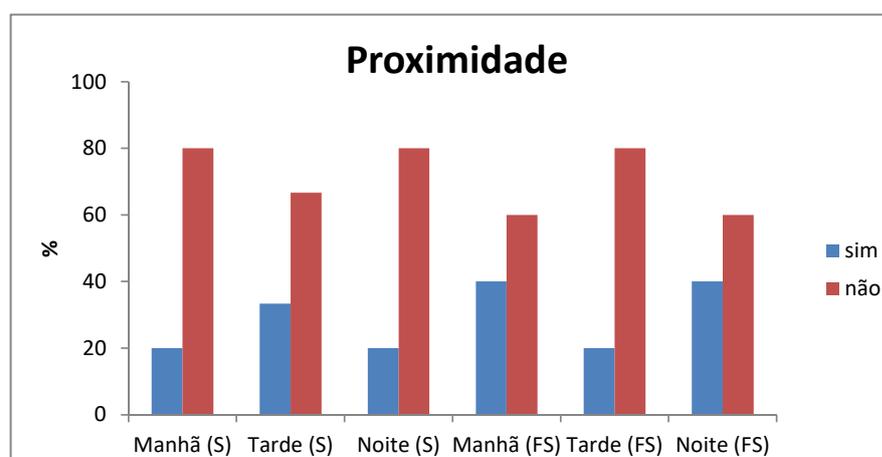
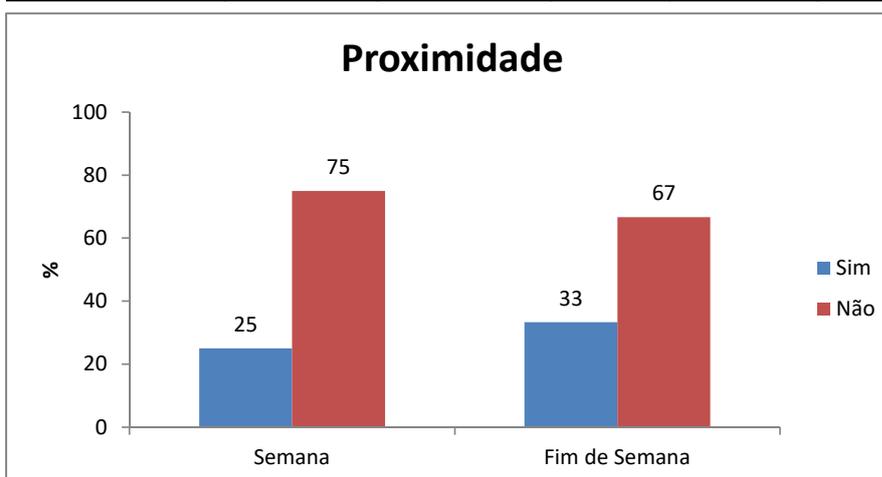
Proximidade

Semana

	sim	não	Total	sim	não
Manhã (S)	1	4	5	20	80
Tarde (S)	2	4	6	33	67
Noite (S)	1	4	5	20	80
Total	4	12	16		
Percentual	25	75	100,0		

Fim de Semana

	sim	não	Total	sim	não
Manhã (FS)	2	3	5	40	60
Tarde (FS)	1	4	5	20	80
Noite (FS)	2	3	5	40	60
Total	5	10	15		
Percentual	33	67	100,0		



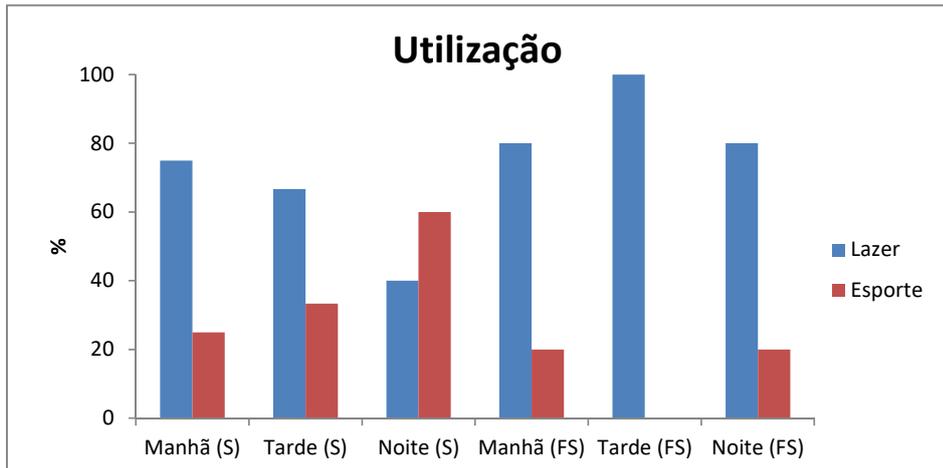
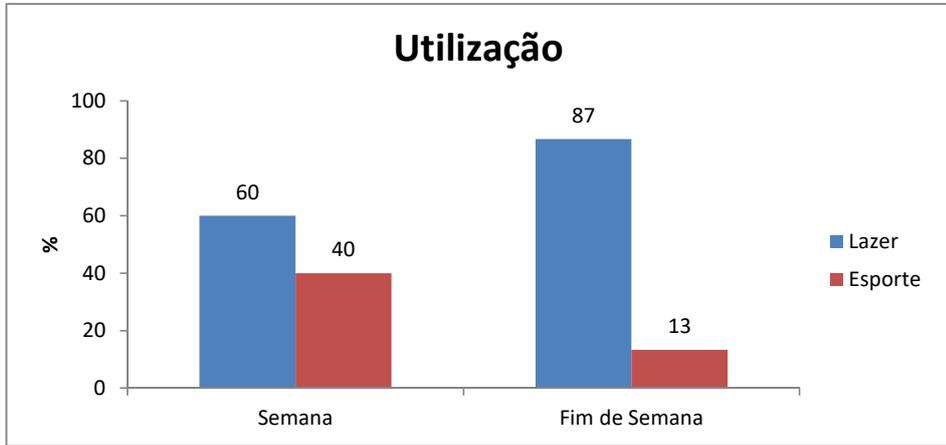
Utilização

Semana

	Lazer	Esporte	Total	Lazer	Esporte
Manhã (S)	3	1	4	75	25
Tarde (S)	4	2	6	67	33
Noite (S)	2	3	5	40	60
Total	9	6	15		
Percentual	60	40	100,0		

Fim de Semana

	Lazer	Esporte	Total	Lazer	Esporte
Manhã (FS)	4	1	5	80	20
Tarde (FS)	5	0	5	100	0
Noite (FS)	4	1	5	80	20
Total	13	2	15		
Percentual	87	13	100,0		

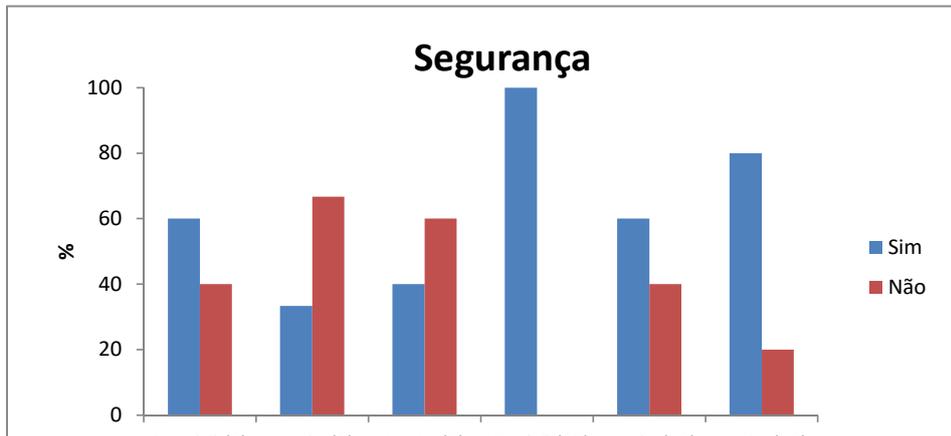
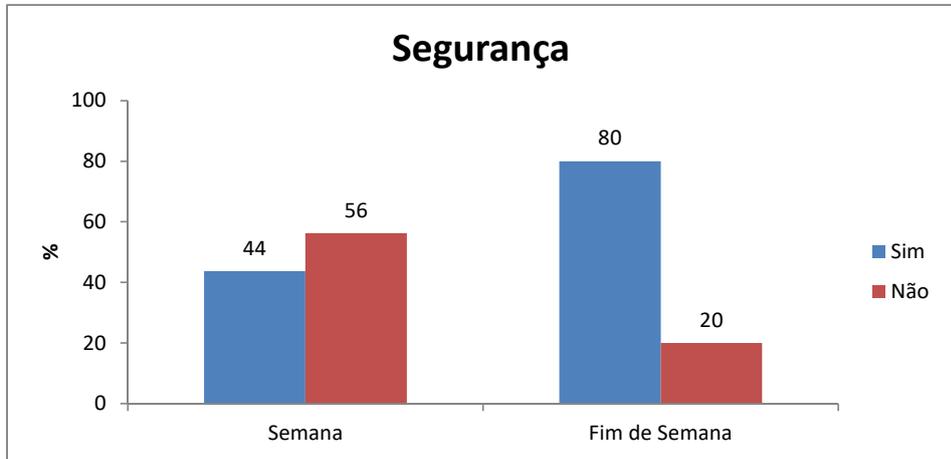


Segurança

Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)		3	2	5	60	40
Tarde (S)		2	4	6	33	67
Noite (S)		2	3	5	40	60
Total		7	9	16		
Percentual		44	56	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)		5	0	5	100	0
Tarde (FS)		3	2	5	60	40
Noite (FS)		4	1	5	80	20
Total		12	3	15		
Percentual		80	20	100,0		

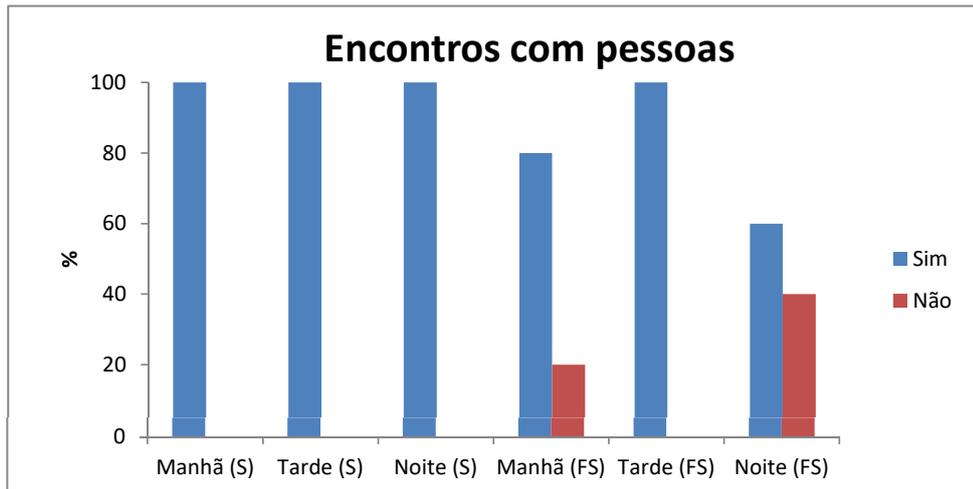
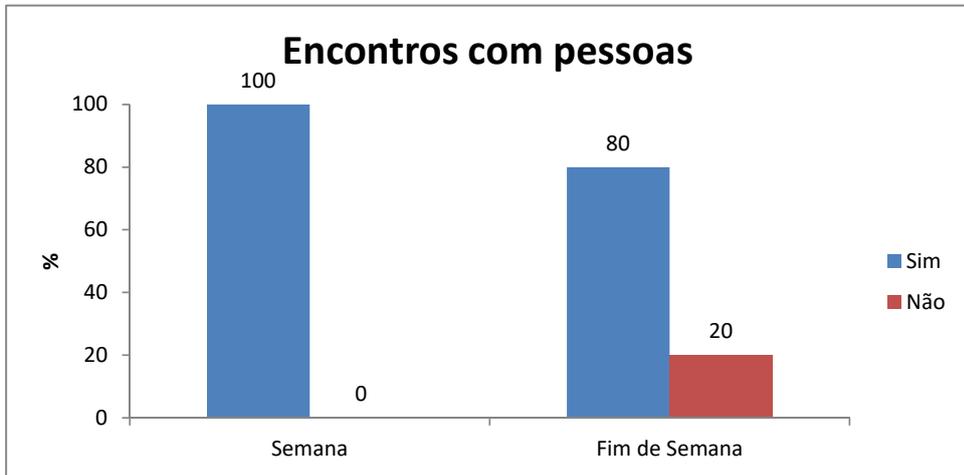


**Encontra
pessoas**

Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)		5	0	5	100	0
Tarde (S)		6	0	6	100	0
Noite (S)		5	0	5	100	0
Total		16	0	16		
Percentual		100	0	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)		4	1	5	80	20
Tarde (FS)		5	0	5	100	0
Noite (FS)		3	2	5	60	40
Total		12	3	15		
Percentual		80	20	100,0		

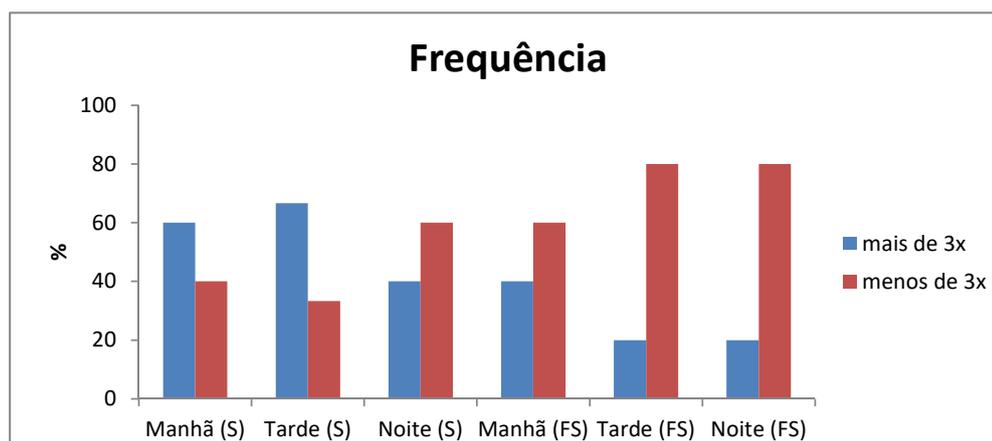
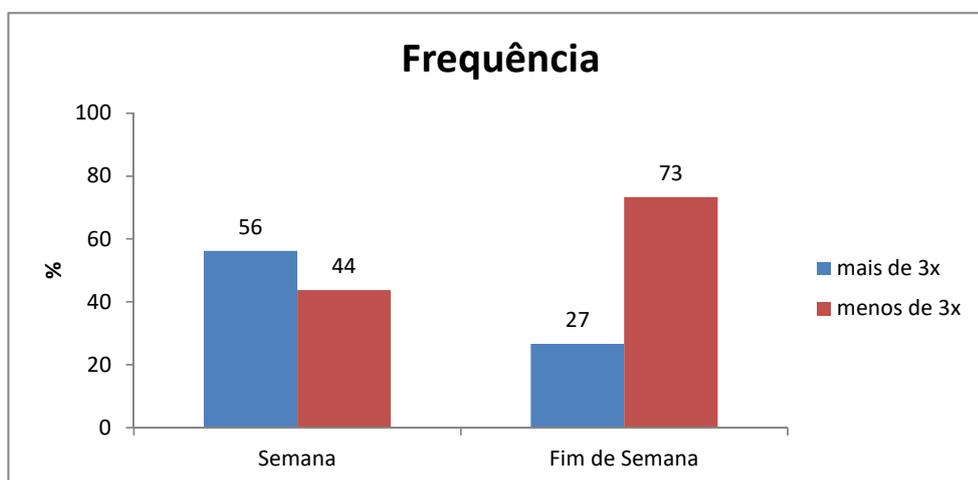


Frequencia**Semana**

	mais de 3x	menos de 3x	Total	mais de 3x	menos de 3x
Manhã (S)	3	2	5	60	40
Tarde (S)	4	2	6	67	33
Noite (S)	2	3	5	40	60
Total	9	7	16		
Percentual	56	44	100,0		

Fim de Semana

	mais de 3x	menos de 3x	Total	mais de 3x	menos de 3x
Manhã (FS)	2	3	5	40	60
Tarde (FS)	1	4	5	20	80
Noite (FS)	1	4	5	20	80
Total	4	11	15		
Percentual	27	73	100,0		

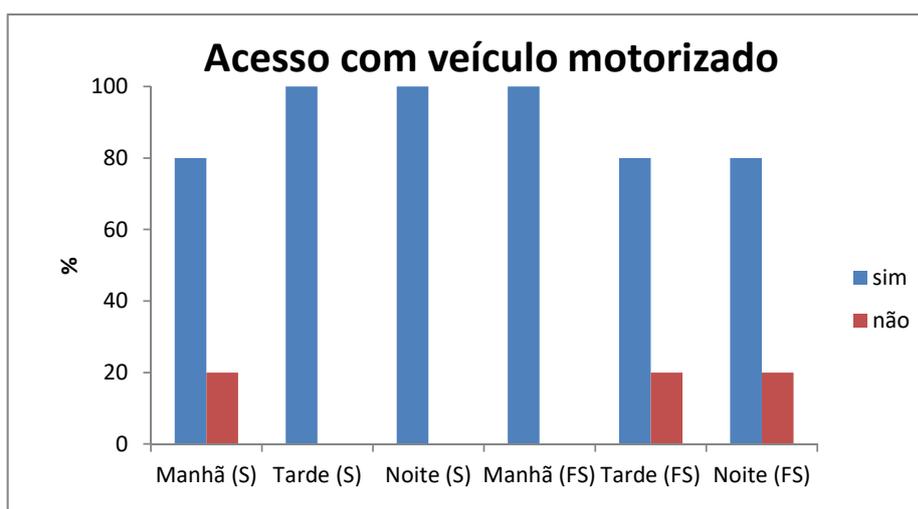
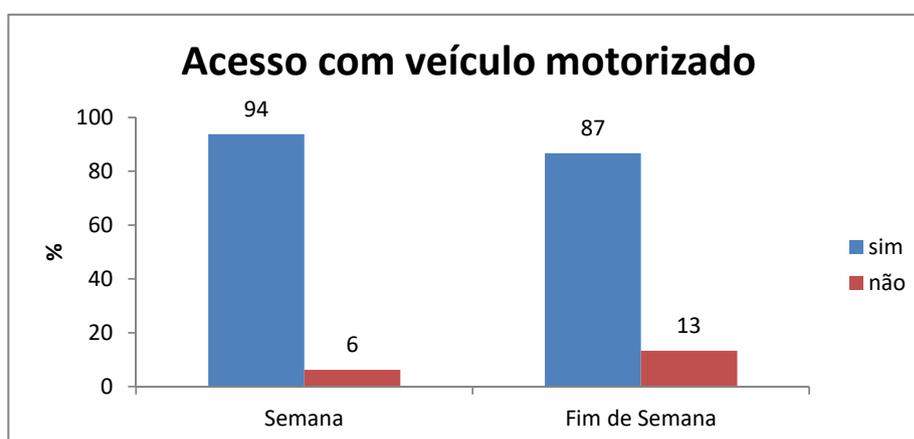


**Acesso
veículo
motorizado**

Semana		sim	não	Total	sim	não
Manhã (S)		4	1	5	80	20
Tarde (S)		6	0	6	100	0
Noite (S)		5	0	5	100	0
Total		15	1	16		
Percentual		94	6	100,0		

Fim de Semana

Fim de Semana		sim	não	Total	sim	não
Manhã (FS)		5	0	5	100	0
Tarde (FS)		4	1	5	80	20
Noite (FS)		4	1	5	80	20
Total		13	2	15		
Percentual		87	13	100,0		

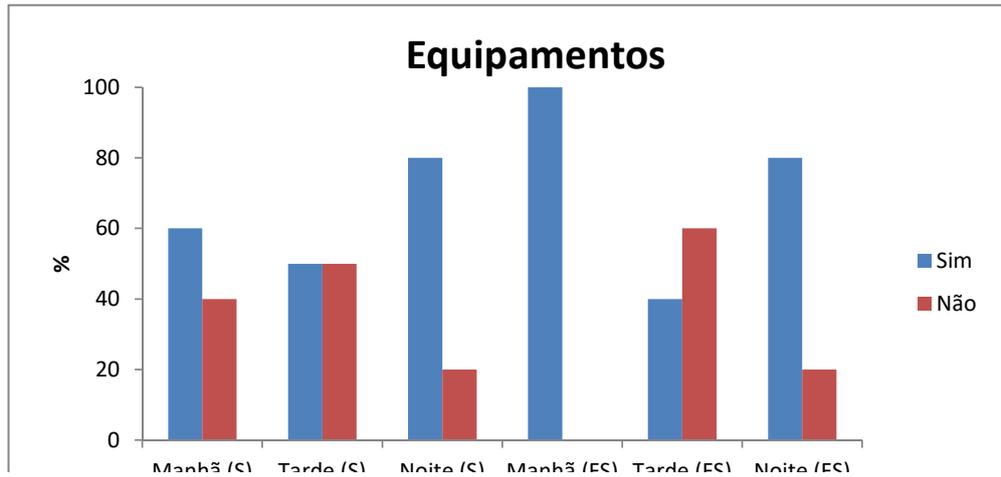
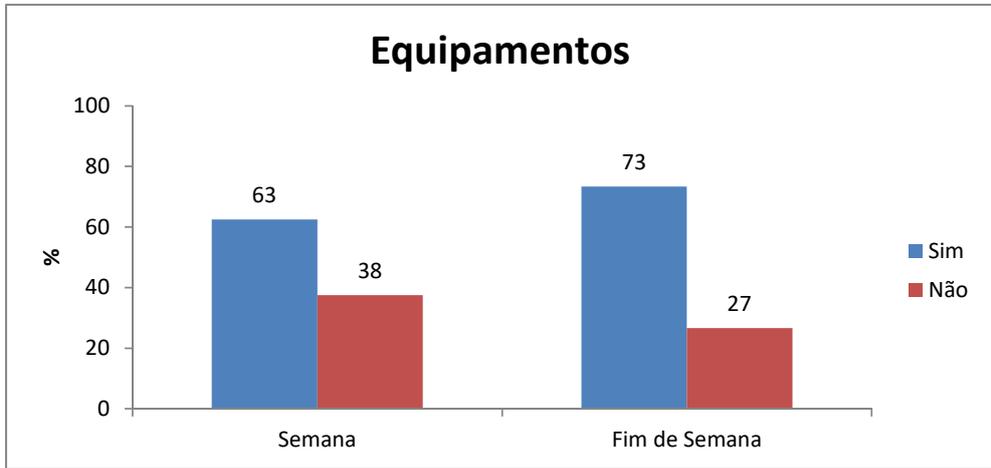


Equipamentos **Semana**

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)	3	2	5	60	40
Tarde (S)	3	3	6	50	50
Noite (S)	4	1	5	80	20
Total	10	6	16		
Percentual	63	38	100,0		

Fim de Semana

	Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)	5	0	5	100	0
Tarde (FS)	2	3	5	40	60
Noite (FS)	4	1	5	80	20
Total	11	4	15		
Percentual	73	27	100,0		

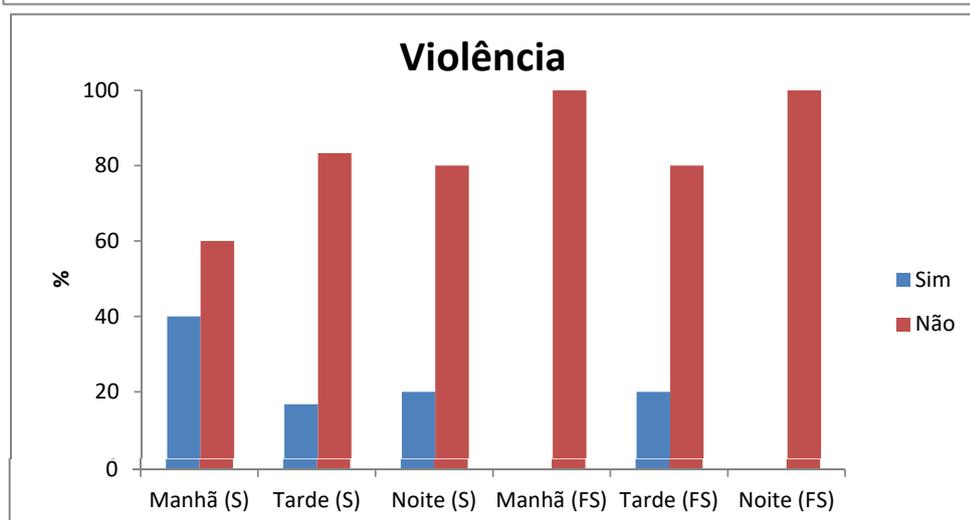
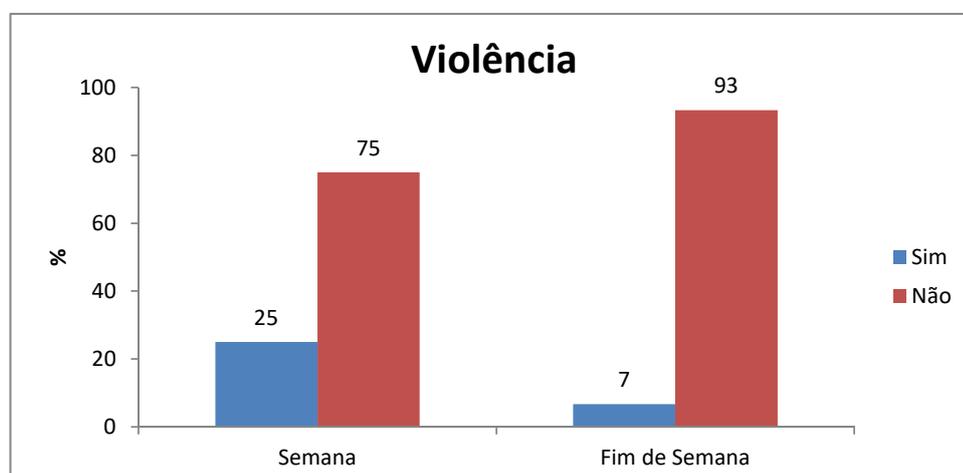


Violência
Presenciou

Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (S)		2	3	5	40	60
Tarde (S)		1	5	6	17	83
Noite (S)		1	4	5	20	80
Total		4	12	16		
Percentual		25	75	100,0		

Fim de Semana

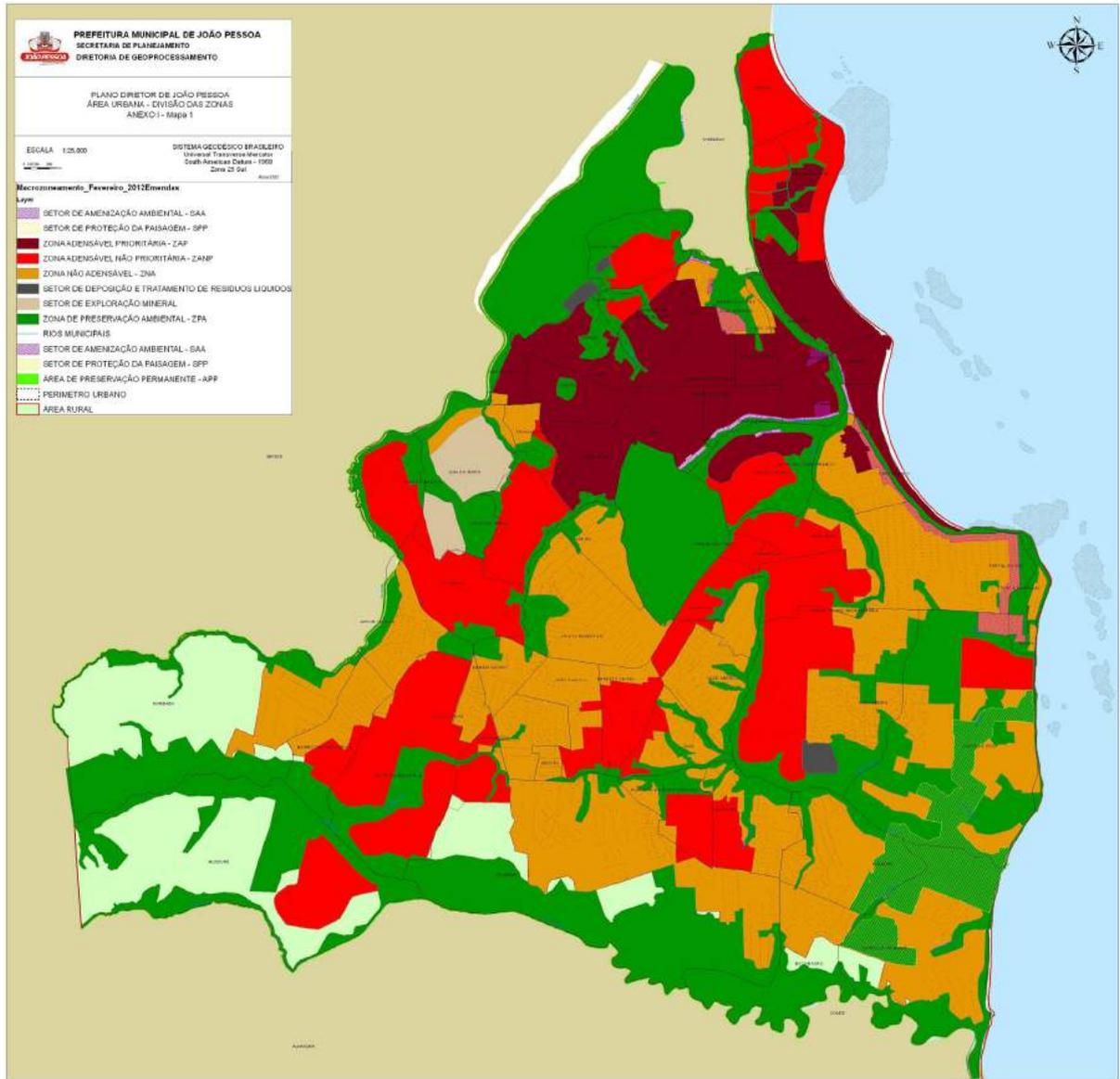
Fim de Semana		Sim	Não	Total	Sim	Não
Manhã (FS)		0	5	5	0	100
Tarde (FS)		1	4	5	20	80
Noite (FS)		0	5	5	0	100
Total		1	14	15		
Percentual		7	93	100,0		





ANEXOS

ANEXO A - Mapa de macrozoneamento de João Pessoa



ANEXO B - Mapa de zoneamento de João Pessoa

